



# princípios 171

teoria, política e cultura

ISSN 1415-7888 E-ISSN 2675-6609

SET./DEZ. 2024

ANO 43 - R\$ 40,00

DOSSIÊ

## CHINA E NOVA ECONOMIA DO PROJETO

- ▲ Repensando a globalização:  
da concorrência neoliberal à  
cooperação
- ▲ Projeto e sucesso  
olímpico chinês
- ▲ Discursos, símbolos  
e identidades na política  
brasileira



ISSN 14157888



9 771415 788005

# PORTAL GRABOIS



O portal da Fundação Maurício Grabois é um espaço de convergência e difusão do pensamento marxista e progressista, de debate sobre as alternativas à crise do capitalismo e fortalecimento da luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Visite: [www.grabois.org.br](http://www.grabois.org.br)

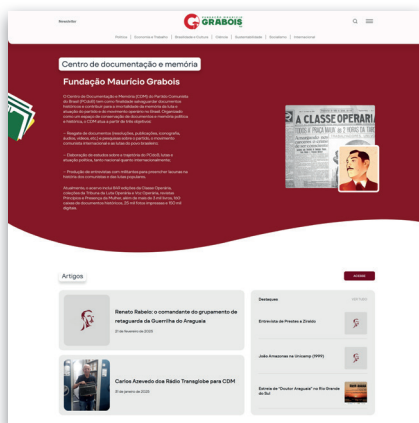
## TV GRABOIS

A TV Grabois, canal da Grabois no YouTube, já conquistou mais de 170 mil inscritos, o que a posiciona como o maior canal de uma fundação partidária brasileira no YouTube. A TV Grabois entrou no ar em 5 de março de 2010 e já reúne centenas de conteúdos. Atualmente, todas as atividades da Fundação são transmitidas ao vivo pelo canal e também ficam disponíveis para acesso posterior.



## CDM

O Centro de Documentação e Memória comporta uma biblioteca especializada na história do Partido Comunista do Brasil, coleções de periódicos, documentos partidários, vídeos, depoimentos, fotos e cartazes.



## DOSSIÊS ESPECIAIS

A equipe da Fundação Maurício Grabois já editou e disponibilizou no portal mais de uma dezena de dossiês especiais, reunindo conteúdo significativo sobre importantes pensadores marxistas como Marx, Engels, Lênin, Gramsci, Althusser, Domenico Losurdo, João Amazonas, Clóvis Moura, entre outros.

A Fundação Maurício Grabois criou a Cátedra Claudio Campos para “estudar e discutir o pensamento e a teoria nacional-desenvolvimentista”. O jornalista Claudio Campos, que dá nome à cátedra, foi fundador do jornal *Hora do Povo* e secretário-geral do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) até seu falecimento, em 2005.



CÁTEDRA CLAUDIO CAMPOS

## EDITORIAL

4

### **Ignácio Rangel e sua “economia do projeto” renasce na China**

Ignácio Rangel and his “projectment economy” revive in today’s China

## DOSSIÊ

### China e nova economia do projeto

ARTIGOS

9

#### **Repensando a globalização**

**Da concorrência neoliberal à cooperação na nova economia do projeto**

##### **Rethinking globalization**

From neoliberal competition to cooperation in the new projectment economy

**CAIO HENRIQUE CIRILLO | JOÃO GUILHERME MARQUES AUGUSTO MONTEIRO**

31

#### **Desenvolvimento agrícola e tecnologias 5.0 no âmbito da nova economia do projeto na China**

**Agricultural development and 5.0 technologies in China’s new projectment economy**

**CARLOS JOSÉ ESPÍNDOLA | FERNANDO DOS SANTOS SAMPAIO | MARLON CLOVIS MEDEIROS**

54

#### **Infraestrutura e projeto no desenvolvimento regional com características chinesas**

**Infrastructure and projectment in regional development with Chinese characteristics**

**CINTIA NEVES GODOI | LISANDRA PEREIRA LAMOSO | SANDRO LUIZ BAZZANELLA**

75

**Socialismo, planificação do desenvolvimento desigual e a expressão territorial da nova economia do projeto na China**

Socialism, uneven development planning and the territorial expression of the new projectment economy in China

VITOR VIEIRA FONSECA BOA NOVA

94

**O desenvolvimento da metrópole chinesa de Shenzhen como inferência da nova economia do projeto**

The development of the Chinese metropolis of Shenzhen as an inference of the new projectment economy

ANDRÉ VICTOR MENDES ROSA

111

**A interseção entre interesses sociais e empresariais no projeto**

Um estudo do programa Curd em Chengdu (China)

The intersection of social and business interests in projectment

A study of the Curd program in Chengdu (China)

HOMERO ANTUNES DE SOUZA NETO | YUYUN LI (ANA LI)

126

**Estado chinês no século XXI**

Nova economia do projeto, combate à pobreza e ordenamento do território

The Chinese state in the 21st century

New projectment economy, poverty alleviation and territorial planning

KAYUÃ GIRARDI

146

**O sucesso olímpico da China**

Um estudo de caso da nova economia do projeto

China's Olympic success

A case study of the new projectment economy

EMANUEL LEITE JUNIOR

## ARTIGOS

167

ECONOMIA

**Empresas estatais, política industrial e inovação endógena no plano Made in China 2025**

State-owned enterprises, industrial policy and endogenous innovation in Made in China 2025 plan

JOÃO DANIEL VILLA

187

COMUNICAÇÃO

**“O povo vai voltar a comer picanha e fazer churrasquinho”  
Discursos, símbolos e identidades no campo político brasileiro**

“People will eat rump steak and have barbecue again”

Discourses, symbols and identities in the Brazilian political field

MÁXIMO AUGUSTO CAMPOS MASSON | CHARLE FERREIRA PAZ

207

SOCIOLOGIA

**A natureza do serviço social nos cuidados paliativos  
Uma perspectiva crítica e dialética**

The nature of social work in palliative care

A critical and dialectical view

ANDREA FROSSARD

## RESENHA

223

ECONOMIA

**Estado, economia e desenvolvimento na China**

State, economy and development in China

SÉRGIO R. R. CASTILHO

235

LIVROS QUE RECOMENDAMOS

EXPEDIENTE 238



# Ignácio Rangel e sua “economia do projetamento” renascem na China

Ignácio Rangel and his “projectment economy”  
revive in today’s China

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.171.001>

**A** renovação do marxismo e o exame dos caminhos da construção socialista sempre estiveram entre os objetivos que norteiam o trabalho editorial de *Princípios*. Esses mesmos objetivos motivaram o lançamento da chamada de artigos dedicada à *nova economia do projetamento*. Esse conceito, sobre o qual tem se debruçado uma equipe de pesquisadores liderada pelo professor Elias Jabbour, tem se mostrado profícuo o bastante para lançar nova luz não apenas sobre o fenômeno chinês — uma das grandes esfinges de nossa época — mas sobre a questão mais ampla da alternativa socialista na atualidade.

Não à toa, a referida chamada de artigos foi uma das mais concorridas da história recente da revista. Isso levou a Comissão Editorial a optar pelo lançamento de duas edições consecutivas dedicadas ao tema. A primeira delas, que o leitor tem em mãos, dedica-se à leitura da China como exemplo de nova economia do projetamento. A edição reúne estudos mais empíricos, que se debruçam sobre aspectos específicos da vida chinesa, buscando mostrar como a grande nação asiática renova modelos de planejamento, processo que aponta para um novo patamar da construção socialista. O próximo número da revista, por seu turno, trará artigos mais teóricos, com reflexões sobre o significado da nova economia do projetamento para o socialismo do século XXI.

Encontra-se na ordem do dia das ciências humanas e sociais a criação de uma teoria para compreender a China. Por que a análise da realidade chinesa demanda uma teoria? Trata-se de uma realidade particular, paralela às demais? A verdade é que o país tem inaugurado, ao longo das últimas décadas e de forma mais rápida no pós-crise financeira de 2007-2008, formas superiores de planificação econômica e intervenção rápida sobre o território, o que implica um maior domínio humano sobre a realidade — seja a natural, seja a sociocultural. Ora, se as teorias refletem níveis determinados de interação entre os seres humanos e o meio ambiente — podendo, mesmo, abrir caminho a novos modos históricos de produção —, é necessário admitir que o ferramental teórico disponível não é mais capaz de entregar uma visão de totalidade sobre o que acontece naquela região do mundo.

O nível de coordenação tanto do planejamento quanto do investimento alcançado pelos chineses entrega fatos e tendências que ainda nos escapam. Podemos elencar, a título de exemplo, o fato de nos últimos dez anos cerca de 200 milhões de chineses terem migrado do campo para a cidade sem a ocorrência das contradições e flagelos que são típicos desse processo na periferia do capitalismo. Podemos mencionar, ainda, a construção de 45 mil

A edição reúne estudos mais empíricos, que se debruçam sobre aspectos específicos da vida chinesa, buscando mostrar como a grande nação asiática renova modelos de planejamento, processo que aponta para um novo patamar da construção socialista. O próximo número da revista, por seu turno, trará artigos mais teóricos, com reflexões sobre o significado da nova economia do projetamento para o socialismo do século XXI

quilômetros de trens de alta velocidade em um espaço de 25 anos; a expansão metroviária para cidades “China adentro”; a modernização e elevação rápida da composição orgânica do capital na agricultura; o salto — quase único na história — para a formação de uma potência em matéria de energia renovável. A China vivencia, ainda, uma grande revolução em matéria de desenvolvimento urbano e regional, com iniciativas como o “Grande desenvolvimento do Oeste” e a erradicação da pobreza extrema. Sem falar da Iniciativa Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative*), carro-chefe de um extraordinário trabalho de integração que aponta mesmo para um modelo alternativo de globalização — a serviço dos povos, e não do capital.

A China de hoje está a operar um processo de transformação *disruptivo* cujas bases são tanto um poder político de novo tipo quanto o controle do Partido Comunista sobre a grande propriedade pública e a grande finança. Percebe-se que os desafios impostos pelas “contradições de múltipla ordem”, fruto desse processo tão rápido quanto único, abrem condições para mais experimentos sociais, como também para a transformação de quantidade em qualidade em todos os campos da ciência social aplicada. A explosão de novos experimentos e novas aplicações tem gerado, de forma quase sequencial, picos de “momentos Sputnik”.

É nesse contexto que pipocam noções como a de “milagre chinês”, reveladoras de certa impotência analítica. Afinal, quando algo passa a ser chamado de “milagre” é porque as teorias à disposição já deixaram de dar conta da realidade. Essa situação impõe um retorno aos fundamentos. Como parte desse esforço, é de fundamental importância revisitar os clássicos do desenvolvimento. Um dos mais vigorosos entre eles, o economista maranhense Ignácio Rangel, inspira os trabalhos veiculados nesta edição de *Princípios*. Seu opúsculo *Elementos de economia do projetamento*, de 1959, tem ajudado sobremaneira a fornecer novas explicações para as ocorrências que emanam da China. O projetamento, segundo Rangel, é a ciência da busca de uma razão superior na relação custo-benefício.

Se por um lado essa economia do projetamento morre junto com as primeiras experiências socialistas e o renascimento do keynesianismo militarizado nos EUA, por outro lado ela ressurge agora, na China, como “nova economia do projetamento”. Este dossiê de *Princípios* busca mostrar como a teoria rangeliana pode ser aplicada ao caso chinês. Não é

despropositado afirmar, nesse sentido, que renasce no Brasil uma teoria capaz de nos entregar uma visão científica acerca dos novos desdobramentos da construção do socialismo, que têm hoje na China a nação protagonista desse processo.

*Princípios* traz ainda, nesta edição de número 171, textos voltados a outras temáticas, tecidos a partir de abordagens diversas. Um artigo complementa as contribuições do dossiê ao traçar, embora sem recurso à noção de “nova economia do projeto”, um panorama da política industrial e, em particular, do papel jogado pelas empresas estatais chinesas no processo de *catching-up* que vem aproximando o país da fronteira tecnológica em áreas diversas.

Em tempos de debate sobre as dificuldades de comunicação da esquerda, uma engenhosa contribuição apoia-se nas teses de autores como Pierre Bourdieu e Jesus Martin-Barbero para analisar aspectos do discurso utilizado, nas eleições de 2022, pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. São apresentadas as razões do êxito de certas estratégias discursivas, assim como suas potencialidades e limites.

Compõe ainda esta edição um artigo que, à luz do lançamento da Política Nacional de Cuidados Paliativos (PNCP), reflete sobre o sentido humanista dessa política, propondo que se considere o sofrimento não apenas em sua dimensão fisiológica e individual, mas também como fenômeno social. Tal atitude implica o estreitamento das relações entre o serviço social e a área da saúde.

O tema da realidade chinesa retorna à revista em suas últimas páginas, que trazem uma fértil resenha sobre os livros *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*, de Giovanni Arrighi, e *Como a China escapou da terapia de choque*, de Isabela Weber, obras que ajudam na compreensão dos inovadores processos econômicos e sociais que se verificam na China contemporânea.

Desejamos uma boa leitura!

**A Comissão Editorial**

Acervo DepositPhotos



Capa: desenho ilustra a aplicação, à economia chinesa, do conceito de projeto, que denota formas superiores de planificação capazes de subordinar interesses empresariais e setoriais às necessidades de toda a nação

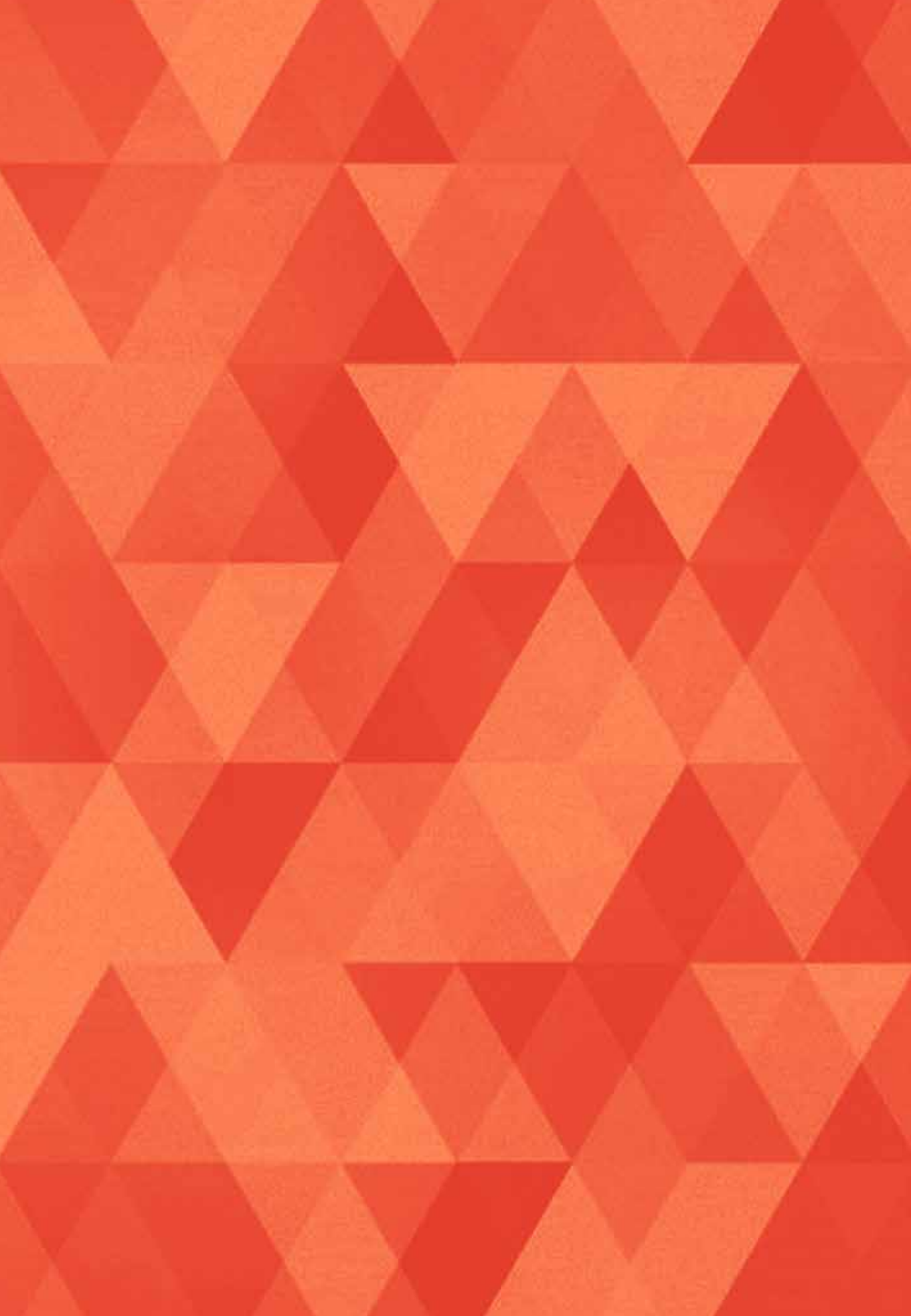


# DOSSIÊ

## China e nova economia do projeto

Organizador:  
**Elias Jabbour**  
(Uerj)





# Repensando a globalização

## Da concorrência neoliberal à cooperação na nova economia do projeto

Rethinking globalization

From neoliberal competition to cooperation in the new project economy

caio henrique cirillo\*

joão guilherme marques augusto monteiro\*\*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.171.002>

Xu Zhaochang / Agência Central de Notícias



Técnicos chineses treinam trabalhadores locais em área de mineração de N'Djamena, capital do Chade, novembro de 2020.

## RESUMO

O presente artigo analisa a disputa entre dois modelos de globalização. Por um lado, a globalização neoliberal apresenta-se como desdobramento do neoliberalismo em nível internacional. Este, por sua vez, surge enquanto reformulação radicalizada do liberalismo clássico, e tem como eixo epistêmico a concorrência mercadológica. Em seu modelo de mundo globalizado, como consequência, os Estados nacionais competem entre si por posições privilegiadas na divisão internacional do trabalho, embora a limitação da atuação estatal prescrita pelos neoliberais impossibilite aos países subdesenvolvidos melhorar sua posição nessa disputa. Por outro lado, surge como alternativa o modelo de globalização derivado da nova economia do projeto, atual estágio do socialismo chinês em que se mesclam a teoria revolucionária marxista e a filosofia milenar confucionista. Resulta dessa junção uma perspectiva de comunidade internacional permeada pelos princípios de prosperidade e bem comuns, em que as nações cooperam entre si para desenvolver-se em conjunto, respeitando suas especificidades. O choque entre esses modelos de globalização será compreendido como parte do conflito entre duas formações econômico-sociais distintas: o capitalismo financeirizado e a nova economia do projeto.

**Palavras-chave:** Nova economia do projeto. Neoliberalismo. Globalização.

## ABSTRACT

This article analyzes the dispute between two models of globalization. On the one hand, neoliberal globalization presents itself as an extension of neoliberalism on the international level. This, in turn, emerges as a radical reformulation of classical liberalism, with market competition as its epistemic axis. In this model of a globalized world, therefore, national states compete for privileged positions in the International Division of Labor. However, the limitations on state action prescribed by neoliberals make it impossible for underdeveloped countries to improve their position in this dispute. On the other hand, an alternative model of globalization emerges, derived from the new project economy, the current step of Chinese socialism, in which Marxist revolutionary theory combines itself with the millennial Confucian philosophy. This union results in an international community perspective guided by the principles of shared prosperity and common good, where nations cooperate to develop together, respecting each other's particularities. The clash between these globalization models will be understood as part of the conflict between two distinct socio-economic formations: financialized capitalism and the new project economy.

**Keywords:** New project economy. Neoliberalism. Globalization.

## 1. INTRODUÇÃO

Nos anos recentes, a extraordinária ascensão chinesa tem dado novos contornos à geopolítica internacional. No contexto de um mundo multipolar, a China apresenta um modelo de desenvolvimento e de globalização alternativo ao padrão neoliberal difundido sob a liderança dos Estados Unidos. Tal modelo ainda está em formação, mas desde já desperta atenção por sua magnitude e capacidade de reconfigurar o *status quo* das relações internacionais.

Assim, para compreender o choque entre os modelos neoliberal e chinês na devida profundidade, entendemos que é fundamental resgatar as bases epistêmicas nas quais cada um encontra-se ancorado. De um lado, a globalização liderada pelos Estados Unidos se assenta sobre os ideais do neoliberalismo; de outro, as bases filosóficas que sustentam o modelo chinês remetem ao marxismo e à milenar formação histórico-civilizacional da China, com forte influência do confucionismo (Jabbour; Dantas; Vadell, 2021).

O neoliberalismo é produto de uma renovação e radicalização do liberalismo clássico, cuja origem remonta ao primeiro encontro da Sociedade de Mont Pèlerin, em 1947. Em síntese, a vertente neoliberal prescinde das dimensões da sociabilidade humana que fogem à codificação da concorrência mercadológica. O mercado, na forma abstraída da lógica concorrencial, constitui o eixo epistêmico do neoliberalismo. Ao negligenciar diversas dimensões das relações sociais, reduzi-las tão somente a um elemento abstraído do mercado e alienar todas as formas de coletividade, o neoliberalismo conduz as sociedades à exacerbação de um constante estado de concorrência, seja entre indivíduos, empresas ou até mesmo Estados.

A globalização chinesa, por sua vez, baseia-se em duas concepções-chave que orientam a estratégia geopolítica da China desde a Revolução de 1949: os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica e a *comunidade de destino compartilhado para a humanidade* (CDCH). Os Cinco Princípios e a CDCH, por sua vez, derivam do confucionismo, que tem o estabelecimento de relações sociais adequadas (*proper relationships*) como um fim em si mesmo (Zhang, 2015). Trata-se de uma base ideológica inclusiva, tolerante, que respeita as especificidades e soberanias locais, e que visa à criação de relações de benefício e prosperidade mútuos. Desse modo, tanto os Cinco Princípios quanto a CDCH se apresentam como ideologias sincréticas, que objetivam a cooperação entre sociedades plurais em torno de fins em comum para toda a humanidade, tais como soberania e autonomia nacionais, paz, igualdade e prosperidade.

Ademais, além da oposição entre as bases epistemológicas, as globalizações neoliberal e chinesa também divergem quanto à formação econômico-social da qual cada uma emerge. Enquanto a primeira é desdobramento do capitalismo financeirizado, sendo este o estágio atual do capitalismo (Saad-Filho, 2015), a última se origina da forma histórica mais avançada do socialismo chinês: a nova economia do projetamento (NEP). Segundo Jabbour *et al.* (2020), a NEP é uma forma superior de planificação da economia, emergindo do desenvolvimento de novos instrumentos técnicos e institucionais que conferem ao Estado uma inédita capacidade de ação e de projetamento, visando à ampliação das bases materiais, à construção de grandes bens públicos e, em última instância, ao bem-estar da sociedade.

Ademais, conforme Jabbour, Dantas e Vadell (2021), a NEP constitui um modo de produção dotado de um inédito repertório técnico em termos de organização e racionalização da planificação econômica. Em outras palavras, Jabbour e Capovilla (2024) afirmam que a NEP é o ápice da instrumentalização da razão como meio de enfrentamento da totalidade sis-

temática dos desafios ao desenvolvimento; trata-se do auge histórico do *science-led government* (governo orientado pela ciência).

Portanto, a contraposição entre as globalizações neoliberal e chinesa não resulta somente da profunda divergência epistêmica entre elas, mas também do confronto entre duas formações econômico-sociais fundamentalmente opostas. Nesse sentido, o presente artigo se propõe a investigar o choque entre esses dois modelos de globalização e seus desdobramentos em termos geopolíticos.

Para tanto, o artigo encontra-se dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção são discutidos o neoliberalismo e seu modelo de globalização. A seguir, na terceira seção, discute-se a estratégia geopolítica chinesa, seus princípios oriundos do confucionismo e a NEP da qual ela emerge. Na quarta seção, esses dois modelos de globalização são contrastados enquanto manifestações de formações econômico-sociais distintas. Por fim, na quinta seção são apresentadas as conclusões deste exercício de investigação.

## 2. O NEOLIBERALISMO E A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

Não é possível compreender o processo de globalização sem antes analisar a trajetória do neoliberalismo. Este surge como uma proposta de versão reformada, melhorada, do liberalismo clássico, que no início do século XX se via eclipsado pela ascensão de novas formas de organização social:

A popularidade do intervencionismo estatal em nome da justiça e, até mesmo, de renovação espiritual da civilização ocidental materialista e individualista, representou um grande desafio para uma série de pensadores que, baseada no liberalismo do século XIX, montou uma resistência teórica robusta contra as reivindicações do intervencionismo e da planificação da economia em busca de justiça social (Paim, 2019, p. 251).

Acosados, os pensadores alinhados ao liberalismo se organizaram em dois eventos, hoje identificados como os marcos históricos da origem do neoliberalismo (tal identificação será questionada posteriormente): o Colóquio de Walter Lippmann e o primeiro encontro da Sociedade de Mont Pèlerin.

O primeiro desses eventos ocorreu em Paris, no ano de 1938, em comemoração do lançamento da edição francesa da obra *The principles of good society*, de Walter Lippmann. Nessa obra, esse jornalista e pensador liberal de grande relevância refletiu sobre os problemas do liberalismo de sua época, entendendo-o como negligente em face das necessidades impostas por sua contemporaneidade:

Na época de Adam Smith e Jeremy Bentham — digamos, de 1776 a 1832 —, o liberalismo era uma filosofia que orientava a adaptação da ordem social às necessidades da nova economia industrial; em meados do século XIX, o liberalismo havia se tornado uma filosofia da negligência e recusa em prosseguir com a adaptação social (Lippmann, 2017, p. 208, tradução nossa).

O conceito de *adaptação social* merece destaque no raciocínio de Lippmann. Para o autor, o objetivo de uma filosofia econômica é guiar os indivíduos em direção às novas demandas que surgem com o desenvolvimento histórico. Quando isso não ocorre de maneira satisfatória, surgem divergências entre a ordem social e a economia:

Wikimedia



Acima: Walter Lippmann, palestrante principal do colóquio realizado em Paris, em 1938, no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (dir.), em Paris. Abaixo: encontro da Sociedade de Mont Pèlerin, outro evento inaugural do neoliberalismo, realizado em 1947 na Suíça e organizado por Friedrich von Hayek (centro, de bigode)

Hoover Institution



Eu sugeri que as “fricções” e “perturbações” reconhecidas pelos economistas clássicos — para em seguida negligenciá-las — eram, na verdade, os problemas sociais que deveriam ter sido, e em uma sociedade que pratica a divisão do trabalho sempre devem ser, a principal preocupação de homens esclarecidos. Pois as fricções e perturbações marcam os pontos nos quais a ordem social está em conflito com a economia (Lippmann, 2017, p. 208, tradução nossa).

A partir desse diagnóstico, Lippmann propôs uma reformulação do liberalismo, de forma a torná-lo uma filosofia capaz de lidar com as problemáticas do novo século e assim assegurar ordem social à economia do século XX, caracterizada pela forte presença da indústria:

Não há absolutamente nada nas necessidades da nova economia que obrigue a sociedade a ser indiferente aos custos humanos. Não há absolutamente nenhuma razão pela qual alguma parte da riqueza produzida não possa ser tomada por meio de tributação e usada para garantir e indenizar os seres humanos contra suas perdas pessoais no progresso da indústria (Lippmann, 2017, p. 223, tradução nossa).

Seria necessário, portanto, ampliar a atenção do pensamento liberal para incluir, além dos interesses individuais, também o que Lippmann denomina de “custos humanos”, sendo estes relacionados à adaptação dos indivíduos à nova realidade econômica da grande indústria. Nota-se, apesar de incipiente, uma preocupação do autor em relação a um tópico crucial para o entendimento do liberalismo e do neoliberalismo que o sucederia: a ausência do ser humano enquanto eixo epistêmico.

Ambas as filosofias entendem o indivíduo como a unidade básica das sociedades e o interesse privado como o fundamento que guia as relações interpessoais. Seu foco, portanto, reside no *homo economicus*, no aspecto econômico-mercadológico do indivíduo, uma dimensão específica da experiência humana. Há uma negligência para com as demais dimensões da sociabilidade, o que torna essas filosofias incapazes de explicar e ordenar a realidade concreta de qualquer população.

As críticas dirigidas ao liberalismo clássico durante o Colóquio de Walter Lippmann foram surpreendentemente arguciosas, o que demonstra que mesmo os intelectuais liberais se tornaram cientes das limitações de sua doutrina. Além do próprio Lippmann, Alexander Rüstow também se destacou ao afirmar:

O homem precisa de liberdade e unidade tanto quanto precisa de alimento e água. No entanto, assim como, se necessário, ele pode sobreviver por mais tempo sem comer do que sem beber, claramente também pode viver por mais tempo sem liberdade do que sem unidade. Ele viveu sem liberdade por milênios, mas não poderia suportar dois séculos sem unidade. A falta de integração, a sede de integração — esse foi o mais grave mal social do período pós-guerra, e sabemos como aqueles que têm sede se lançam até mesmo sobre as poças mais sujas (Rüstow, 1938 *apud* Reinhoudt; Audier, 2018, p. 162, tradução nossa).

Segundo sua análise, o liberalismo teria como falha a ausência de unidade social, o que tornou as sociedades europeias permeáveis a experiências como o fascismo. Novamente foi constatado que o liberalismo clássico negligenciou a complexidade da sociabilidade humana, e com isso tornou-se inepto para explicá-la e ordená-la. A posição de Louis Marlio, outro liberal participante do colóquio, convergiu para a de Rüstow. Em sua visão, a ascensão do nazismo e do fascismo seria compreensível, pois esses regimes ofereceram aos indivíduos uma integração social que o liberalismo não poderia lhes oferecer:

Se vejo, além disso, na necessidade vital de integração — até então insuficientemente satisfeita — uma razão essencial para o sucesso do nacional-socialismo e do fascismo, isso claramente não significa que considero justificada e digna de elogio a maneira como essa necessidade legítima está sendo agora atendida. Apenas acredito que não temos chance de triunfar contra esse movimento se não discernirmos e reconhecermos a necessidade que está em sua base e se não tivermos a oferecer um meio superior de satisfazê-la (Marlio, 1938 *apud* Reinhoudt; Audier, 2018, p. 169, tradução nossa).





Estátua do filósofo chinês Confúcio (551-479 a.C.) em área de templo confucionista em Nanquim, China

Parte dos membros do colóquio aproximaram-se, como visto, de explicar o principal problema do liberalismo clássico: a ausência do ser humano enquanto eixo epistêmico. No entanto, tais conclusões acertadas ficaram restritas aos anais do evento, e funcionam muito mais como registro histórico das insuficiências autodiagnosticadas do liberalismo do que como fundamento para a construção do que viria a se denominar de neoliberalismo. Pode-se dizer, em verdade, que o primeiro encontro da Sociedade de Mont Pèlerin foi o evento realmente responsável por gestar o que é hoje reconhecido como neoliberalismo. Ao colóquio coube tão somente o chamado aos liberais do mundo para repensar sua filosofia.

Isso se deu porque essa nova reunião de liberais contou com uma formação diferente da do evento anterior. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América aumentaram sua influência econômica e intelectual. Por outro lado, os liberais franceses foram severamente abalados pela ocupação nazista de seu país, com alguns fugindo e outros se aliando ao governo de Vichy (Mirowski; Plehwe, 2009). Nesse contexto, em 1947, Friedrich von Hayek organizou um encontro liberal no hotel suíço Mont Pèlerin para discutir os rumos do liberalismo, assim como fora feito no Colóquio de Walter Lippmann. O evento contou com uma participação muito mais significativa de estadunidenses: 17 dos 39 membros, considerando que três deles eram austríacos repatriados.

Se a obra de Lippmann funcionou como a base para o colóquio, foram as obras de Hayek e de sua instituição, a Escola de Chicago, que guiaram o evento suíço. A maioria de seus membros estadunidenses tinha relação direta ou indireta com os Chicago Boys, defensores ferrenhos do mercado enquanto instrumento ótimo de alocação de recursos.

Da nova correlação internacional de forças e da nova composição do quadro liberal, resultou que o evento de Mont Pèlerin desconsiderou as críticas de Lippmann, Rüstow e Marlio ao liberalismo clássico. O liberalismo reformado proposto ao final das reuniões apresentou, na verdade, um aprofundamento do que aqueles autores denunciaram. Este, que viria a ser denominado de *neoliberalismo*, fixou como seu centro epistêmico o mercado, em

Se em toda parte o neoliberalismo condiciona os indivíduos a um constante estado de competição e os aliena de suas coletividades, nos países subdesenvolvidos ocorre uma negação de suas especificidades culturais e uma reafirmação de sua subalternidade econômica

vez do *homo economicus*, e o fez destacando seu aspecto concorrencial.

Milton Friedman, importante pensador da Escola de Chicago, colega de Hayek e participante do evento de Mont Pèlerin, assim sintetiza essa transição:

O neoliberalismo aceitaria a ênfase do liberalismo do século XIX na importância fundamental do indivíduo, mas substituiria o objetivo do *laissez-faire* desse período pelo objetivo da ordem competitiva como meio para esse fim. Ele buscaria utilizar a concorrência entre produtores para proteger os consumidores da exploração, a competição entre empregadores para proteger os trabalhadores e proprietários, e a concorrência entre consumidores para proteger as próprias empresas. O Estado teria a função de supervisionar o sistema, estabelecer condições favoráveis à concorrência e impedir monopólios, fornecer um quadro monetário estável e aliviar casos de extrema miséria e sofrimento. Os cidadãos seriam protegidos contra o Estado pela existência de um mercado privado livre e, uns contra os outros, pela preservação da concorrência (Friedman, 1951, p. 3, tradução nossa).

Se o liberalismo clássico negligenciava parte das relações humanas ao focar sua atenção no *homo economicus*, o neoliberalismo nega-as completamente: seu eixo epistêmico nem ao menos é algum aspecto do próprio ser humano, mas sim o mercado. E esse “mercado” neoliberal parte ainda de uma abstração, uma vez que a esfera mercadológica, em seus múltiplos determinantes, é reduzida à lógica concorrencial mencionada por Friedman.

Por conta disso, a sociedade neoliberal se configura como um conjunto de indivíduos que se relacionam entre si apenas pelo viés da concorrência mercadológica. Disputam-se cargos entre colegas de trabalho, verbas entre instâncias do poder público e, no plano internacional, posições privilegiadas entre os membros dos mercados globais. É dessa nova racionalidade, baseada na competitividade de mercado, que emerge o modelo neoliberal de globalização:

O critério principal é a competitividade; dele derivam os imperativos universais de desregulação, privatização e redução da intervenção governamental nos processos eco-



Milton Friedman  
(1912-2006),  
economista norte-  
americano, pioneiro  
do pensamento  
neoliberal

nômicos. O neoliberalismo está transformando os Estados em amortecedores situados entre as forças econômicas externas e a economia nacional; ou seja, agências destinadas a adaptar as economias nacionais às demandas da economia global. Assim, o mercado se liberta de quaisquer barreiras nacionais, submetendo a sociedade global às suas leis (Cox, 1995, p. 39).

A sociedade global é, assim, submetida a um modelo que prescinde de uma atuação ativa dos Estados em suas respectivas economias. As relações entre as sociedades deixam de ser mediadas pelas instituições públicas e passam a se pautar pela concorrência, espelhando o que ocorreu com as relações interpessoais no âmago das sociedades neoliberais.

Nessa busca por difundir pelo mundo uma abstração pretensamente universal, isto é, a concorrência de mercado, o neoliberalismo acaba por generalizar as sociedades em que penetra. Assim, as especificidades de cada região são mercantilizadas ou, quando isso não é possível, negadas pela globalização neoliberal: “É assim que o pensamento neoliberal inventa um mundo que parece integrado, que tende a funcionar harmonicamente, no qual as ‘complementaridades’ não só substituem como suprimem as ‘antinomias.’” (Ianni, 1998, p. 31-32)

Boaventura Santos converge para essa perspectiva ao afirmar que a globalização neoliberal é “um novo passo do capitalismo global, no sentido de sujeitar a totalidade inesgotável do mundo à lógica mercantil” (Santos, 2002, p. 274). A essência da globalização neoliberal é, portanto, uma expansão predatória e generalizadora da razão neoliberal, cuja essência é a competição mercadológica e o pressuposto é a limitação da atuação do Estado.

Dessa limitação surge uma outra característica da globalização neoliberal: se por um lado esse fenômeno nega as especificidades de cada país e região, homogeneizando o mundo, por outro ele amplia as desigualdades entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Isso ocorre pois, ao negar aos Estados a possi-

A criação de valor deixa de ser a necessidade primária do modo de produção, e o projeto passa a ter como objetivo último a produção de utilidade à sociedade. Na economia do projetamento, por conseguinte, a relação entre custo e benefício é concebida em termos de utilidade social

bilidade de intervir ativamente na economia, desenvolvendo suas respectivas nações, o neoliberalismo acaba por favorecer a reprodução das assimetrias do atual sistema econômico internacional. É o que conclui, por exemplo, Ha-Joon Chang:

[O] livre comércio, as políticas de livre mercado são políticas que raramente funcionaram, se é que um dia deram certo. A maioria dos países ricos não utilizou essas políticas quando eram países em desenvolvimento, enquanto essas políticas desaceleraram o crescimento e aumentaram a desigualdade da renda nos países em desenvolvimento nas últimas três décadas (Chang, 2013).

É nesse sentido que o neoliberalismo se torna, para além de uma mera filosofia construída nos Alpes Suíços, parte essencial da superestrutura capitalista: ele atua na reprodução da divisão internacional do trabalho, que torna possível o capitalismo financeirizado. Nessa etapa do capitalismo, o capital prefere se valorizar na esfera financeira, pois esta oferece taxas e ritmos de lucratividade mais elevados do que os oferecidos pela esfera produtiva: “Na base do capitalismo estão o trabalho social e o dinheiro que ‘aparece’ valorizando-se a si mesmo, mas percorre de fato o caminho da produção. Porém, é uma parte cada vez menor do dinheiro que percorre o caminho da produção [...]” (Tavares, 1998, p. 67)

Esse capitalismo financeirizado renega, então, a produção efetiva de mercadorias e a delega ao mundo subdesenvolvido, aproveitando-se, portanto, da condição subalterna desses países. O neoliberalismo torna-se extremamente útil para esse sistema, alienando dos Estados nacionais o potencial de desenvolver suas economias e assim galgar posições mais favoráveis na divisão internacional do trabalho.

A desregulamentação proposta pelo neoliberalismo favorece ainda o livre fluxo de capitais, que por sua vez permite ao capitalismo financeirizado penetrar em mercados locais

e realizar constantemente seu ciclo de valorização. Esse fenômeno é assim sintetizado por Alfredo Saad-Filho:

O neoliberalismo baseia-se no poder do Estado para impor a hegemonia da finança globalizada em cada área da vida social, em particular a própria produção, sob o véu ideológico da não intervenção; e ele exige que cada Estado nacional dirija, apoie e gereencie a internacionalização da produção e das finanças em seu território. A forma de reprodução social que se segue é tipicamente *neoliberal* — ela é a forma historicamente específica de existência do capitalismo contemporâneo, ou o sistema de acumulação dominante (Saad-Filho, 2015, p. 67).

Em suma, a globalização neoliberal deve ser entendida como um processo que se originou no primeiro encontro da Sociedade de Mont Pèlerin, em 1947, como resultado de uma renovação e radicalização do liberalismo clássico. Tornou-se, então, um elemento da formação econômico-social do capitalismo financeirizado, por sua capacidade de reproduzir as assimetrias econômicas entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, garantindo com isso a atual divisão internacional do trabalho. Suas consequências mostram-se particularmente violentas: se em toda parte o neoliberalismo condiciona os indivíduos a um constante estado de competição e os aliena de suas coletividades, nos países subdesenvolvidos ocorre uma negação de suas especificidades culturais e uma reafirmação de sua subalternidade econômica.

Em resposta à globalização neoliberal, o modelo de globalização chinês emerge a partir da nova economia do projetamento e oferece uma alternativa ao propor o estabelecimento de uma comunidade internacional cooperativa, com respeito às especificidades locais e objetivando a prosperidade e o bem comuns, conforme tratado na seção seguinte.

### 3. A NOVA ECONOMIA DO PROJETAMENTO E A GLOBALIZAÇÃO INSTITUÍDA PELA CHINA

Antes de iniciar a discussão quanto à orientação geopolítica chinesa e seu novo modelo de globalização emerso da NEP, é fundamental resgatar as contribuições seminais de Ignácio Rangel no que tange à economia do projetamento. Segundo Rangel (1956), o projetamento é, em sua essência, o modo como se materializa o investimento; diz respeito à alocação de recursos e à seleção da técnica, de forma que o projeto se constitua na melhor escolha em termos do custo e do benefício sociais.

É crucial ressaltar, no entanto, que tal análise de custo e benefício difere daquela conduzida pelo empresário privado, como destaca Rangel (1956). Sobretudo, o custo e o benefício social tomados em consideração pelo projetamento estatal contemplam a sociedade em sua totalidade, enquanto o empresário privado os analisa em função apenas dos interesses de sua empresa. Além disso, o projetamento estatal oferece capacidade de coordenação e de ampliação do horizonte temporal do projeto em patamares inatingíveis pela ação individual do empresário:

O balanço da economia nacional deve conduzir-nos por um caminho mais curto aos mesmos resultados que busca o empresário privado por sua ação empírica: em resumidas contas, deve, no conjunto, indicar-nos projetos que maximizem o benefício para o mesmo custo, com duas importantes qualificações. Em primeiro lugar, essa maximização deve referir-se, tanto quanto possível, a toda a vida do projeto, não a um momento isolado. Geralmente o empresário privado orienta-se pelo custo e pelo benefício, tais como estes

resultam dos preços vigentes antes do projeto, e não é raro que suas expectativas se revelem ilusórias, por efeito do seu e de outros projetos concomitantes. Em segundo lugar, os conceitos de custo e de benefício devem ser reformulados, no sentido de que comportem não apenas o custo e o benefício diretos, mas também os indiretos. Nosso critério deve ser o custo e o benefício para a sociedade, não para a empresa (Rangel, 1956, p. 257).

Assim, na economia do projetamento, conforme Jabbour *et al.* (2020), a categoria utilidade<sup>1</sup> se encontra no cerne da análise econômica, em detrimento mesmo da categoria valor. A criação de valor deixa de ser a necessidade primária do modo de produção, e o projeto passa a ter como objetivo último a produção de utilidade à sociedade. Na economia do projetamento, por conseguinte, a relação entre custo e benefício é concebida em termos de utilidade social. Ainda segundo Jabbour *et al.* (2020, p. 28), o projetamento constitui o ápice do papel da razão sobre o processo de produção:

Ignácio Rangel, em sua “ciência do projetamento”, estava a sistematizar a *razão* e sua expressão no processo de reprodução social, sendo o processo de produção (de *utilidades*) não somente seu próprio núcleo, mas também seu campo privilegiado de ação. O projetamento é instrumento de um Estado guiado pela ciência em todos os seus matizes.

Além disso, Rangel (1956) observa que o projetamento existe apenas em condições específicas, concretas. Não há um projetamento geral, abstrato, e muito menos ideal. Dado esse caráter, o projetamento é, em essência, espacial e historicamente determinado. A compreensão das dinâmicas gerais do sistema econômico é instrumento para as decisões de alocação de recursos e seleção da técnica, mas o projeto, em si mesmo, não pode prescindir da análise da especificidade das condições locais e do respectivo momento histórico:

O planejamento e o projetamento econômicos não poderão ser feitos cientificamente exceto se tomarmos em consideração as peculiaridades da economia em que se fazem. O planejamento em geral, “puro”, é um mito. [...] Por outro lado, só a compreensão do funcionamento geral do mecanismo econômico pode, no nível do projetamento, instruir-nos como, pela seleção de técnicos e alocação de recursos, agir no sentido desejado, sobre a estrutura da oferta e sobre a da procura (Rangel, 1956, p. 212).

A NEP emersa na China, portanto, obedece a configurações específicas de tempo e espaço. Deriva da concepção de economia do projetamento de Ignácio Rangel, mas tem sua efetivação determinada pelo momento histórico e pelas condições estruturais do território e da formação econômico-social da China. Assim, a NEP se estabelece como uma forma superior de planificação e de elaboração de projetos econômicos, tendo à disposição novos instrumentos técnicos (como *big data* e inteligência artificial) e institucionais (como a sofisticada estrutura de propriedade do Estado chinês e o controle sobre os instrumentos de acumulação), como apontam Jabbour *et al.* (2020).

---

<sup>1</sup> Cabe destacar que a noção de utilidade na economia do projetamento difere daquela referida pela economia neoclássica, como enfatizam Jabbour *et al.* (2020, p. 27-28): “Oportuno notar que, ao manejarmos o conceito de utilidade, estamos trabalhando sob uma outra perspectiva, algo muito distante da maximização da utilidade, muito cara aos neoclássicos, que [a] definem como uma resposta do indivíduo confrontado com a concorrência e o mercado [...]. A utilidade aqui é posta inclusive como separada da categoria valor, justamente por ser o nômemo de um momento histórico em que a criação de valor vai deixando de ser uma necessidade primária do sistema.”

Desse modo, a NEP é uma inédita capacidade estatal no que se refere à racionalização do planejamento e projetamento econômicos (Jabbour; Dantas; Vadell, 2021); é o estágio mais elevado de instrumentalização da razão como meio de enfrentamento dos desafios para o desenvolvimento (Jabbour; Capovilla, 2024). Adiante, a NEP é discutida em mais detalhes enquanto forma mais avançada do socialismo com características chinesas (Jabbour; Dantas; Vadell, 2021).

Apresentadas a economia do projetamento e a NEP, é possível retomar a discussão quanto ao modelo de globalização chinês. Contudo, antes de tratar desse novo modelo de globalização propiciado pela NEP, cabe resgatar a trajetória histórica da estratégia geopolítica e das relações econômicas internacionais da República Popular da China desde a Revolução de 1949.

Primeiramente, cabe salientar que os valores civilizacionais construídos ao longo de 5 mil anos de história constituem as bases para a orientação da estratégia geopolítica da China (Jabbour; Dantas; Vadell, 2021). Conforme documentado pelo International Cooperation Center (ICC, 2024), órgão constitutivo do governo central chinês, há sete décadas a China guia suas relações internacionais por meio dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, quais sejam: (i) respeito mútuo pela soberania e integridade territorial; (ii) não agressão; (iii) não interferência em assuntos internos; (iv) igualdade e mútuo benefício; e (v) coexistência pacífica. Mais recentemente, com a irrupção e estabelecimento de um estágio superior de desenvolvimento alcançado pela China, isto é, com a formação da NEP, novas diretrizes geopolíticas foram introduzidas pela concepção de *comunidade de destino compartilhado para a humanidade* (Jabbour; Dantas; Vadell, 2021).

Aqui, propomos tratar dessas duas “fases” de orientação geopolítica da China contemporânea. Embora o próprio ICC (2024) reafirme que os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica são atemporais, a proposição da ideia de *comunidade de destino compartilhado para a humanidade* marca a transição para uma nova estratégia de posicionamento geopolítico, propiciada pela NEP. Na primeira fase, a orientação geopolítica chinesa refletia as ambições, no plano internacional, de uma civilização que, sob as bases do “socialismo com características chinesas”<sup>2</sup>, ainda se encontrava em momento de ampliação e desenvolvimento de suas forças produtivas e de sua base material.

Na segunda fase, por sua vez, a orientação geopolítica chinesa se manifesta em uma estratégia mais ambiciosa, como contraponto à globalização neoliberal, já no contexto de um mundo multipolar: trata-se da *globalização instituída pela China* (GIC), conforme proposto por Vadell, Secches e Burger (2019). A GIC apresenta-se, portanto, como a vertente geopolítica da NEP, que Jabbour, Dantas e Vadell (2021, p. 97) entendem como “forma histórica mais avançada do socialismo com características chinesas”.

<sup>2</sup> Sobre o “socialismo com características chinesas”, Jabbour e Capovilla (2024, p. 6-7) afirmam: “Em um país caracterizado pelo objetivo familiar da prosperidade e fartura, a busca pela verdade nos fatos e a emancipação da mente se transformaram em instrumentos de luta política e ideológica por um marxismo avesso ao ascetismo. Já em Deng Xiaoping, o marxismo e o socialismo demandam validação teórica por meio do acréscimo da capacidade estatal de ampliar a base material da sociedade, aprimorar o Estado socialista e melhorar a vida do povo. Na verdade, o que Deng Xiaoping popularizou como ‘socialismo com características chinesas’ nada mais é do que a efetivação da necessária correspondência entre a teoria universal do marxismo às [sic] condições concretas da China. É da substância lógica do materialismo contemporâneo sua realização na história.”

Remetendo, primeiramente, às origens da civilização chinesa para a compreensão das bases epistemológicas que norteiam a estratégia geopolítica da China, cabe resgatar a síntese de Jabbour, Dantas e Vadell (2021, p. 99):

A China é uma civilização milenar, nascida após o processo de sedentarização de tribos nômades nos grandes vales dos rios Yangtsé e Amarelo. Com cerca de 5 mil anos de existência, esta civilização passou a orbitar em torno de milhares de famílias camponesas cuja produção em larga escala de arroz e demais cereais foi-se tornando a principal ocupação laboral. As possibilidades abertas pela abundância de água e solo fértil levou [sic] a um rápido desenvolvimento de suas forças produtivas materiais, criando condições ao [sic] precoce surgimento de uma larga economia de mercado. [...] Guardadas as devidas proporções históricas, a China já surge como uma forma primitiva de Estado desenvolvimentista secular. Essa característica é resultado de um Estado nacional que nasce tendo diante de si a tarefa de organizar, elaborar e executar milhares de intervenções sobre o território diante da necessidade de contenção de enchentes e de construção de cidades comerciais e administrativas.

Portanto, a China já nasce enquanto civilização de mãos dadas com um Estado nacional de extraordinária capacidade de elaboração, organização e execução de intervenções de elevada magnitude, orientado ao alcance do bem-estar comum. Os atributos histórico-civilizacionais moldam o Estado chinês na persecução de seus objetivos intra e extraterritoriais, mediante robusta capacidade de intervenção.

Assim, a orientação geopolítica chinesa ao longo das últimas sete décadas é produto da extraordinária capacidade de atuação e influência do Estado chinês. Quanto às origens dessa estratégia de ação internacional, Richardson (2005) afirma que os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica foram elaborados pelo Partido Comunista Chinês (PCCh) ao longo da década de 1940 e consolidados por Mao Zedong antes mesmo do estabelecimento da República Popular da China, em outubro de 1949. Conforme afirma Liu (2014, p. 13, tradução nossa):

Os Cinco Princípios foram uma resposta direta ao apelo dos países em desenvolvimento contra o imperialismo, o colonialismo e o hegemonismo, refletindo as aspirações dessas nações por independência, autonomia, progresso e desenvolvimento. Além disso, os Cinco Princípios abriram um caminho pioneiro para a cooperação entre países com diferentes ideologias e sistemas sociais.

Aqui, cabe destacar dois pontos principais. Primeiro, os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica são propostos como uma resistência ao imperialismo, colonialismo e hegemonismo. Ou seja, são uma resposta à globalização predatória gestada pelo Ocidente. Segundo, os Cinco Princípios se apresentam como uma ideologia sincrética, capaz de unir sociedades distintas, com respeito às soberanias e autonomias nacionais, em torno de propósitos comuns, como a paz, a igualdade e a prosperidade.

Para além da retórica, os Cinco Princípios materializam-se nas ações geopolíticas da República Popular da China. Conforme Richardson (2005), em linhas gerais, as relações diplomáticas chinesas de fato guiaram-se pelos Cinco Princípios, a despeito de um curto período, entre 1966 e 1968, nos anos iniciais da Revolução Cultural. Nesse breve intervalo, os Cinco Princípios foram suplantados por uma estratégia mais agressiva de apoio a movimentos revolucionários estrangeiros. Contudo, com o resgate dos Cinco Princípios na política





Deepseek, chat de inteligência artificial chinês, abre novas fronteiras para a “globalização” oriunda da economia do projeto

externa, a China voltou a criar laços diplomáticos com uma variedade de Estados, mirando, em última instância, o estabelecimento de um “novo modelo” de relações internacionais. Como afirma Richardson (2005, p. 103-104, tradução nossa),

até o momento, várias escolhas importantes da política chinesa permaneceram estritamente nos marcos dos Cinco Princípios. Em vez de concentrar seus esforços apenas em outros Estados socialistas do Sudeste Asiático, a China dedicou considerável energia ao fortalecimento de laços com uma variedade de nações. [...] Parte da motivação de Pequim era a necessidade de demonstrar — independentemente das ameaças — seu compromisso com uma nova forma de conduzir as relações entre os Estados.

Esse “novo modelo” de relações internacionais, como apontam Liu (2014) e ICC (2024), refletem a ambição chinesa de promover um novo padrão de relações entre Estados, pautado pela paz, pelo respeito às soberanias nacionais e pelo desenvolvimento comum, como determinam os Cinco Princípios. Nisso reside o contraponto chinês ao imperialismo, colonialismo e hegemonismo promovidos pelo Ocidente. Ademais, tal estratégia de inserção geopolítica também é reflexo dos esforços de Mao Zedong “na manutenção do poder diante de um cenário internacional amplamente hostil”, como afirmam Jabbour e Capovilla (2024, p. 7).

Durante e após a era das reformas, as ações geopolíticas chinesas caracterizam-se pelo pragmatismo, como aponta Zhang (2015). O axioma estratégico de Deng Xiaoping, *tao guang yang hui* (韬光养晦, ou “manter um perfil discreto”), reflete a orientação pragmática das relações internacionais nesse período. Em linha com os Cinco Princípios, nos planos

político e militar a China preservou a estratégia de cooperação e coexistência pacífica; no plano econômico, as relações internacionais pautaram-se pelo aproveitamento das oportunidades criadas pela integração do país a economias capitalistas (Zhang, 2015).

Como Jabbour, Dantas e Vadell (2021) indicam, as ações dos Estados no âmbito internacional são condicionadas pela estrutura nacional. Assim, é imprescindível relacionar a estratégia geopolítica pautada pelos Cinco Princípios ao estágio em que se encontrava o “socialismo com características chinesas”.

Nesse sentido, cabe aqui sintetizar as etapas do desenvolvimento da República Popular da China. Medeiros (2013) propõe uma periodização em seis etapas, quais sejam: (i) coletivização das terras, de 1949 a 1958; (ii) “grande salto” da indústria pesada, entre 1958 e 1966; (iii) Revolução Cultural, entre 1966 e 1978; (iv) introdução do sistema de “responsabilidade familiar” e abertura externa, de 1978 a 1991; (v) aprofundamento das reformas, diversificação das exportações e expansão da indústria pesada, de 1991 a 2001; e, por fim, (vi) investimento em infraestrutura e indústria pesada, entre 2001 e 2009.

Nesse contexto do desenvolvimento nacional, em especial com as reformas e abertura externa pós-1978, as relações internacionais da China, embasadas nos Cinco Princípios, guiavam-se pelo pragmatismo e pela inserção na economia capitalista para, conforme aponta Borghi (2015), superar gargalos tecnológicos e a restrição à entrada de divisas estrangeiras, de modo a complementar os recursos domésticos e prover as condições necessárias ao desenvolvimento econômico. Portanto, nessa primeira fase de orientação geopolítica chinesa, segundo o modelo que aqui propomos, a China instrumentalizou suas relações internacionais para o desenvolvimento de suas bases materiais e suas forças produtivas.

Além disso, a orientação geopolítica da China nesse momento, mais comedida e pragmática, era também reflexo de sua posição perante o Ocidente. Dado que as bases materiais e as forças produtivas chinesas encontravam-se em período de ampliação e desenvolvimento, a China ainda não havia reunido as condições para fazer frente à liderança dos Estados Unidos.

No entanto, esse status se subverte, uma vez que a China desenvolve internamente um núcleo de progresso técnico e amplia suas bases materiais. Ou seja, a China alcança, nos termos de Jabbour, Dantas e Vadell (2021), um estágio superior do socialismo, a NEP, reunindo as condições e capacidades materiais para elevar sua influência internacional, agora oferecendo um contraponto ao modelo neoliberal liderado pelos Estados Unidos.

Assim, esse novo estágio de desenvolvimento do socialismo com características chinesas tem seu *turning point* com o 11º Plano Quinquenal (2006-2010), que recria o Sistema Nacional de Inovação (SNI) chinês, responsável por disrupções tecnológicas em áreas como inteligência artificial (IA), *big data* e 5G (Jabbour; Capovilla, 2024). Com o estabelecimento da NEP, inaugura-se uma nova fase de orientação geopolítica da República Popular da China, remetendo ao conceito de *globalização instituída pela China*, proposto por Vadell, Secches e Burger (2019).

Como supramencionado, Jabbour, Dantas e Vadell (2021) afirmam que não é possível dissociar a estratégia geopolítica chinesa de suas origens histórico-civilizacionais. Conforme afirmam os autores, nesta fase, sob a liderança de Xi Jinping, a China orienta suas relações internacionais pela concepção de *comunidade de destino compartilhado para a humanidade* (CDCH, ou *renlei mingyun gongtongti* [人类命运共同体]). Tal concepção remete ao confucionismo, como aponta Zhang (2015, p. 215-216, tradução nossa):

Uma grande estratégia confuciana de relacionamento inclusivo pode conceber seus objetivos principais em dois níveis. No primeiro nível, mais prático, a estratégia deve visar estabelecer relações de benefício mútuo e confiança com todos os países do mundo. No segundo nível, mais visionário, deve-se procurar estabelecer a humanidade como o propósito moral central das relações internacionais e, assim, criar uma comunidade internacional humanizada de Estados. Os conceitos-chave nessa formulação são relacionamento, benefício mútuo, confiança e humanidade. O confucionismo, como forma de vida, é fundamentalmente um paradigma ético de vida social relacional. Em vez de usar relacionamentos particulares para alcançar fins instrumentais, o confucionismo toma o estabelecimento de relacionamentos adequados como o fim da interação social. É o caráter e a qualidade particulares dos relacionamentos que uma vida social confuciana busca. Historicamente, os confucionistas consideravam o *ren* a qualidade relacional mais alta. O *ren* era entendido como uma condição psicológica capaz de produzir sentimentos de afeto e obrigação com vínculos emocionais e implicações éticas. [...] O conceito de ganha-ganha para todos (*Gòng yíng* [共贏]), enfatizado em quase todas as principais declarações de política externa da administração Xi, é claramente um conceito relacional.

Ou seja, a globalização instituída pela China, orientada pela CDCH, tem como pilares fundamentais a promoção da prosperidade e do bem comuns, por meio de relações internacionais pautadas pela cooperação e respeito às soberanias e às diferenças culturais entre os povos (Jabbour; Dantas; Vadell, 2021). Trata-se, portanto, de um modelo de globalização oposto ao neoliberal, caracterizado pela ascensão da concorrência interestatal. Como registra Liu (2014, p. 479, tradução nossa):

Para alcançar um progresso mútuo e vantajoso, os países precisam se engajar em uma cooperação internacional mutuamente benéfica com base na igualdade. Eles devem promover o estabelecimento de uma comunidade de destino compartilhado, na qual o desenvolvimento seja alcançado e compartilhado por todos. Os países devem promover a cooperação econômica com base no benefício mútuo e impulsionar o desenvolvimento comum por meio de seu próprio desenvolvimento, o qual, por sua vez, pode ser garantido pelo desenvolvimento comum. Os países devem abandonar a mentalidade de choque de civilizações e promover intercâmbios entre diferentes culturas, como o do chá e o do café. É importante avançar no desenvolvimento coordenado e sustentável da economia, da sociedade e do meio ambiente, promover o bem-estar duradouro da humanidade e os interesses comuns da comunidade internacional.

Assim, nota-se que, no plano das ideias, a CDCH é uma continuidade (ou uma evolução) dos ideais já expressos nos Cinco Princípios. Contudo, no plano das ações concretas, a CDCH conduz um estágio superior — que se propõe mais ambicioso e influente que a fase antecessora — de estratégia geopolítica, no qual a China visa constituir as bases para um novo modelo de globalização, mais tolerante, inclusivo e próspero. Trata-se de um processo em início, mas que já se impõe em um mundo multipolar e contesta a ordem neoliberal comandada pelos Estados Unidos.

Em vista do exposto, a GIC, emersa da forma histórica mais avançada do socialismo com características chinesas e orientada pela CDCH, expressa o plano chinês de instrumen-

talização da razão e da técnica em prol da prosperidade e do bem comum. Como afirmam Jabbour e Capovilla (2024, p. 20), a NEP

também pode ser vista como governança baseada no exercício da *razão* — liderança política comprometida com a totalidade sistemática dos desafios a serem enfrentados na consecução dos objetivos nacionais do desenvolvimento, prosperidade e bem comuns socialistas. Uma espécie de *science-led government* que confere ao socialismo com características chinesas forma histórica especial na transformação da razão em instrumento de governo.

Desse modo, a GIC pode ser interpretada como um esforço de promoção internacional do modelo chinês de desenvolvimento, ou do socialismo com características chinesas, que encontra na NEP sua forma histórica mais avançada. No que diz respeito às políticas externas nessa nova fase, a frente mais ambiciosa se materializa com os robustos investimentos em infraestrutura da Belt and Road Initiative (BRI, ou Iniciativa do Cinturão e Rota), como apontam Jabbour, Dantas e Vadell (2021, p. 102-103):

Dialeticamente a China assume uma posição na arena internacional onde seu desenvolvimento econômico se desdobra para muito além de suas fronteiras. As possibilidades abertas por um estágio único e novo de desenvolvimento (nova economia do projeto) colocam o país em condições de destravar os investimentos em infraestrutura em escala global. Suas instituições financeiras, a capacidade instalada de sua indústria, uma governança baseada na razão (*science-based government*) e a velha bandeira que um dia sacudiu a periferia colonial em nome do direito ao desenvolvimento e planejamento das políticas nacional [sic] são os cordéis da GIC. [...] A GIC, amparada por sólidos instrumentos políticos, financeiros, institucionais e pelo BRI, gerados pela entrada da China em um inédito estágio de desenvolvimento — nova economia do projeto —, são uma antessala de uma moderna geopolítica popular e anticolonialista, em processo de evolução histórica.

Em suma, nesta seção buscamos contribuir, principalmente, fazendo uma distinção da estratégia geopolítica da República Popular da China em duas fases: na primeira, o socialismo com características chinesas ainda se encontrava em momento de ampliação de suas bases materiais e de suas forças produtivas. Assim, a estratégia geopolítica chinesa, sob as bases ideológicas dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, guiou-se pelo pragmatismo e por uma influência mais comedida no plano internacional. Nessa fase, as relações internacionais foram instrumentalizadas visando, sobretudo, ao desenvolvimento das capacidades internas de reprodução das bases materiais.

Uma vez desenvolvidas tais capacidades na fronteira da tecnologia (representada pela inteligência artificial, *big data* e 5G, entre outras), isto é, uma vez que a China alcança um estágio superior de desenvolvimento de suas forças produtivas, dado pela nova economia do projeto, inaugura-se uma nova fase de estratégia geopolítica: a *globalização instituída pela China*. Assim, com base em, sobretudo, Jabbour, Dantas e Vadell (2021) e Jabbour e Capovilla (2024), buscamos avançar com a ideia de que a globalização instituída pela China é produto da nova economia do projeto e reflete os valores histórico-civilizacionais do povo chinês, contidos na concepção de *comunidade de destino compartilhado para a humanidade*. Trata-se, portanto, de uma nova fase de atuação e influência da China em termos de política externa,

propiciada pelo estágio mais avançado de instrumentalização da razão e da técnica em nome da prosperidade e do bem comuns.

No contexto de um mundo multipolar, a China encontra-se na fase inicial do processo de ampliação internacional de seu modelo de desenvolvimento, que se propõe mais tolerante, inclusivo e igualitário que o modelo neoliberal dos Estados Unidos. A análise acerca da contraposição entre esses dois modelos é aprofundada na seção seguinte.

#### 4. O CHOQUE

A ascensão da China à posição de superpotência global, propiciada pelo desenvolvimento do socialismo com características chinesas, isto é, pelo estabelecimento da nova economia do projetamento, tem posto em xeque a liderança hegemônica dos Estados Unidos. Emerge, nesse contexto, uma alternativa de globalização que se opõe ao modelo imposto pelo neoliberalismo.

Ideologicamente, os dois modelos apresentam diferenças fundamentais. Na vertente neoliberal, o mercado em seu aspecto concorrencial é o eixo epistêmico. Os indivíduos são por isso entendidos fundamentalmente como agentes de mercado, e a sociabilidade humana é reduzida à concorrência. Na alternativa chinesa, fortemente influenciada pelos valores históricos e civilizacionais do confucionismo, o estabelecimento de relações sociais adequadas — *proper relationships*, nos termos de Zhang (2015) — é tido como um fim em si mesmo, o que demonstra que, nesse sistema filosófico em que se alicerça a NEP, o ser humano e suas relações com a coletividade são o eixo epistêmico.

Disso resulta que, no neoliberalismo, o eixo epistêmico surge a partir de um conceito abstrato: a concorrência, elemento que passa a definir as complexas dinâmicas da dimensão mercadológica. Abstraído, esse conceito passa a ser entendido como universal, absoluto, e sua imposição ao mundo nega as antinomias regionais que, por suas características específicas, são incompatíveis com o capitalismo. O modelo chinês, por sua vez, entende-se como regional, dado que assume e valoriza suas raízes confucionistas, e por isso se propõe sincrético, respeitando as especificidades histórico-sociais dos diversos povos, como expresso nos Cinco Princípios e na CDCH. A globalização chinesa une diferentes para um objetivo universal e concreto, alcançar a prosperidade e o bem comuns, ao passo que a globalização neoliberal unifica os diferentes negando suas especificidades, para então sujeitá-los a uma entidade abstrata e (supostamente) universal: o mercado.

Como manifestação dessa divergência epistêmica, no plano internacional o neoliberalismo construiu um mundo globalizado permeado pela concorrência mercadológica, na qual Estados e empresas disputam entre si posições e recursos. Por outro lado, a NEP propõe ao

As consequências desse tensionamento tendem a ser determinadas tanto pela capacidade do capitalismo em adaptar-se quanto pelo estágio embrionário em que se encontra a nova economia do projetamento

mundo um modelo de desenvolvimento horizontal, cooperativo e benéfico para todos, em que se torna possível pautar a prosperidade e o bem comuns expressos na concepção da CDCH.

No entanto, do que foi tratado anteriormente, pode-se constatar que não se trata meramente de uma disputa epistêmica. O neoliberalismo tornou-se, após sua origem nos Alpes Suíços, um importante componente do capitalismo financeirizado, dado que atua na reprodução das assimetrias entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas e assim garante a atual divisão internacional do trabalho. Já a GIC é desdobramento da NEP, o estágio mais avançado do socialismo chinês, que criou as condições materiais para a construção de um modelo de globalização cooperativo, objetivando a prosperidade e o bem comuns, assentados sobre os ideais confucionistas que emanam do processo histórico-civilizacional da China.

Dessa forma, as relações internacionais promovidas por esses modelos espelham as relações entre os indivíduos nas formações econômico-sociais que as originaram. A sociedade neoliberal oferece aos seus cidadãos uma sociabilidade baseada no individualismo e na concorrência mercadológica, e ao mundo, uma globalização em que as nações competem entre si por objetivos particulares, ao passo que a sociedade proposta pela NEP oferece como alternativa uma relação cooperativa entre seus cidadãos e entre as nações que a ela aderirem, generalizando assim a busca pela prosperidade e pelo bem comuns nos níveis pessoal e internacional.

Como derivação das divergências epistêmicas e de suas respectivas formações econômico-sociais, as globalizações neoliberal e chinesa divergem quanto ao padrão de relações internacionais para o qual cada uma aponta. No âmbito da globalização neoliberal, as interações político-econômicas entre países são pautadas pela concorrência interestatal. Nela, conforme supramencionado, as economias desenvolvidas atuam para preservar sua posição privilegiada na divisão internacional do trabalho, de modo a reproduzir as assimetrias existentes (Chang, 2013). Negam-se, por outro lado, as especificidades de cada nação, que não se alinham ao viés mercadológico do neoliberalismo (Santos, 2002).

Por outro lado, a globalização chinesa se propõe a estabelecer uma comunidade internacional cooperativa, com respeito às soberanias e autonomias locais, cujo objetivo é a promoção da paz, segurança e desenvolvimento produtivo e material do coletivo, isto é, de todos os países. Partindo da Revolução de 1949, a orientação geopolítica da China, pautada pelos Cinco Princípios, afirma-se como uma antítese ao padrão colonialista e imperialista de sua época, conforme apontado por Liu (2014). Desde Mao Zedong, a China objetiva fornecer um novo modelo de relações internacionais (ICC, 2024), distinto daquele difundido pelo Ocidente, que seja regido por relações ganha-ganha, ou seja, benéficas a todas as partes.

Com o desenvolvimento de suas bases materiais e de suas forças produtivas, e, conseqüentemente, com a emergência da NEP, a China enfim reuniu condições e capacidades para propor não somente uma nova diretriz de relações internacionais, mas um novo modelo de globalização que pudesse se contrapor à liderança dos Estados Unidos e sua globalização neoliberal. A globalização instituída pela China, baseada na CDCH, é ainda um processo incipiente, mas que de imediato já ameaça a posição estadunidense. No plano concreto, a principal vertente da GIC tem sido a Belt and Road Initiative (Jabbour; Dantas; Vadell, 2021).

Pela primeira vez desde a queda do Muro de Berlim, avulta-se no horizonte global uma alternativa contra-hegemônica à dominação estadunidense, que se reflete em uma ambiciosa e audaciosa rebelião epistêmica. A China, pela nova economia do projeto, oferece ao mundo não somente um novo modelo de desenvolvimento econômico, mas de

relações interpessoais e internacionais. Como contraponto à concorrência mercadológica, emerge a cooperação. Como superação da instrumentalização da sociedade pelo mercado, propõe-se a instrumentalização do mercado em prol do bem-estar social. Por fim, como resistência à generalização do capitalismo financeirizado, passa a ser possível conceber uma comunidade epistêmica que valoriza, em vez de negar, a imensa diversidade dos legados histórico-civilizacionais da humanidade.

## 5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, foram analisadas a globalização neoliberal, liderada pelos Estados Unidos, e a emergente globalização instituída pela China. Foi constatado a partir deste exercício de investigação que, com o desenvolvimento das bases materiais e das forças produtivas chinesas, cujo desdobramento é a nova economia do projetamento, a China ascendeu geopoliticamente: da periferia da divisão internacional do trabalho, converteu-se em alternativa viável ao capitalismo.

A essas formações econômico-sociais foram então contrapostas suas respectivas bases epistêmicas. De um lado, o neoliberalismo aparece enquanto renovação radical do liberalismo clássico, fundamentado na universalização da concorrência mercadológica nas dimensões interpessoal e internacional. Nele, as antinomias entre as nações são negadas pela hegemonia mercadológica, ao passo que as assimetrias econômicas são reproduzidas e acentuadas pela alienação da capacidade estatal de induzir o desenvolvimento econômico. De outro, a teoria revolucionária marxista e a filosofia milenar confucionista, conjugadas pela essência sincrética da nova economia do projetamento, compõem os alicerces do socialismo chinês. Propõe-se então a formação de uma comunidade epistêmica em nível global, cooperativa, tolerante e inclusiva, com respeito às soberanias e autonomias locais, que objetiva a consecução da prosperidade e do bem comuns.

As consequências desse tensionamento tendem a ser determinadas tanto pela capacidade do capitalismo em adaptar-se quanto pelo estágio embrionário em que se encontra a nova economia do projetamento. Contudo, o que se pode afirmar no momento é que essas consequências serão importante elemento para definir o legado da contemporaneidade para a história. Indubitavelmente, esse tema enseja futuras agendas de pesquisa, cuja relevância científica só encontra paralelos de grandeza no impacto histórico desse fenômeno.

\* Bacharel em Ciências Econômicas, doutorando em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) e Unicamp. Pesquisador em nível de doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). *E-mail*: caiohcirillo@gmail.com

\*\* Doutorando e mestre em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da Unicamp. *E-mail*: joaogmam@gmail.com

► Texto recebido em 31 de outubro de 2024; aprovado em 21 de janeiro de 2025.

BORGHI, Roberto A. Z. **Growth trajectories in the globalization era: a macrosectoral analysis of China and Brazil**. Cambridge: University of Cambridge, 2015.

CHANG, Ha-Joon. **23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo**. São Paulo: Cultrix, 2013.

COX, Robert W Warburton. Critical political economy. In: HETTNE, Björn (Org.). **International political economy: understanding global disorder**. London: Zed Books, 1995. p. 31-45.

FRIEDMAN, Milton. Neo-liberalism and its prospects. **Farmand**, p. 89-93, 1951.

IANNI, Octavio. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 12, n. 2, p. 27-32, 1998.

ICC. **From the Five Principles of Peaceful Coexistence to building a community with a shared future for mankind**: promoting a new type of international relations featuring win-win cooperation. [S.l.]: International Cooperation Center, June 28, 2024. Disponível em: <[https://en.icc.org.cn/specialties/international\\_organization/340.html](https://en.icc.org.cn/specialties/international_organization/340.html)>. Acesso em: 1 out. 2024.

JABBOUR, Elias; CAPOVILLA, Cristiano. Pressupostos dialéticos acerca do socialismo e projeto na China de hoje. **Economia e Sociedade**, v. 33, n. 3, p. 1-24, 9 ago. 2024.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; VADELL, Javier. Da nova economia do projeto à globalização instaurada pela China. **Estudos Internacionais**, v. 9, n. 4, p. 90-105, 2021.

JABBOUR, Elias et al. A (nova) economia do projeto: o conceito e suas novas determinações na China de hoje. **Geosul**, v. 35, n. 77, p. 17-48, 7 dez. 2020.

LIPPMANN, Walter. **An inquiry into the principles of the good society**. London: Routledge, 2017.

LIU, Zhenmin. Following the Five Principles of Peaceful Coexistence and jointly building a community of common destiny. **Chinese Journal of International Law**, v. 13, n. 3, p. 477-480, September 1, 2014.

MEDEIROS, Carlos A. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. p. 79-113.

MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (Ed.). **The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

PAIM, Antonio. **Evolução histórica do liberalismo**. São Paulo: LVM, 2019.

RANGEL, Ignácio. Desenvolvimento e projeto. **Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais**, n. 9, p. 203-283, 1956.

REINHOUDT, Jurgem; AUDIER, Serge. **The Walter Lippmann Colloquium**. Cham: Springer International Publishing, 2018.

RICHARDSON, Sophie D. **China, Cambodia, and The Five Principles of Peaceful Coexistence: principles and foreign policy**. Charlottesville: University of Virginia, 2005.

SAAD-FILHO, Alfredo. Neoliberalismo: uma análise marxista. **Marx e o Marxismo**, v. 3, p. 58-73, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, 1 out. 2002.

TAVARES, Maria da Conceição. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Campinas: IE-Unicamp, 1998.

VADELL, Javier; SECCHES, Daniela; BURGER, Mariana. De la globalización a la interconectividad: reconfiguración espacial en la iniciativa Belt & Road e implicaciones para el Sur Global. **Revista Transporte y Territorio**, n. 21, p. 44-68, Octubre 2019.

ZHANG, Feng. Confucian foreign policy traditions in Chinese history. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 8, n. 2, p. 197-218, June 1, 2015.



# Desenvolvimento agrícola e tecnologias 5.0 no âmbito da nova economia do projeto na China

Agricultural development and 5.0 technologies in China's new project economy

Carlos José Espíndola\*

Fernando dos Santos Sampaio\*\*

Marlon Clovis Medeiros\*\*\*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.171.003>

Divulgação: Horsch



Técnicos chineses durante teste de controle de qualidade da sementeira de precisão em campo de trigo

## RESUMO

O artigo discorre sobre as características do processo de formação e de desenvolvimento da agricultura 5.0 na China. Discutem-se as transformações recentes na agricultura chinesa como parte da nova economia do projeto, ou seja, o estágio superior de planificação econômica que integra inúmeros projetos nacionais e locais. A agricultura 5.0 pode ser entendida como a difusão das tecnologias disruptivas, como 5G, inteligência artificial, *big data*, internet das coisas (IoT), nanotecnologias, *blockchain*, associadas a técnicas de intensificação da produção, de melhoramento genético, de agricultura de precisão, de preservação ambiental, de revitalização rural e de energias limpas. Esse processo vem sendo implantado desde fins dos anos 1990, buscando reverter o abandono do meio rural devido ao êxodo e prevenir futuros problemas de abastecimento alimentar por problemas de produção. Desde os planos quinquenais, alinharam-se diversas políticas e instituições voltadas a essa nova agricultura e setores relacionados, segundo os princípios mais gerais do planejamento chinês, visando a mudanças qualitativas, elevação das condições de vida, modernização produtiva e, mais recentemente, preservação e recuperação ambiental.

**Palavras-chave:** Nova economia do projeto. Agricultura. Planejamento. Revitalização rural. Preservação Ambiental.

## ABSTRACT

This article aims to discuss the characteristics of the process of formation and development of 5.0 agriculture in China. It discusses recent transformations in Chinese agriculture as an inherent part of the new projectment economy, i.e. the higher stage of economic planning that integrates numerous national and local projects. Agriculture 5.0 can be understood as the diffusion of disruptive technologies such as 5G, artificial intelligence, big data, internet of things (IoT), nanotechnologies, blockchain, associated with production intensification techniques, genetic improvement, precision agriculture, environmental preservation, rural revitalization and clean energies. This process has been implemented since the late 1990s, aiming to reverse rural abandonment due to urban migration and to prevent future food supply problems linked to production issues. Since the five-year plans, various policies and institutions have aligned toward this new agriculture and related sectors, following the broader principles of Chinese planning, aiming at qualitative changes, improved living conditions, productive modernization, and, more recently, environmental preservation and recovery.

**Keywords:** New projectment economy. Agriculture. Planning. Rural revitalization. Environmental preservation.

## 1. INTRODUÇÃO

A formação socioespacial chinesa passou, desde o final dos anos 1940, por um intenso processo de transformação na sua estrutura produtiva em função da introdução de inovações institucionais. Essas inovações estão consubstanciadas nos planos quinquenais (PQs), estabelecidos desde 1953. Apesar de os primeiros PQs dedicarem um maior esforço à construção da indústria de base (Milaré; Diegues, 2012), a agricultura foi contemplada com medidas visando a sua modernização.

Assim, o 1º Plano Quinquenal, realizado entre 1953 e 1957, estabeleceu a coletivização das terras, a constituição de cooperativas, estímulos à aquisição de insumos, aumento das áreas irrigadas, criação de indústrias de equipamentos agrícolas, criação de indústrias de insumos químicos, aumento da área plantada e aumento do consumo de energia elétrica. O objetivo geral era o aumento da produção agropecuária com ganhos de escala, o financiamento do setor industrial e a manutenção do emprego<sup>1</sup>.

Nos planos subsequentes, 1958-1962 (2º PQ), 1966-1970 (3º PQ), 1971-1975 (4º PQ) e 1976-1980 (5º PQ), a agricultura foi sendo gradativamente impulsionada, tencionando a ampliação da produção. O terceiro plano apresentava, de forma incipiente, as “Quatro modernizações” (defesa, indústria, agricultura e ciência e tecnologia). Seu lançamento ocorreu no 4º Congresso Nacional do Povo (1975) e foi adotado como a linha oficial do partido no 3º Plenário do 11º Comitê Central (dezembro de 1978), isto é, no 5º Plano Quinquenal (China: 3rd..., 2021a). As “Quatro modernizações” constituíram a principal diretriz para os planos econômicos posteriores.

Enquanto, durante o período do 4º PQ, a taxa de crescimento da produção agrícola anual foi de 3,96%, no 5º PQ foi de 4,9%. Cabe destacar que foi preparado um plano decenal de 1976 a 1985, que apresentava o slogan “Agricultura é a base da economia”. Nele foi projetada a mecanização de 85% de todos os principais processos de trabalho agrícola, objetivando inclusive uma melhor conservação de água e um aumento na área de terra cultivada (China: 5th..., 2021). Em termos gerais, “o gasto total com agricultura, que era de 0,9 bilhão de yuans em 1952, atingiu a marca de 15,1 bilhões ao final da era Mao” (Milaré; Diegues, 2012, p. 374).

Entre o 5º PQ e o 6º PQ (1981-1985), diversas medidas institucionais foram adotadas, destacando-se: (i) a implantação dos contratos de responsabilidade familiar; (ii) a introdução do sistema de liberalização dos preços agrícolas; e (iii) o estímulo à diversificação agrícola. A implantação do sistema de responsabilidade familiar possibilitou autonomia aos produtores para definir técnicas de produção e organização do processo de trabalho, e eles passaram a deter os direitos de propriedade sobre os produtos.

Ainda ao longo do 6º PQ e do 7º PQ (1986-1990), foram promovidas outras alterações: (i) a permissão de transferência dos direitos do uso da terra; (ii) a liberalização dos mercados de insumos e produtos agrícolas; (iii) o incentivo ao deslocamento da mão de obra rural para áreas urbanas; (iv) estímulos à diversificação agrícola, como horticultura, avicultura, produção de laticínios e pecuária, entre outras áreas; (v) o estabelecimento de

<sup>1</sup> “Em 1952, a participação da agricultura era superior a 70% do PIB, mostrando que a economia era primordialmente agrária e que a indústria era praticamente inexistente (sua participação não chegava a 8%). Com as reformas de Mao Tsé-tung e o foco na indústria de base, esta passou a ter uma participação crescente no PIB. Em 1978, 36% do PIB chinês já eram formados pela indústria e 37%, pela agricultura.” (Milaré; Diegues, 2012, p. 371)

instituições financeiras de apoio à agricultura; e (vi) o desenvolvimento de *township and village enterprises* (TVEs)<sup>2</sup> (Bispo; Martins; Cechin, 2023, p. 61).

Na década de 1990, que compreende o 8º PQ (1991-1995) e o 9º PQ (1996-2000), os esforços para o progresso da agricultura objetivavam a busca pelo aumento da produção de grãos, a melhora dos rendimentos dos agricultores, a expansão da utilização de terras subdesenvolvidas, a recuperação das terras em pousio, a introdução de sistemas de crédito cooperativo, a introdução de novas companhias de seguros agrícolas, a introdução de novas tecnologias e o desenvolvimento de empresas líderes na agricultura (China: 8th..., 2021).

Contudo, depois de 1992, as prioridades do governo chinês passaram a ser as grandes cidades, que receberam um impulso gigantesco pelo fácil acesso ao crédito e políticas favoráveis de impostos e uso da terra, enquanto as áreas rurais foram negligenciadas e privadas de investimentos. Esse viés urbano da política estatal teve efeitos perniciosos na economia rural: a indústria no campo estagnou; deixou-se desmoronar a infraestrutura vital, como irrigação; as despesas diárias — impostos agrícolas, taxas médicas, mensalidades escolares — tornaram-se um pesado fardo para as famílias camponesas (Zhan, 2020).

A crescente crise rural finalmente levou o governo chinês a mudar de rumo a partir do seu 10º Plano Quinquenal (2001-2005), com uma série de medidas institucionais como a abolição de impostos agrícolas, a introdução de novos subsídios agrícolas, a criação de fundos de desenvolvimento, a implantação de projetos de infraestrutura rural e a implantação de uma ampla gama de tecnologias (Global Positioning System — GPS —, imagens de satélite, internet, entre outras) nas etapas de produção, logística e consumo.

Assim sendo, este texto objetiva desvendar a implantação das diretrizes, a partir do 9º Plano Quinquenal (1996-2000), que determinaram a construção da agricultura 5.0 e os seus resultados na estrutura produtiva chinesa. Parte-se do pressuposto de que essa agricultura está inserida na “nova economia do projetamento”, pois se trata de milhares de projetos direcionados aos investimentos em tecnologias digitais, como internet das coisas (IoT), *big data*, nanotecnologia, 5G, inteligência artificial, entre outros. Além dos planos quinquenais, entre 2000 e 2019 foram elaborados vários estudos tendo em vista o desenvolvimento rural. Os documentos priorizaram as temáticas de diversificação da produção, incentivo aos produtores familiares, aumento das escalas de produção e adoção de tecnologias sustentáveis. O intuito foi uma maior oferta de produtos com qualidade e custos produtivos reduzidos (Guo, 2020). Em 2017, o Estado implantou o programa Revitalização Rural, que definiu como prioridade a integração entre as famílias de pequenos produtores e a agricultura moderna, propiciando o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas (Zhan, 2020).

Sob esse viés, parafraseando Jabbour e Moreira (2024), a “nova economia do projetamento” é causa e consequência desse processo que envolve, principalmente, o domínio sobre as tecnologias da informação (TI), sobretudo *big data* e os mecanismos da inteligência artificial (IA). A *nova economia do projetamento* é um conceito teórico e prático que visa compreender a estrutura de funcionamento da economia chinesa. Em essência, designa o estágio superior de desenvolvimento do modo de produção dominante, uma (nova) formação econômico-social que emergiu na China como resultado das reformas econômicas iniciadas em 1978 (Jabbour *et al.*, 2020).

---

<sup>2</sup> As *township and village enterprises* (empresas municipais e de aldeia) foram empresas coletivas ou privadas localizadas em áreas rurais da China. Tiveram grande importância no desenvolvimento econômico chinês e são consideradas exemplo de sucesso no desenvolvimento das áreas rurais.



Agricultor opera robô para aplicar defensivo agrícola em campos de trigo em Vila Jiejia, base do principal projeto de pesquisa tecnológica para melhorar a qualidade e a eficiência da produção de grãos na cidade de Zouping, província de Shandong, China. Fevereiro de 2021

Para a elaboração deste artigo, optou-se pelo método exploratório-analítico (Gil, 2002). Foram feitas análises de diferentes artigos de periódicos indexados, livros e teses, entre outros materiais, pretendendo avaliar e situar a bibliografia em relação à temática exposta. Operacionalmente, buscaram-se informações e dados em relatórios do Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais, do Ministério do Comércio da República Popular da China e do Comitê Central do Partido Comunista Chinês. Assim, esquematicamente, o texto está estruturado, além desta introdução e da conclusão, em duas partes. A próxima demonstra a construção da agricultura 5.0 na China e as principais políticas relacionadas. A terceira parte aborda o recente plano de revitalização rural da China.

## 2. A CONSTRUÇÃO DA AGRICULTURA 5.0 NA CHINA

Agricultura 5.0 é um conceito que se tornou fundamental para explicitar a nova dinâmica dos agronegócios antes da porteira, dentro da porteira e pós-porteira. Portanto, pré-produção, produção/agroindustrialização e comercialização. Ela está inserida na Quinta Revolução Tecnológica, iniciada em 1971, com a era da informática e telecomunicações, tendo como base as tecnologias da informação, *chips*, microeletrônica, computadores, *softwares*, telecomunicações, instrumentos de controle, biotecnologia e novos materiais (Perez, 2002; 2004). Nesse rumo, a agricultura 5.0 aplica as tecnologias disruptivas (5G, inteligência artificial, *big data*, IoT, nanotecnologias, *blockchain*, entre outras)<sup>3</sup>. A agricultura 5.0 é uma continuidade e uma descontinuidade tecnológica da agricultura 4.0, caracterizada, nos anos 1990, pelos avanços da biotecnologia (organismos geneticamente modificados — OGMs), agricultura de precisão, sensoriamento remoto de máquinas e equipamentos, cultivo de ve-

<sup>3</sup> A agricultura de precisão foi adotada pela agricultura dos Estados Unidos na década de 1980 sob um prazo longo, de dez a 15 anos, devido à dúvida sobre a lucratividade naquela época, pois ainda não havia evidências legítimas sobre aquela inovação, e a adoção dela era antieconômica (Ahmad; Nabi, 2021).

getais, frutas e verduras tolerantes a agroquímicos, grãos e raízes mais produtivos e adaptados às condições edafoclimáticas.

Na China, a agricultura 5.0 foi sendo construída de forma efetiva a partir do 9º Plano Quinquenal (1996-2000). Han *et al.* (2021) afirmam que, na formulação e implementação do 9º ao 13º PQ (2016-2020), o governo atribuiu grande importância ao conceito de desenvolvimento de qualidade agrícola. Durante o 9º PQ, o desenvolvimento agrícola da China concentrou-se na demanda do mercado e mudou o foco do crescimento da quantidade para o desenvolvimento da qualidade. Os autores demonstram, ainda, que o 9º PQ visou a uma reforma rural pelo estímulo ao consumo de insumos agrícolas, desenvolvimento da indústria rural e incentivo a uma agricultura com ciência e educação.

Em termos gerais, o 9º Plano Quinquenal focou dois pontos para combater o estrangulamento na economia: a reforma das empresas estatais e a produção agrícola, com investimentos em infraestrutura, ciência e tecnologia. O plano exigiu atenção especial em quatro áreas principais: tecnologia de microeletrônica, tecnologia digital, tecnologia de software e tecnologia de rede<sup>4</sup>.

Dessa maneira, objetivando o caminho do desenvolvimento de alto rendimento, alta qualidade e alta eficiência, o 10º PQ promoveu o desenvolvimento de infraestrutura e ajustou a estrutura de cultivo com variedades de produtos com alto rendimento, quantidade e qualidade (Han *et al.*, 2021). O governo chinês, através do plano, vislumbra o aumento anual do crescimento econômico. Para tanto, o imperativo é a prioridade aos investimentos em agricultura, indústria, ciência e tecnologia, antes de esforços puramente militares. Para o conjunto da economia chinesa, no 10º Plano Quinquenal (2001-2005) a inovação ganhou destaque com os programas chamados Golden Projects — incluindo o Golden Bridge e o Golden Customs —, os quais tinham como foco o aumento da capacidade de inovação, especialmente em circuitos integrados e tecnologia de *software* (Nonnenberg; Moreira; Bispo, 2022).

Por sua vez, as diretrizes do 11º Plano Quinquenal (2006-2010) da República Popular da China estabelecem que a indústria continue a retroalimentar a agricultura e direcionar esforços no desenvolvimento de uma agricultura moderna. Além disso, instituem o estímulo ao aumento da produtividade agrícola abrangente, ampliação da produção de grãos, adesão a um sistema de proteção de terras agrícolas mais rigoroso, reconstrução de áreas de irrigação em larga escala, aceleração da melhoria de terras de médio e baixo rendimento e aumento da qualidade das terras agrícolas.

Ademais, chamam a atenção os esforços para o aumento da capacidade de inovação científica e tecnológica agrícola através da construção da Base Nacional de Inovação Científica e Tecnológica Agrícola e do Centro Regional de Pesquisa Científica Agrícola. Essas instituições aspiram a desenvolver pesquisas, melhoramento de variedades finas de cultura agrícola e produtos animais avícolas e aquáticos, alimentação de forragem, prevenção e tratamento de doenças epidêmicas, conservação de recursos, tratamento e controle da poluição. Objetivam também a reformulação do padrão de cultivo tradicional, impulsionando a padronização agrícola e o desenvolvimento de uma agricultura econômica por via de ino-

<sup>4</sup> No 9º PQ, o governo chinês completou a construção do Sistema Nacional de Inovação. Esse aprofundamento teve início em 1985 com a reforma no sistema de C&T e passou por três fases: 1986-1992, 1992-1999 e pós-1999. Nessa terceira fase, foi lançado o 9º PQ, enfatizando o desenvolvimento da capacidade interna da indústria de *hardwares* (Nonnenberg; Moreira; Bispo, 2022).

vações institucionais (ensino rural, cooperativas especializadas, orientação aos camponeses, entre outros)<sup>5</sup>.

O plano ainda estabelece para a agricultura a necessidade de melhorar a produção e as condições de vida dos camponeses por meio de planejamento unificado e fortalecimento da construção de infraestrutura rural (moradia, instalações de produção, projeto de segurança de água potável rural, construção de estradas rurais, atividades com fontes de energia renováveis, serviços de rede de informações agrícolas, serviço postal rural, telecomunicações, disponibilidade de telefone e acesso à internet. A esse plano somam-se o 12º PQ (2011-2015), o 13º PQ (2016-2020) e o 14º PQ (2021-2025).

Entre 2011 e 2015, o plano tomou como diretriz os investimentos em tecnologia da informação, biotecnologia e energia limpa e a potencialização de uma economia verde. Outrossim, o plano tencionava o estabelecimento de uma agricultura moderna, através da inovação e integração de tecnologias agrícolas, mecanização do trabalho, gestão de informações da produção e aplicação de biotecnologia na agricultura. A ideia central era desenvolver uma agricultura de alto rendimento e alta qualidade, eficiente, ecológica e segura. Para tanto, o Conselho de Estado lançou o Plano Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Moderna (2011-2015) (Han *et al.*, 2021)<sup>6</sup>.

Por seu turno, o 13º PQ direcionava o incentivo à inovação para setores estratégicos como IA, robótica e tecnologias verdes. A quarta parte do PQ dedicava-se à modernização da agricultura, através de melhorias estruturais na busca pelo aumento qualitativo e quantitativo dos produtos agrícolas. Para tanto, aumentaram os sistemas de irrigação, ampliou-se e padronizou-se a pecuária, foram expandidos os serviços agrícolas e implantaram-se políticas e subsídios para a emersão de novos tipos de agronegócios.

Além do plano quinquenal, a China apresentou o Programa de Médio e Longo Prazo para o Desenvolvimento da C&T, que tem um horizonte de 15 anos. Assim, em 2015, foi lançado o plano Made in China 2025 — MIC2025 (Arbix *et al.*, 2018). O MIC2025 tem como objetivos: (i) tornar a China líder global na elaboração de produtos de alta intensidade tecnológica; e (ii) promover a transição da indústria 2.0 para a indústria 4.0.

Alguns resultados podem ser vistos no aumento da produção agrícola em certos ramos que, além de abastecerem o mercado interno, conseguiram destaque nas exportações, como é o caso dos alimentos preparados (de 205.740 toneladas em 1996 para 1.999.629 toneladas em 2020, tornando o país o segundo maior exportador mundial do ramo), frutas preparadas (de 195.767 toneladas em 1996 para 1.051.627 toneladas em 2020, tornando-o o maior exportador mundial), hortaliças congeladas (de 205.168 toneladas em 1996 para 1.064.029 toneladas em 2020, segundo maior exportador mundial) e hortaliças conservadas (de 11.800 toneladas em 1996 para 170.823 toneladas em 2020, maior exportador mundial)<sup>7</sup>.

As tabelas 1 a 3 mostram a evolução da produção de frutas, grãos e carnes entre 1996 e 2020, evidenciando um significativo crescimento, menor nos setores em que já havia uma li-

5 Conforme diretrizes do 11º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Econômico e Social Nacional (Central Committee of the Communist Party of China, 2006).

6 Jabbour (2012) ressalta que o 12º Plano Quinquenal previa: a) acréscimo da participação do setor de serviços (desenvolvimento de “serviços tecnológicos”) de 4% do PIB; b) aprofundamento das experiências do sistema de medicina cooperativa; c) ampliação da reforma do ensino secundário; d) redução do uso intensivo de carvão; e) aumento dos investimentos em C&T de 1,8% para 2,2% do PIB; f) aumento de 23% nos subsídios rurais, saltando para US\$ 300 bilhões entre 2011 e 2015.

7 Segundo dados da Faostat (2024).

derança mundial e maior em setores nos quais houve diminuição da dependência de importações. A mudança no padrão alimentar é uma das explicações do avanço na produção de carnes e frutas<sup>8</sup>. A fruticultura, em geral com maior valor agregado, foi a que teve maior crescimento.

**Tabela 1 — Produção de frutas selecionadas na China — 1996-2020**

Produto	1996		2020		Crescimento 1996-2020 (%)
	Produção (toneladas)	Ranking	Produção (toneladas)	Ranking	
Kiwi	-	-	2.268.853	1	-
Pomelo	246.426	7	5.034.297	1	1.943
Limão e lima	203.718	12	2.715.611	3	1.233
Uva	2.020.557	8	14.388.103	1	612
Pêssego e nectarina	2.803.413	1	15.016.103	1	436
Banana	2.676.997	6	11.872.600	2	344
Tangerina	5.800.884	1	23.288.770	1	301
Morango	829.668	1	3.326.784	1	301
Laranja	2.181.986	5	7.641.167	3	250
Caqui	1.041.030	1	3.344.505	1	221
Pera	5.934.330	1	17.916.750	1	202
Ameixa	2.471.826	1	6.772.235	1	174
Maçã	17.060.497	1	44.067.141	1	158

Fonte: elaboração própria, com base em Faostat (2024).

**Tabela 2 — Produção dos principais grãos na China — 1996-2020**

Produto	1996		2020		Crescimento 1996-2020 (%)
	Produção (toneladas)	Ranking	Produção (toneladas)	Ranking	
Arroz	197.032.897	1	213.610.729	1	8
Soja	13.233.693	3	19.604.447	4	48
Milho	127.865.412	2	260.876.476	2	104
Trigo	110.569.193	1	134.256.000	1	21

Fonte: elaboração própria, com base em Faostat (2024).

<sup>8</sup> Segundo Escher (2022, p. 15): “Na média nacional, os padrões de consumo alimentar transitaram de uma proporção de 50% de grãos, 42% de frutas e vegetais e 8% de proteínas de origem animal, em 1990, para 45,5%, 42,7% e 11,8%, em 2000, 39,2%, 44,5% e 16,4%, em 2010, e 34,3%, 46,2% e 19,5%, em 2018. Portanto, uma descrição mais precisa da transição na composição das dietas chinesas, considerando o período 1990-2018, seria de uma proporção 5:4:1 para 3:5:2, em vez de 8:1:1 para 4:3:3. Além disso, as desigualdades qualitativas nos níveis de consumo alimentar entre urbano e rural são muito significativas.”



Agricultura 5.0 é um conceito que se tornou fundamental para explicitar a nova dinâmica dos agronegócios antes da porteira, dentro da porteira e pós-porteira. Portanto, pré-produção, produção/agroindustrialização e comercialização. Ela está inserida na Quinta Revolução Tecnológica, iniciada em 1971, com a era da informática e telecomunicações, tendo como base as tecnologias da informação, *chips*, microeletrônica, computadores, *softwares*, telecomunicações, instrumentos de controle, biotecnologia e novos materiais

**Tabela 3 — Produção de carnes na China — 1996-2020**

Produto	1996		2020		Crescimento 1996-2020 (%)
	Produção (toneladas)	Ranking	Produção (toneladas)	Ranking	
Caprino	814.550	1	2.413.996	1	196
Ovino	1.000.000	1	2.510.800	1	151
Frango	6.138.644	2	15.283.191	2	149
Suíno	33.014.694	1	42.102.156	1	28
Bovino	3.002.649	3	6.737.652	3	124

Fonte: elaboração própria, com base em Faostat (2024).

Nesse mesmo período, frisa-se também o aumento do rendimento de vários produtos: o café produzido na China, fundamentalmente na província de Yunnan, em 2020 teve a maior produtividade do mundo (3.180 kg/ha, enquanto no Vietnã foi de 2.766 kg/ha e no Brasil, de 1.952 kg/ha). A fruticultura, apesar de não se encontrar entre as maiores produtividades mundiais, teve significativo crescimento do rendimento em vários produtos no período 1996-2020: a produção de pomelos aumentou 468%, a de maçãs, 270%, a de pêssegos e nectarinas, 234%, limas e limões, 232%, peras, 195%, laranjas, 153%, e bananas, 127% (FAO, 2024). Tais dados salientam o sucesso das políticas de incentivo e modernização da produção rural, aqui exemplificado em alguns produtos que sobressaem na produção e exportação chinesa.

No capítulo 20 do 13º Plano Quinquenal, as diretrizes destacaram a melhoria da tecnologia e dos equipamentos aplicados à agricultura, sobretudo a partir da integração da TI aos equipamentos agrícolas e aos sistemas de gestão da produção, operação, distribuição, recursos e meio ambiente. Nesse sentido, o plano estabelece a difusão da IoT na agricultura, realizando projetos experimentais em diversas regiões, visando ao desenvolvimento da agricultura inteligente e da agricultura de precisão (Central Committee of the Communist Party of China, *s.d.*).

Por fim e não menos importante, o 14º Plano Quinquenal, que tem como foco central a transformação digital da economia chinesa e a implantação da economia do conhecimento. O plano prevê investimento em tecnologias digitais, como IoT, 5G e IA; promoção da inovação em áreas como saúde, educação e energia; e fortalecimento da infraestrutura. Para Jabbour e Moreira (2024), o 14º Plano Quinquenal, juntamente com o plano Made in China 2025, é parte de um processo em que a China decide galgar a fronteira da inovação tecnológica em setores-chave. Ainda segundo os autores, o 14º Plano Quinquenal “em grande medida é uma extensão mais ampla do MIC2025, já que foi elaborado em meio a uma guerra tecnológica aberta pelos EUA contra o fornecimento de insumos de semicondutores à China” (Jabbour; Moreira, 2024, p. 22).

Em termos gerais, entre o 9º Plano Quinquenal e o 14º, o governo chinês veio, *pari passu*, criando condições para a construção da agricultura 5.0. Esse processo foi facultado, além de uma série de inovações, pelos esforços na construção de infraestrutura e serviços rurais como a segurança do abastecimento de água rural, o fornecimento de energia, a infraestrutura de informações e as estradas pavimentadas rurais, entre outros. No final de 2018, as estradas rurais do país atingiram 4,04 milhões de quilômetros. Em toda a China, 99,64% dos municípios têm acesso a estradas pavimentadas e o acesso de ônibus aos municípios chega a 98,6%; quanto às vilas, esses números são 99,47% e 97,1%, respectivamente. Até o final de 2018, mais de 11 milhões de projetos de abastecimento de água foram concluídos e a taxa de cobertura de água na zona rural em todo o país aumentou de 34%, em 2004, para 81%, em 2018. Na construção da infraestrutura de informação rural, criou-se uma rede de informação rural. Até o final de 2018, 98% das vilas administrativas tinham acesso a redes de banda larga. Em 2018, o número de usuários de internet atingiu 802 milhões, e o número de usuários de internet móvel atingiu 788 milhões, atendendo a 74,6% das áreas urbanas e 38,4% das áreas rurais (Guo, 2020).

O diretor da Divisão de Promoção da Informatização do Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais da República Popular da China, Yaozong Wang, em uma palestra em setembro de 2023 no Fórum de Soluções Agrícolas Digitais para a Ásia-Pacífico (FAO, 2023), informou que vários documentos oficiais, como o “Esboço da estratégia do campo digital” e o “Plano de ação para a transformação digital das áreas rurais (2022-2025)”, definiam a construção de infraestrutura digital rural como um meio importante para reduzir a “divisão digital” entre áreas urbanas e rurais. Para esse propósito, a China acelerou o desenvolvimento e a atualização de redes de comunicação de banda larga, serviços de internet móvel, redes de televisão digital e internet de última geração em áreas rurais (Wang, 2023)

O Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais organizou e implementou projetos piloto e de demonstração regionais nas áreas de IoT agrícola e agricultura digital. O Banco Asiático de Desenvolvimento fez um projeto, com execução e orientação do Departamento de Economia Rural e da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da República Popular da China, nas províncias de Gansu, Hubei, Shandong, Yunnan e Zhejiang, para promover o desenvolvimento do modelo de economia rural baseado na Internet Plus. As diferentes estru-



Com a tecnologia IoT (Internet das Coisas), sensores, drones e máquinas inteligentes coletam dados em tempo real sobre o solo, o clima e o cultivo, permitindo uma gestão mais precisa e eficiente da produção agrícola. Na foto, uma estação meteorológica com tecnologia 5G monitora as condições climáticas em um arrozal

turas de aplicação do modelo de economia rural Internet Plus incluem: (i) agricultura Internet Plus (IoT agrícola); (ii) processamento de produtos agrícolas Internet Plus; (iii) comércio eletrônico rural (plataforma de comércio eletrônico, logística de produtos agrícolas, bens de consumo industriais a jusante etc.); (iv) serviços sociais agrícolas Internet Plus (finanças agrícolas, agricultura de precisão, serviços técnicos); (v) sistema de rastreabilidade para garantir a qualidade e segurança de produtos agrícolas; e (vi) agricultura de lazer Internet Plus e turismo rural (ADB, 2018).

O ministério também estabeleceu uma série de bases nacionais para a aplicação da agricultura digital através das TI modernas, como a IoT, *big data*, IA, sensoriamento remoto por satélite e o sistema de navegação por satélite BeiDou. Além disso, métodos e ferramentas mais eficientes também estão sendo promovidos em larga escala, incluindo semeadura de precisão, aplicação de fertilizantes de taxa variável, irrigação inteligente, alimentação de precisão, controle ambiental e drones agrícolas (Wang, 2023).

A trajetória de construção de uma agricultura 5.0 foi demonstrada no artigo intitulado “Agriculture 5.0 in China: new technological frontiers and the challenges to increase productivity” (agricultura 5.0 na China: as novas fronteiras tecnológicas e os desafios para o aumento da produtividade), de autoria de Lyu Jianjun. A autora afirma que uma ampla gama de tecnologias, como GPS, Sistema de Informação Geográfica (GIS), *software* de mediação, imagens de satélite, sistema de extensão eletrônica, telefones celulares, dispositivos de detecção, sensores e imagens aéreas, foram aplicadas em diferentes sistemas de produção agrícola e plataformas de comercialização na China. Além dos planos quinquenais, a introdução dessas amplas tecnologias foi impulsionada pelo plano de revitalização rural (Lyu, 2020).

### 3. REVITALIZAÇÃO RURAL E OS PROJETOS DA AGRICULTURA 5.0

Como resposta a uma série de desafios para o setor rural, o Comitê Central do Partido Comunista Chinês, no relatório do 19º Congresso, de 2017, decidiu realizar uma estratégia de revitalização rural, que será desenvolvida por meio de uma série de políticas de apoio de todos os níveis governamentais à agricultura. O fundamento principal é a integração ao desenvolvimento industrial, acelerando o desenvolvimento integrado dos setores rurais. Há várias pesquisas de abrangência regional e local; no entanto, segundo (Li; Yan; Liu, 2023), ainda falta uma análise em nível nacional. Para levar adiante tais estratégias, a agricultura 5.0 é condição necessária, porém não suficiente, buscando-se abranger não apenas os aspectos da modernização técnica, mas também dimensões ambientais, sociais, econômicas e culturais. O período entre 2018 e 2022 foram os primeiros cinco anos de adoção da estratégia de revitalização rural<sup>9</sup>.

Consoante (Chen, 2019), a estratégia de revitalização rural foi proposta tendo em vista dois fatos de grande importância. O primeiro deles é o alto índice de urbanização (58,52%) que a China atingiu, tendo mais de 800 milhões de pessoas vivendo nas cidades. O segundo, a diminuição da contribuição da agricultura no produto interno bruto (PIB), que em 2017, pela primeira vez, ficou abaixo dos 8%. Esses fatos levaram ao questionamento sobre a capacidade de a agricultura garantir esse alto nível de urbanização com prosperidade para todos. Apesar de a China ser um grande produtor de cereais, ainda depende muito da importação de uma série de produtos agrícolas básicos, como algodão, açúcar, carne e produtos lácteos. Como exemplo, cita-se o fato de que a China, mesmo como quarto maior produtor mundial de soja, é o maior importador do produto, sendo responsável por mais de 65% do total do comércio mundial dele. Levando-se em conta a grande população chinesa (1,4 bilhão de habitantes), entende-se que depender excessivamente de mercados internacionais suscita grandes riscos<sup>10</sup>.

A integração industrial da agricultura engloba a cadeia do setor agrícola, tendo como base a agricultura, mas também inclui a transformação industrial, a criação de novas tecnologias e de novos modelos de negócio, a integração de setores e a otimização de processos (Li; Yan; Liu, 2023). Essa integração é considerada uma importante ferramenta para modernizar a agricultura, promovendo a revitalização rural e melhorando a renda dos agricultores.

A partir das diretrizes do governo central, os governos locais formularam planos de ação específicos para levar adiante o projeto de revitalização rural, baseando-se nas condições locais. O fundamento de tais projetos está no entendimento de que há uma ligação estreita entre o rural e o urbano, ou seja, a modernização é demandada pela cidade, aplicada no campo e deve ser pensada conjuntamente. O setor rural necessita garantir a segurança alimentar e o abastecimento de produtos essenciais (alimentos e matérias-primas). Essa característica está presente na literatura sobre o desenvolvimento rural em praticamente todos os países. O que se apresenta como complemento da ideia de revitalização chinesa é a preo-

<sup>9</sup> “É uma tarefa histórica importante obter a vitória decisiva na construção de uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos e na construção de um país socialista moderno em todos os aspectos, e é de entendimento geral haver um bom desempenho nas ‘três questões rurais’ da nova era” (CPC; State Council, 2018, tradução nossa).

<sup>10</sup> Para maiores detalhes, ver Chen (2019) e Escher (2024).

O que se apresenta como complemento da ideia de revitalização chinesa é a preocupação de que a revitalização rural deve criar “amortecedores ecológicos” que proporcionem uma alta produção combinada com a proteção ambiental e a produção verde

ocupação de que a revitalização rural deve criar “amortecedores ecológicos” que proporcionem uma alta produção combinada com a proteção ambiental e a produção verde. Nessa toada, também é apresentada uma função cultural, buscando-se manter a herança cultural tradicional e preservar culturas históricas regionais.

O plano busca integrar os projetos, baseados nas características locais, mediante metas e objetivos que propiciem a melhoria dos fatores que são considerados essenciais para que se consiga um desenvolvimento rural mais intenso. Dessa forma, associam-se as questões tecnológicas a uma preocupação com as questões ambientais, de emprego e de manutenção da cultura local como potencial de desenvolvimento. Assim, o plano apresenta capítulos específicos acerca das ações para o desenvolvimento da agricultura verde, visando diminuir o consumo de água, proteger a vida aquática, usar técnicas melhores para fertilização, manejar resíduos agrícolas e ainda proteger e restaurar pastagens, zonas úmidas, a biodiversidade, e fazer uma gestão eficiente das áreas costeiras e bacias hidrográficas e do perigo de desastres naturais. Ademais, há preocupação com a promoção do emprego rural, a melhoria do serviço público e a construção de infraestrutura rural e de um sistema de governança rural.

Do ponto de vista cultural, busca-se incentivar a ideia de proteger a herança cultural agrícola, não apenas através da arte e cultura popular rural, da proteção de aldeias antigas, da revitalização do artesanato tradicional etc., mas também por meio da construção de centros de serviços culturais abrangentes em aldeias<sup>11</sup>. O apoio financeiro para os projetos é um dos pontos ressaltados, pois é necessária a melhoria da cobertura das instituições de serviços financeiros que atendem a todas as aldeias, além da inovação de produtos e a construção de um sistema de crédito rural.

No quadro 1, traz-se uma síntese dos principais projetos de revitalização que estão diretamente associados ao uso de tecnologia da agricultura 5.0 no espaço rural. Vale realçar que os projetos almejam uma integração entre vários aspectos sociais, econômicos e culturais, tendo como pilar a modernização e tecnicização das áreas rurais.

<sup>11</sup> Por exemplo, o projeto “A ópera entra no campo”, conforme o qual, “tendo o conselho como unidade básica, todos os tipos de grupos de ópera, em todos os níveis, são organizados para ir a fundo nas bases rurais oferecer ópera e outras formas de espetáculo teatral aos agricultores, promover a divulgação, popularização, legado e desenvolvimento da arte da ópera nas áreas rurais, além do esforço para que, até 2020, a ópera nas áreas rurais seja institucionalizada, normalizada e popularizada em todo o país” (CPC; Central Committee; State Council, 2018).

## Quadro 1 — Principais projetos de revitalização rural associados à agricultura 5.0

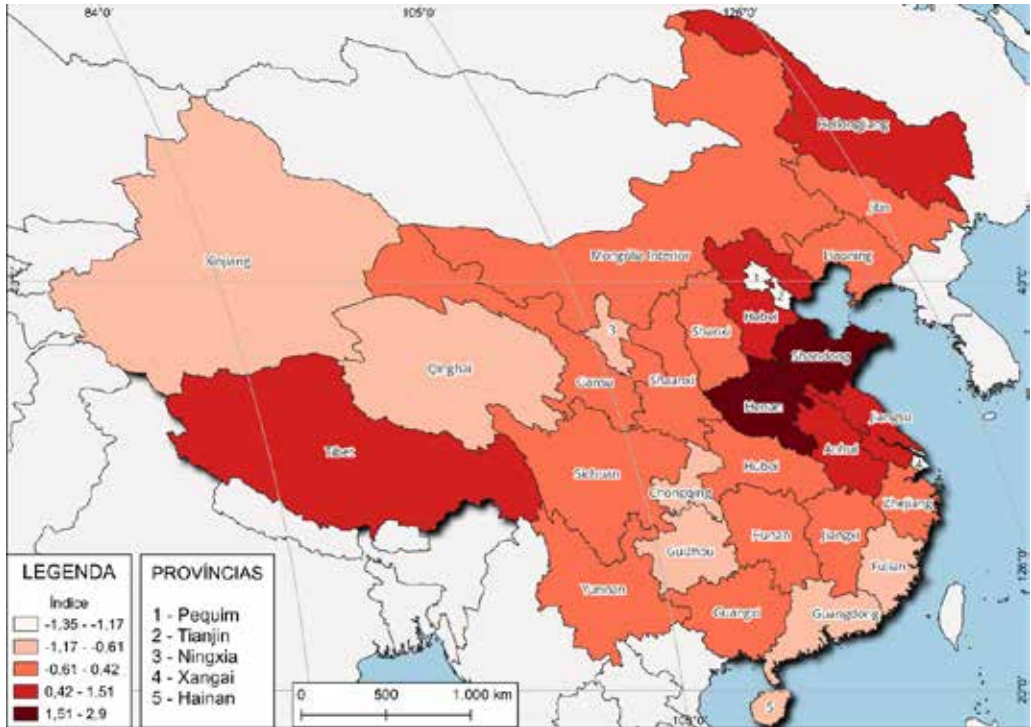
Projeto	Metas e objetivos
<b>Melhoria da capacidade de produção agrícola abrangente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preparação de terras agrícolas de alto padrão</li> <li>• Mecanização de processo completo da produção agrícola principal</li> <li>• Promoção de agricultura digital, assuntos rurais e agricultura inteligente</li> <li>• Controle da segurança alimentar e resposta a emergências</li> </ul>
<b>Promoção da agricultura com qualidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de áreas vantajosas para produtos agrícolas característicos</li> <li>• Melhoria da capacidade de proteção animal e vegetal</li> <li>• Promoção da marca agrícola</li> <li>• Promoção das exportações de produtos agrícolas</li> <li>• Produção de grãos de alta qualidade</li> </ul>
<b>Desenvolvimento da ciência agrícola e inovações tecnológicas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria do nível de inovação científica e tecnológica agrícola</li> <li>• Estabelecimento de uma plataforma de inovação "trinitária" do moderno sistema de tecnologia da indústria agrícola e centro de inovação</li> <li>• Melhoria da capacidade de inovação independente da indústria moderna de sementes</li> <li>• Construção de parques científicos e tecnológicos agrícolas</li> </ul>
<b>Construção de um sistema industrial rural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Demonstração abrangente da entrada do comércio eletrônico nas zonas rurais</li> <li>• Conexão com o agronegócio</li> <li>• Realização de projetos de agricultura de lazer e de turismo rural de qualidade</li> <li>• Melhoria da indústria de processamento de produtos agrícolas</li> <li>• Criação de uma versão rural do espaço maker, utilizando parques científicos e tecnológicos agrícolas, institutos de desenvolvimento rural, empresas de C&amp;T, bases de empreendedorismo de ciência e tecnologia, cooperativas profissionais de agricultores etc.</li> </ul>

Fonte: elaboração própria, com base em (CPC; Central Committee; State Council, 2018).

O documento do plano de revitalização (Li; Yan; Liu, 2023) propõe um índice que avalia o nível da integração dos projetos em cinco aspectos: sociedade, economia, recursos, instalações e meio ambiente. Com alicerce em uma técnica para analisar os fatores, os autores utilizaram um grupo de indicadores que foram reduzidos a fatores comuns. Dessa forma, o modelo busca avaliar o nível de desenvolvimento e integração industrial rural mediante indicadores próprios para mensurar esses aspectos. O modelo identifica quatro fatores comuns que, ao serem aplicados às províncias, mostram a diferença regional de cada um desses fatores em relação ao desenvolvimento da integração rural, conforme mostrado nas figuras 1 a 4:

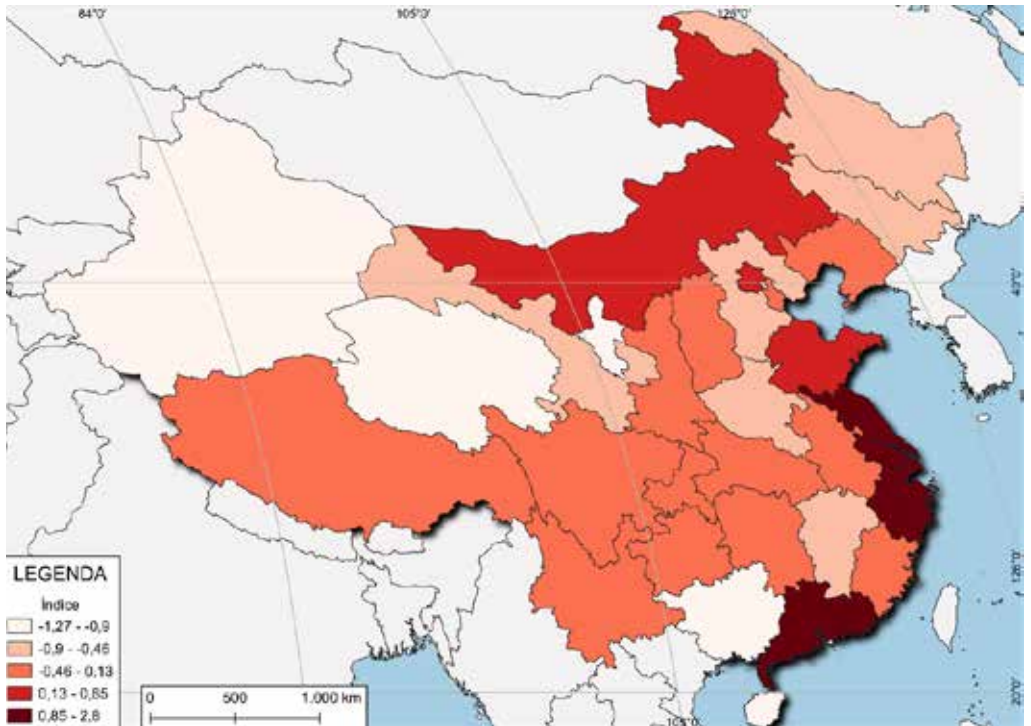
- fator 1: nível de recursos e infraestrutura: identifica onde se apresentam os recursos disponíveis na região, como maquinário agrícola, irrigação, valor da produção agrícola etc.;
- fator 2: nível de desenvolvimento econômico: denotando a condição econômica da região, considera o PIB das indústrias (primária, secundária e terciária), além de alocações financeiras para a cultura;
- fator 3: nível de construção ecológica: os fatores centrais aqui são o controle sobre o uso de energia renovável e a erosão do solo, entre outras medidas de apoio ao meio ambiente;
- fator 4: nível de padrão de vida social: mostra o nível de vida da população regional, com indicadores como renda disponível, uso de energia etc.

**Figura 1 — Regionalização do fator 1: nível de recursos e infraestrutura**

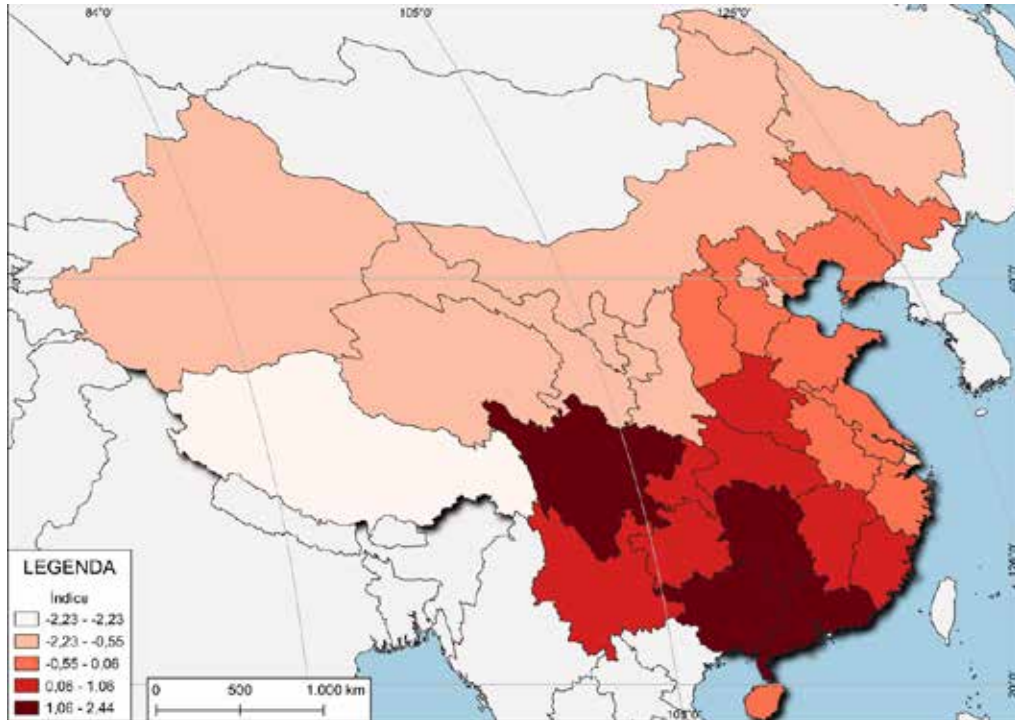


Fonte: elaboração própria, utilizando QGis 3.40.1, com base em Li, Yan e Liu (2023).

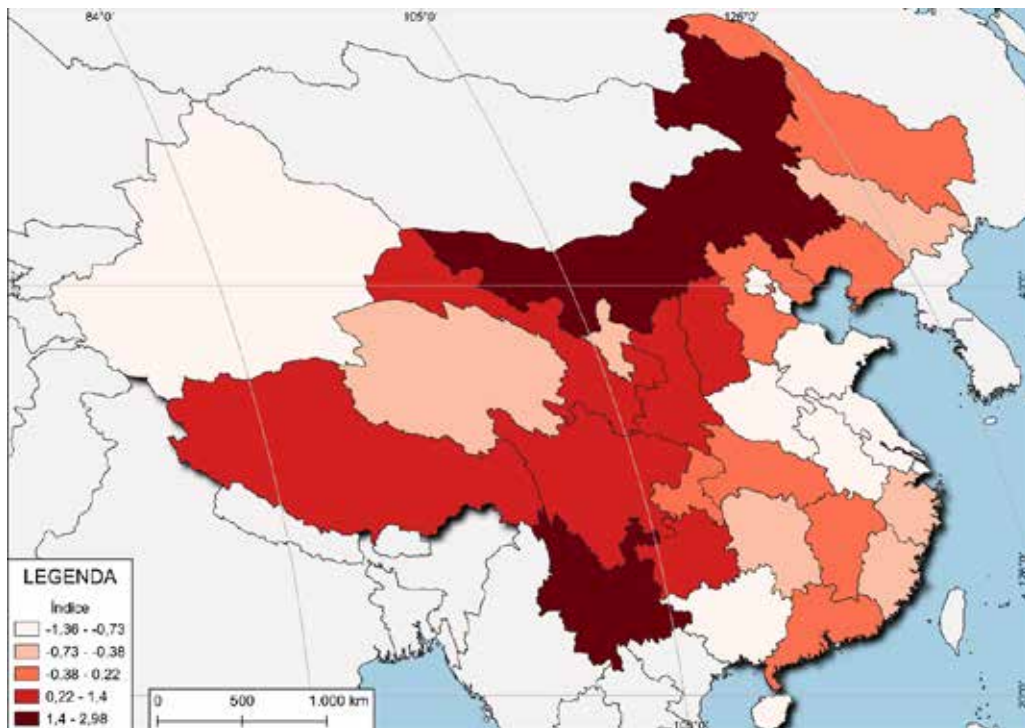
**Figura 2 — Regionalização do fator 2: nível de desenvolvimento econômico**



Fonte: elaboração própria, utilizando QGis 3.40.1, com base em Li, Yan e Liu (2023).

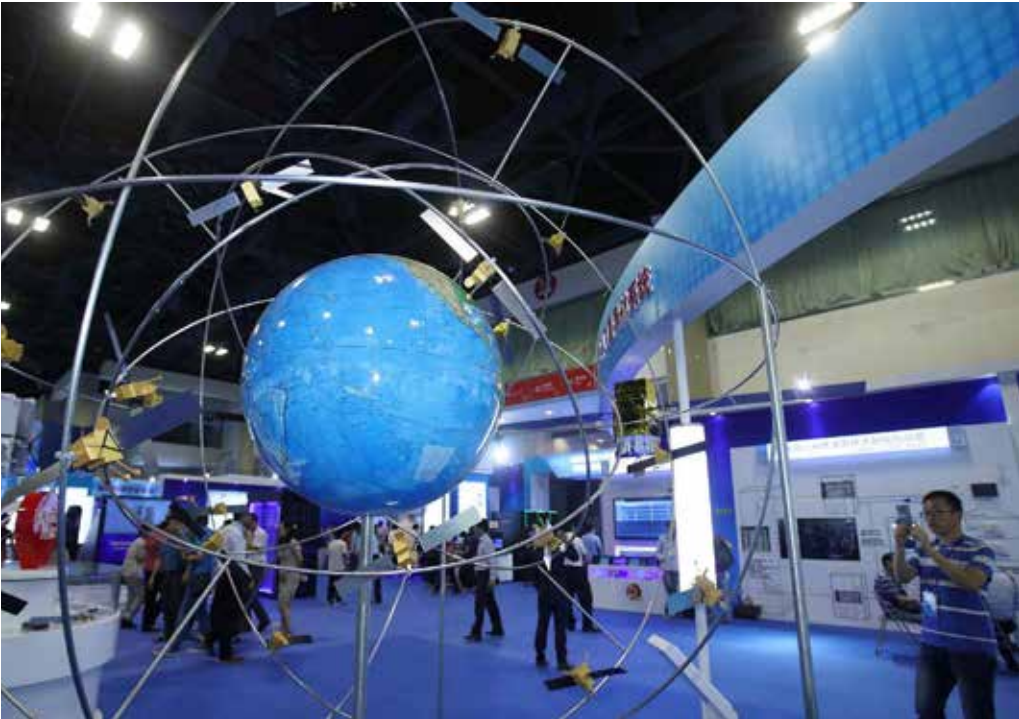
**Figura 3 — Regionalização do fator 3: nível de construção ecológica**

Fonte: elaboração própria, utilizando QGis 3.40.1, com base em Li, Yan e Liu (2023).

**Figura 4 — Regionalização do fator 4: nível de padrão de vida social**

Fonte: elaboração própria, utilizando QGis 3.40.1, com base em Li, Yan e Liu (2023).





Protótipo do sistema de navegação chinês BeiDou, também conhecido como BDS, rival do GPS

Haja vista a análise feita, é possível perceber que há diferenças marcantes entre as províncias, com maior nível de desenvolvimento nas áreas costeiras e fluviais do interior, locais onde a infraestrutura e o desenvolvimento econômico são mais avançados e se localizam as principais metrópoles. As diferenças regionais mostram que a relação entre o plano e os projetos locais precisa ser intermediada por estudos específicos das condições locais, demonstrando a importância dos projetos em nível de municípios e províncias, pois é onde se verificam as características peculiares de cada localidade.

O uso de vários indicadores para estabelecer essas características manifesta o fato de que a preocupação com o desenvolvimento rural não fica circunscrita à questão de produtividade e aumento da produção, procurando englobar outros aspectos, sociais, ambientais e culturais, que reforçam a ideia de uma revitalização rural integrada às estratégias gerais do futuro compartilhado proposto nas falas do presidente Xi Jinping.

A revitalização rural, desse modo, representa um ponto de vista mais amplo para o desenvolvimento das forças produtivas no campo, inserida como necessidade histórica do atual momento chinês — segurança alimentar, melhoria de condições da população rural, integração do território etc. — e comandada pela cidade, mas com participação ampla das comunidades locais. A base na realidade local é fundamental para a elaboração dos projetos que se fundamentam na planificação geral. Para Jabbour e Capovilla (2024, p. 20),

do ponto de vista da economia, o desenvolvimento das forças produtivas, antes de ser uma tarefa historicamente colocada, tornou-se imperativo existencial diante do capitalismo imperialista militarmente hostil e da possibilidade de estrangulamento econômico via isolamento e sanções. [...] Trata-se de uma questão-chave para compreender que a transição teoria-prática, programa-realidade, tem que conjugar a mediação da totali-

dade das tarefas com a resolutividade [sic] dos fenômenos imediatos. Ou o programa socialista aparece e é executado na forma fenomênica sensível e particular de cada caso em questão — como identidade da totalidade do conceito no imanente do real — ou será apenas um simples sentimento imediato do puro pensamento abstrato.

O sentido não apenas de buscar o aumento da produtividade, mas de incrementar a análise com outros aspectos centrais das contradições criadas pelo acelerado desenvolvimento chinês das últimas décadas, é fruto de um entendimento da totalidade do movimento do campo chinês. Assim, o problema do campo e o problema das cidades são entendidos de forma conjunta e a planificação favorece o surgimento de um sistema de inovação, ciência e tecnologia que não busque apenas aumento de produtividade, mas também sirva para a criação de formas superiores de relação entre a humanidade e a natureza (Jabbour; Capovilla, 2024).

O acelerado crescimento econômico da China, que criou distorções de renda entre o urbano e o rural e um alto índice de urbanização — que passou de 52% para 64% entre 2013 e 2022, trouxe novos desequilíbrios que precisam ser enfrentados, demandando alto grau de inteligência coletiva acumulada (Jabbour; Capovilla, 2024). Nesse âmbito, é essencial estabelecer a relação entre plano e projeto com o objetivo de criar valores de uso que transcendam a contabilidade empresarial, promovendo a ideia de prosperidade compartilhada<sup>12</sup>.

É nesse sentido que a agricultura 5.0 se associa a um projeto de integração do rural e urbano, buscando superar as deficiências causadas pelo êxodo rural e a necessidade de uma produção suficiente para garantir a segurança alimentar da população como um todo, assegurando um bom nível de vida para as populações rurais. O projetamento torna-se, assim, o estágio superior da planificação e da economia socialista de mercado.

CGTN



Plantação tradicional de arroz em terraços na província de Ghizou: integração entre rural e urbano

<sup>12</sup> Para Jabbour et al. (2020, p. 41): “A nova economia do projetamento seria uma resposta histórica aos desequilíbrios surgidos em quatro décadas de reformas econômicas. É linha de continuidade com [sic] as orientações intrínsecas às políticas — surgidas desde o mandato de Hu Jintao — de minoração das desigualdades sociais e regionais e de busca de conformação de um Estado de bem-estar social com características chinesas.”

A revitalização rural, desse modo, representa um ponto de vista mais amplo para o desenvolvimento das forças produtivas no campo, inserida como necessidade histórica do atual momento chinês — segurança alimentar, melhoria de condições da população rural, integração do território etc. — e comandada pela cidade, mas com participação ampla das comunidades locais

#### 4. CONCLUSÕES

A agricultura chinesa tem enfrentado profundas transformações desde o final dos anos 1990, buscando reverter o êxodo rural e prevenir futuros problemas de abastecimento alimentar por problemas de produção. No início do processo de modernização, após 1978, a agricultura passou por mudança estrutural com o sistema de responsabilidade familiar, que levou a grande aumento da produção e do ânimo dos produtores. Nas décadas seguintes, as políticas se concentraram na indústria e na urbanização, levando a certo esvaziamento e queda dos rendimentos no campo, ameaçando o abastecimento alimentar e o desenvolvimento harmonioso, tão preciosos à sociedade chinesa desde a Revolução de 1949.

Os planos quinquenais, desde 1996, voltaram a dar prioridade à agricultura, com uma ênfase em modernização e aumento de produtividade. Desde os primeiros planos voltados para a infraestrutura básica e a expansão da produção agrícola, houve a transição para uma abordagem mais integrada, focalizando a qualidade, inovação e tecnologias de ponta. Esse processo levou ao desenvolvimento da agricultura 5.0, caracterizada pelo uso de tecnologias como IA, IoT, *big data* e drones, visando aumentar a renda agrícola, a eficiência e a sustentabilidade, e promover a preservação ambiental e a revitalização rural. A difusão das novas tecnologias se relaciona a processos que ocorriam desde os anos 1990, de técnicas de intensificação da produção, de melhoramento genético, de agricultura de precisão e de energias limpas.

Além das inovações tecnológicas, a China investiu intensivamente em infraestrutura para sustentar o setor agrícola, como a realização de melhorias no abastecimento de água e a construção de estradas e redes de comunicação em áreas rurais. A introdução de sistemas de irrigação, redes de banda larga e transporte facilitou a conexão entre áreas rurais e urbanas.

Em outro eixo de ação, a China implementou a estratégia de revitalização rural, que busca integrar o desenvolvimento industrial ao setor agrícola, promovendo a digitalização e

O problema do campo e o problema das cidades são entendidos de forma conjunta e a planificação favorece o surgimento de um sistema de inovação, ciência e tecnologia que não busque apenas aumento de produtividade, mas também sirva para a criação de formas superiores de relação entre a humanidade e a natureza

a diversificação econômica nas áreas rurais. Esse programa também abrange a preservação ambiental e cultural, com iniciativas para melhorar a qualidade de vida e a renda da população rural, bem como para criar “amortecedores ecológicos” que permitam a proteção ambiental combinada com alta produtividade.

Os novos planos procuram, também, reduzir as desigualdades entre os níveis de desenvolvimento rural na China, o que é uma das prioridades do governo de Xi Jinping. As áreas costeiras e fluviais apresentam maior desenvolvimento devido à infraestrutura mais avançada e melhores condições econômicas. Essas disparidades regionais destacam a necessidade de personalizar projetos e políticas de acordo com condições locais, objetivando alcançar uma revitalização rural equilibrada em todo o país.

Esse complexo panorama deixa claro que os desafios para a sociedade chinesa não se restringem às questões mais gerais relacionadas à indústria, à inovação, à modernização e às relações externas, mas ao desenvolvimento rural, em sentido amplo (não restrito à produção agropecuária). O desenvolvimento harmonioso de setores e de regiões constitui um elemento central da estratégia nacional chinesa de longo prazo.

Essas transformações fazem parte da nova economia do projetamento, ou seja, o estágio superior de planificação econômica que integra inúmeros projetos nacionais e locais. A nova economia do projetamento tenciona coordenar o desenvolvimento de diferentes setores, promovendo a inovação e o crescimento tecnológico de forma planejada. A agricultura 5.0 é um exemplo dessa integração, com o uso de dados e tecnologias de análise para melhorar o planejamento das atividades agrícolas, ajustar os recursos de maneira precisa e

prever as necessidades do setor rural. Isso representa a união da ciência com planejamento e com projeto nacional.

\* Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor titular na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador do CNPq. Orcid: 0000-0002-5857-6067. *E-mail*: carlos.espindola@ufsc.br

\*\* Doutor em Geografia pela USP. Professor associado de Geografia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Orcid: 0000-0003-4683-0221. *E-mail*: fssampa@gmail.com

\*\*\* Doutor em Geografia pela USP. Professor associado de Geografia na Unioeste. Orcid: 0000-0002-4648-6662. *E-mail*: marlonmedeiros@hotmail.com

Este trabalho foi realizado com auxílio financeiro do CNPq.

► Texto recebido em 30 de outubro de 2024; aprovado em 18 de dezembro de 2024.

ADB. **Internet plus agriculture**: a new engine for rural economic growth in the People's Republic of China. China: Asian Development Bank, September 2018. Disponível em: <<https://www.adb.org/publications/inter-net-plus-agriculture-prc>>. Acesso em: 25 out. 2024.

AHMAD, Latief; NABI, Firasath. **Agriculture 5.0**: artificial intelligence, IoT, and machine learning. Boca Raton: CRC Press, 2021.

ARBIX, Glauco *et al.* Made in China 2025 e Indústria 4.0: a difícil transição chinesa do catching up à economia puxada pela inovação. **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 143-170, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.144303>>. Acesso em: 21 dez. 2024.

BISPO, Scarlett Queen Almeida; MARTINS, Michelle Márcia Viana; CECHIN, Alicia. Políticas agrícolas chinesas: fome, transformações e perspectivas. **Revista de Política Agrícola**, v. 32, n. 1, p. 56-75, mar. 2023.

CENTRAL COMMITTEE OF THE COMMUNIST PARTY OF CHINA. **Guidelines of the 11th Five-Year Plan for National Economic and Social Development**. 2006. Disponível em: <<https://goo.su/D8io7j>>. Acesso em: 25 out. 2024.

\_\_\_\_\_. **The 13th Five-Year Plan for Economic and Social Development of the People's Republic of China (2016-2020)**. Beijing: Central Compilation & Translation Press, [s.d.]. Disponível em: <<https://en.ndrc.gov.cn/policies/202105/P020210527785800103339.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2024.

CHEN, Xiwen. The core of China's rural revitalization: exerting the functions of rural area. **China Agricultural Economic Review**, v. 12, n. 1, p. 1-13, jun. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/CAER-02-2019-0025>>. Acesso em: 21 dez. 2024.

CHINA: 3rd Five-Year Plan 1966-1970. **Global Security**, January 8, 2021. Disponível em: <[www.globalsecurity.org/military/world/china/fyp-3.htm](http://www.globalsecurity.org/military/world/china/fyp-3.htm)>. Acesso em: 14 out. 2024.

CHINA: 5th Five-Year Plan 1976-1980. **Global Security**, January 8, 2021. Disponível em: <[www.globalsecurity.org/military/world/china/fyp-5.htm](http://www.globalsecurity.org/military/world/china/fyp-5.htm)>. Acesso em: 14 out. 2024.

CHINA: 8th Five-Year Plan 1991-1995. **Global Security**, January 8, 2021. Disponível em: <[www.globalsecurity.org/military/world/china/fyp-8.htm](http://www.globalsecurity.org/military/world/china/fyp-8.htm)>. Acesso em: 14 out. 2024.

CHINA: 9th Five-Year Plan 1996-2000. **Global Security**, January 8, 2021. Disponível em: <[www.globalsecurity.org/military/world/china/fyp-9.htm](http://www.globalsecurity.org/military/world/china/fyp-9.htm)>. Acesso em: 14 out. 2024.

CPC; STATE COUNCIL. **Rural revitalization strategy plan (2018-2022)**. [S.l.]: CPC; State Council, 2018. Disponível em: <[www.gov.cn/gongbao/content/2018/content\\_5331958.htm](http://www.gov.cn/gongbao/content/2018/content_5331958.htm)>. Acesso em: 14 out. 2024.

ESCHER, Fabiano. A economia política do desenvolvimento rural na china: da questão agrária à questão agroalimentar. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 1-29, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198055272610>>. Acesso em: 21 dez. 2024.

\_\_\_\_\_. A "segurança alimentar" da China e suas implicações globais. **Observatório Internacional do Século XXI**, v. 6, p. 37-39, 2024.

FAO. **Digital Agriculture Solutions Forum for Asia-Pacific (DASF 2023)**. [S.l.]: Food and Agriculture Organization, 2023. Disponível em: <[www.fao.org/digital-villages-initiative/asia-pacific/events/dasf-2023/en](http://www.fao.org/digital-villages-initiative/asia-pacific/events/dasf-2023/en)>. Acesso em: 24 out. 2024.

\_\_\_\_\_. FAOSTAT: **production**. [S.l.]: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2024. Disponível em: <[www.fao.org/faostat](http://www.fao.org/faostat)>. Acesso em: 20 out. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUO, Pei. The agricultural and rural sector in China: an overview. In: JANK, Marcos Sawaya; GUO, Pei; MIRANDA, Sílvia Helena Galvão de (Org). **China-Brazil partnership on agriculture and food security**. Piracicaba: Esalq-USP, 2020. p. 44-71.

HAN, Yali *et al.* Five-Year Plan and agricultural productivity in China. **China Agricultural Economic Review**, v. 15, n. 1, p. 214-237, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/CAER-01-2021-0020>>. Acesso em: 21 dez. 2024.

JABBOUR, Elias Marco Khalil. **A China e a crise**: desafios e anotações sobre seu modelo de desenvolvimento. Brasília: [s.n.], set. 2012. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/apresentacoes-em-eventos/eventos-2012/seminario-politica-externa-brasileira-desafios-em-um-mundo-em-transicao/painel-15h30-ascensao-da-china-desafios-para-o-brasil/elias-jabour\\_a-china-e-a-crise/view](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/apresentacoes-em-eventos/eventos-2012/seminario-politica-externa-brasileira-desafios-em-um-mundo-em-transicao/painel-15h30-ascensao-da-china-desafios-para-o-brasil/elias-jabour_a-china-e-a-crise/view)>. Acesso em: 25 out. 2024.

\_\_\_\_\_; CAPOVILLA, Cristiano. Pressupostos dialéticos acerca do socialismo e projeto na China de hoje. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 3, p. e281848, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3533.2024v33n3.281848>>. Acesso em: 21 dez. 2024.

JABBOUR, Elias Marco Khalil et al. A (nova) economia do projeto: o conceito e suas novas determinações na China de hoje. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 17-48, dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p17>>. Acesso em: 21 dez. 2024.

JABBOUR, Elias Marco Khalil; MOREIRA, Uallace. Do sistema nacional de inovação tecnológica à “nova economia do projeto” na China. In: SILVEIRA, Alan Patrick Cavalcante da; SPELLMANN, Samuel (Org.). **Diálogos com a China: A economia do gigante asiático em debate!** Petrolina: Inatec, 2024. p. 13-29.

LI, Zhentao; YAN, Hongping; LIU, Xiuxin. Evaluation of China’s rural industrial integration development level, regional differences, and development direction. **Sustainability**, v. 15, n. 3, p. 2479, jan. 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/su15032479>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

LYU, Jianjun. Agriculture 5.0 in China: new technological frontiers and the challenges to increase productivity. In: JANK, Marcos Sawaya; GUO, Pei; MIRANDA, Sílvia Helena Galvão de (Org.). **China-Brazil partnership on agriculture and food security**. Piracicaba: Esalq-USP, 2020. p. 186-215.

MILARÉ, Luís Felipe Lopes; DIEGUES, Antônio Carlos. Contribuições da era Mao Tsé-tung para a industrialização chinesa. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 359-378, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-98482012000200009>>. Acesso em: 21 dez. 2024.

NONNENBERG, Marcelo José Braga; MOREIRA, Uallace; BISPO, Scarlett Queen Almeida. Políticas industriais na China nos últimos trinta anos. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, n. 28, p. 297-343, ago. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.38116/rtm28art11>>. Acesso em: 21 dez. 2024.

PEREZ, Carlota. Revoluciones tecnológicas y paradigmas tecnoeconómicos. In: \_\_\_\_\_. **Revoluciones tecnológicas y capital financiero: la dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza**. México: Siglo XXI, 2004. p. 32-47.

\_\_\_\_\_. **Technological revolution and financial capital: the dynamics of bubbles and golden ages**. Northampton, MA: Edward Elgar, 2002.

WANG, Yaozong. Accelerating agrifood and rural digitalization: from ambition to action. In: FAO. **Digital Agriculture Solutions Forum for Asia-Pacific (DASF 2023)**. [S.l.]: Food and Agriculture Organization, 2023. Disponível em: <[www.fao.org/digital-villages-initiative/asia-pacific/events/dasf-2023/en](http://www.fao.org/digital-villages-initiative/asia-pacific/events/dasf-2023/en)>. Acesso em: 24 out. 2024.

ZHAN, Shaohua. The land question in 21st century China: four camps and five scenarios. **New Left Review**, n. 122, p. 115-133, 2020.

# Infraestrutura e projeto no desenvolvimento regional com características chinesas

Infrastructure and projectment in regional development with Chinese characteristics

**cintia neves godoi\***

**Lisandra pereira Lamoso\*\***

**sandro Luiz Bazzanella\*\*\***

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.171.004>

Xinhua / Zuma Wire



Acima, vilarejo rural na província de Ghizhou; abaixo, arquitetura moderna na cidade portuária de Guangzhou, terceira maior cidade da China





## RESUMO

Este artigo analisa o planejamento regional chinês, especialmente sob a visão de Deng Xiaoping, e o compara com as ideias de Ignácio Rangel, economista brasileiro. A análise explora os pilares do planejamento chinês, os problemas a serem resolvidos para propiciar o bem coletivo e as estratégias de experimentação seguidas da expansão de práticas bem-sucedidas, unificadas no desenvolvimento das forças produtivas por meio de investimentos em infraestrutura. O texto inicia-se com uma análise etimológica dos termos *desenvolvimento* e *região* em mandarim (发展 [fazhan] e 区域性 [qūyùxìng]). Para os chineses, *desenvolvimento* é um processo expansivo contínuo, enquanto *região* vai além das divisões geográficas, integrando aspectos emocionais e humanos. Posteriormente, analisam-se discursos de Deng Xiaoping e seus argumentos para priorizar o desenvolvimento das regiões costeiras a fim de impulsionar o crescimento nacional, o que também gerou desigualdades regionais, provocando debates sobre o tema. O artigo conclui conectando as ideias de Rangel sobre planejamento e investimentos em infraestrutura com a abordagem de Deng. Baseado no planejamento estatal, o desenvolvimento regional chinês visa integrar as províncias com grandes projetos de infraestrutura, promovendo conectividade e reduzindo desigualdades ao conectar áreas menos desenvolvidas à economia, incentivando reflexões sobre desenvolvimento e desigualdades regionais.

**Palavras-chave:** Desigualdades regionais. Planejamento. Infraestrutura.

## ABSTRACT

This article analyzes Chinese regional planning, particularly through the perspective of Deng Xiaoping, and compares it with the ideas of Brazilian economist Ignácio Rangel. The analysis explores the pillars of Chinese planning, addressing problems to be solved for the collective good, as well as experimental strategies followed by the expansion of successful practices, unified through the development of productive forces via infrastructure investments. The text begins with an etymological analysis of the terms *development* and *region* in Mandarin (发展 [fazhan]) and 区域性 [qūyùxìng]). In Chinese view, *development* is a continuous and expansive process, while *region* goes beyond geographical divisions, integrating emotional and human aspects. It then examines Deng Xiaoping's speeches and his arguments for prioritizing coastal regions' development to drive national growth, which also generated regional inequalities and sparked debates on the subject. The article concludes by connecting Rangel's ideas on planning and infrastructure investments with Deng's approach. Based on state planning, Chinese regional development aims to integrate provinces through large infrastructure projects, promoting connectivity and reducing inequalities by linking less developed areas to the economy, encouraging reflections on development and regional inequalities.

**Keywords:** Regional inequalities. Project planning. Infrastructure.

## 1. INTRODUÇÃO

Desenvolvimento é tema central em discussões cotidianas, em debates acadêmicos, de caráter político ou filosófico. Os qualificativos *sustentável*, *nacional*, *regional* apontam a complexidade do conceito e se estendem por várias escalas analíticas.

Santos (2011), em texto que discute relações entre planejamento e desenvolvimento, afirma que nos países capitalistas, especialmente os subdesenvolvidos, as causas da pobreza passam certamente pelo planejamento, que é parte das práticas e técnicas que garantem a manutenção e o aprofundamento da pobreza. O autor constatou, em estudos na década de 1970, que países socialistas conheciam um tipo diferente de planejamento.

O “planejamento socialista”, tal como ocorre na China, ainda é pouco conhecido, em parte porque as ferramentas conceituais utilizadas para investigá-lo precisam ser aperfeiçoadas para captar o que há nele de “não capitalista”, um planejamento executado sob um socialismo com características chinesas. Neste, a complexidade das relações interescares passa pela centralidade do comando do Estado, que articula o regional ao global segundo interesses soberanos, priorizando a solução de problemas objetivamente definidos pelas demandas locais.

No caso brasileiro, as discussões acerca do desenvolvimento regional não estão, necessariamente, orientadas pelas demandas nacionais, porque são mediadas por influentes interesses corporativos da propriedade privada da terra e do lucro individual sobreposto ao interesse social. Residiria na superação dessas condições a estrutura basilar do “planejamento regional com características chinesas”?

Este artigo procura refletir sobre uma abordagem socialista de desenvolvimento regional. Pensamos em alguns conceitos presentes na literatura chinesa, como *desenvolvimento*, *região* e *desenvolvimento regional*, específicos de um país de dimensões populacionais e territoriais enormes, e elencamos alguns exemplos do papel de megaprojetos que entrelaçam o regional ao desenvolvimento das forças produtivas, orientado para a transformação social. As tradicionais disputas regionais capitalistas são substituídas pela definição de investimentos prioritários, com efeitos na geração de empregos, que envolvem ganhos na produtividade do trabalho, promovendo, dessa forma, o desenvolvimento econômico.

O texto faz inicialmente uma análise etimológica dos termos *desenvolvimento* e *desenvolvimento regional* na perspectiva chinesa. Posteriormente são analisados textos de Deng Xiaoping e, por fim, contextualizados alguns dados acerca da sociedade chinesa na atualidade, para um diálogo com as ideias de projeto de Ignácio Rangel.

A primeira parte, portanto, inicia o debate sobre o conceito de desenvolvimento regional em uma perspectiva chinesa, considerando-se importante analisar os termos *desenvolvimento* (发展 [fazhan]) e *região* (区域性 [qūyùxìng]) no contexto do mandarim, pois o termo *desenvolvimento* na China vai além da visão ocidental de crescimento econômico, incorporando a ideia de um processo contínuo e expansivo, simbolizado pelas noções de “desdobrar” e “propagar”. Já *região* não se limita a denotar divisões geográficas, mas também integra aspectos emocionais e humanos, sugerindo uma intrínseca conexão entre o espaço físico e as necessidades sociais. Essa interpretação revela uma visão chinesa de desenvolvimento regional como processo gradual e dinâmico, fortemente ligado à interação entre espaço e sociedade.

No segundo momento, o texto aborda a visão de Deng Xiaoping sobre o desenvolvimento regional da China e sua relação com o socialismo. Deng introduziu um enten-

dimento acerca de desenvolvimento regional que priorizou o desenvolvimento das regiões costeiras, permitindo-lhes prosperar primeiro para que depois pudessem “ajudar” o interior. Essa política gerou crescimento econômico rápido, mas também aumentou as desigualdades regionais, o que alimentou o debate sobre desenvolvimento na China. Deng argumentou que o enriquecimento de alguns não era uma falha do socialismo, mas uma estratégia para alcançar a prosperidade comum. Ele também enfatizou a importância do setor público e da redistribuição da riqueza para evitar a polarização social.

A abordagem de Deng, focada na eficiência e no crescimento econômico, contrasta com políticas ocidentais, que tendem a priorizar a igualdade desde o início. No Brasil, por exemplo, o desenvolvimento regional sempre foi visto como uma extensão do desenvolvimento nacional, com políticas como as baseadas na teoria dos polos de desenvolvimento, que concentrava investimentos em áreas estratégicas. Na China, a estratégia de desenvolvimento desigual resultou em crescimento rápido, mas com disparidades regionais, destacando a complexidade do debate sobre desenvolvimento em diferentes contextos políticos.

Este artigo apresenta a relação entre desenvolvimento no âmbito espacial, especialmente o regional, considerando a importância de grandes projetos para gerar os estímulos econômicos, sociais e espaciais, e por isso mesmo é realizada uma abordagem da relação entre ideias de Ignácio Rangel e argumentos e proposições de Deng Xiaoping. Com isso, o desenvolvimento regional com características chinesas permite perceber a utilização do “projetamento” como “sofisticado nível de planificação”, aplicada à materialização dos investimentos em infraestrutura estratégica, como ferrovias, rodovias e portos, visando à integração das províncias e à elevação das forças produtivas. Essa abordagem centralizada, defendida por líderes como Deng Xiaoping, é baseada na premissa de que a intervenção estatal é crucial para o crescimento econômico, especialmente ao criar condições que fomentem a distribuição de recursos e o comércio exterior, promovendo o desenvolvimento regional e reduzindo as desigualdades.

A infraestrutura se apresenta, portanto, como elemento fundamental nesse processo, funcionando como um “canal de irrigação” entre regiões mais e menos desenvolvidas e promovendo o fluxo de mercadorias, serviços e pessoas a um custo reduzido, graças à provisão estatal. Esse desenvolvimento regional também é impulsionado pela conectividade, que põe áreas menos desenvolvidas em contato com a economia global, e pela “urbanização do campo”, que eleva a qualidade de vida nas zonas rurais. A atuação do Estado no planejamento de longo prazo, conforme observado por Deng e economistas como Ignácio Rangel, sugere que o projetamento é essencial para superar as limitações do mercado e garantir um crescimento econômico sustentável e equilibrado.

## 2. A ETIMOLOGIA REVELADORA DE PRINCÍPIOS INERENTES AO PLANEJAMENTO

Para iniciar o debate acerca do conceito de desenvolvimento regional em uma perspectiva chinesa, apresentamos os termos *desenvolvimento*, *região* e *desenvolvimento regional* em mandarim, e com isso nos apropriamos das narrativas acerca de transformações espaciais, para posteriormente explorar significados inerentes à língua<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Para a discussão acerca dos aspectos semânticos e fonossemânticos das palavras e ideogramas chineses, foi utilizada a versão on-line do *Dong Chinese Dictionary*. Trata-se de um dicionário que permite pesquisa de palavras em chinês, fornecendo definições, significados dos diferentes ideogramas, histórico deles, exemplos de uso, pronúncia e outros recursos para ajudar no aprendizado da língua chinesa (Dong, s.d.).

O termo *desenvolvimento* em mandarim pode ser traduzido como 发展 (*fazhan*), em pinyin. O primeiro caractere, 发 (*fā*), carrega múltiplos significados, como “enviar” ou “desencadear”. O segundo caractere, 展 (*zhǎn*), adiciona outra camada de significado e está relacionado à ideia de “rolar”, “desdobrar”, “espalhar”, “desenvolver”, implicando uma expansão gradual e contínua. O desenvolvimento, na visão chinesa, é entendido não apenas como um processo de crescimento, mas associa-se ao sentido de desdobrar, espalhar, desencadear. Assim, não se trata de algo linear, mas algo que se estende, propaga-se e flui para além de um processo somatório, remetendo a dualidade, uma noção mais ampla do que crescimento econômico, que predomina no pensamento ocidental. Em vez de uma transformação abrupta ou disruptiva, o desenvolvimento está alinhado a um processo de transformação suave, que se expande a partir de algo inicial. O sentido do termo 发展 não se limita a “crescimento econômico” ou “modernização tecnológica”, inclui a ideia de um progresso gradual que se desdobra ao longo do tempo e do espaço.

A composição etimológica de *regional* (区域性 [*qūyùxìng*]) oferece uma visão interessante da percepção chinesa sobre o espaço geográfico. O caractere 区 (*qū*) descreve uma área delimitada, um espaço contido, o que remete à ideia de território ou divisão geográfica. *Regional* é traduzido em chinês por 区域性 (*qūyùxìng*), em pinyin. Reunidos, os caracteres designam, primeiramente, o retrato de um grupo de coisas, uma área fechada; em segundo lugar, há um uso do composto fonossemântico para “terra”; e, em terceiro lugar, outro composto fonossemântico, que representa “coração”. O primeiro se apresenta como um *hanzi* (caractere chinês) que forma visualmente uma área circunscrita, que pode sugerir organização e controle sobre o espaço. Já o caractere 域 (*yù*) é formado por elementos que indicam “terra” e “coração”. O *regional*, para os chineses, é algo que vai além de simples divisões físicas. A inclusão de “coração” nesse caractere insinua que a região é, de certa forma, uma entidade em que há intrínseca conexão entre o espaço físico, o humano e o emocional, sendo um elemento estrutural para o funcionamento do conjunto.

*Desenvolvimento regional*, caso fosse formado pela junção exata dos dois termos, não se referiria apenas à reorganização espacial, mas às relações complexas entre o espaço e as transformações deste, entre o território e as necessidades humanas. Essas observações etimológicas revelam que, na cultura chinesa, o desenvolvimento regional pode ser compreendido como processo dinâmico, que se desenrola de maneira gradual e atrelada a demandas sociais, sendo estas, inclusive, de cunho emocional. Há um foco na integração entre as dimensões físicas e humanas do espaço, e as transformações são tanto espaciais quanto sociais.

Quando analisamos a literatura acadêmica sobre desenvolvimento e desenvolvimento regional, encontramos outra expressão para lidar com o tema. No artigo de Fan (1995), que discute desenvolvimento regional na China, há passagens sobre a discussão no país, com longa tradição acadêmica, inclusive por parte de consultores e mesmo planejadores que também são acadêmicos.

Vejamos a palavra *qingxie* e seu sentido nas políticas de desenvolvimento regional:

A etimologia da palavra chinesa *qingxie* é *inclinação*, *declive* ou *gradiente*, e, no contexto do desenvolvimento regional, refere-se ao tratamento preferencial que beneficia algumas regiões. Quanto maior for o grau ou o ângulo de *qingxie*, maior será a extensão do tratamento preferencial. Podemos imaginar um tabuleiro sobre o qual estão colocados os ingredientes do crescimento econômico; se o tabuleiro estiver assente num pivô e



Deng Xiaoping, líder da China entre 1978 e 1992

inclinado para uma determinada região, esta receberá ainda mais ingredientes do crescimento econômico. Uma vez que, na prática, *qingxie zhengce* se refere às políticas que contribuem para o crescimento econômico de determinadas regiões, é traduzido como “políticas preferenciais” no presente documento (Fan, 1997, p. 625, tradução nossa).

A expressão utilizada por Fan (1997), *qingxie*, é formada pelos caracteres 倾 e 斜. O primeiro deles se apresenta como um composto fonossemântico de 亻, que está relacionado ao ser humano, e 顷, que representa o som, simbolicamente apresentado como 傾. O primeiro caractere, que em *pinyin* se traduz como *qīng*, tem correspondência com os verbos perguntar, solicitar, convidar, pedir (por favor), enquanto *xié* é composto pelo radical 斗, que pode ter significado de “luta” ou “batalha”, e o elemento 余, que tem sentido de “sobrear”, “exceder”. Juntos, formam a ideia de inclinação ou algo oblíquo.

No contexto de discussões regionais, *qingxie* significa “inclinando-se para” ou “favorecendo (uma determinada região)”. No entanto, também carrega nuances de solicitação e demanda, isso implicando que a inclinação não é apenas imposta, mas pode surgir de solicitações ou necessidades sociais ou regionais que são específicas. A expressão sugere que questões de desenvolvimento regional ou questões regionais se relacionam com ações que podem pender ou ser ajustadas para beneficiar determinadas regiões mais do que outras, um fenômeno que é, por vezes, justificado pela necessidade de corrigir disparidades econômicas, desigualdades regionais ou desigualdades socioespaciais. Milton Santos utilizava a expressão “promover o crescimento em territórios opacos”, por exemplo. O termo *opacos*, empregado por ele no sentido figurado, aponta para a diferenciação espacial relacionada a territórios, referindo-se àqueles que têm menor densidade técnica e informacional e, portanto, tornam-se a preocupa-

ção do planejamento; outros, chamados de *luminosos*, apresentam maior capacidade de atrair atividades econômicas, capitais, tecnologia (Santos, 1996, p. 194).

Assim, a exploração dos significados inerentes à língua chinesa nos oferece uma chave para entender as práticas de desenvolvimento regional na China, especialmente se considerados os aspectos culturais.

### 3. O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL COMO PARTE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Como em toda sociedade, na China é possível perceber oscilações, divergências e transformações no entendimento do desenvolvimento e do desenvolvimento regional ao longo do tempo, variação que também é inerente ao debate acadêmico, sendo possível reconhecer diferentes perspectivas entre o planejamento ocidental capitalista e o caso chinês.

Realizamos uma aproximação ao debate através de pesquisa nos discursos de Deng Xiaoping, pela importância desse líder político e pela forma como ele deixou registrado alguns princípios do socialismo para aplicação no exercício concreto do planejamento. Na literatura acadêmica, foi possível encontrar diversos elementos sobre o desenvolvimento e o desenvolvimento regional, invariavelmente em busca da redução das desigualdades, o que também foi recorrente no período de Mao Zedong.

Há um par dialético entre equilíbrio e desequilíbrio nas relações regionais que foi definido no sentido de que a região mais desenvolvida proporcionasse condições para o desenvolvimento da região menos desenvolvida. A produção de riqueza através do desenvolvimento das forças produtivas, ao consolidar o desenvolvimento de determinadas regiões, contribuía para que ele atingisse regiões menos favorecidas. “Das políticas redistributivas maoistas ao modelo de desenvolvimento desigual de Deng e ao atual Nono Plano Quinquenal (1996-2000), a política regional chinesa passou por várias décadas de tentativas, ajustes e reajustes.” (Fan, 1997, p. 620, tradução nossa)

O desenvolvimento regional na China nas décadas em que esteve sob a liderança de Deng Xiaoping, em vez de garantir redução de disparidades e, desigualdades, como desdobramento do processo de desenvolvimento, apresentou uma compreensão dialética, de troca entre desiguais, partindo do estímulo da região mais desenvolvida à menos desenvolvida, sempre num movimento de avaliar os resultados, pensar sobre os processos e sua efetividade. No período maoista, a desigualdade entre o desenvolvimento das regiões costeiras e as demais teria se ampliado, ao invés de reduzir-se, e aumentaram as disparidades regionais, o que gerou divergências teóricas e políticas sobre a continuidade da estratégia e se ela seria suficiente:

As avaliações pós-Mao dessas políticas redistributivas criticaram sua negligência na eficiência econômica e seu fracasso em acelerar o crescimento econômico nacional. Então, a ascensão de Deng ao poder trouxe uma reversão gritante das prioridades de desenvolvimento regional. Especificamente, a região costeira é designada para ser desenvolvida primeiro, com uma série de zonas abertas, reservadas para investimentos estrangeiros e rápido crescimento econômico. A política de desenvolvimento desigual de Deng levou a um aumento da diferença de desenvolvimento entre as áreas costeiras e o interior, contradizendo a tentativa de Mao de reduzir as disparidades regionais, mas de fato contribuiu para um forte crescimento econômico nacional. No entanto, o debate sobre o desenvolvimento regional continua (Fan, 1995, p. 620, tradução nossa).

Deng Xiaoping não via o crescimento de algumas regiões e indivíduos, antes de outros, como uma falha no socialismo, e sim como uma estratégia para que os mais prósperos (indivíduos ou regiões) pudessem liderar e apoiar o desenvolvimento dos menos prósperos (indivíduos ou regiões)

A partir de 1978, no século XX, a China fez uso de uma política de desenvolvimento regional que, em lugar de buscar alcançar o equilíbrio regional, reconheceu possibilidades de determinadas áreas em alavancar a organização produtiva e a acumulação de riqueza. A *teoria da escada* seria, portanto, uma forma de estimular vantagens, por exemplo, da região litorânea:

Essa política espacial nacional mudou desde que a China abriu suas portas para o mundo em 1978. Na década de 1980, uma política de desenvolvimento regional diferenciado, ou a chamada “teoria da escada” das regiões costeiras, centrais e ocidentais, foi proposta para o planejamento durante o período socialista. Em vez de buscar o equilíbrio regional, a política reconheceu as vantagens da região costeira (Wu, 2015, p. 27-28, tradução nossa).

Para entender o pensamento acerca do desenvolvimento regional, foram analisados discursos do líder chinês — particularmente, foi analisada uma obra que reúne textos e discursos de Deng Xiaoping, intitulada *Selected works of Deng Xiaoping* e organizada em três volumes (Deng, 2001a; 2001b; 2001c). O primeiro e o segundo volumes, de maneira geral, dedicam-se a analisar questões regionais e aspectos do controle do território com enfoque na compreensão do comportamento dos grupos guerrilheiros e outros. No volume 3, há uma discussão mais dedicada a compreender o desenvolvimento, o crescimento econômico e a riqueza como processos, e como estes deveriam ser conduzidos na China, considerando aspectos diversos, dentre eles os aspectos regionais. No trecho abaixo, Deng faz menção ao socialismo como princípio e compara relações entre indivíduos e regiões:

O objetivo do socialismo é tornar nosso povo próspero, não criar polarização. Se nossas políticas levassem à polarização, isso significaria que falhamos. Se uma nova burguesia surgisse, isso significaria que nos desviamos do caminho certo. Ao encorajar algumas regiões a tornarem-se prósperas em primeiro lugar, pretendemos que inspirem outras a seguirem o seu exemplo e que todas elas ajudem as regiões economicamente atrasadas a desenvolverem-se. O mesmo vale para alguns indivíduos. Um limite deve ser dado à riqueza das pessoas que se tornam prósperas primeiro, por meio do imposto de renda, por exemplo. Além disso, devemos incentivá-las a contribuir com dinheiro para admi-

nistrar escolas e construir estradas, embora não devamos definitivamente estabelecer cotas para elas. Devemos encorajar essas pessoas a fazer doações, mas é melhor não dar muita publicidade a essas doações (Deng, 2001c, p. 76, tradução nossa).

O trecho citado reflete a visão adotada no processo de reformas econômicas da China, especialmente durante o final do século XX. A ênfase está na prosperidade do povo como objetivo final, não em uma polarização que perpetue desigualdades ou que promova o surgimento de uma nova burguesia. Deng Xiaoping não via o crescimento de algumas regiões e indivíduos, antes de outros, como uma falha no socialismo, e sim como uma estratégia para que os mais prósperos (indivíduos ou regiões) pudessem liderar e apoiar o desenvolvimento dos menos prósperos (indivíduos ou regiões), segundo sua analogia.

Sobre o emprego de fundos estrangeiros, comenta:

As políticas de utilização de fundos estrangeiros e de expansão do setor privado não enfraquecerão a posição predominante do setor público, que é uma característica básica da economia no seu conjunto. Pelo contrário, essas políticas visam, em última análise, desenvolver mais vigorosamente as forças produtivas e fortalecer o setor público. Enquanto o setor público desempenhar um papel predominante na economia da China, a polarização pode ser evitada. É claro que algumas regiões e algumas pessoas podem prosperar antes de outras, e então ajudar outras regiões e pessoas a fazer o mesmo, gradualmente. Estou convencido de que os fenômenos negativos que agora se podem encontrar na sociedade diminuirão gradualmente e acabarão por desaparecer à medida que a economia crescer, à medida que os nossos níveis científicos, culturais e educativos aumentarem e à medida que a democracia e o sistema jurídico forem reforçados (Deng, 2001c, p. 100, tradução nossa).

Deng Xiaoping aborda a importância de um setor público predominante, o incentivo ao uso de fundos estrangeiros e a expansão do setor privado, no contexto das reformas econômicas da China. Além disso, reforça a ideia de que o crescimento econômico, acompanhado por avanços na ciência, na educação, na cultura e na democracia, seria o caminho para a redução gradual dos problemas sociais.

Alega que, à medida que o país se desenvolva em todos esses aspectos, os “fenômenos negativos” presentes na sociedade — como desigualdade e corrupção — diminuirão, e finalmente desaparecerão através de um modelo que será capaz de equilibrar as necessidades de crescimento com justiça social.

No discurso intitulado “Let the facts speak for themselves” (Que os fatos falem por si), em março de 1986, Deng Xiaoping continua seu argumento acerca do controle sobre o desenvolvimento regional, destacando algo muito perseguido no planejamento ocidental, principalmente o brasileiro: a busca pela igualdade, pela redução das desigualdades — considerando, porém, que há um tempo e um ritmo particular para cada região. Nos comentários de Deng:

A nossa reforma começou no campo e aí obteve um primeiro sucesso. No entanto, algumas áreas rurais são mais desenvolvidas do que outras. Cerca de 10% delas, principalmente as áreas áridas no Noroeste e algumas áreas no Sudoeste, ainda não saíram da pobreza. É nossa política deixar algumas pessoas e algumas regiões prosperarem antes de outras, para que possam levar consigo as regiões atrasadas. As regiões avançadas têm





Ao mesmo tempo que combatia a ideia de que o enriquecimento é incompatível com os princípios socialistas, Deng Xiaoping argumentava que a prosperidade econômica é essencial

a obrigação de ajudar as que ficaram para trás. Mantemos o caminho socialista para atingir o objetivo final da prosperidade comum, mas é impossível que todas as regiões se desenvolvam no mesmo ritmo. Costumávamos praticar o igualitarismo, com todos “comendo da mesma panela grande”. Entretanto, essa prática significava atraso e pobreza comuns, o que nos causou muito sofrimento. A reforma é projetada, em primeiro lugar, para romper com o igualitarismo, com a prática de fazer com que todos “comam da mesma panela grande”. Parece-me que estamos seguindo o caminho certo (Deng, 2001c, p. 104, tradução nossa).

Na passagem a seguir fica evidente que se trata de pensar em regiões e indivíduos e no processo de desenvolvimento de cada uma de forma singular, considerando aceitar o potencial daquelas que têm condição de avançar mais rapidamente que as outras:

Tenho defendido consistentemente que algumas pessoas e algumas regiões devem poder prosperar antes de outras, sempre com o objetivo de prosperidade comum. Se algumas regiões se desenvolverem um pouco mais rápido, elas estimularão as outras a alcançá-las. Esse é um atalho que podemos tomar para acelerar o desenvolvimento e alcançar a prosperidade comum (Deng, 2001c, p. 111, tradução nossa).

Deng Xiaoping alegava serem de extrema importância esforços para o desenvolvimento das forças produtivas, pois só seria possível avançar com base no modelo de sociedade com crescimento da produção de riqueza:

Não pode haver comunismo com pauperismo, nem socialismo com pauperismo. Portanto, ficar rico não é pecado. No entanto, o que queremos dizer com ficar rico é diferente do que outros querem dizer. A riqueza em uma sociedade socialista pertence ao povo. Ficar rico em uma sociedade socialista significa prosperidade para todo o povo. Os princípios do socialismo são: primeiro, o desenvolvimento da produção, e, segundo, a prosperidade comum. Permitimos que algumas pessoas e algumas regiões se tornem prósperas primeiro com o objetivo de alcançar a prosperidade comum mais rapidamente. É por isso que



Obras da Ferrovia Norte-Sul entre Palmas (TO) e Anápolis (GO), em janeiro de 2014. O obra é financiada pelo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), administrado pela Sudene. Investimentos estatais em infraestrutura, conforme o pensamento de Ignácio Rangel, estão na base da ideia de projeto

nossa política não levará à polarização, a uma situação em que os ricos ficam mais ricos enquanto os pobres ficam mais pobres. Para ser franco, não permitiremos o surgimento de uma nova burguesia (Deng, 2001c, p. 115, tradução nossa).

Nesse trecho, Deng Xiaoping reforça sua visão sobre a relação entre socialismo e riqueza. Ao mesmo tempo que combate a ideia de que o enriquecimento é incompatível com os princípios socialistas, argumenta que a prosperidade econômica é essencial. Ou seja, na concepção de desenvolvimento de Deng Xiaoping, a riqueza tem uma função social. Socialmente produzida, a riqueza somente se justifica na medida em que beneficia o conjunto da sociedade. Tal concepção apresenta-se como antagonista à conformação de uma sociedade burguesa, marcada pelo individualismo competitivo e acumulador do capital socialmente produzido:

Por realizar a política aberta, aprender tecnologias estrangeiras e utilizar capital estrangeiro, queremos dizer promover a construção socialista, e não desviar do caminho socialista. Pretendemos desenvolver as forças produtivas, expandir a propriedade pública socialista e aumentar a renda do povo. O propósito de permitir que algumas regiões e algumas pessoas se tornem prósperas antes de outras é permitir que todas elas prosperem eventualmente. Temos de garantir que não haja polarização da sociedade — é isso que o socialismo significa (Deng, 2001c, p. 130, tradução nossa).

O enriquecimento individual ou regional que Deng defende tem um propósito coletivo: alcançar a prosperidade comum. Isso é parte de sua estratégia para promover o desenvolvimento econômico, garantindo que este seja sempre conduzido por uma lógica dedicada ao país:

As áreas costeiras, que compreendem uma vasta região com uma população de 200 milhões, devem acelerar sua abertura para o mundo exterior, e devemos ajudá-las a se desenvolver rapidamente primeiro; depois, elas podem promover o desenvolvimento das províncias do interior, devem se subordinar a ele. Quando as áreas costeiras se

desenvolverem até certo ponto, elas serão obrigadas a dar ainda mais ajuda ao interior. Então, o desenvolvimento das províncias do interior será de suma importância, e as áreas costeiras, por sua vez, terão de se subordinar a ele. Se o Comitê Central e o Conselho de Estado não tiverem autoridade, nada disso poderá ser feito. Cada região agiria apenas em seu próprio interesse, sem qualquer coordenação, neutralizando o esforço das outras. Quem pode coordenar seus esforços? Somente a liderança central — quero dizer, o Comitê Central e o Conselho de Estado (Deng, 2001c, p. 181, tradução nossa).

O líder chinês afirma, portanto, que, após o processo inicial de favorecimento a regiões em melhores condições de concentrar investimentos, seria necessária alteração subsequente para redistribuição do valor acumulado, proveniente da liberalização econômica, para o desenvolvimento do interior.

Portanto, no contexto político e social chinês dos anos 1950 aos anos 1980, constata-se diversos esforços para o debate acerca do desenvolvimento, incluindo especificações espaciais para dar conta desse fenômeno.

Fan (1997) observou que o desenvolvimento desigual foi o centro do debate por longo período, e a partir da chegada de Deng Xiaoping ao poder houve mudanças no entendimento dessa questão:

Ao endossar o socialismo com características chinesas e enfatizar a eficiência em vez da equidade, Deng se tornou uma grande força por trás da reversão da política regional. Ele apoia o conceito de estágios de desenvolvimento, que legitima o desenvolvimento regional desigual como um resultado natural e inevitável do processo de desenvolvimento. Uma vez que o estigma sobre o desenvolvimento regional desigual é removido, tanto a pesquisa chinesa quanto a política regional ficam livres para defender as vantagens comparativas, a especialização regional, a divisão regional do trabalho e um crescimento econômico encabeçado pelas exportações (Fan, 1995, p. 632, tradução nossa).

O entendimento do desenvolvimento e do desenvolvimento regional no Brasil ou na China aponta para o fato de que esses países adotam abordagens distintas, moldadas por seus contextos históricos, sociais, econômicos e, sobretudo, por objetivos políticos.

No Brasil, o desenvolvimento regional é tradicionalmente visto como uma extensão do desenvolvimento nacional, com ênfase na redução das disparidades e desigualdades regionais como parte de um processo mais amplo de acumulação de capital e elevação dos padrões de vida. As críticas apontadas por Santos (2011) indicam preocupação com a influência do desenvolvimento capitalista e suas implicações ideológicas e teleológicas. No capitalismo, haveria possibilidade de “contribuição” de regiões mais prósperas a regiões menos prósperas? Parte da política de desenvolvimento regional brasileira fez uso da teoria dos polos de desenvolvimento, proposta por Perroux e largamente empregada nos anos 1970, que determina uma concentração de investimentos em determinados pontos para posteriormente estendê-los ao entorno. A ocupação da Amazônia Legal, no período entre 1964 e 1978, por exemplo, priorizou os polos agropecuários, polos minerais, polos madeireiros e outros.

Na China, especialmente desde as reformas iniciadas por Deng Xiaoping, foram adotadas abordagens orientadas para a eficiência. A política de desenvolvimento regional desigual, que favoreceu inicialmente regiões costeiras, exemplifica uma estratégia de crescimento rápido e aproveitamento de determinados tipos de vantagem.

Após o processo inicial de favorecimento a regiões em melhores condições de concentrar investimentos, seria necessária alteração subsequente para redistribuição do valor acumulado, proveniente da liberalização econômica, para o desenvolvimento do interior

A teoria da escada e as políticas preferenciais permitiram um crescimento econômico e ampliaram as disparidades regionais. No entanto, a abordagem de Deng Xiaoping também incluiu a redistribuição dos benefícios do crescimento econômico para regiões menos desenvolvidas, uma vez atingido um certo nível de desenvolvimento nas áreas mais avançadas.

Portanto, pode-se perceber que na China houve estímulos para o crescimento econômico e a criação e fortalecimento das forças produtivas de maneira diferenciada, mesmo considerada a existência de fases com predomínio de maior desigualdade, reconhecendo-se e explorando vantagens regionais para impulsionar o crescimento nacional, pois se considera um futuro, uma teleologia, que, sendo parte de um projeto de longa duração, tem no Estado um agente central de organização e controle e permite avanços a partir de uma liderança que busca crescimento da riqueza, com posterior distribuição desta.

#### 4. DESENVOLVIMENTO REGIONAL COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS: PLANEJAMENTO ESTATAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desafio do planejamento regional no território chinês é ampliado pela heterogeneidade e dimensão continental do país, com vários biomas e enorme diversidade cultural e, principalmente, pela dificuldade de interiorização das melhorias na qualidade de vida, ainda que esse interior apresente baixa densidade demográfica (no caso chinês) e um alargamento no topo da pirâmide demográfica. Considerando-se a melhoria na expectativa de vida, é notável que as políticas de desenvolvimento regional têm sido efetivas, já que a China superou os Estados Unidos naquele indicador em 2021.

Além dos princípios discutidos anteriormente, principalmente o desequilíbrio e o impulso fornecido pelas regiões desenvolvidas, há o detalhe de como operacionalizar as intenções socialistas, o que é feito com ciência, pois não basta elencar objetivos e prioridades, é preciso execução, materialização no espaço das proposições priorizadas pela política. A primeira constatação é que o Estado planejador chinês detém o controle das alavancas essen-



A engenharia empregada na construção da Muralha da China é uma plena demonstração da capacidade social de execução, em tempo de recursos escassos e meio hostil

ciais do comando do organismo econômico<sup>2</sup>; o controle do uso do solo é uma delas, eficiente arranjo dos fatores terra, trabalho e capital.

Outro fator é a capacidade socialmente acumulada de domínio da natureza, a elaboração do plano, dos projetos, a execução e gestão. A título de comentário, a engenharia empregada na construção da Muralha da China é uma plena demonstração da capacidade social de execução, em tempo de recursos escassos e meio hostil.

Os investimentos em infraestrutura, ao construir redes que unificam e integram as províncias, funcionam como canais de irrigação das regiões desenvolvidas para as deprimidas, criam meios de circulação de moradores do interior para oferecer-lhes contato com o cosmopolitismo da vida urbana, proporcionam fluxos de mercadorias e serviços a um custo baixo, porque são serviços e infraestrutura providos pelo Estado. O movimento dinâmico criado pelos meios de transporte, notadamente os ferroviários, entre províncias, confere às coisas utilidades que elas não tinham antes, como o consumo da paisagem, por exemplo. As províncias e seus modos de vida, com toda sua riqueza étnica e cultural, ao suscitar a curiosidade, atraem fluxos de turistas. Se considerarmos a classe média chinesa, em torno de 800 milhões de pessoas, só o turismo interno já apresenta números significativos<sup>3</sup>.

A “urbanização do campo”, levando melhorias materiais ao estilo de vida do campesinato, pode não diminuir a tendência de longo prazo de migração campo-cidade, mas possibilita à população idosa usufruir dos benefícios do socialismo sem se sujeitar à famosa desterritorialização. As *township and village enterprises* (TVEs — distritos e vilas empresariais) são uma experiência que absorve força de trabalho e apresenta significativa produção industrial. Essa experiência consistiu em organizações produtivas que emergiram principalmente em áreas rurais da China no final dos anos 1970. Essas empresas desempenharam um papel fundamental na absorção de mão de obra excedente do setor agrícola, promovendo a diversificação econômica e a industrialização rural (Masiero, 2006).

<sup>2</sup> Segundo Rangel (2005, p. 187): “O planejamento é impossível, a menos que o planejador — e este não pode ser outro senão o Estado — controle as alavancas essenciais do comando do organismo econômico.”

<sup>3</sup> Há estudos sobre a contribuição do turismo para o crescimento econômico e sua distribuição espacial em Liu *et al.* (2022).

A expansão da conectividade também põe províncias menos desenvolvidas em contato com a atividade do comércio exterior, o que é objeto do planejamento chinês e estratégia de crescimento econômico assumida e exitosa. O ganho de escala que é alcançado pelo acesso à demanda internacional favorece a redução das desigualdades, gera ganhos de escala e produtividade, emprego e renda. Os bens e serviços geram novos bens e serviços, em uma combinação dinâmica que impulsiona a mudança tecnológica. O planejamento chinês consiste em promover a distribuição no tempo e no espaço dos recursos sociais disponíveis, também servindo como indutor dos investimentos privados e adensando as cadeias produtivas que resultaram em desenvolvimento regional.

Nos textos e discursos de Deng Xiaoping, também constam menções à importância de investimentos em infraestrutura para dar conta do modelo de desenvolvimento nacional:

Se quisermos aproveitar as oportunidades para promover o desenvolvimento integral da China, é crucial expandir a economia. As economias de alguns países e regiões vizinhas estão crescendo mais rápido do que a nossa. Se nossa economia estagnar ou se desenvolver lentamente, as pessoas farão comparações e perguntarão por quê. Portanto, as áreas que estão em condições de se desenvolver não devem ser obstruídas. Onde as condições locais permitirem, o desenvolvimento deve prosseguir o mais rápido possível. Não há nada com que se preocupar, desde que enfatizemos a eficiência e a qualidade e desenvolvamos uma economia orientada para a exportação. Crescimento lento é igual à estagnação e até retrocesso. Devemos aproveitar as oportunidades; o presente oferece uma excelente. A única coisa que me preocupa é que podemos perder oportunidades. Se não as dimensionarmos bem, elas escorregarão por entre nossos dedos com o passar do tempo. No desenvolvimento da economia, devemos nos esforçar para alcançar um nível mais alto a cada intervalo de poucos anos (Deng, 2001c, p. 183, tradução nossa).

A “expansão da economia” como elemento crucial do desenvolvimento, ao contrário de políticas que restringem o crescimento a pretexto de evitar o aumento das desigualdades regionais, é evidente no pensamento de Deng, bem como o senso de oportunidade histórica.

Em 1984, Deng Xiaoping faz um discurso intitulado “We must follow our own road in economic development as we did in revolution” (Devemos seguir nosso próprio caminho no desenvolvimento econômico, como fizemos na revolução) (Deng, 2001c, p. 66). Para tanto, em 1986, em uma conversa com o primeiro-ministro do Japão, Deng faz uma fala intitulada “On the reform of enterprises and of the banking system” (Sobre a reforma das empresas e do sistema bancário), na qual destaca os investimentos em infraestrutura:

Para reduzir o déficit, a escala da formação de capital, especialmente de projetos não produtivos, deve ser mantida sob controle. Como a receita do governo central foi reduzida, ele não pode empreender muito. Parte dos fundos arrecadados pelas autoridades locais e do capital ocioso coletado da sociedade em geral deve ser investida em projetos de infraestrutura. Essa é a única solução para nós. Além disso, não devemos permitir que a demanda do consumidor se expanda muito rapidamente (Deng, 2001c, p. 128, tradução nossa).

Em 1989, ao ser questionado, reitera afirmação sobre a necessidade de esforços que devem convergir para a construção e oferta de infraestrutura para o crescimento econômico chinês:

O que devemos fazer a partir de agora? Na minha opinião, devemos continuar a seguir inabalavelmente a linha básica, os princípios e as políticas que formulamos. Não deve haver alterações neles, exceto algumas mudanças de redação, se necessário. Essa questão do que devemos fazer a partir de agora foi levantada, e espero que a senhora deputada a considere cuidadosamente. Quanto e aonde o investimento deve ir e onde os fundos devem ser usados, sou a favor de aplicá-los para fortalecer as indústrias básicas e a agricultura. Devemos aumentar nosso investimento em indústrias básicas — de matérias-primas e semiacabados, transporte e energia. Devemos continuar a fazê-lo durante dez a 20 anos. Devemos aumentar nosso investimento nessas indústrias, mesmo que isso signifique endividar-nos. Pedir dinheiro emprestado também é uma forma de se abrir para o exterior. Nesse sentido, devemos mostrar mais coragem, não cometeremos grandes erros. Podemos realizar muitas coisas se tivermos mais energia elétrica e construirmos mais ferrovias, rodovias e portos. Os estrangeiros preveem que, no futuro, necessitaremos de 120 milhões de toneladas de aço por ano. Nossa produção atual é de cerca de 60 milhões de toneladas, apenas metade daquele número. Se renovarmos as empresas existentes e produzirmos 20 milhões de toneladas de aço, poderemos reduzir a importação de produtos siderúrgicos. Pedir dinheiro emprestado ao exterior para esse fim é algo que faz parte da reforma e da abertura. A questão que se apresenta agora não é se as políticas de reforma e abertura são corretas ou se devem ser implementadas, mas como realizá-las, o que abrir e o que fechar (Deng, 2001c, p. 199, tradução nossa).

Em 1990, Deng Xiaoping também argumenta sobre investimentos em ferrovias:

Parece-me que a agricultura tem um grande potencial de desenvolvimento e nunca devemos abrandar os nossos esforços a esse respeito. Quanto ao aço, para atender às nossas necessidades, temos de produzir de 100 milhões a 120 milhões de toneladas por ano. Trata-se de um objetivo de importância estratégica. Devemos construir mais centrais nucleares. Também é muito importante desenvolver campos de petróleo e gás, construir ferrovias e rodovias e proteger o ambiente natural. Para atingir o objetivo de quadruplicar o PIB até o final do século, teremos de fazer um trabalho sólido. Mas se conseguirmos alcançá-lo, em mais 30 a 50 anos nosso país estará entre os primeiros do mundo em força geral (Deng, 2001c, p. 235, tradução nossa).

As citações de Deng Xiaoping refletem a compreensão do papel do desenvolvimento econômico e da infraestrutura como pilares fundamentais para o crescimento econômico chinês. Ao longo de seus discursos, há ênfase na importância de “aproveitar oportunidades” e investir em setores estratégicos, como indústrias básicas, energia, transportes e infraestrutura, para garantir o progresso econômico contínuo. Essa visão de Deng sobre o papel central do Estado na alocação de recursos para a infraestrutura conecta-se ao pensamento de Ignácio Rangel sobre o conceito de projetamento. O desenvolvimento regional fez uso das estratégias do projetamento para alcançar seus objetivos.

Rangel, economista brasileiro, introduziu a ideia de projetamento como um estágio mais avançado de planificação, crucial para superar limitações do mercado em termos de desenvolvimento econômico de longo prazo. Para ele, o projetamento consistia em antecipar as necessidades futuras de um país e planejar investimentos em infraestrutura e setores estratégicos, de forma a garantir o desenvolvimento econômico. Essa abordagem parece se

## Os investimentos em infraestrutura, ao construir redes que unificam e integram as províncias, funcionam como canais de irrigação das regiões desenvolvidas para as deprimidas

alinhar ao pensamento de Deng, especialmente no que diz respeito à ênfase na necessidade de construir ferrovias, rodovias, portos e investir em energia e agricultura como bases para o crescimento.

Há, portanto, enfoque na centralidade do Estado, e sugestão de que este deve desempenhar papel central na orientação do desenvolvimento, criando as condições para que forças produtivas se elevem, enquanto mantêm controle sobre a expansão de setores não produtivos, como argumentado por Deng em 1986: “A escala da construção de capital, especialmente de projetos não produtivos, deve ser mantida sob controle.” (Deng, 2001a, p. 128, tradução nossa) De maneira semelhante, Rangel considerava que o desenvolvimento econômico não poderia depender exclusivamente das forças de mercado, exigindo uma intervenção estatal forte e coordenada, o que ele chamava de “projetamento”, como “estágio superior de planificação e, mesmo, da própria economia socialista de mercado”, conforme Jabbour *et al.* (2023)<sup>4</sup>.

O socialismo se relaciona com a elevação das forças produtivas e, como poder político estabelecido, [... com a] transformação essencial da propriedade em domínio público dos meios estratégicos da produção e da finança. O poder político assenta-se em formas específicas de propriedade cujo centro, sob o socialismo, mira o desenvolvimento ininterrupto das forças produtivas, desencadeando o surgimento de novas relações de produção (Jabbour; Capovilla, 2024, p. 15).

Essa conexão se fortalece quando examinamos a afirmação de Deng, em 1990, sobre a necessidade de investir em infraestrutura estratégica, como ferrovias, rodovias e energia, mesmo que isso implique contrair dívida externa (Deng, 2001c, p. 199). Esse enfoque é consistente com a ideia de projetamento de Rangel, que sugere que um país deve antecipar suas necessidades e investir em infraestrutura crítica para facilitar o desenvolvimento de longo prazo, o que por sua vez levaria à superação de crises econômicas cíclicas.

O pensamento de Deng Xiaoping sublinha o papel crucial do Estado na coordenação

<sup>4</sup> Cf. também: Boa Nova, Cambuhy e Jabbour (2023), Jabbour e Dantas (2020), Jabbour e Gabriele (2021) e Jabbour e Moreira (2023).



nação do desenvolvimento econômico, especialmente no que se refere à infraestrutura e à gestão de investimentos estratégicos. Essa ênfase compartilhada na intervenção estatal direta, na antecipação das necessidades futuras e no controle sobre o capital ocioso oferece uma conexão importante para analisar o fenômeno do desenvolvimento.

Por fim, é preciso destacar que, na China, o planejamento regional analisa as regiões, define sua operacionalização espacialmente em macroescala, mas também avança esse modelo para o interior das áreas urbanas. A teoria da escada tratou o território levando em conta suas subdivisões regionais, mas é possível encontrar também exercícios intraurbanos como a teoria do *move first*<sup>5</sup>, que parece ser semelhante à ideia macro, com estímulos prioritários a pequenas áreas avançadas nas cidades, para posteriores investimentos em áreas mais deprimidas.

A constatação é que as análises espaciais são presentes e dinâmicas, com discussões que perpassam, inclusive, a atuação de líderes como Deng Xiaoping. Aprofundar a discussão do planejamento e projetamento e realizar análises escalares são sugestões finais para pensar os desafios da sociedade.

## 5. CONCLUSÃO

Desenvolvimento regional é um conceito amplamente debatido e de difícil definição, uma vez que envolve múltiplas dimensões políticas, sociais e econômicas. Ao examinar a perspectiva socialista do desenvolvimento, especialmente no contexto chinês, o artigo destacou que o planejamento estatal desempenha um papel central na condução desse processo, diferindo substancialmente das abordagens capitalistas.

Santos (2011), ainda na década de 1970, ao criticar o planejamento nos países subdesenvolvidos, argumentou que ele perpetua a pobreza. Em contrapartida, o planejamento socialista chinês, como destacado por Deng Xiaoping, adota uma abordagem diferenciada, em que a intervenção estatal é fundamental para alcançar o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, reduzir as desigualdades regionais.

Foi exposto que o entendimento chinês acerca do desenvolvimento passa por um exercício inicial etimológico que atesta que *desenvolvimento* (发展 [fazhan]) vai além da simples expansão econômica, abrangendo a ideia de um processo contínuo e em constante transformação, e que a ideia de *região* (区域性 [qūyùxìng]) reflete uma dimensão que ultrapassa o físico, incluindo aspectos emocionais e sociais, conectando diretamente as necessidades da população às soluções propostas pelo planejamento estatal.

No artigo também foram reunidas e apresentadas ideias do líder chinês Deng Xiaoping que expuseram o entendimento da importância da priorização de determinadas regiões para impulsionar o crescimento econômico, permitindo que essas áreas enriquecessem primeiro para, posteriormente, auxiliar o interior.

Por fim, o artigo também estabeleceu uma comparação entre as ideias de Ignácio Rangel e a concepção chinesa de desenvolvimento regional, ressaltando o papel dos megaprojetos de infraestrutura no processo de integração das províncias e na elevação das forças

<sup>5</sup> “Espera-se que as (re)institucionalizações geograficamente direcionadas sejam implementadas em nível intraurbano, com seis ‘novas áreas estratégicas nacionais’ (*guojia zhanlu e xinqu*) identificadas como zonas delimitadas dentro de cidades selecionadas para ‘avançar primeiro, experimentar primeiro’ (*xianxing xian shi*).” (Lim, 2014, p. 236)



Os projetos de infraestrutura estratégica na China incluem portos, rodovias, ferrovias e até um audacioso elevador de navios na estação hidrelétrica de Goupitan, no rio Wujiang

produtivas — infraestrutura vista como instrumento para conectar regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas, facilitando o fluxo econômico e melhorando a qualidade de vida, especialmente em áreas rurais. Dessa maneira, o artigo conclui que, na concepção de desenvolvimento proposta por Deng Xiaoping, a riqueza só se justifica quando beneficia toda a sociedade, o que representa uma visão antagônica ao individualismo competitivo característico das sociedades capitalistas.

\* Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU, 2003), mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2007) e doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG, 2012). Pós-doutoranda em Geografia estudando o tema “Sistema de inovação chinês: planejamento/projetamento da competitividade”, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Espíndola no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC. Sócia fundadora da eeCoo Sustentabilidade. Professora titular de mestrado em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria (Unialfa), Pesquisadora da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (Funadesp). Afiliada ao Microeconomia da Competitividade (MOC) do Instituto Michael Porter, da Universidade de Harvard. Países em que esteve presente para atividades acadêmicas e técnicas: França, Holanda, China, Chile, Estados Unidos e Cuba. *E-mail:* cintia.godoi@unialfa.com.br. *Orcid:* <https://orcid.org/0000-0001-5844-4497>

\*\* Licenciada e bacharel (1990) e mestre (1994) em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Presidente Prudente Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP, 2001). Professora titular de Geografia (li-

cenciatura e bacharelado) e docente de mestrado e doutorado na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Suas pesquisas têm ênfase em Geografia Econômica, principalmente nos temas: “Desenvolvimento econômico brasileiro”; “Reprimarização do território”; “Industrialização e desindustrialização”; “Geeconomia e relações Brasil-China”. Coordenou pesquisa sobre segurança pública nos municípios de fronteira de Mato Grosso do Sul, como parte das atividades do Enafron. Foi coordenadora do Mestrado em Geografia da UFGD (2006 -2009) e membro de avaliações dos programas de pós-graduação em Geografia pela Capes. Foi editora da *Revista da Anpege* (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, (2014 a 2017). Membro do Conselho Científico da *Revista de Geografia* (IBGE) e vários outros periódicos científicos. Realizou estágio de pós-doutoramento na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2009), na Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales da Universidade Autónoma de Madrid (Espanha, 2016-2017) e no Instituto de Geociências da Universidade de Campinas (Unicamp, 2021-2022). Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq. *E-mail*: lisandramoso@ufgd.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5705-3280>

\*\*\* Graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco (FFCLDB, 1989). Mestre em Educação e Cultura pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc, 2003). Doutor em Ciências Humanas pela UFSC (2010). Pesquisador e professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UNC). Editor-chefe da revista *Profanações* ([www.periodicos.unc.br/index.php/prof](http://www.periodicos.unc.br/index.php/prof)) da UNC. Foi professor visitante na Universidade de Granada (Espanha, 2023). Tem experiência na área de Filosofia Política com ênfase nos temas: “Democracia”, “Fascismo”, “Estado de exceção”, “Ética”, “Epistemologia” e “Desenvolvimento”. *E-mail*: sandro@unc.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9430-8684>

Este trabalho foi realizado com auxílio financeiro do CNPq.

► Texto recebido em 28 de outubro de 2024; aprovado em 02 de dezembro de 2024.

DONG Chinese Search Dictionary. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <<https://dong-chinese.com>>. Acesso em: 24 out. 2024.

DENG, Xiaoping. **Selected works of Deng Xiaoping**. Eugene: University of Oregon, 2001a. v. 1. Disponível em: <[www.oregondigital.org/concern/documents/df72k239v](http://www.oregondigital.org/concern/documents/df72k239v)>. Acesso em: 9 out. 2024.

\_\_\_\_\_. **Selected works of Deng Xiaoping**. Eugene: University of Oregon, 2001b. v. 2. Disponível em: <<https://www.oregondigital.org/concern/documents/df72k238k>>. Acesso em: 9 out. 2024.

\_\_\_\_\_. **Selected works of Deng Xiaoping**. Eugene: University of Oregon, 2001c. v. 3. Disponível em: <[www.oregondigital.org/concern/documents/df72k239v](http://www.oregondigital.org/concern/documents/df72k239v)>. Acesso em: 9 out. 2024.

FAN, Cindy. Of belts and ladders: State policy and uneven regional development in post-Mao China. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 85, n. 3, p. 421-449, 1995. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.1995.tb01807.x>>. Acesso em: 10 out. 2024.

JABBOUR, Elias; CAPOVILLA, Cristiano. Pressupostos dialéticos acerca do socialismo e projeto na China de hoje. **Economia e Sociedade**, v. 33, n. 3, p. e281848, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3533.2024v33n3.281848>>. Acesso em: 10 out. 2024.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Ignácio Rangel na China e a nova economia do projeto. **Economia e Sociedade**, v. 30, n. 2, p. 287-310, 2021.

\_\_\_\_\_. The political economy of reforms and the present Chinese transition. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 789-807, 2017.

\_\_\_\_\_; ESPÍNDOLA, Carlos. China and market socialism: a new socioeconomic formation. **International Critical Thought**, v. 11, n. 1, p. 20-36, 2021.

JABBOUR, Elias et al. The (new) projectment economy as a higher stage of development of the Chinese market socialist economy. **Journal of Contemporary Asia**, v. 53, n. 5, 2023.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China**: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.

JABBOUR, Elias; MOREIRA, Uallace. From the national system of technological innovation to the “new projectment economy” in China. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 43, n. 3, p. 543-563, 2023.

LIM, Kean Fan. “Socialism with Chinese characteristics”: uneven development, variegated neoliberalization and the dialectical differentiation of state spatiality. **Progress in Human Geography**, v. 38, n. 2, p. 221-247, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0309132513476822>>. Acesso em: 10 out. 2024.

LIU, Jun et al. The contribution of tourism mobility to tourism economic growth in China. **Plos One**, v. 17, n. 10, e0275605, October 27, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0275605>>. Acesso em: 31 jan. 2025.

MASIERO, Gilmar. Origens e desenvolvimento das township and village enterprises (TVEs) chinesas. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 3, jul.-set. 2006.

MOAK, Ken; LEE, Miles. Deng Xiaoping theory: socialism with Chinese characteristics. In: \_\_\_\_\_. **China's economic rise and its global impact**. New York: Palgrave Macmillan, 2015. p. 91-115. Disponível em: <[https://doi.org/10.1057/9781137535580\\_6](https://doi.org/10.1057/9781137535580_6)>. Acesso em: 10 out. 2024.

RANGEL, Ignácio. Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, [1955] 2005. v. 1, p. 129-202.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Edusp, 2011. v. 1.

WU, Fulong. **Planning for growth**: urban and regional planning in China. New York: Routledge, 2015.

ZHOU, Shutian et al. The development of urban mega-projects in China: a case study of Nantong's metro project. **Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science**, v. 48, n. 4, p. 759-774, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/2399808319894580>>. Acesso em: 10 out. 2024.

# Socialismo, planificação do desenvolvimento desigual e a expressão territorial da nova economia do projeto na China

Socialism, uneven development planning and the territorial expression of the new project economy in China

**Vitor Vieira Fonseca Boa Nova\***

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.171.005>

Reprodução: <https://landezine.com/>



Inaugurado em maio de 2014, o parque alagável de Yanweizhou, na cidade de Jinhua, é um exemplo do paisagismo avançado que tem moldado o urbanismo das cidades chinesas

## RESUMO

Com base na utilização de conceitos e categorias de totalidade do socialismo científico, este artigo procura analisar o caso concreto do desenvolvimento econômico-social chinês, articulando a dimensão da economia política e o aspecto territorial. Tem como objetivo e questão de fundo compreender e identificar as principais características, peculiaridades e o sentido político do planejamento urbano-regional realizado naquele país. Argumenta-se que está em curso um processo de amadurecimento de elementos socialistas na formação econômico-social chinesa pautado, sobretudo, por dois aspectos: a reconfiguração do planejamento a partir da coordenação do desenvolvimento desigual; e a emergência e consolidação de uma dinâmica de acumulação cada vez mais baseada na forma-projeto, conformando uma nova economia do projetamento. Seus resultados apontam para uma perseguição simultânea da racionalização do processo de produção e circulação da riqueza, visando à redução dos custos de produção, e da construção de bens públicos e valores de uso, representados por projetos urbanos e de transporte, como alavancas do desenvolvimento, visando a um processo de universalização dos benefícios sociais de um ambiente urbano qualitativamente superior, expressando-se em novas formas urbano-regionais.

**Palavras-chave:** Socialismo chinês. Desenvolvimento desigual. Planificação. Nova economia do projetamento. Território.

## ABSTRACT

Drawing on the concepts and categories of scientific socialism, this article seeks to examine the specific case of China's socio-economic development by relating political economy with its territorial dimensions. The core aim is to identify and understand the key features, specificities, and political implications of urban-regional planning in China. The point put forth is that a process of maturation of socialist elements within China's socio-economic formation is underway, driven mainly by two factors: the reconfiguration of planning aimed at coordinating uneven development, and the rise and consolidation of an accumulation dynamic increasingly centered around project-based initiatives, shaping what can be termed a new projectment economy. The findings point to a dual pursuit: rationalizing the processes of production and circulation of wealth towards lower production costs, while simultaneously constructing public goods and use values, exemplified by urban and transport projects that serve as drivers of development. This approach seeks to universalize the social benefits of a higher-quality urban environment, manifesting in new urban-regional forms.

**Keywords:** Chinese socialism. Uneven development. Planning. New projectment economy. Territory.

## 1. INTRODUÇÃO

O mundo hoje, de modo geral, mas sobretudo o Ocidente geopolítico e suas zonas de influência em particular, vive uma crise de grande profundidade e proporções, abrangendo os aspectos econômicos como também os políticos, filosóficos e culturais (Jabbour; Capovilla, 2024) — tratando-se, portanto, de uma crise de caráter estrutural e superestrutural. Isso fica evidente quando se observam os espectros políticos que dominam atualmente o debate público e político de diversos países, seja à esquerda ou à direita, e em especial quando se trata de seus extremos ideológicos.

De um lado, movimentos de extrema direita com pretensões aparentemente disruptivas, que flertam com comportamentos abertamente protofascistas e os reproduzem, coordenam-se internacionalmente e têm como referência a direita estadunidense e suas manifestações ideológicas caracterizadas por uma visão ultraliberal quanto à economia e pela utilização de pautas culturais e religiosas como mecanismo de divisão social e atração de novos adeptos. De outro, movimentos pretensamente de esquerda difusos e com pautas fragmentadas, incapazes de arregimentar amplas maiorias sociais e exercer o poder político, capturados por uma concepção de mundo e por uma prática política que mimetizam ativismos próprios da realidade dos países capitalistas centrais e que negam a experiência e a história do movimento comunista internacional e as lutas nacionais pela libertação e independência (Losurdo, 2004, 2018).

Nesse cenário, a fim de contribuir para uma atualização original da teoria socialista, este artigo procura fundamentar-se numa espécie de resgate de conceitos e categorias de totalidade, caras ao espectro político do socialismo científico e dos clássicos do marxismo-leninismo. Esse é o caso, por exemplo, das categorias modo de produção, formação econômico-social, desenvolvimento desigual, planificação e também projeto — esta última, uma contribuição de Rangel (2012) —, capazes de atuar como ferramentas para a apreensão e transformação da realidade particular contemporânea das sociedades de países em desenvolvimento, sobretudo aqueles que podem ser identificados como formações econômico-sociais de orientação socialista (Jabbour; Gabrielle, 2021).

Por conta de suas características e peculiaridades, a China atualmente dispõe das condições propícias para a utilização desses conceitos e categorias. Por tratar-se de uma formação econômico-social complexa, apresenta-se como um caso que desafia concepções preestabelecidas e hegemônicas, tanto do espectro político de direita quanto do de esquerda, ao criativamente combinar elementos, formas e aspectos de diferentes modos de produção, expressando-se, sobretudo, na unidade de contrários representada pela atuação conjunta do planejamento de caráter socializante — levado a cabo por um bloco histórico de poder de caráter socialista, nacional e popular — e pela expansão do mercado como motores do processo de desenvolvimento, conformando-se como uma *nova classe de formação econômico-social* (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2021).

Além disso, por considerar que os processos de produção, circulação e distribuição da riqueza socialmente produzida enquanto estrutura se expressam a partir do território, visto como superestrutura, e que este, por sua vez, também condiciona os primeiros (Boa Nova, 2024), este artigo procura articular o aspecto territorial, aqui representado por sua

dimensão urbano-regional<sup>1</sup>, e a economia política como elementos que conformam a totalidade do processo de desenvolvimento das formações econômico-sociais, tendo, para isso, o planejamento urbano-regional chinês em particular como unidade de análise.

O objetivo principal do artigo se confunde com sua questão de fundo, e passa pela compreensão de como o planejamento urbano-regional chinês vem evoluindo em meio ao processo histórico de desenvolvimento nacional, procurando identificar suas peculiaridades, principais características e, sobretudo, seu conteúdo e sentido político.

O que se procura argumentar como hipótese é que está em curso um *processo de amadurecimento dos elementos socialistas na formação econômico-social chinesa*, e que este passa por dois aspectos em especial. Primeiro, pela *reconfiguração do planejamento* como fruto de sua adaptação às condições internas e externas de desenvolvimento desigual. Segundo, pela emergência de uma nova economia do projetamento (Jabbour; Boa Nova; Vadell, 2024; Jabbour; Capovilla, 2024; Jabbour *et al.*, 2020; Jabbour *et al.*, 2023; Jabbour; Moreira, 2023) enquanto consolidação de uma dinâmica de acumulação cada vez mais baseada em projetos que miram, simultaneamente, na *racionalização do processo de produção e circulação da riqueza*, visando à redução dos custos de produção, e na *construção de bens públicos e valores de uso como alavancas do desenvolvimento*, visando a um processo de universalização dos benefícios sociais de um ambiente urbano qualitativamente superior (Boa Nova, 2024), expressando-se em *novas formas urbano-regionais*.

Para tanto, além desta introdução e da conclusão, o artigo estrutura-se em duas seções. A primeira busca apresentar os conceitos fundamentais de planificação do desenvolvimento desigual e projetamento como elementos do socialismo, vistos em articulação com a dimensão territorial. A segunda seção procura demonstrar em linhas gerais as políticas de caráter e repercussões territoriais na China a partir da execução de projetos urbanos e de transporte como meio de efetivação da planificação do desenvolvimento (urbano-regional) desigual e como expressão territorial da nova economia do projetamento enquanto processo de afirmação do socialismo na formação econômico-social chinesa.

## 2. SOCIALISMO, PLANIFICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E PROJETAMENTO

Entende-se aqui por socialismo não uma aspiração ideal e utopista, e sim a manifestação real e concreta de formas sociais e econômicas novas e superiores em relação às do modo de produção capitalista. O conceito, portanto, não obedece à tentação de cumprir *check lists* (Jabbour; Capovilla, 2024), como a abolição do mercado e da propriedade privada, o estabelecimento da democracia operária e da igualdade absoluta etc. O socialismo como aqui se pretende deve ser considerado como período de transição caracterizado pela superação do modo de produção capitalista em seu sentido abstrato, porém baseado no conceito concreto e chave do materialismo histórico: o conceito de formações econômico-sociais (Lefebvre, 2020; Sereni, 2013).

Isso nos leva a considerar *o socialismo como um processo longo e gradual de afirmação de novas formas e conteúdos em meio ao velho e ao atual*. Afirmação e reprodução de elementos de um modo de produção e organização social superior ao capitalista, mas que deve ainda conviver com contradições, aspectos, formas e conteúdos anteriores, a serem superados em meio às leis gerais do movimento real.

<sup>1</sup> A dimensão urbano-regional abrange também o rural, na medida em que este é parte integrante do regional.





Escritório de vendas da Gaoshangyuyu, imobiliária de Shanghai, recebe potenciais compradores de imóveis residenciais da cidade em março de 2024

O socialismo também é entendido aqui como uma ciência que reconhece de antemão a capacidade intelectual humana de *apreender o real e suas leis gerais de movimento*, a partir dessa apreensão *gerar conhecimento* e, com base no conhecimento adquirido e elaborado, pôr-se em condições de *intervir na realidade* no sentido de transformá-la, ou seja, de produzir uma *ação revolucionária* — não apenas em sua forma, mas sobretudo em seu conteúdo — a ser confirmada pela prática através da história.

O que se pretende demonstrar como regularidade do socialismo passa por dois caminhos. Primeiro, pela *assimilação de aspectos do capitalismo* a serem incorporados no socialismo enquanto período de transição politicamente construído, o que corresponde ao que os clássicos do socialismo científico identificaram como “missão histórica do capitalismo” (Lênin, 1985; Marx, 2017).

Trata-se do traço distintivo do capitalismo em relação aos modos anteriores de produção: a elevação constante da capacidade de gerar excedente produtivo, promover a “*reprodução ampliada*” (Marx, 2014). O excedente, em vez de ser consumido individualmente pelo proprietário dos meios de produção, passa a ser destinado sobretudo e cada vez mais ao consumo produtivo, num processo em que o capitalismo cria seu próprio mercado (Marx, 2014), sendo que “os diferentes ramos da indústria [...] servem de ‘mercado’ uns para os outros” (Lênin, 1985, p. 31).

Com o aumento da produtividade do trabalho, eleva-se também a escala da produção e a capacidade de gerar riqueza, aumentando a riqueza social global do ponto de vista quantitativo, enquanto “*coleção de mercadorias*” (Marx, 2015, p. 157). Consolida-se, portanto, no capitalismo, o triunfo da grande produção enquanto tendência básica, ao mesmo tempo que ocorre uma expansão do mercado e um processo de especialização da divisão social do trabalho. De modo que o aspecto do modo de produção capitalista a ser incorporado pelo socialismo é a capacidade de promover o *desenvolvimento das forças sociais de produção*.

O segundo ponto a ser destacado é o caráter afirmativo do socialismo enquanto novidade, que vai se manifestar justamente na capacidade de superação da contradição fundamental do modo de produção capitalista: o *desenvolvimento desigual das forças produtivas e das relações sociais de produção*.

De um lado, o desenvolvimento das forças produtivas em meio à especialização e integração da divisão social do trabalho se traduz num processo de socialização da produção. De outro, a manutenção do regime social burguês, caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção, mantém o caráter privado da apropriação da riqueza socialmente produzida, e, com a subordinação das relações econômico-sociais aos imperativos do capital, engendra-se como tendência um processo de financeirização descolado da dimensão real e produtiva.

O resultado, além dos processos de concentração e centralização do capital e a polarização social, são as crises e a paralisação do processo de desenvolvimento das forças produtivas — como bem tratou Marx, ao se referir à importância do crédito e da expansão do mercado na criação das condições de superação do capitalismo e emergência de *novas formas de produção*:

[D]o seio de um modo de produção surge e se desenvolve naturalmente um novo modo de produção [...] A] valorização do capital, baseada no caráter antagônico da produção capitalista, só consente até certo ponto em seu desenvolvimento real, livre, pois na realidade constitui um entrave e um limite imanentes à produção, que são constantemente rompidos pelo sistema de crédito. Por conseguinte, o crédito acelera o *desenvolvimento material das forças produtivas e a instauração do mercado mundial*, que, por constituírem as bases da nova forma de produção, têm de ser desenvolvidos até um certo nível como tarefa histórica do modo de produção capitalista. O crédito acelera ao mesmo tempo as erupções violentas dessa contradição, as crises e, com elas, os elementos da dissolução do antigo modo de produção (Marx, 2017, p. 498-499, grifos nossos).

Ao mesmo tempo que o modo de produção capitalista se justifica historicamente pela sua capacidade de elevar as forças sociais de produção, é no próprio desenvolvimento das forças produtivas que ele “encontra [...] uma barreira que [...] atesta a estreiteza e” seu “caráter meramente histórico e transitório”. Revela-se então que o capitalismo “não é um modo de produção absoluto para a produção da riqueza, mas que, ao contrário, tendo atingido certo estágio, ele entra em conflito com o desenvolvimento ulterior dessa riqueza” (Marx, 2017, p. 282), tornando-se mesmo um obstáculo.

Se na interação entre forças produtivas e relações de produção o caráter progressista do capitalismo e seu limite residem no aspecto das forças produtivas, o socialismo enquanto novidade histórica concentra-se no segundo aspecto, das relações sociais de produção, que devem ser reconfiguradas a fim de garantir a continuidade do desenvolvimento das forças sociais de produção. Isso faz com que o socialismo possa ser interpretado como um salto qualitativo na capacidade humana de conscientemente intervir na contradição fundamental do modo de produção capitalista, manifestando-se na *planificação da lei do desenvolvimento desigual entre as forças produtivas e as relações sociais enquanto exercício do poder político de caráter socialista*.

A lei do desenvolvimento socialista [...] é [...] uma lei do desenvolvimento contínuo, sem crises que abalem o conjunto [...]. Uma lei tal como a lei do desenvolvimento desigual,

A fim de contribuir para uma atualização original da teoria socialista, este artigo procura fundamentar-se numa espécie de resgate de conceitos e categorias de totalidade, caras ao espectro político do socialismo científico e dos clássicos do marxismo-leninismo. Esse é o caso, por exemplo, das categorias modo de produção, formação econômico-social, desenvolvimento desigual, planificação e também projeto

lei de qualquer formação econômico-social não planejada, submetida, portanto, a leis cegas, só pode reaparecer no socialismo como lei conhecida e dominada. Que, portanto, já não é exatamente a lei do desenvolvimento desigual. Só pode tratar-se de restos do desenvolvimento desigual do capitalismo, que o socialismo pode e deve dominar (Lefebvre, 2020, p. 207).

Assim, pode-se dizer que o socialismo tem, em essência, duas tarefas históricas fundamentais. Primeiro, modificar a estrutura social, realizando a *socialização da riqueza socialmente produzida* por meio tanto do estabelecimento da propriedade pública dos meios de produção, como centro de gravidade e alavanca do dinamismo econômico, como do processo de universalização do uso e consumo dos produtos socialmente produzidos. Segundo, realizar a *progressão do desenvolvimento das forças produtivas*, de modo a garantir e criar as bases materiais de abundância da riqueza social a partir da elevação da produtividade social do trabalho. E é justamente nisso que se pode estabelecer uma associação entre o socialismo e a categoria de projeto.

Entendido como manifestação de um novo modo de produção verificável pelas regularidades entre as economias soviética e capitalistas centrais no pós-guerra (Castro, 2014), o projeto pode ser considerado uma resposta histórica ao empiricismo do empresário privado e dos resultados econômicos baseados nas alternativas mercantis. A seleção e execução de projetos, vistos em totalidade concreta com o planejamento, adquirem um status de prática científica que busca substituir as forças de mercado como elemento organizador da dinâmica econômica.

Segundo Rangel (2012), o projeto se fundamenta em duas categorias principais: custo e benefício. Deve perseguir, simultaneamente, o menor custo e o máximo de benefícios para a sociedade através dos produtos produzidos. De um lado, aposta na *racionalização do processo de produção e circulação* como caminho para elevar as forças produtivas.

De outro, atualiza as relações sociais ao nível de desenvolvimento das forças produtivas a partir da *racionalização dos processos de distribuição e redistribuição* dos produtos sociais.

Uma das maneiras de compreender o processo de planificação do desenvolvimento desigual e o projetamento em termos mais concretos e como elementos do socialismo se dá a partir da análise e consideração da dimensão territorial do desenvolvimento, traduzindo-se em *novas formas urbano-regionais*.

Se no capitalismo o aspecto territorial do desenvolvimento desigual pode ser visto como superestrutura do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais, no socialismo, na medida em que este tem como característica essencial a política no comando do processo de desenvolvimento, a planificação, enquanto elemento da superestrutura política e governamental, atua conscientemente na base material, portanto no desenvolvimento das forças produtivas e nas relações sociais.

O aspecto territorial do desenvolvimento desigual no socialismo é superestrutura e produto de uma base material não mais numa relação direta e espontânea, como no capitalismo. Neste, a superestrutura territorial é submetida a leis cegas, ou, sendo mais preciso, aos interesses políticos de uma classe capitalista dominante que atua em última instância segundo seus imperativos econômicos — uma política, portanto, enquanto reflexo do governo do capital sobre a sociedade.

Distintamente, numa formação econômico-social de orientação socialista, o desenvolvimento desigual em seu aspecto territorial é superestrutura mediada pela capacidade relativa de planificação social. Em outras palavras, *a produção do território no socialismo, seu uso, ocupação, fluxos e distribuição* econômico-social são *tendencialmente uma superestrutura física mediada por uma superestrutura política de caráter socializante* (Boa Nova, 2024).

Como demonstrou Lênin (1985) ao analisar o desenvolvimento do capitalismo em articulação com a dimensão territorial, o processo de desenvolvimento se realiza a partir de dois movimentos.

De um lado, o *desenvolvimento em profundidade*, sustentado na reprodução ampliada do capital e tendo como característica um processo de *especialização produtiva e da divisão social do trabalho*. Seu resultado, além da elevação da produtividade e da formação de um mercado interno — baseado sobretudo no consumo produtivo, mas também no consumo da força de trabalho — é o processo de industrialização, que tem como “consequência imediata” (Lênin, 1985, p. 32), do ponto de vista do uso e ocupação social do território, o *processo de urbanização*, conformando, portanto, um movimento de aglomeração expresso no crescimento das cidades e centros urbanos.

De outro lado, o *desenvolvimento em extensão*, segundo o qual a procura é por novos mercados, mercados externos enquanto opções de expansão do capital por meio da substituição de antigas relações sociais por novas. Se no desenvolvimento em profundidade a tendência é a da aglomeração em centros urbanos como reflexo do processo de industrialização, no desenvolvimento em extensão a tendência é um movimento de espraiamento, pelo qual a urbanização se dá para fora, extrapolando seus limites e adquirindo um caráter mais amplo, que se traduz na *expansão e integração produtiva e da divisão social do trabalho em contornos regionais*.

A novidade numa formação econômico-social de orientação socialista residiria na capacidade de absorver, de modo planejado, essa peculiaridade capitalista de promover o desenvolvimento em profundidade e em extensão, tendo como tarefas históricas fundamentais a garantia do *desenvolvimento das forças produtivas* e a atualização constante das relações

sociais de produção, distribuição e redistribuição, no sentido da *socialização da riqueza socialmente produzida* — ou seja, capacidade de promover a planificação do desenvolvimento desigual (Boa Nova, 2024).

O que se pretende demonstrar neste artigo é a centralidade representada pela *intervenção política e governamental baseada no desenvolvimento e execução de projetos urbanos e de transporte*, comportando-se estes como mecanismos com potencial de incidir, simultaneamente, no desenvolvimento das forças produtivas e na elevação das condições de vida da população. O que pode ser encarado como uma *dupla função do desenvolvimento dos projetos de infraestrutura e equipamentos urbanos e de transporte*, correspondentes às duas tarefas principais do socialismo (Boa Nova, 2024).

No caso dos *projetos urbanos*, essa dupla função se dá a partir da *racionalização do processo de produção e circulação*, atuando na viabilização das atividades produtivas, da concentração e especialização dos mercados e da divisão social do trabalho — por exemplo, ao proporcionar o acesso a infraestruturas de energia, água, saneamento e tudo aquilo que compõe os efeitos de aglomeração do espaço urbano, seja do ponto de vista infraestrutural, técnico, científico ou cultural. Já no âmbito da *racionalização do processo de distribuição e redistribuição*, promove-se a oferta de serviços de utilidade pública e de bens públicos — por exemplo, o acesso a equipamentos de educação, saúde, cultura e lazer, a construção de parques, a melhoria do paisagismo urbano, enfim, tudo aquilo que representa uma elevação qualitativa do ambiente urbano.

No que se refere aos *projetos de transporte*, no que tange à *racionalização do processo de produção e circulação*, seu desenvolvimento tem o potencial de reduzir os tempos de curso e de rotação da produção de riqueza, contribuindo para a expansão e integração dos mercados e da divisão social do trabalho, o que tem como efeito a elevação das forças produtivas. Por outro lado, quanto à *racionalização do processo de distribuição e redistribuição*, seu desenvolvimento adquire retorno social ao permitir uma série de benefícios como a redução do tempo das viagens e deslocamentos, seja de trabalho, familiar ou de turismo, o que confere maior conforto, mobilidade e acessibilidade a novos territórios e melhor aproveitamento do tempo, além de estimular o intercâmbio cultural entre as pessoas das diferentes regiões e áreas conectadas.

Em outras palavras, enquanto parte da superestrutura política de caráter socialista capaz de incidir sobre o processo de produção, circulação e distribuição, a planificação do desenvolvimento de projetos urbanos e de transporte, isto é, o projetamento, adquire o potencial de conscientemente criar a superestrutura físico-territorial necessária para a efetivação da planificação do desenvolvimento desigual em seu aspecto territorial, representando um processo de amadurecimento dos elementos socialistas numa formação social.

É com base nesse arcabouço teórico inicial que a exposição do artigo a partir daqui procura caminhar, no sentido de identificar, histórica e empiricamente, qual é a *expressão territorial da nova economia do projetamento* na formação econômico-social chinesa, tomando-a como parte da *planificação do desenvolvimento (urbano-regional) desigual baseado em grandes e múltiplos projetos urbanos e de transporte*.

### 3. A EXPRESSÃO TERRITORIAL DA NOVA ECONOMIA DO PROJETAMENTO COMO PLANIFICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO (URBANO-REGIONAL) DESIGUAL E AFIRMAÇÃO DO SOCIALISMO CHINÊS

Como exposto na introdução, a opção por ter o caso chinês como unidade de análise se justifica pela possibilidade de se utilizar das categorias e conceitos fundamentais do so-

Da relação entre planejamento e mercado tem-se produzido uma síntese representada pela emergência e *afirmação gradativa do processo de projetamento* na dinâmica da economia política chinesa. Esse projetamento, ao estar especialmente baseado em projetos de infraestrutura e equipamentos urbanos e de transporte, expressa-se particularmente em termos territoriais a partir da emergência de *novas formas urbano-regionais*

cialismo científico, tratados na seção anterior. E é baseado nisso, do ponto de vista empírico e particular, que este artigo considera que está em curso um processo de amadurecimento dos elementos socialistas na formação econômico-social chinesa, e que essas transformações de conteúdo se expressam através de novas formas. Sendo estas, notadamente, a reconfiguração da forma-planejamento e a afirmação da forma-projeto como núcleo da racionalização dos processos de produção, circulação e distribuição da riqueza social, vistos em seu aspecto territorial.

No âmbito da reconfiguração da forma-planejamento, em meio ao processo de reforma e abertura pós-1978, a concepção de “soma zero” na relação planejamento e mercado foi substituída por uma ideia de combinação, concebendo a noção de um planejamento orientado ao mercado. Essa alteração, embora tenha proporcionado um intenso crescimento econômico, trouxe também desafios, precisamente quanto ao aumento das desigualdades sociais e regionais e aos impactos ambientais.

Após um período de incentivo ao desenvolvimento em profundidade nos territórios e regiões do litoral do país, já mais desenvolvidas e com maior atratividade para novos investimentos, a partir de meados dos anos 2000, como atitude responsiva à acentuação das desigualdades e desproporções na economia e sociedade chinesa, o PCCh cunhou a noção de *coordenação do desenvolvimento* (Xi, 2018) como característica principal do processo de planejamento do desenvolvimento (Boa Nova, 2024). O que implicou, a partir do 11º Plano Quinquenal (2006-2010), novas orientações quanto às políticas de caráter e repercussões territoriais, culminando na formulação de cinco coordenações gerais<sup>2</sup> e do conceito de *desenvolvimento regional coordenado* (Dunford; Bonschab, 2013; Heilmann, 2018; Wu, 2015).

<sup>2</sup> Coordenações de Desenvolvimento Urbano-Rural, Inter-Regional, Econômico-Social, Humano-Ambiental e Doméstico-Internacional (Boa Nova, 2023, 2024; Wu, 2015).

Considera-se neste artigo que esse conceito expressa uma reconfiguração da forma-planejamento e, do ponto de vista territorial, o processo de planificação do desenvolvimento desigual, o qual envolve a planificação do desenvolvimento em profundidade e em extensão, tendo como seu princípio fundamental a integração de espaços diferenciados numa dimensão urbano-regional (Boa Nova, 2024).

Na China a *planificação do desenvolvimento em profundidade* se realiza a partir de suas principais regiões metropolitanas, notadamente as nucleadas em Pequim, Xangai e Guangzhou, onde o processo de especialização da divisão social do trabalho e a criação de novos mercados deve se aprofundar através da incorporação produtiva de tecnologias emergentes — principalmente *big data*, inteligência artificial e internet das coisas. Áreas em que a tarefa principal é elevar a produtividade do trabalho por meio da progressão das forças produtivas proveniente sobretudo da inovação tecnológica.

A *planificação do desenvolvimento em extensão* se realiza nas áreas urbanas de tamanho e complexidade econômica intermediária e baixa — em relação às regiões metropolitanas —, e em áreas rurais, vilas e povoados, sobretudo os localizados nas regiões Oeste e Central do país, mas não só. Trata-se das áreas menos desenvolvidas, onde há disponibilidade de recursos, para onde os fluxos populacionais e o processo de urbanização devem ser direcionados no sentido de reduzir as disparidades econômicas e sociais em relação às áreas mais desenvolvidas. Territórios para onde o processo de integração da divisão social do trabalho deve se expandir a partir da transferência de atividades econômico-produtivas provenientes das regiões mais desenvolvidas, e da formação e incorporação de novos mercados, aproveitando-se das “vantagens do atraso” (Fernandes, 2007), e onde a tarefa principal é reduzir as disparidades econômico-sociais por meio da distribuição e redistribuição da riqueza social materializada, por exemplo, nos investimentos em projetos de infraestrutura e equipamentos urbanos e de transporte (Boa Nova, 2024).

Isso põe em evidência a centralidade do processo de projetamento, na medida em que o ato de projetar se apresenta como uma possibilidade de intervir diretamente no processo de racionalização da base material e da distribuição de riqueza e benefícios na sociedade. Possibilidade de intervenção no processo de desenvolvimento desigual que se expressa na afirmação da forma-projeto, pela qual a produção de bens públicos e valores de uso se consolida como motor do desenvolvimento econômico-social — como tem sido o caso chinês, em que o desenvolvimento das infraestruturas adquiriu caráter estratégico nas últimas décadas.

Quando os governos de todos os níveis e a sociedade em geral acordaram para o fato de que a infraestrutura desempenhava um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social, a construção de infraestrutura começou a desempenhar um papel maior no planejamento do desenvolvimento econômico e social e no investimento em ativos fixos em todo o país (Tianjiao; Guoping; Yuan, 2016, p. 72, tradução nossa).

Esse fenômeno se evidencia a partir da análise, por exemplo, do projeto de desenvolvimento da rede de trens de alta velocidade (TAVs), que se espalhou pelo território chinês nos últimos anos (figura 1). Concretizada essa rede a partir de uma decisão tomada ainda nos anos 1990 pelo PCCh, foi a partir da década seguinte, com base na interação sobretudo entre insti-

tuições de Estado e de propriedade pública<sup>3</sup> (Mei; Zhang, 2020), que teve início um processo que culminou na construção de mais de 40 mil km de ferrovias de alta velocidade em menos de 15 anos, com a tecnologia mais avançada e com os menores custos de implementação (Lawrence; Bullock; Liu, 2019), tornando a China de longe o país com mais linhas de TAVs no mundo<sup>4</sup>.

### Figura 1 — Linhas de TAV na China, construídas e com previsão de expansão — 2018<sup>5</sup>



Fonte: Lawrence; Bullock; Liu (2019)

Para além disso, o volume de investimentos chineses em infraestrutura de modo geral encontra-se acima da média internacional, principalmente quando comparado com outros países em desenvolvimento (Tianjiao; Guoping; Yuan, 2016). Por ter como meta garantir a continuidade do processo de urbanização no país — o que compreende fluxos migratórios constantes do campo em direção às cidades, em torno de 12 milhões de novos residentes urbanos por ano (Ye *et al.*, 2020) — e promover o desenvolvimento econômico juntamente com o desenvolvimento qualitativo do ambiente urbano, a China, estima-se,

3 Destacam-se: Ministério das Ferrovias, Ministério dos Transportes, Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (CNDR), Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais (Sasac), bancos de desenvolvimento, empresas estatais como a China South Railway (CSR) e a China North Railway (CNR) — posteriormente se fundindo na estatal China Railway Rolling Stock Corporation (CRR) —, Universidade de Tsinghua, Universidade de Pequim, Universidade de Zhejiang e Academia Chinesa de Ciências.

4 O segundo país com mais linhas de TAVs é a Espanha, com pouco mais de 3 mil km de extensão.

5 A figura destaca as linhas ferroviárias de alta velocidade, tanto as já concluídas quanto as que deverão ser executadas nos próximos anos, até 2035. Faz referência às malhas ferroviárias 4 × 4 e 8 × 8, sendo a segunda uma ampliação da primeira. Ambas são compostas por linhas verticais e horizontais, segundo sua disposição no mapa.



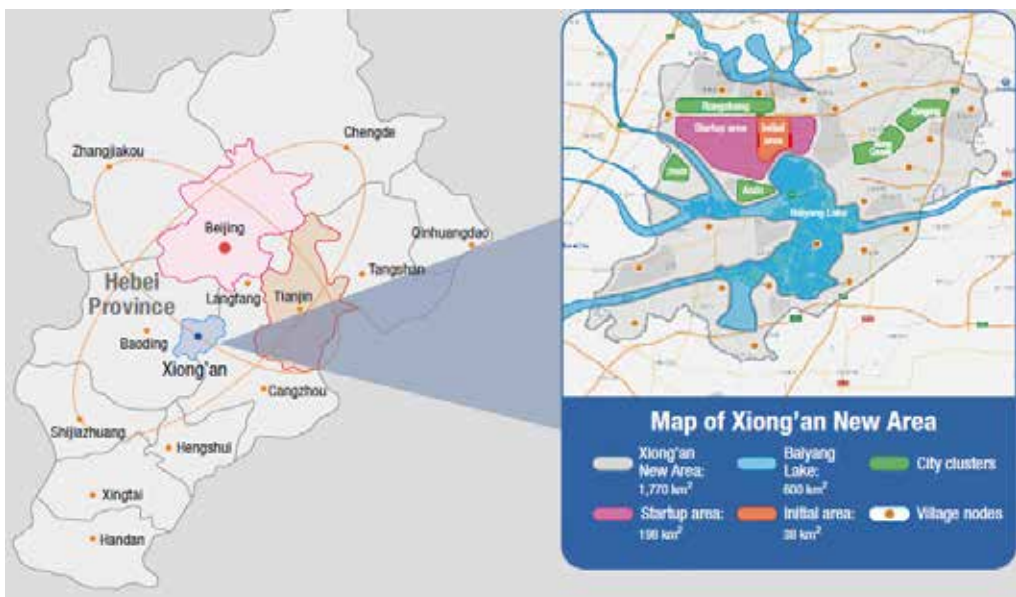
continuará no caminho dos grandes volumes de investimento, materializados em centenas de milhares de projetos de infraestrutura urbana e de transporte espalhados pelo território nacional nas próximas décadas.

Estudos realizados pelo Centro de Investigação para o Desenvolvimento do Conselho de Estado observam que a estimativa mais conservadora de investimento em infraestrutura para cada aumento de residentes urbanos será de 90 mil renminbis (RMB) [cerca de R\$ 72,4 mil, em cotação atual]. [...] De acordo com a estimativa do *Relatório de desenvolvimento sobre a urbanização da China (2001-2002)*, um nível de urbanização previsto de 70% na China por volta de 2050 envolverá um investimento de 40 trilhões a 50 trilhões de RMB [cerca de R\$ 32,2 a R\$ 40,2 trilhões] no desenvolvimento de infraestrutura, o que significa que será necessário um investimento anual de 800 bilhões a 900 bilhões de RMB [cerca de R\$ 644,4 a R\$ 724,9 bilhões] (Tianjiao; Guoping; Yuan, 2016, p. 77-78, tradução nossa).

Isso, objetivamente, põe a China em destaque no cenário internacional no que se refere ao desenvolvimento de projetos de infraestrutura urbana e de transporte no presente e no futuro próximo. Como observam Tianjiao, Guoping e Yuan (2016, p. 71, tradução nossa), “a China se destaca agora como um grande e poderoso Estado em termos de construção infraestrutural”.

Outro caso representativo e que dá contornos reais às novas formas urbano-regionais que emergem do processo de reconfiguração do planejamento e da consolidação do projetamento é o projeto de construção da Nova Área de Xiong’an, uma nova centralidade urbana localizada na região de Pequim-Tianjin-Hebei (Jing-Jing-Ji), a cerca de 150 km a sudoeste da capital nacional (figura 2), iniciado em abril de 2017.

**Figura 2 — Localização da Nova Área de Xiong’an**



Fonte: Yangqiu; Ning; Xueting (2021).



Projeto para o núcleo urbano da nova área de Xiong'an, tida como "cidade modelo do futuro da China"

Encarada Xiong'an como de importância não apenas regional, mas também nacional, os documentos oficiais de planejamento da cidade deixam clara a intenção de torná-la um modelo do padrão de desenvolvimento projetado para a China nas próximas décadas — pautado numa modernização econômica baseada na inovação — e a expressão mais avançada da urbanização de novo tipo<sup>6</sup> no país. Do ponto de vista regional, a Nova Área de Xiong'an deve atrair uma série de funções e atividades a serem transferidas da capital, Pequim (Scio, 2019).

A construção de uma cidade, como é o caso representativo de Xiong'an, requer uma série de *projetos de dupla função* — como adiantado na seção anterior —, que viabilizem tanto a produção quanto a reprodução social no ambiente urbano. Projetos que, ao serem executados, criem as condições necessárias para o avanço do desenvolvimento econômico e social mensurado no desenvolvimento das forças produtivas e das condições de vida da população. Projetos voltados, por exemplo, à oferta de serviços de utilidade pública, comunicação, transporte, abastecimento de água, saneamento, preservação ambiental, gestão de resíduos sólidos, prevenção de desastres etc., ou projetos de obras públicas, como rodovias, ferrovias, ciclovias, pontes, túneis, barragens, sistemas de drenagem, mobiliário urbano, paisagismo. Enfim, projetos de infraestrutura essenciais para promover os processos de desenvolvimento e de urbanização.

No caso particular de Xiong'an, por um lado, podem-se listar equipamentos urbanos voltados a promover um desenvolvimento baseado na inovação tecnológica, como instituições de pesquisa, universidades, laboratórios e centros de inovação, sedes de instituições

<sup>6</sup> Urbanização de novo tipo faz referência ao conceito e plano nacional de *nova urbanização*, elaborado pelo PCCh em 2014, e que, resumidamente, enfatiza o aspecto qualitativo do processo de urbanização como manifestação de um desenvolvimento de alta qualidade e centrado nas pessoas (Yang, 2019; Ye et al., 2020).

O projeto se manifesta como possibilidade real de superação de elementos e contradições típicas do modo de produção capitalista, adquirindo implicações de conteúdo sobretudo político. Trata-se da superestrutura política agindo para tornar a superestrutura territorial sua imagem e semelhança, em um processo de afirmação de elementos e dinâmicas socialistas na complexa formação econômico-social chinesa

financeiras e de negócios, de serviços avançados (Yangqiu; Ning; Xueting, 2021), de empresas e atividades produtivas de alta intensidade tecnológica (Scio, 2018). Por outro, projetos urbanos voltados a tornar Xiong'an uma referência de ambiente urbano de alta qualidade e centrado nas necessidades das pessoas, por exemplo, através da criação de um "ambiente de vida urbana racional" (Yangqiu; Ning; Xueting, 2021), que envolve a construção de centralidades urbanas em três níveis hierárquicos e de escala, oferecendo acesso a serviços públicos diversos<sup>7</sup> e de forma universalizada no espaço urbano.

De modo que os casos dos TAVs e de Xiong'an servem como referência para o que pode ser identificado em termos genéricos como grandes projetos urbanos e de transporte (GPUs), entendidos como espécies de "projetos complexos" (Boa Nova, 2024; Rangel, 2012), projetos que demandam mais projetos. *Dos quais*, para a frente, e *para os quais*, para trás, desdobra-se uma série de múltiplos e diversos "projetos de demanda derivada" (Rangel, 2012, p. 396) — desde unidades produtivas, setores industriais inteiros e demanda de fatores

<sup>7</sup> Equipamentos educacionais, de saúde, culturais, de lazer, esportes, comércio, serviços, transporte, moradia etc.

e produtos até aquilo para o que se quer chamar a atenção, *projetos de infraestrutura e equipamentos urbanos e de transporte*.

O que se tem como pano de fundo é um processo de projetamento pautado por um movimento duplo de perseguição do menor custo de produção e maior benefício social possível, e que se traduz, em termos territoriais, na busca pela elevação da técnica produtiva como caminho para a “*universalização do uso e consumo social dos benefícios sociais do ambiente urbano*” (Boa Nova, 2024, p. 241). Em outras palavras, “os projetos têm o papel de produzir a utilidade em que a relação custo-benefício é sintetizada na forma de riqueza a ser apreendida socialmente” (Jabbour *et al.*, 2023, p. 774, tradução nossa).

Trata-se da expressão territorial da nova economia do projetamento na formação econômico-social chinesa como parte do processo de planificação do desenvolvimento (urbano-regional) desigual: planificação do desenvolvimento em profundidade, a partir dos projetos urbanos, e planificação do desenvolvimento em extensão, a partir dos projetos de transporte. Portanto, como afirmação do socialismo, que se traduz nas tarefas de desenvolver as forças produtivas e socializar a riqueza socialmente produzida.

O que, no caso concreto do processo de desenvolvimento chinês, faz alusão ao momento de reafirmação da centralidade das relações sociais a partir de alterações na dimensão da distribuição da riqueza social, que passa a ser reconhecida pelo PCCh como o aspecto principal da contradição principal da formação social chinesa: “entre o desenvolvimento desequilibrado e inadequado e a expectativa cada vez maior das pessoas por uma vida melhor (美好生活 [měihǎo shēnghuó])” (Boer, 2024, p. 17, tradução nossa).

## 4. CONCLUSÃO

Motivado pela intenção de contribuir para uma atualização original da teoria socialista no século XXI, este artigo procurou se utilizar de conceitos e categorias de totalidade caros ao socialismo científico para analisar o caso concreto do desenvolvimento da formação econômico-social chinesa. Procurou demonstrar que da relação entre planejamento e mercado tem-se produzido uma síntese representada pela emergência e *afirmação gradativa do processo de projetamento* na dinâmica da economia política chinesa. E que esse projetamento, ao estar especialmente baseado em projetos de infraestrutura e equipamentos urbanos e de transporte, expressa-se particularmente em termos territoriais a partir da emergência de *novas formas urbano-regionais*.

Da planificação do desenvolvimento em profundidade, perseguindo a elevação da técnica e da produtividade, à planificação do desenvolvimento em extensão, visando ao espraio do desenvolvimento econômico-social no sentido da redução das desigualdades, configura-se um quadro em que a elevação da capacidade tecnológica cria as condições objetivas para a elevação da capacidade de intervenção político-institucional na economia e no território. O desenvolvimento planejado das forças produtivas abre caminho para mudanças institucionais capazes de planificar o desenvolvimento desigual a partir da intervenção e consequente atualização das relações sociais de produção, distribuição e redistribuição a partir da forma-projeto.

A noção de coordenação do desenvolvimento elaborada pelo PCCh, e entendida

aqui como forma-planejamento do desenvolvimento desigual, traz consigo a possibilidade concreta de superar um planejamento orientado ao mercado por um planejamento tendencialmente e cada vez mais baseado em projetos. Se no primeiro caso o objetivo principal a ser perseguido era a expansão do mercado e o desenvolvimento em seu aspecto quantitativo, na atual quadra histórica chinesa a questão primordial passa a ser a socialização da riqueza socialmente produzida, traduzida numa planificação de caráter socializante concretizada, prioritariamente, por meio da execução dos projetos urbanos e de transporte.

De modo que o projetamento se manifesta como possibilidade real de superação de elementos e contradições típicas do modo de produção capitalista, adquirindo implicações de conteúdo sobretudo político. Trata-se da superestrutura política agindo para tornar a superestrutura territorial sua imagem e semelhança, em um processo de afirmação de elementos e dinâmicas socialistas na complexa formação econômico-social chinesa.

Como bem apontou Santos (1977, p. 89): “São as formas que atribuem ao conteúdo novo provável, ainda abstrato, a possibilidade de tornar-se conteúdo novo e real.” Cabe aos cientistas sociais do campo do planejamento urbano-regional e da economia política, comprometidos em apreender as novas lógicas de funcionamento da formação econômico-social chinesa, acompanhar como esse processo se desdobrará do ponto de vista prático.

\* Doutor e mestre em Planejamento Urbano e Regional e especialista em Política e Planejamento Urbano pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur-UFRJ). Graduado em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Geraldo di Biase (UGB) da Ferp. Assistente no Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, tendo atuado como pesquisador no INCT Observatório das Metrôpoles. Trabalhou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na Secretaria Municipal de Planejamento da prefeitura de Volta Redonda (RJ).  
E-mail: vitorvboanova@gmail.com

► Texto recebido em 29 de outubro de 2024; aprovado em 21 de janeiro de 2025.

BOA NOVA, Vitor. **Socialismo chinês, do planejamento aos projetos urbanos e de transporte**: a planificação do desenvolvimento (urbano regional) desigual como expressão (territorial) da nova economia do projeto. 2024. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) — Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

\_\_\_\_\_. JABBOUR, Elias; CAMBUHY, Melissa. A nova economia do projeto como estágio superior de intervenção do Estado chinês no território. **Geosul**, Florianópolis, v. 38, n. 87, p. 69-93, 2023.

BOER, Roland. A new socioeconomic formation? philosophical reflections on China's "new projectment economy". **World Marxist Review**, v. 1, n. 1, p. 77-98, 2024.

CASTRO, Márcio. Elementos de economia do projeto. In: HOLANDA, Felipe Macedo de. ALMADA, Jhonatan Uelson Pereira Sousa de. PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de (Org.). **Ignácio Rangel**: decifrador do Brasil. 1. ed. São Luís: Edufma, 2014.

DUNFORD, Michael; BONSCHAB, Thomas. Chinese regional development and policy. **Regions Magazine**, v. 289, n. 1, p. 10-13, 2013.

FERNANDES, Luis. Desenvolvimento desigual e a geopolítica da crise mundial. In: BARROSO, Aloísio Sérgio; SOUZA, Renildo (Org.). **A grande crise capitalista global 2007-2013**: gênese, conexões e tendências. 1. ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2013. p. 189-207.

HEILMANN, Sebastian. **Red Swan**: how unorthodox policy-making facilitated China's rise. Hong Kong: The Chinese University of Hong Kong Press, 2018.

JABBOUR, Elias; BOA NOVA, Vitor; VADELL, Javier. The "Chinese path": uneven development, projectment, and socialism. **Caderno Metrôpoles**, v. 26, n. 59, p. 377-399, 2024.

JABBOUR, Elias; CAPOVILLA, Cristiano. Pressupostos dialéticos acerca do socialismo e projeto na China de hoje. **Economia e Sociedade**, v. 33, n. 3, p. e281848, 2024.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; ESPÍNDOLA, Carlos. China and market socialism: a new socioeconomic formation. **International Critical Thought**, v. 11, n. 1, p. 20-36, 2021.

JABBOUR, Elias et al. A (nova) economia do projeto: o conceito e suas novas determinações na China de hoje. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 17-48, dez. 2020.

\_\_\_\_\_. The (new) projectment economy as a higher stage of development of the Chinese market socialist economy. **Journal of Contemporary Asia**, v. 53, n. 5, p. 767-788, 2023.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China**: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.

JABBOUR, Elias; MOREIRA, Wallace. From the national system of technological innovation to the "new projectment economy" in China. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 43, p. 543-563, 2023.

LAWRENCE, Martha; BULLOCK, Richard; LIU, Ziming. **China's high-speed rail development**. 1. ed. Washington: World Bank Publications, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento de Lênin**. São Paulo: Lavrapalavra, 2020.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LOSURDO, Domenico. **Fuga da história?** Rio de Janeiro: Revan, 2004.

\_\_\_\_\_. **O marxismo ocidental**: como nasceu, como morreu, como pode renascer. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. Livro II: O processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEI, Liang; ZHANG, Nana. Transformer in navigation: diverse government roles for open innovation in China's high-speed rail. **Long Range Planning**, p. 102069, 2020.

RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. v. 1.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 81-99, 1977.

SCIO. **Coordinated development for the Beijing-Tianjin-Hebei region**. Beijing: The State Council Information Office of China, 2018. Disponível em: <[http://english.scio.gov.cn/featured/chinakeywords/2018-03/16/content\\_50715056.htm](http://english.scio.gov.cn/featured/chinakeywords/2018-03/16/content_50715056.htm)>. Acesso em: 7 out. 2023.

\_\_\_\_\_. **“Jing-jin-ji”**: China’s regional city cluster takes shape. Beijing: The State Council Information Office of China, 2019. Disponível em: <[http://english.scio.gov.cn/in-depth/2019-02/26/content\\_74504093.htm](http://english.scio.gov.cn/in-depth/2019-02/26/content_74504093.htm)>. Acesso em: 7 out. 2024.

SERENI, Emilio. De Marx a Lênin: a categoria de “formação econômico-social”. **Meridiano — Revista de Geografia**, n. 2, p. 248-346, 2013.

TIANJIAO, Chu; GUOPING, Wang; YUAN, Zhu. **New analysis of urbanization in China**: understanding modern China series. 1. ed. Beijing: People’s Publishing House, 2016.

WU, Fulong. **Planning for growth**: urban and regional planning in China. New York: Routledge, 2015.

XI, Jinping. **The governance of China**. Shanghai: Shanghai Press. 2018. v. 2.

YANG, Kaizhong. New urbanization and coordinated regional development. **Chinese Journal of Urban and Environmental Studies**, v. 7, n. 4, p. 1975009, 2019.

YANGQIU, Chen; NING, Lai; XUETING, Zhang. China’s city of the future: Xiong’an New Area. **Hitachi Review**, v. 70, n. 1, p. 36-44, 2021.

YE, Qi et al. **China’s new urbanisation opportunity**: a vision for the 14th Five-Year Plan. London: Coalition for Urban Transitions, 2020.

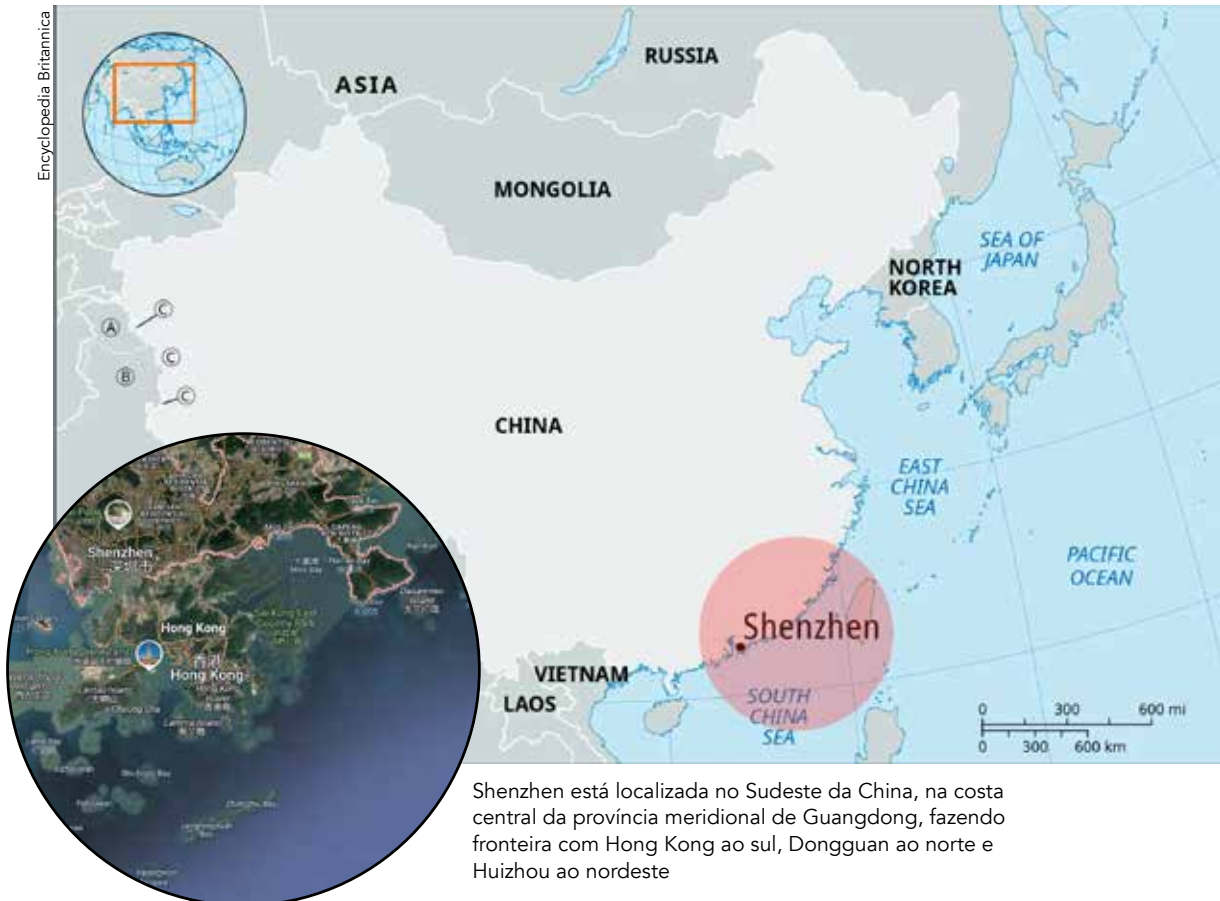
YU, Junli; CHEN, Lihua. Roles of government coordinated regional development in China. **International Journal of Business and Social Science**, v. 5, n. 6, 2014.

# O desenvolvimento da metrópole chinesa de Shenzhen como inferência da nova economia do projeto

The development of the Chinese metropolis of Shenzhen as an inference of the new projectment economy

André victor mendes rosa\*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.171.006>





## RESUMO

A temática deste artigo é o desenvolvimento de Shenzhen, metrópole localizada no Sudeste da República Popular da China. O objetivo é analisar o desenvolvimento de Shenzhen a partir do conceito, elaborado por Ignácio Rangel, de *economia do projetamento*, agora sob a insígnia de *nova economia do projetamento*, que surgiu no país após a política de reforma e abertura em 1978, e que atua como um ente mediador entre a sociedade chinesa e o planejamento central, sendo a característica basilar do socialismo nesse país. A nova economia do projetamento traz a possibilidade de construção de utilidade e valores de uso, como o desenvolvimento tecnológico e a projeção de cidades inteligentes na China. Neste artigo, a estratégia de Shenzhen para projeção internacional e a concretização de projetos nacionais como a reunificação nacional serão analisadas, assim como questões como a utilização de *big data*, inteligência artificial e tecnologias IoT (*internet of things* — internet das coisas), que propiciam uma gestão de cidades e um planejamento urbano mais técnico, científico e inteligente e são postas à disposição da segurança pública, mobilidade urbana inteligente, energia limpa e uso eficiente dos recursos energéticos, entre outras benesses e utilidades, com o intuito de proporcionar o bem-estar social e a melhora na qualidade de vida da população chinesa.

**Palavras-chave:** China. Cidades inteligentes. Planejamento urbano. Nova economia do projetamento. Socialismo.

## ABSTRACT

The theme of this article is the development of Shenzhen, a city located in the Southeast of the People's Republic of China. The article aims to analyze the development of Shenzhen based on the concept, developed by Brazilian economist Ignácio Rangel, of *projectment economy*, now under the banner of *new projectment economy*, which emerged in the country after the reform and opening-up policy in 1978, and which acts as a mediating entity between Chinese society and central planning, being the basic characteristic of socialism in this country. The new projectment economy brings the possibility of building utility and use values, such as technological development and the projection of smart cities in China. In this article, Shenzhen's strategy for international projection and the implementation of national projects, such as national reunification, will be analyzed, as well as issues such as the use of big data, artificial intelligence, and IoT (internet of things) technologies, which provide more technical, scientific, and intelligent city management and urban planning, and which are made available for public security, intelligent urban mobility, clean energy, efficient use of energy resources, among other benefits and utilities, all of them having the aim of providing social well-being and improving the quality of life of the Chinese population.

**Keywords:** China. Smart cities. Urban planning. New projectment economy. Socialism.

## 1. INTRODUÇÃO

O contínuo avanço socioeconômico que se verifica na República Popular da China (RPC) desde a implementação das políticas de reforma e abertura em 1978 é de grande importância para os estudos relacionados a território, geoestratégia, projeto nacional, modernização e desenvolvimento econômico. A RPC tem sido um exemplo notável em termos de impacto social. Em um de seus discursos, o diretor do Banco Mundial, Martin Raiser, afirmou que a nação conseguiu retirar 850 milhões de pessoas da pobreza nas últimas quatro décadas (World Bank Group, 2021). Além disso, 83% das pessoas que deixaram a miséria em nível global são da China, que atualmente ocupa a primeira posição mundial em paridade de poder de compra e tem o segundo maior PIB do planeta (Jabbour, 2019).

O objetivo geral deste artigo é analisar Shenzhen como território geoestratégico para os projetos nacionais chineses e o papel da nova economia do projetamento na criação de utilidades, o que envolve a modernização de setores-chave da economia chinesa e a conexão com a ordem capitalista global e seus mercados, além da reunificação do território chinês, devido à proximidade geográfica com Hong Kong, território que ficou sob domínio do Império Britânico por mais de um século, após a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842). Duas décadas após as reformas do final dos anos 1970, a RPC atingiu grande parcela de seus objetivos nacionais, recuperando Hong Kong para seus domínios (1997) e tornando-se um país moderno nos setores de defesa, indústria, agricultura, ciência e tecnologia.

Shenzhen foi central para essa mudança qualitativa da República Chinesa, pois converteu-se de vila de pescadores em cidade que é centro industrial, financeiro, científico e tecnológico, sediando bancos e multinacionais chinesas, além de empresas de tecnologia de ponta, nacionais e internacionais, e transformando-se em um grande centro de inovação tecnológica reconhecido internacionalmente, competindo com o Vale do Silício, situado na maior potência econômica e tecnológica do mundo, os Estados Unidos. Essas importantes transformações modificaram a relevância de Shenzhen, não só para a China, mas também para a ordem mundial, alterando a dinâmica de mercados e consumidores, devido à competitividade de Shenzhen, fruto de seu desenvolvimento em inovação científica e tecnológica.

A metodologia aqui adotada consiste na análise de dados e aplicação de conceitos para interpretar as informações obtidas. Foi realizada uma pesquisa com fontes secundárias, para coleta de dados e informações através de livros teóricos, artigos científicos, banco de teses, revistas científicas, dissertações acadêmicas e estatísticas oficiais. Através de pesquisa bibliográfica, foi realizado um levantamento sobre obras, textos e artigos que abordam os conceitos que serão utilizados e relacionados neste trabalho científico.

Este artigo está estruturado, afora esta introdução, em mais quatro seções: a próxima aborda o conceito de nova economia do projetamento. A terceira seção discute o processo de desenvolvimento e a importância de Shenzhen para a execução de projetos nacionais, como a reunificação do território chinês, e para a inovação tecnológica e o desenvolvimento de tecnologias disruptivas. A quarta seção aborda o papel específico da empresa Huawei, que foi criada em Shenzhen, no desenvolvimento de tecnologias como o 5G e sua importância geopolítica para a RPC. A quinta seção traz as considerações finais deste artigo.



Centro financeiro de Shenzhen em foto de 2017. Com mais de 17 milhões de habitantes, Shenzhen é a sexta cidade mais populosa da China e um centro global de tecnologia, pesquisa, indústria, finanças e transporte

## 2. A (NOVA) ECONOMIA DO PROJETAMENTO NA CHINA: CONSTRUÇÃO DE VALORES DE USO PARA O BEM-ESTAR POPULAR

Para compreensão da proposta do artigo, primeiramente é necessário resgatar o conceito de economia do projeto, elaborado por Ignácio Rangel, que, utilizando-se de certo ecletismo, buscou construir uma teoria mais eficiente para a compreensão das transformações no sistema capitalista e também na economia planificada da antiga União Soviética, no contexto do final da década de 1950. De acordo com Jabbour; Dantas, Espíndola (2020), Rangel, na obra *Elementos da economia do projeto*, de 1959, aborda a evolução das novas formas de produzir e principalmente planificar a economia, sendo que o projeto é o modo de produção que situa no centro da problemática a utilidade, e o custo e o benefício são suas categorias fundamentais (Rangel, 2005, p. 366).

Dessa maneira, a utilidade torna-se a nova base para o cálculo econômico, sendo o plano e o projeto os principais meios para tal, e esse modo de produção é guiado pelo materialismo e voltado tanto para a construção de valores uso quanto para a construção de riqueza, sendo a última voltada para o usufruto social. Para Rangel (2005, p. 367), “a missão do projeto econômico consiste em encontrar a denominação comum para os dois termos da razão benefício/custo sob o ponto de vista econômico”.

A “economia do projeto” de Rangel é um instrumento do Estado guiado pela razão e pela ciência em todos os aspectos possíveis. E tal razão é sintetizada no projeto como sua utilização máxima, tendo como resultado a produção de utilidades e melhorando a qualidade de vida da população. A RPC torna-se o país onde a economia do projeto se manifesta, devido às amplas capacidades estatais desse gigante socialista asiático, refletidas em 96 conglomerados empresariais estatais e mais de 30 bancos públicos de desenvolvimento, que propiciam uma ampla capacidade de emitir moeda e financiar projetos que

melhoram a qualidade de vida da população chinesa em seu cotidiano (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2020).

Na economia do projetamento, a tecnologia se transforma em uma ferramenta crucial do domínio da razão sobre o processo produtivo. Dessa forma, como resultado dessa economia voltada à construção de utilidade, projetos como a construção de cidades inteligentes na RPC, que se utilizam de tecnologia de ponta, como 5G, IoT (*internet of things*, ou internet das coisas) e *big data*, vêm aumentando em quantidade e notoriedade. Apesar de retardatária, a RPC vem se recuperando e lidera em termos de número de cidades inteligentes (Pereira, 2024). Sendo o projetamento a antítese da irracionalidade capitalista e do fetichismo do homem sobre si mesmo (Jabbour, Gabriele; 2021), a RPC manifesta sua maxirracionalização em projetos como a construção de cidades inteligentes, em que o governo, baseado na ciência, utiliza-se do mais alto grau de racionalidade e tecnologia para o planejamento urbano.

Como a técnica leva a divisão social do trabalho a níveis superiores, não é coincidência a ampliação da participação dos produtos intensivos em tecnologia (*high technology*) nas exportações da RPC, refletindo a internalização de suas cadeias de valor (Pautasso; Nogar, 2024).

### 3. A TECNOLOGIA TRANSFORMA SHENZHEN: “VALE DO SILÍCIO CHINÊS” E CIDADE INTELIGENTE

A análise das conquistas econômicas da China está indissociavelmente ligada ao exame do crescimento e desenvolvimento da cidade de Shenzhen, localizada no Sudeste do país. Em julho de 1979, o Comitê Central (CC) do PCCh e o Conselho de Estado (CE) decidiram implementar políticas específicas e medidas preferenciais nas províncias de Guangdong e Fujian, devido à proximidade delas com Hong Kong e Macau (Carrion, 2004, p. 53). As zonas econômicas especiais (ZEEs) originaram-se das “Quatro modernizações” pensadas originalmente por Zhou Enlai, as quais foram implementadas por Deng Xiaoping em 1978, após sua reabilitação.

Dessa maneira, foram estabelecidas ZEEs em Shenzhen, Zhuhai e Shantou (situadas na província de Guangdong) e em Xiamen (situada na província de Fujian), voltadas para a captação de capitais e tecnologia estrangeiros e a instalação de empresas multinacionais, com direcionamento prioritário para a exportação, incluindo também a compra de pacotes tecnológicos e fábricas prontas (Carrion, 2004, p. 53).

Atualmente, Shenzhen é a terceira cidade mais rica da China, superada apenas por Shanghai, o principal centro financeiro do país, e Pequim, a capital. Desde sua oficialização como a primeira zona econômica especial, em 1979, a cidade tornou-se o lar de empresas de tecnologia renomadas, como a Tencent (responsável pelo WeChat), a gigante de telecomunicações Huawei, a líder mundial em drones DJI, a fabricante de kits de robôs Makeblock, a montadora BYD, a fabricante de peças de usinagem BXD Machining, a empresa de radiocomunicação Hytera, a Foxconn (maior produtora de computadores e componentes eletrônicos do mundo) e a fabricante de smartphones ZTE.

Além de ser um importante centro de tecnologia e inovação, não apenas para a China, mas para o mundo todo, Shenzhen tem sua localização estratégica utilizada para atender a objetivos centrais da China, como a conexão com a ordem capitalista global e seus mercados. Shenzhen também desempenha um papel fundamental no processo de reunificação ter-



Frota de ônibus elétricos de Shenzhen em foto de 2016

ritorial da República Popular da China, um objetivo central para a restauração da soberania territorial do país. A proximidade geográfica com Hong Kong fez de Shenzhen um elemento crucial na reunificação parcial da RPC, recuperando o controle da República Popular sobre a região, que esteve sob domínio britânico por mais de um século, desde o século XIX, em decorrência de eventos como a assimétrica Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), até o final do século XX, especificamente 1997.

A implementação das ZEEs em Shenzhen não foi apenas uma resposta ao apelo por modernização, mas também uma peça-chave na geoestratégia chinesa para recuperar o controle político sobre Hong Kong. A proximidade geográfica entre Shenzhen e Hong Kong facilitou o processo de desenvolvimento de Shenzhen e, posteriormente, a recuperação do território de Hong Kong. O controle de Hong Kong era uma prioridade estratégica para o Partido Comunista da China (PCCh), não apenas devido à importância econômica da região, mas também como símbolo de soberania e reunificação nacional. A presença de Shenzhen, a poucos quilômetros de distância, ofereceu uma oportunidade estratégica de suma importância para a consecução de objetivos nacionais.

Shenzhen, uma cidade que se estendia até a fronteira com Hong Kong, tornou-se uma plataforma para experimentações econômicas. A proximidade com Hong Kong facilitou a absorção de influências e práticas comerciais ocidentais, proporcionando um ambiente propício para o processo de modernização. A estratégia do governo central não era apenas submeter Hong Kong ao controle político, mas também absorver sua *expertise* financeira e econômica, integrando-a ao projeto de modernização da RPC. Para lograr êxito nas mudanças qualitativas desse novo patamar de desenvolvimento chinês, não só a política de reforma e abertura como também a criação das ZEEs foram cruciais. Nas ZEEs, o incentivo ao crescimento econômico também pelo viés da inovação foi um fator primordial para essa nova fase

da RPC. Assim, Shenzhen se tornou uma ZEE com empresas conhecidas internacionalmente, como a BYD, a Tencent e, especialmente, a Huawei, que lidera o setor de telecomunicações do mundo (Gala; Roncaglia, 2020).

A partir da década de 1990, o governo municipal de Shenzhen promoveu inovações tecnológicas e o desenvolvimento de tecnologias de ponta para incentivar a modernização da capacidade de produção da cidade e a transferência de novas tecnologias para indústrias associadas. Depois de anos de incentivos, as indústrias de alta tecnologia de Shenzhen desenvolveram-se e a cidade tornou-se uma das bases mais importantes para o desenvolvimento da indústria de alta tecnologia na RPC. O governo também investiu pesadamente em infraestrutura, construindo portos modernos, rodovias, ferrovias e outras instalações de transporte que facilitaram o comércio e a logística em Shenzhen, sendo essa infraestrutura vital para atrair investimentos e conectar Shenzhen com os mercados nacionais e internacionais (Gala, 2023). Outra estratégia adotada pelo governo chinês foi a promoção de parques industriais e áreas de inovação em Shenzhen, com foco em setores de alta tecnologia como eletrônica, telecomunicações e biotecnologia (Gala, 2023).

A RPC emergiu como o maior centro de fabricação por contrato de eletrônicos, com a base mais integrada e abrangente de fornecedores, empresas de desenvolvimento e fabricantes de componentes eletrônicos em alto e baixo padrões (Lüthje, 2013, p. 227). Todos esses fatores proporcionaram um ambiente favorável para o desenvolvimento de *startups*, pesquisa e desenvolvimento e colaboração entre empresas e instituições de ensino superior (Gala, 2023). A enorme concentração de fábricas e grandes parques industriais criou uma atração constante, situando a RPC entre os principais produtores multinacionais de componentes eletrônicos (Lüthje, 2013, p. 227).

Interessante notar que Shenzhen foi a cidade onde mais se desenvolveu uma técnica chinesa denominada *shanzhai*, que é um neologismo chinês para “falso” (Han, 2023, p. 85). A cultura *shanzhai* compreende todas as áreas da vida, ou seja, existem livros, filmes, prêmios, políticos e até celebridades *shanzhai* (Han, 2023, p. 85). Os produtos *shanzhai* não são necessariamente piratas, mas sim modificados ou remixados, são espécies de cópia, protótipos melhorados ou com funções adicionadas (Geromel, 2019; Han, 2023; Lindtner, 2020). Principalmente, os produtos *shanzhai* têm como característica um alto grau de versatilidade, permitindo-lhes se adaptarem com muita rapidez a necessidades e condições específicas, resultado de um tipo especial de criatividade (Han, 2023, p. 85-86).

Devido a esses fatores, é barato ir a Shenzhen, criar um protótipo, testá-lo e oferecer o produto no mercado por um preço razoável e em pouquíssimo tempo (Geromel, 2019, p. 218). Em Shenzhen, os celulares podem ir de projetos conceituais a prontos para produção em 29 dias (Lindtner, 2015, p. 7). Shenzhen atrai não apenas fabricantes e *startups* de *hardware*, mas também grandes corporações como Intel, Texas Instruments, Huawei e outras (Lindtner, 2015, p. 4). Mais de 1 bilhão de aparelhos celulares foram feitos em Shenzhen apenas no ano de 2016, e estima-se que a ZEE seja lar de aproximadamente 6 mil empresas que produzem celulares e seus acessórios (Geromel, 2019, p. 218).

Mais de 95% da população da cidade é migrante (Lindtner, 2015, p. 7). O setor de tecnologia de Shenzhen cresceu a partir da interseção de dois fluxos iniciais: o primeiro foi de empreendedores tecnológicos de Taiwan, envolvidos com a indústria dos primeiros *chips*, buscando aproveitar a abertura econômica da China e seus primeiros experimentos com as ZEEs (Lindtner, 2015, p. 7). Esse fluxo de capital alimentou um grande movimento interno

Shenzhen, uma cidade que se estendia até a fronteira com Hong Kong, tornou-se uma plataforma para experimentações econômicas. A proximidade com Hong Kong facilitou a absorção de influências e práticas comerciais ocidentais, proporcionando um ambiente propício para o processo de modernização. A estratégia do governo central não era apenas submeter Hong Kong ao controle político, mas também absorver sua *expertise* financeira e econômica

em toda a RPC, no qual uma vasta “população flutuante” se deslocou para as cidades costeiras em busca de trabalho (Lindtner, 2015, p. 7).

O epicentro da inovação em Shenzhen é Huaqiangbei, distrito que possui mais de 20 shoppings de eletrônicos em mais de 21 milhões de metros quadrados (Geromel, 2019, p. 219). Dezenas de mercados surgiram em Huaqiangbei, e a indústria eletrônica se difundiu largamente por lá. Além de ser sede de inúmeras *startups*, Shenzhen é sede de gigantes da tecnologia. A cidade se transformou num centro de inovação e desenvolvimento, e, ao que tudo indica, de lá sairão outras empresas de renome. Uma dessas gigantes é a Tencent. Fundada por Pony Ma, ela utiliza-se de uma das ferramentas mais poderosas da internet, que é a comunicação. Pony Ma permitiu que inúmeros internautas pudessem se comunicar on-line. Em 1984, aos 13 anos de idade, mudou-se para Shenzhen e estudou na melhor escola local, vindo anos depois a cursar Computação na Universidade de Shenzhen, onde se formou como bacharel em 1993 (Hu, 2023, p. 16-17).

Pony Ma começou a trabalhar como engenheiro de *software* na Runxun Communications Development Company, uma empresa fundada em 1990, e lá aprendeu a construir e comandar uma empresa de grande porte, além de aprender a competir e a obter capital em Hong Kong, em cuja bolsa de valores a Runxun foi listada (HU, 2019, p. 18). Em 1998, Pony Ma fundou a Tencent, uma empresa de ferramentas de mensagens, que se tornou um grande sucesso na RPC. Sob sua liderança, a Tencent entrou no mercado de portais da web, jogos on-line, comércio eletrônico e redes sociais, tornando-se uma das maiores empresas da internet (Hu, 2023).

A denominação “Vale do Silício chinês”, em alusão à localidade original, nos EUA, é uma maneira de designar Shenzhen como uma cidade onde existem inúmeras empresas de alta tecnologia, vasto capital humano e onde cientistas de muitos países buscam exercer suas atividades. O PIB de Shenzhen registrou um crescimento de 6% em 2023, alcançando um

recorde de 3,46 trilhões de yuans (equivalente a US\$ 482 bilhões), superando o crescimento de 3,3% registrado em 2022 e ficando acima das taxas observadas em outras metrópoles de destaque na China continental, como Pequim, Xangai e Guangzhou (Hua; Xu, 2024). Além disso, o volume de exportações cresceu 12,5% no mesmo período, mantendo Shenzhen na liderança entre as cidades da China continental pelo 31º ano consecutivo. As importações e exportações combinadas somaram mais de 3,87 trilhões de yuans, representando um aumento de 5,9% (Hua; Xu, 2024).

Shenzhen possui a maior frota de ônibus elétricos do mundo, composta por 16.359 mil e-ônibus, superando cidades como Chicago, Toronto, Nova York, Nova Jersey e Los Angeles, além de ser abastecida por 26 estações de recarga (Antunes; Silva; Hermida; 2020). Em Shenzhen, cada ônibus elétrico roda 147 km por dia, embora tenha capacidade de circular por até 200 km. Essa adoção de ônibus elétricos, além de evitar a emissão de gases poluentes, gerou uma economia que permitiu reduzir o preço dos carros e ônibus elétricos. Atualmente, todos os ônibus da cidade inteligente de Shenzhen são elétricos e, segundo a Comissão de Transporte de Shenzhen, sua utilização diminuiu o consumo de óleo combustível em 345 mil toneladas, dispensando a liberação de 1,35 milhão de toneladas de dióxido de carbono (Lin *et al.*, 2019).

Esses dados evidenciam o impacto do crescimento e desenvolvimento econômico e tecnológico de Shenzhen, em cuja economia a indústria eletrônica e de alta tecnologia tem grande participação e importância. Shenzhen iniciou seu crescimento, em grande medida, por meio de investimentos externos diretos de Hong Kong, que na época era industrializada, e a cidade virou o “Vale do Silício da China”, superando a renda per capita do experimento liberal mais bem-sucedido do pós-guerra, Hong Kong, cidade vizinha no delta do rio Pérola (Roncaglia; Gala, 2020, p. 79).

#### 4. A HUAWEI, CAMPEÃ NACIONAL E INSTRUMENTO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Fundada por Ren Zhengfei (ex-membro do Exército de Libertação Popular da China) em 1987, com um investimento inicial de apenas 20 mil yuans, a multinacional Huawei tem sede em Shenzhen e se tornou uma das empresas mais bem-sucedidas do mundo, sendo registrada como uma empresa coletiva (Hongwen, 2023; Roncaglia; Gala, 2020). A Huawei se tornou uma das maiores empresas de equipamentos de telecomunicações do mundo e muitos especialistas a consideram a empresa mais avançada no desenvolvimento da tecnologia 5G, de suma importância para um futuro voltado para tecnologias como inteligência artificial e internet das coisas (Roncaglia; Gala, 2020, p. 150).

Em diferentes momentos do seu desenvolvimento, a Huawei se beneficiou do governo central de Pequim, de bancos estatais e do apoio local dos governantes de Shenzhen (Miller, 2023, p. 331). Diversos contratos da Huawei com o governo da RPC foram desde o início um combustível importante para a expansão da empresa, sendo um dos empréstimos recebidos do banco estatal China Development da ordem de US\$ 30 bilhões (Roncaglia; Gala, 2020, p. 150).

Já em 1995, o governo restringiu o investimento estrangeiro nos tipos de centrais eletrônicas que a Huawei produzia, obrigando as companhias estrangeiras a formarem *joint ventures*, com ênfase no compartilhamento de tecnologia, passando a tarifar a importação de equipamentos de telecomunicação estrangeiros (Hillman, 2022, p. 45). Pouco mais à frente, o 9º Plano Quinquenal da China para o período de 1996 a 2000 duplicou o investimento em





Sede da Huawei, empresa criada em Shenzhen, e seu fundador, Ren Zhengfei

telecomunicações. Com a entrada da RPC na Organização Mundial do Comércio, em dezembro de 2001, as empresas chinesas tiveram de traçar novas estratégias para se estabelecer no mercado internacional, saindo da RPC em busca de novos consumidores e de desenvolvimento. Para o fundador da Huawei, Ren Zhengfei, Hong Kong foi o primeiro local para a empresa tomar o mercado externo. Em pouco tempo, mais de 20 agências de telecomunicações adotaram os serviços da Huawei, e assim a empresa passou a cobrir os principais bairros de negócios de Hong Kong, mais de 3 mil prédios comerciais, além do aeroporto (Hongwen, 2023, p. 140).

Numa estratégia de expansão, a Huawei conseguiu adentrar os mercados africanos, com relevantes conquistas no Quênia, Argélia, República Democrática do Congo e Nigéria. Além disso, seus produtos se espalharam por todo o Sul africano, e as receitas chegaram a 1 bilhão de dólares (Hongwen, 2023, p. 143). Seguiu-se a implantação de centros de pesquisa na Índia, em 1999, na Suécia (país-sede da renomada e gigante empresa de telecomunicações Ericsson), em 2000, e nos EUA, em 2000 (Masiero *et al.*, 2012, p. 437).

Os investimentos da Huawei em pesquisa e desenvolvimento (P&D) são os maiores do mundo, superando em várias vezes os realizados por outras empresas chinesas de tecnologia e somando aproximadamente 15 bilhões de dólares, o que tem paralelo com poucas outras empresas no planeta, como as de tecnologia Google e Amazon, a farmacêutica Merck e as montadoras Volkswagen e Daimler (Ahrens, 2013). Os executivos da Huawei investem bastante em P & D pois aprenderam com o Vale do Silício (Miller, 2023, p. 330). A empresa aprendeu copiando equipamentos estrangeiros por meio de *joint ventures* com companhias ocidentais e investindo pesado em consultorias de gestão ocidentais, desenvolveu um núcleo de pesquisa de tecnologias ocidentais e contratou talentos dos seus concorrentes (Hillman, 2022, p. 47).

A ascensão da Huawei atendeu ao interesse do PCCh, pois a empresa conquistou participação de mercado e incorporou seus equipamentos nas redes de telecomunicações do mundo (Miller, 2023, p. 332). Um fato a ser analisado é o notável papel estratégico da Huawei na ascensão da RPC como potência tecnológica, especialmente na questão que envolve a tecnologia 5G e os semicondutores. Os semicondutores são como pontes que conectam dispositivos e possibilitam a passagem expressiva de corrente e também de dados (Jurgensen; Mello, 2020, p. 431). Semicondutores são e provavelmente serão, no futuro previsível, elementos cruciais para a maioria dos sistemas eletrônicos, servindo a comunicações, processamento de sinais, computação e aplicativos de controle nos mercados industrial e de consumo (Jurgensen; Mello, 2020, p. 431).

O 5G (quinta geração de internet móvel ou quinta geração de sistema sem fio), representa a futura geração de telecomunicação móvel. O 5G já vem sendo estudado para substituir o 4G e ter sua próxima geração lançada dentro dos próximos dez anos, seguindo o mesmo padrão de evolução das gerações anteriores. Cinco empresas vendem *hardware* de rádio 5G e sistemas 5G para operadoras: Huawei, ZTE, Nokia, Samsung e Ericsson. A escassez de semicondutores no mercado é uma das razões da guerra tecnológica entre EUA e RPC, pois a Huawei é considerada a principal empresa do ramo de telecomunicação e dados, que envolve grande receita e investimentos em pesquisa e desenvolvimento (Jurgensen; Mello, 2020, p. 431).

A Huawei ganha evidência devido ao pioneirismo na aplicação da tecnologia 5G, sobretudo por sua eficiência e preços competitivos, principalmente na utilização de aparelhos inteligentes, como veículos automáticos, infraestrutura e segurança de cidades, um novo mercado de produtos classificado como internet das coisas (Jurgensen; Mello, 2020, p. 431). Esse papel estratégico dos semicondutores na nova fronteira tecnológica da indústria mundial é um dos motivos da “guerra tecnológica”, especialmente entre a RPC e os EUA, envolvendo os principais participantes (*players*) do setor de semicondutores no mundo, como Coreia do Sul e Taiwan (Moreira, 2022, p. 62). Por esse motivo, os EUA forçaram a taiwanesa TSMC a cessar o suprimento de semicondutores e insumos tecnológicos para empresas chinesas, em especial a Huawei (Jurgensen; Mello, 2020, p. 432).

No período de um ano, o governo dos EUA revisou suas regras de controle de exportações por três vezes para atingir a Huawei, afetando os fornecedores americanos e não americanos de microchips e placas de circuito avançado, questão essa que explicita uma “maior necessidade do domínio tecnológico e fortalecimento das cadeias produtivas nacionais como elementos essenciais para a soberania nacional”, em particular se considerado o setor de semicondutores (Moreira, 2022, p. 62). Dessa forma, a questão sobre a dominância da Huawei no setor e sua expansão ainda está em xeque, pois a empresa enfrenta a competição de gigantes europeias, além da pressão exercida pelos EUA para suprimir as peças-chave para a expansão de sua tecnologia (Jurgensen; Mello, 2020, p. 443).

Para superar essas questões, os chineses dobram a aposta e investem de forma expressiva em centros de desenvolvimento de pesquisa de semicondutores nacionais, como por exemplo o China Integrated Circuit Industry Investment Fund, criado em 2014 com recursos de US\$ 23 bilhões, liderando o esforço nacional para suplantar o atraso do país perante a indústria global de semicondutores, compartilhando tecnologia e arrecadando recursos para apoiar as *startups* e a pesquisa e desenvolvimento de semicondutores (Jurgensen; Mello, 2020, p. 443). De acordo com um estudo da OCDE, a China aumentou visivelmente sua

presença na cadeia de valor de semicondutores nos últimos anos, com participação crescente de empresas como a HiSilicon (unidade da Huawei), a Jiangsu Changjiang Electronics Technology, maior empresa terceirizada em montagem e teste de semicondutores da China continental, a Semiconductor Manufacturing International Corporation (SMIC, fundição) e a Tsinghua Unigroup (fábrica atualmente expandindo suas atividades para a fundição) (OECD, 2019).

A ascensão da economia chinesa, com crescimento elevado e profunda transformação estrutural, alçou o país a um novo estágio de desenvolvimento econômico, superando a armadilha da renda média. Com o arrefecimento do crescimento econômico nos últimos anos e as sanções impostas pelos Estados Unidos ao país em setores considerados estratégicos — como o caso de semicondutores —, um dos principais elementos do debate é se a China manterá um ritmo de crescimento econômico considerado elevado e se superará essa limitação ao desenvolvimento do

setor de semicondutores, cadeia produtiva esta que se tornou fundamental para o maior adensamento e diversificação de um setor considerado estratégico para a China, o de eletroeletrônicos, no qual o de semicondutores está inserido e que se tornou um dos setores mais estratégicos na economia mundial, principalmente diante da crise provocada pela pandemia de covid-19 (Moreira, 2022, p. 122).

A Huawei quer ser também a pioneira no 6G e antevê que em 2030 a tecnologia terá plena aplicação real, uma tecnologia que permitirá mirar em uma velocidade de conexão de 1 terabyte por segundo, operando no espectro de frequência de 1 terahertz (Carvalho; Gala, 2020, p. 150). Os EUA buscam restringir o suprimento da Huawei a partir da taiwanesa TSMC, que é a principal fornecedora de semicondutores do mundo (Jurgensen; Mello, 2020, p. 443). Com as sanções impostas pelos EUA às empresas chinesas, a necessidade de fortalecer o potencial tecnológico nacional ficou mais explícito (Moreira, 2022, p. 123). Assim, um grande gargalo a ser superado pela RPC reside na questão dos semicondutores. Com um grande volume de investimentos na área tecnológica, a RPC está disposta a superar esse grande empecilho imposto pelos EUA.

Em 2014, a RPC criou o China Integrated Circuit Industry Investment Fund, grande fundo que pretende investir cerca de 40 bilhões de dólares no setor de semicondutores (Zhu *et al.*, 2023). Há muitos indícios de que a China superará as sanções impostas pelos Estados Unidos, pois diversos projetos com recursos volumosos têm sido anunciados pelo governo chinês, em parceria com empresas nacionais, direcionados para o processo de aceleração do crescimento e amadurecimento do Sistema Nacional de Inovações (SNI) do país, voltado para o setor de semicondutores (Moreira, 2022, p. 124). Em 2023, a Huawei deu uma grande demonstração da sua capacidade de superar essa imposição dos EUA lançando um celular

Em diferentes momentos do seu desenvolvimento, a Huawei se beneficiou do governo central de Pequim, de bancos estatais e do apoio local dos governantes de Shenzhen

Reprodução: <https://www.dutenews.com/>

Passageiros lotam estação de trens na região Norte de Shenzhen no feriado de 1º de outubro de 2024; um reflexo da “população flutuante” da China, que se desloca para as cidades costeiras do país em busca de trabalho

com tecnologia 5G e com processador de 7 nanômetros, o Huawei Mate 60 Pro. Assim, as sanções dos EUA forçaram a Huawei a se tornar mais inventiva e forte (Huawei..., 2023).

O mercado doméstico da RPC é um fator positivo para fortalecer a demanda pelos seus produtos, além de ser também estratégico para a formação de *joint ventures* com empresas estrangeiras, que são obrigadas a transferir tecnologia (Moreira, 2022, p. 124). O governo da RPC está canalizando vultosos investimentos na indústria de semicondutores, buscando independência tecnológica e reduzindo a dependência para com os fornecedores estrangeiros. Essa estratégia visa superar as sanções impostas pelos EUA, que afetaram o acesso chinês a tecnologias cruciais. Com um comprometimento significativo em pesquisa, desenvolvimento e infraestrutura, empresas chinesas estão rapidamente avançando na produção de *chips*, ganhando terreno em um setor dominado por potências tradicionais.

A RPC reconhece a importância estratégica dos semicondutores em setores como o de eletrônicos, o automotivo e o de inteligência artificial, e, assim, o desenvolvimento da Huawei é fulcral. A busca por autonomia tecnológica visa não apenas impulsionar a competitividade global do país, mas também reduzir as vulnerabilidades econômicas. Na medida em que a RPC fortalece sua posição nesse mercado crítico, é uma questão de tempo até que as sanções dos EUA se tornem menos impactantes, consolidando a RPC como uma potência incontestável na produção de semicondutores.

Ademais, é de grande valia analisar as inovações tecnológicas da Huawei à luz do conceito de *destruição criativa*, do economista austríaco Joseph Schumpeter, que oferece uma perspectiva interessante sobre o papel que essa empresa chinesa desempenha no cenário global. Schumpeter definiu a destruição criativa como o processo pelo qual as inovações mais recentes substituem antigas tecnologias e modelos de negócio, promovendo o progresso econômico e o desenvolvimento, criando mercados e destruindo aqueles que não suportaram o processo da mudança, ou que ficaram obsoletos em razão do avanço tecnológico (Schumpeter, 2017). A Huawei promove inovações disruptivas em várias áreas, como telecomunicações, redes de dados, dispositivos móveis e inteligência artificial. Ao introduzir novas tecnologias e produtos no mercado, a Huawei frequentemente desafia as empresas concorrentes, forçando-as a se adaptarem ou a enfrentarem a obsolescência tecnológica.

Esse tipo de inovação é característico da destruição criativa, segundo a qual novos agentes redefinem as normas da indústria e reconfiguram a competição no mercado.

Essas inovações e a consequente corrida de outras empresas para se adaptarem às mudanças e novas exigências do mercado geram um processo de redefinição de setores. A Huawei também redefine setores inteiros com suas soluções tecnológicas abrangentes. Por exemplo, sua liderança no desenvolvimento de infraestrutura de rede 5G está transformando a maneira como as comunicações sem fio são realizadas em todo o mundo. Essa redefinição dos padrões da indústria é um exemplo claro da destruição criativa, pela qual as antigas estruturas são substituídas por novas e mais eficientes.

O sucesso da Huawei no cenário global de tecnologia tem causado impacto significativo na competição entre empresas e países. Sua ascensão rápida e agressiva desafiou a dominância de empresas ocidentais em setores-chave, como telecomunicações e tecnologia móvel. Isso tem levado a reações defensivas por parte de empresas e governos rivais, criando tensões geopolíticas e comerciais. Esse tipo de turbulência competitiva é inerente à destruição criativa, em razão da qual as antigas estruturas são abaladas e substituídas por novas. Disputas, alianças, sanções econômicas, espionagem, boicote e conflitos são consequência das disputas de mercado cujos atores centrais são empresas de grande relevância estratégica.

Devido às necessidades de desenvolvimento e de vultosos investimentos estatais da RPC na empresa, a Huawei promove ciclos de inovação, assumindo-se como criadora constante de tecnologias e bens de consumo que geram a natureza cíclica da destruição criativa, pela qual invenções antigas eventualmente se tornam obsoletas e são substituídas por novas, gerando ondas de inovação e busca por capital humano não só na RPC, como também em âmbito internacional. À medida que a empresa seguir avançando em direção a novas fronteiras tecnológicas, ela enfrentará desafios contínuos para manter sua vantagem competitiva e permanecer relevante no mercado. Esse ciclo de inovação e obsolescência é uma característica central da dinâmica da destruição criativa (Schumpeter, 2017).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Shenzhen é um notável exemplo da nova economia do projetamento, que integra inovação tecnológica, projetos centrais para o Estado e o uso da razão como ferramenta central de gestão, além de uma planificação urbana inteligente. Aquela cidade, que

A cidade de Shenzhen é um notável exemplo da nova economia do projetamento, que integra inovação tecnológica, projetos centrais para o Estado e o uso da razão como ferramenta central de gestão, além de uma planificação urbana inteligente

passou de vila de pescadores para um dos maiores polos globais de tecnologia, destaca-se como um símbolo do projeto de modernização empreendido pela China após a política de reforma e abertura em 1978. O conceito de economia do projetamento, conforme formulado por Ignácio Rangel, é particularmente visível em Shenzhen, onde a combinação entre planejamento econômico e mercado encontra uma expressão ímpar, articulando utilidade, valores de uso e desenvolvimento técnico-científico para benefício social e para o avanço da posição chinesa no cenário global.

A atuação de empresas como Tencent e Huawei demonstra como a nova economia do projetamento fomenta o surgimento de gigantes tecnológicos que, além de impulsionarem o crescimento econômico, desempenham papel central na construção de um ecossistema de inovação em Shenzhen e no país como um todo. Essas empresas, junto com o advento da tecnologia 5G e a ampla rede de cidades inteligentes na China, estão reconfigurando o espaço urbano e impulsionando a criação de um modelo de gestão urbana que aplica *big data*, inteligência artificial e internet das coisas para promover eficiência, segurança e sustentabilidade.

Esses avanços reforçam a capacidade da China de utilizar tecnologias de ponta para enfrentar desafios urbanos e sociais, como segurança pública, mobilidade urbana inteligente e o uso eficiente de recursos energéticos. Além disso, a geoestratégia de Shenzhen, posicionada no Sudeste do país, facilita sua função de elo entre a economia nacional e o mercado global, enquanto também contribui para a concretização de metas nacionais, como o processo de reunificação. Com o uso de tecnologias de última geração integradas ao planejamento urbano, a cidade não só melhora a qualidade de vida de sua população, mas também consolida seu papel de modelo de desenvolvimento sustentável e inteligente, que serve de referência para outras metrópoles chinesas.

Em suma, o caso de Shenzhen mostra como a nova economia do projetamento oferece um caminho para a China não apenas crescer economicamente, mas também criar um modelo de urbanização que responda tanto às necessidades internas quanto às suas ambições globais. Shenzhen simboliza a capacidade do socialismo chinês de combinar elementos de mercado e planejamento estatal para criar uma economia dinâmica, que está não apenas impulsionando o desenvolvimento do país, mas também oferecendo soluções urbanas e tecnológicas que têm impacto em escala global.

\* Doutorando em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança pela Universidade Federal Fluminense (UFF); mestre em População, Território e Estatísticas Públicas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ence-IBGE); especialista em Gestão do Esporte pela Universidade de São Paulo (USP), e licenciado em Geografia pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-Uerj). Professor de Geografia na rede pública e privada de 2015 a 2024, atuando em programas sociais do estado do Rio de Janeiro. Diretor de Estudos e Pesquisas do Instituto Movimento. *E-mail*: andrevictorgeo@gmail.com

► Texto recebido em 31 de outubro de 2024; aprovado em 27 de novembro de 2024.

- AHRENS, Nathaniel. **China's competitiveness: myth, reality and lessons for the United States and Japan — case study: Huawei**. Washington, D.C.: Center for Strategic & International Studies, 2013.
- ANTUNES, Verônica Nascimento Brito; SILVA, Jacilene dos Santos; HERMIDA, Camila do Carmo. Metrôpole chinesa inteligente de Shenzhen: lições para mobilidade urbana. **Geosul**, v. 35, p. 244-257, 2020.
- CARRION, Raul K. M. **A construção do socialismo na China e as reformas econômicas pós-Revolução Cultural**. 2004. Monografia (Aperfeiçoamento/especialização em História do Mundo Afro-Asiático) — Faculdade Porto-Alegrense de Educação Ciências e Letras, Porto Alegre, 2004.
- CELINO, Eduardo André de Brito. **As zonas de desenvolvimento econômico como instrumento de políticas públicas: o caso da China**. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) — Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- CLARKE, Ruthbea Yesner. Smart cities and the internet of everything: the foundation for delivering next-generation citizen services. **IDC Government Insights**, October 2013.
- DAMERI, Renata; COCCHIA, Annalisa. Smart city and digital city: twenty years of terminology evolution. **X Conference of the Italian Chapter of AIS**. Milan: Università Commerciale Luigi Bocconi, 2011. p. 1-8.
- DU, Juan. **The Shenzhen experiment: the story of China's instant city**. Cambridge: Harvard University Press, 2020.
- GALA, Paulo. As ações do governo chinês para criar o incrível polo tecnológico de Shenzhen. **Paulo Gala/ Economia & Finanças**, 2023. Disponível em: <[www.paulogala.com.br/as-aco-es-do-governo-chines-para-criar-o-incrivel-sucesso-de-shenzhen](http://www.paulogala.com.br/as-aco-es-do-governo-chines-para-criar-o-incrivel-sucesso-de-shenzhen)>. Acesso em: 12 dez. 2024.
- GEROMEL, Ricardo. **O poder da China**. São Paulo: Gente, 2019.
- HALL, Robert E. The vision of a smart city. **2nd International Life Extension Technology Workshop**, Paris, 2000.
- HAN, Byung-Chul. **Shanzhai: desconstrução em chinês**. Tradução Daniel Guilhermino. São Paulo: Vozes, 2023.
- HILLMAN, Jonathan E. **A Rota da Seda Digital: o plano da China de conectar o mundo e dominar o futuro**. 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2022.
- HONGWEN, Li. **Huawei & Ren Zhengfei: programando o futuro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Batel, 2023. (Coleção Shu).
- HU, Leng. **Tencent & Ma Huateng: a história de um império on-line chinês — uma biografia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Batel, 2023. (Coleção Shu).
- HUA, Chai; XU, Wang. Shenzhen's GDP grew by 6% in 2023. **China Daily**, January 31, 2024. Disponível em: <[www.chinadaily.com.cn/a/202401/31/WS65b99c23a3104efcbdae8ca7.html](http://www.chinadaily.com.cn/a/202401/31/WS65b99c23a3104efcbdae8ca7.html)>. Acesso em: 13 dez. 2024.
- HUAWEI high-end Mate 60 Pro now on sale, as Chinese consumers' frenzy builds up. **Global Times**, September 3, 2023. Disponível em: <[www.globaltimes.cn/page/202309/1297477.shtml](http://www.globaltimes.cn/page/202309/1297477.shtml)>. Acesso em: 5 dez. 2024.
- JABBOUR, Elias. **China: socialismo e desenvolvimento — sete décadas depois**. São Paulo: Fundação Mauricio Grabois; Anita Garibaldi, 2019.
- \_\_\_\_\_; DANTAS, Alexis. Ignácio Rangel na China e a nova economia do projeto. **Economia e Sociedade**, v. 30, n. 2, p. 287-310, 2021.
- \_\_\_\_\_; ESPÍNDOLA, Carlos. Considerações iniciais sobre a “nova economia do projeto”. **Geosul**, v. 35, p. 17-42, 2020.
- JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- JURGENSEN, Felipe Trevisan; MELLO, Leonardo Freire. Semicondutores, outro salto da China rumo à complexidade econômica?. **Geosul**, v. 35, p. 429-450, 2020.
- LIN, Yuping et al. Charging network planning for electric bus cities: a case study of Shenzhen, China. **Sustainability**, p. 1-27, 2019.
- LINDTNER, Sílvia. **Prototype nation: China and the contested promise of innovation**. New Jersey: Princeton University Press, 2020.
- \_\_\_\_\_; GREENSPAN, Anna; LI, David. Designed in Shenzhen: Shanzhai manufacturing and maker entrepreneurs. **Aarhus Series on Human Centered Computing**, v. 1, n. 1, p. 12, 2015. Disponível em: <<https://tidsskrift.dk/ashcc/article/view/21265>>. Acesso em: 11 set. 2024.

LÜTHJE, Boy et al. **From Silicon Valley to Shenzhen**: global production and work in the IT industry. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2013.

MASIERO, Gilmar et al. **Competitividade industrial chinesa**: impacto econômico e realidade socioambiental. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

MILLER, Chris. **A guerra dos chips**: a batalha pela tecnologia que move o mundo. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2023.

MOREIRA, Uallace. **Catch-up tecnológico e superação da armadilha da renda média**: o caso da China no setor de semicondutores. Brasília: Ipea, 2022. (Texto para Discussão, n. 2789).

OECD. Measuring distortions in international markets: the semiconductor value chain. **OECD Trade Policy Papers**, Paris, n. 234, 2019.

PAUTASSO, Diego; NOGARA, Tiago. **A China e a Nova Rota da Seda**: da reconstrução nacional à rivalidade sino-estadunidense. 1. ed. São Paulo: Editora de Cultura, 2024.

PEREIRA, Fernando Marcelino. **A revolução das cidades inteligentes na China**: perspectivas do desenvolvimento urbano no século XXI. 1. ed. Curitiba: Appris, 2024.

RANGEL, Ignácio. Elementos de economia do projeto. In: \_\_\_\_\_. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, [1959] 2005. p. 355-446.

RONCAGLIA, André; GALA, Paulo. **Brasil, uma economia que não aprende**: novas perspectivas para entender nosso fracasso. 1. ed. São Paulo: Ed. do autor, 2020.

ROSSATO, Leonardo. Cidades inteligentes: de onde vieram e para onde vão?. **Outra Cidade**, 3 ago. 2015. Disponível em: <<https://outracidade.com.br/cidades-inteligentes-de-onde-vieram-e-para-onde-vao>>. Acesso em: 12 set. 2024.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

WORLD BANK GROUP. World Bank country director for China Martin Raiser's speech at the Second Sustainable Development Forum. Washington, D.C.: **World Bank Group**, September 26, 2021. Disponível em: <[www.worldbank.org/en/news/speech/2021/09/26/world-bank-country-director-for-china-martin-raiser-s-speech-at-the-second-sustainable-development-forum](http://www.worldbank.org/en/news/speech/2021/09/26/world-bank-country-director-for-china-martin-raiser-s-speech-at-the-second-sustainable-development-forum)>. Acesso em: 13 set. 2024.

ZHU, Julie et al. China to launch \$40 billion state fund to boost chip industry. **Reuters**, September 5, 2023. Disponível em: <[www.reuters.com/technology/china-launch-new-40-bln-state-fund-boost-chip-industry-sources-say-2023-09-05](http://www.reuters.com/technology/china-launch-new-40-bln-state-fund-boost-chip-industry-sources-say-2023-09-05)>. Acesso em: 5 dez. 2024.



# A interseção entre interesses sociais e empresariais no projeto

Um estudo do programa Curd em Chengdu (China)

The intersection of social and business interests in project

A study of the CURD program in Chengdu (China)

HOMERO ANTUNES DE SOUZA NETO\*

YUYUN LI (ANA LI)\*\*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.171.007>

Reprodução: <http://www.cdtzb.gov.cn/>



População de Chengdu recebe atendimento de equipes médicas em campanha de assistência social em maio de 2023

## RESUMO

A China tem utilizado diversos programas políticos para lidar com as desigualdades socioeconômicas existentes entre áreas urbanas e rurais. Nesse sentido, destaca-se o programa Coordinated Urban-Rural Development (Curd, ou 城乡统筹发展, em chinês), que buscou lidar com as disparidades de longa data entre áreas urbanas e rurais chinesas em termos de renda, bem-estar social e serviços públicos. No caso específico da cidade de Chengdu, esse programa promoveu diversas ações a fim de modernizar o meio rural em termos produtivos e sociais, sem incorrer na ampliação da disparidade entre os desenvolvimentos urbano e rural. O programa, dentre outras coisas, conectou interesses sociais da região, tais como o combate à pobreza rural, e empresariais, por exemplo, o interesse de expansão dos negócios urbanos para o meio rural e de modernização das empresas rurais locais. Isso posto — e com base na tese de que a essência do projetamento enquanto teoria do socialismo reside na busca pelo ponto de encontro entre os interesses das empresas e os da sociedade —, este artigo pretende analisar a implementação do programa Curd na região de Chengdu. Por meio de uma revisão bibliográfica, pretende-se levantar elementos que contribuam para corroborar a hipótese de que o governo chinês promoveu a interseção entre os interesses das empresas e os da sociedade, em especial das famílias rurais, durante a implementação do programa.

**Palavras-chave:** Nova economia do projetamento. Curd. Desenvolvimento urbano-rural.

## ABSTRACT

China has utilized various political programs to address the socio-economic inequalities between urban and rural areas. In this context, the Coordinated Urban-Rural Development program (CURD, 城乡统筹发展 in Chinese) stands out as it sought to address long-standing disparities between urban and rural areas in terms of income, social welfare, and public services. Specifically in Chengdu city, this program promoted several actions to modernize the rural sector both productively and socially, without exacerbating the urban-rural development gap. The program, among other things, linked regional social interests, such as combating rural poverty, with business interests, including the expansion of urban businesses into rural areas and the modernization of local rural enterprises. Based on the thesis that the essence of projectment, as a socialist theory, lies in the search for the convergence of business and societal interests, this article aims to analyze the implementation of the CURD program in Chengdu. Through a literature review, it seeks to identify elements that support the hypothesis that the Chinese government promoted an intersection of business and societal interests, particularly those of rural families, during the implementation of the program.

**Keywords:** New projectment economy. CURD. Urban-rural development.

## 1. INTRODUÇÃO

Em suas iniciativas de combate à desigualdade de desenvolvimento entre as áreas urbanas e rurais, a China implementou algumas ideias, tais como o desenvolvimento coordenado entre áreas urbanas e rurais, em especial por meio do programa Curd — Coordinated Urban-Rural Development (desenvolvimento urbano-rural coordenado) (Tang *et al.*, 2020). Esse programa, estabelecido inicialmente na cidade de Chengdu, promoveu uma série de medidas em prol da modernização rural, que conectaram os interesses de expansão empresarial com as necessidades de superação da pobreza das famílias rurais locais. Esse caso demonstra um fundamento central do projetamento, qual seja, a busca que uma teoria do socialismo faz pelo ponto de encontro entre os interesses das empresas e os da sociedade.

Algumas medidas governamentais do programa, tais como a promoção de uma reforma rural — por meio da disposição de “registro, confirmação dos direitos sobre a terra rural e comercialização de terras rurais no mercado aberto” —, permitiram que os residentes rurais pudessem se envolver em “atividades comerciais por conta própria ou arrendar suas terras para organizações econômicas coletivas rurais e trabalhar para elas, obtendo tanto renda de arrendamento quanto de emprego” (Li, 2017, p. 6, tradução nossa). Assim como no parágrafo anterior, nota-se uma integração dos interesses de expansão dos negócios com os interesses sociais da região, entre os quais o combate à pobreza rural.

Isso posto, este artigo se propõe a pensar as medidas implementadas pelo programa Curd em Chengdu, as quais denotam que o governo chinês, sob a perspectiva do socialismo, buscou concatenar os interesses empresariais com os sociais. Ou seja, tentar-se-á trazer evidências de que o programa utilizou um mecanismo central do projetamento e buscou um ponto de encontro entre os interesses das empresas e os da sociedade.

A hipótese levantada quanto a essa questão é que existem evidências, tanto no debate teórico chinês sobre a coordenação do desenvolvimento urbano-rural quanto em estudos empíricos acerca da aplicação da Curd em Chengdu, que apontam para esse processo de interseção de interesses. Ou seja, por um lado, o debate teórico apresenta, por exemplo, o argumento de que é preciso incentivar “as forças de mercado a estabelecer uma troca igualitária de fatores e uma alocação equilibrada de recursos entre áreas urbanas e rurais” (Zhao; Snowy, 2015, p. 75, tradução nossa). Por outro lado, nota-se que o governo chinês conduziu a Curd em Chengdu de modo a expandir os negócios na região em paralelo com a redução do *gap* de renda entre as duas áreas.

O estudo proposto nesse artigo se justifica pela observação do que é hoje uma ideia fundamental para construir um sistema empresarial superior ao do capitalismo e, ao mesmo tempo, lidar com problemas como a pobreza. Ou seja, trata-se de analisar como a China redistribuiu as responsabilidades entre o setor público e o privado quanto ao processo de desenvolvimento, atribuiu papel de destaque ao setor estatal e conduz um processo de desenvolvimento guiado pela contabilidade social. Desse modo, faz-se necessário compreender essa interseção de interesses para ajudar a revelar a importância do projetamento na análise da experiência chinesa.

Para tanto, este artigo se divide, além desta introdução, em outras três seções. Na seção 2, há uma análise do elemento do projetamento que trata da interseção da contabilidade social com a das firmas, a fim de esclarecer como esse objeto se caracteriza no “velho projetamento” e na *nova economia do projetamento* (NEP). Na seção 3, faz-se uma revisão

bibliográfica de artigos quanto ao debate teórico e estudos empíricos sobre a coordenação do desenvolvimento urbano-rural chinês, especialmente a aplicação da Curd em Chengdu. Já na seção 4, há uma tentativa de perceber a relação entre a contabilidade da firma e a contabilidade social nas ações do programa Curd em Chengdu. Em seguida, são apresentadas algumas considerações finais.

## 2. O PROJETAMENTO E A INTERSEÇÃO ENTRE OS INTERESSES DAS EMPRESAS E DA SOCIEDADE

De uma análise da essência do conceito de socialismo é possível extrair a compreensão de que esse modo de produção se pauta, especialmente, pela condução da economia em direção aos interesses sociais, ou à sociedade como um todo, em detrimento dos interesses do capital<sup>1</sup>. Nessa observação está o coração da categoria *projetamento* desenvolvida por Ignácio Rangel, que pensa o desenvolvimento por meio da criação de projetos planejados conforme o interesse coletivo, em face dos interesses de mercado. É especificamente a essa relação de interesses, que se manifesta de forma mais elaborada na China contemporânea, que esta seção se dedicará.

Ignácio Rangel — diante dos eventos econômicos mais importantes de sua época, tal como a possibilidade aberta ao planejamento econômico estatal pela política centralizada da União Soviética (URSS) — se propôs a desenvolver uma nova teoria capaz de lidar com as questões emergentes naquele período, especialmente o surgimento de formações econômicas e sociais nas quais as demandas do Estado e da sociedade eram centrais para o desenvolvimento. Desse modo, o autor pensa uma ciência do socialismo que abarque as leis de operação de uma sociedade em que haja pleno emprego e a inteligência coletiva acumulada seja crucial para a criação de condições objetivas para o surgimento da forma-projeto (Jabbour; Boer, 2024).

O projetamento de Rangel trata de um modelo de desenvolvimento baseado na forma-projeto. Enunciando de outra forma, o economista, assim como, em última instância, o Estado, passa a ser o responsável pelo desenvolvimento dos projetos que definem o rumo da economia do país e, portanto, pela utilização adequada dos recursos da sociedade, inclusive a mão de obra (pleno emprego). Nesses termos, é preciso que ele busque utilizar todo o conhecimento acumulado da sociedade para se empenhar na difícil tarefa de encontrar uma boa proporção entre os termos da relação custo-benefício dos projetos, a fim de que estes construam riqueza. Essa riqueza, por sua vez, consiste na “qualidade que têm certas coisas de serem úteis à sociedade humana, tomada em seu conjunto, ou pelos seus membros” (Rangel, 2005, p. 367). Então, de forma resumida, a sociedade baseada na forma-projeto correlaciona diversas categorias, como a formação de riqueza, a relação custo-benefício e a meta do pleno emprego, em prol da criação de utilidade, ou seja, da criação de coisas, produtos, bens, serviços, fatores etc. por meio dos quais “o homem pode satisfazer suas necessidades” (Rangel, 2005, p. 367).

Dado isso, percebe-se que Rangel busca derrubar o muro que separa a macroeconomia da microeconomia, na medida em que trabalha com um conceito que integra a contabilidade da empresa (microeconomia) à contabilidade social (macroeconomia). Essa contradição — que já era abordada na análise de Rangel quanto à URSS por meio da teoria do “velho projetamento” — ressurgiu na China moderna, que lida com essa questão utilizando mecanismos mais eficientes. Assim, tal como feito por Rangel ao analisar as formações

<sup>1</sup> Este artigo não se dedicará a expor uma análise da essência do conceito de socialismo, pois autores como Rangel (2005) e Jabbour e Boer (2024) já o fazem de forma que se considera suficiente.

Nessa observação está o coração da categoria projetamento desenvolvida por Ignácio Rangel, que pensa o desenvolvimento por meio da criação de projetos planejados conforme o interesse coletivo, em face dos interesses de mercado

econômicas e sociais de sua época, é preciso uma nova teoria para lidar com a China moderna. Surge, portanto, a *nova economia do projetamento* (NEP) (Jabbour; Boer, 2024).

A partir da análise da distribuição de responsabilidades entre o setor público e o setor privado no esforço do desenvolvimento, e da oportunidade que essa distribuição oferece para que o Estado eleve a qualidade de seu papel nesse processo, alguns estudos sobre a NEP avaliam que a China logrou uma maior preponderância do Estado — que ocorreu após eventos como a “contínua expansão, desde a segunda metade da década de 1990, do controle governamental sobre os fluxos de renda nacional” e, seguidamente ao ano de 2009, quando o Estado chinês empreendeu investimentos em nível recorde, inclusive sob o projeto da Nova Rota da Seda (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2021, p. 21, tradução nossa). Portanto, o que se percebe é uma nova condição, mais favorável ao planejamento estatal, que abre espaço à sobreposição dos interesses sociais aos de mercado. Então, assumindo-se a orientação socialista do governo chinês<sup>2</sup>, é possível argumentar que a nova condição de protagonismo estatal descrita nas linhas anteriores demonstra que “uma forma institucional de mercado funciona em um sistema socialista e, portanto, é este último que determina a natureza, estrutura e mecanismo do primeiro” (Jabbour; Boer, 2024, p. 13, tradução nossa).

Enfim, nota-se que a interseção entre o público e o privado, ou da contabilidade das firmas com a contabilidade social, é o elemento central dessa análise. Posto isso, pretende-se perceber como uma economia de dois setores promove, em termos práticos, a interação do setor público com o não público, da macroeconomia com a microeconomia, da contabilidade social com a contabilidade das firmas. Além disso, analisar-se-á como a China, nos limites do programa Curd em Chengdu, conduziu um processo de desenvolvimento guiado pelas necessidades da sociedade como um todo e, paralelamente, fomentou o investimento do setor privado.

### 3. UMA INTERPRETAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA CURD NA CHINA

Dado que o desenvolvimento urbano-rural coordenado é, além de uma política, um conceito amplamente debatido na academia chinesa, é aceitável que este tópico se inicie por uma breve exposição do debate teórico em torno da coordenação do desenvolvimento

<sup>2</sup> Quanto à discussão sobre a economia chinesa ser socialista ou de qualquer outro tipo, este artigo assume a argumentação desenvolvida em Jabbour e Gabriele (2021). Portanto, considera-a como um moderno socialismo de mercado (com características chinesas).

urbano-rural na China. Pretende-se, portanto, que esta seção se encerre com uma exposição não somente do programa em si, mas também da base científica que o caracteriza.

### 3.1. UMA BREVE INTRODUÇÃO AO DEBATE TEÓRICO QUANTO AO DESENVOLVIMENTO URBANO-RURAL COORDENADO

Alguns autores, como Long *et al.* (2011), argumentam que a coordenação urbano-rural presume uma perspectiva de compasso do desenvolvimento dessas áreas. Nesse sentido, um programa de desenvolvimento urbano-rural precisa balancear os resultados entre essas duas áreas e ser planejado de modo que se pensem os possíveis impactos das ações de uma área sobre a outra.

Dado isso, o desenvolvimento entre essas áreas deve ser promovido com o propósito de suprimir os entraves ao fluxo e alocação de recursos entre elas. Isso implica, por exemplo, que o processo de industrialização avance em direção a centros urbanos menores ou mais próximos de áreas rurais, a fim de que haja uma descentralização da indústria. Somado a esse ponto, o fluxo de pessoas entre essas áreas também deve ser incentivado, na medida em que atenda às demandas da população e às necessidades produtivas da região e não gere contradições, como a marginalização de migrantes. Portanto, esse modelo de desenvolvimento pretende: compartilhar as benesses do avanço setorial da economia; otimizar a distribuição funcional dos setores; reduzir os desperdícios, tais como o uso excessivo de recursos em um cenário de saturação da concorrência em uma mesma região; gerar condições civilizatórias para as pessoas no decorrer dos desdobramentos dos projetos desse modelo, tal como o acolhimento digno de novos migrantes rurais no espaço urbano (Chen; Gao, 2011; Zhao; Snowy, 2015<sup>3</sup>).

Outro aspecto central no debate sobre o desenvolvimento urbano-rural coordenado é a dotação regional. Essa abordagem envolve a análise das condições preexistentes em ambas as áreas, de modo que, ao se planejarem as ações desse modelo de desenvolvimento, essas condições possam ser estrategicamente aproveitadas como motor para o desenvolvimento (Zhao; Snowy, 2015).

Outro elemento fundamental no conceito de desenvolvimento coordenado em questão é a perspectiva de compartilhar os esforços desse modelo entre as instituições de mercado e as governamentais. Argumenta-se, por exemplo, que cabe ao governo criar condições propícias para que as forças de mercado possam facilitar uma alocação equitativa de recursos entre as áreas urbanas e rurais (Zhao; Snowy, 2015). Ademais, Wang e Tan (2018) argumentam que, em determinadas condições, agentes econômicos capacitados, como empresários rurais, precisam ser motivados “a promover a renovação rural de forma auto-organizada, identificando trajetórias de desenvolvimento compatíveis com as especificidades locais” (Wang; Tan, 2018, p. 20, tradução nossa).

Enfim, do ponto de vista político, no 16º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (PCCh), em 2002, foi proposto pela primeira vez o conceito de *desenvolvimento urbano-rural coordenado*, a fim de enfrentar o atraso no desenvolvimento rural. Ao longo das décadas seguintes, com os congressos e plenárias do PCCh, essa ideia foi gradualmente apri-

<sup>3</sup> Vale ressaltar que os últimos dois autores são membros do Partido Comunista Chinês. Além disso, Snowy é professora da Universidade de Pequim, enquanto Zhao é funcionário do governo chinês. Portanto, suas ideias podem expressar uma certa percepção institucional quanto aos assuntos discutidos.

morada. Em 20 anos, a China avançou do *desenvolvimento urbano-rural coordenado* para a *integração do desenvolvimento urbano-rural*, aprofundando a compreensão das relações entre áreas urbanas e rurais e acelerando a construção de um ciclo econômico urbano-rural. Na prática de governança do desenvolvimento urbano-rural, a China adotou uma abordagem sistêmica e multidimensional baseada no desenvolvimento econômico e social coordenado e focada na otimização da estrutura industrial e na melhoria qualitativa da econômica, seguindo o princípio de “prioridade ao povo”, com o objetivo central de ampliar o bem-estar social (Wang; Kong; Xu, 2021).

### 3.2. CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA NA CIDADE DE CHENGDU

Como uma das cidades mais influentes do Sudoeste da China, Chengdu, capital da província de Sichuan, tem uma posição estratégica no desenvolvimento urbano do país. De acordo com o ranking das dez cidades com maior poder econômico na China em 2022, publicado pelo *China Daily* (Top..., 2022), Chengdu ocupa a nona posição, o que destaca sua importância. A cidade apresenta vantagens significativas em economia, tecnologia e cultura, mas enfrenta o desafio estrutural do desequilíbrio entre áreas urbanas e rurais. Há, por exemplo, uma alta concentração de recursos na área central da cidade, enquanto os recursos nas áreas rurais e nos pequenos municípios estão dispersos e desorganizados. Ademais, o fluxo de fatores de produção entre as áreas urbanas e rurais não é eficiente, com recursos como talento e capital concentrando-se nas áreas urbanas. Isso leva a uma cadeia produtiva segmentada entre as duas áreas, com pouca interação ou integração, o que reduz a eficiência na alocação geral dos recursos. Além disso, a oferta de bens públicos é desequilibrada, com padrões desiguais de infraestrutura e níveis variados de prestação de serviços públicos, dificultando uma resposta eficaz às necessidades cada vez mais diversificadas dos residentes urbanos e rurais (Yin, 2024).

Localização de Chengdu no mapa da China, com destaque para a província de Sichuan



Fonte: www.researchgate.net

Em 2002, Chengdu apresentava uma típica estrutura dual urbano-rural, com uma população total de 10,28 milhões, sendo 60% na zona rural. Com 60% de montanhas e colinas e 40% de planícies, a região enfrentava conflitos de uso da terra. O rápido desenvolvimento de viés urbano da região levou ao aumento da desigualdade de renda, com a proporção entre áreas urbanas e rurais subindo de 2,45:1 em 1997 para 2,66:1 em 2002. Diante disso, as autoridades de Chengdu adotaram um novo caminho de desenvolvimento coordenado, priorizando a melhoria das condições de vida dos agricultores e das áreas rurais (Chengdu Statistical Bureau, 2003).

Durante o 16º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, em 2002, criou-se o programa Curd. Esse programa pretendia “lidar com o expressivo desequilíbrio entre os desenvolvimentos urbano e rural na China”, especialmente em relação à renda, ao bem-estar social e ao acesso a serviços públicos (Peng *et al.*, 2018, p. 2, tradução nossa). Além disso, priorizou-se a atenção às necessidades humanas e ambientais daquele país (Peng, 2018 *et al.*; Sheng, 2011).

Especificamente quanto a Chengdu, o programa moveu a população rural para construções realizadas pelas autoridades em áreas específicas e reformulou o sistema de uso da terra. Conforme Li (2017) e Sheng (2011), em 2009 — após a aprovação da Comissão de Desenvolvimento e Reformas Nacionais da China — a Curd deu início a uma série de medidas, com dois propósitos principais:

- 1) promover o bem-estar da população rural: o programa pretendia melhorar as condições de vida dos residentes rurais, historicamente privados de benefícios disponíveis para os habitantes urbanos, tais como o seguro social. O programa focou a correção dessas desigualdades, fortalecendo o bem-estar social e enfrentando os desafios de infraestrutura que afetavam os residentes rurais em razão de sua dispersão geográfica. Quanto mais dispersas as moradias, maior o desafio ao governo para fornecer serviços básicos, como escolas e redes de energia elétrica;
- 2) organizar o uso da terra para fins produtivos: a estratégia do programa consistia em direcionar as terras rurais para usos mais produtivos e rentáveis. Isso incluiu a reforma na gestão das terras rurais e a unificação das estruturas burocráticas e sistêmicas do direito de uso da terra nas áreas urbanas e rurais. O objetivo era tornar a comercialização das terras rurais (por meio de concessão de direitos de uso ou locação) mais eficiente, contribuindo para maiores ganhos econômicos.

A execução do programa abrangeu diversas ações, tais como: a destinação de recursos nacionais, capital e subsídios para impulsionar o desenvolvimento rural; a promoção da modernização da agricultura, substituindo práticas tradicionais por atividades agrícolas contemporâneas; o incremento dos investimentos em infraestrutura rural, serviços públicos e políticas de bem-estar social; a intensificação do processo de transformação da estrutura dual urbano-rural com o objetivo de estimular o crescimento econômico nas áreas rurais; e o aprimoramento da governança rural (Li, 2017; Schneider, 2015).

Notadamente, o principal foco do programa foi a reforma na gestão das terras rurais, incluindo a proteção das terras agrícolas e a otimização dos meios de uso e comercialização da terra. Essa reforma envolveu a criação de um mercado de terras rurais mais moderno e menos burocrático do que era até então. Afinal, anteriormente, os agricultores chineses dispunham do direito de uso da terra, mas não de comprá-la ou vendê-la livremente. Com efeito, havia várias restrições administrativas a essas transações, que eram predominantemente reguladas pelo



## Em 20 anos, a China avançou do desenvolvimento urbano-rural coordenado para a integração do desenvolvimento urbano-rural, aprofundando a compreensão das relações entre áreas urbanas e rurais e acelerando a construção de um ciclo econômico urbano-rural

modelo de propriedade coletiva ou estatal. Enfim, o novo sistema permitiu que os residentes rurais transferissem ou arrendassem o direito de gestão da terra (Chen; Gao, 2011).

A iniciativa descrita no parágrafo anterior foi realizada conforme as seguintes fases: a primeira consistiu no registro e na validação do uso da terra pelos residentes rurais, visando à aquisição do direito de gestão sobre essas áreas; e a segunda envolveu o desenvolvimento de um sistema de comercialização de terras em mercado aberto. Assim, tanto os direitos individuais quanto os coletivos puderam ser utilizados para fins de trabalho, ou transferidos ou arrendados para agentes interessados em realizar empreendimentos. Em Chengdu, os direitos coletivos foram parcialmente arrendados para agentes interessados, e os detentores dos registros de terra passaram a trabalhar sob a supervisão do novo gestor. Um exemplo do sucesso dessa dinâmica foi a redução do índice de disparidade de renda entre as áreas urbanas e rurais de Shuangliu, em Chengdu, de 2,28:1 para 1,93:1, entre os anos de 2003 e 2013 (Li, 2017).

Desse modo, a Curd, de forma gradual, criou um propósito mais comercial para as terras rurais. Esse processo foi conduzido com base em alguns princípios operacionais e políticos, sendo eles: (i) a proibição da expropriação e da compra compulsória de terras, seja por entidades públicas ou privadas, de modo que os moradores deveriam ser estimulados a utilizar suas terras e a continuar vivendo em suas vilas, em vez de abandoná-las; (ii) a promoção de empreendimentos comerciais para gerar renda no meio rural; e (iii) a garantia de acesso dos residentes das áreas rurais aos mesmos benefícios sociais disponíveis nas áreas urbanas. Em relação a esses princípios, é importante destacar que, anteriormente, os residentes rurais frequentemente viam suas terras sendo adquiridas por agentes que as utilizavam para estabelecer negócios típicos das áreas urbanas. Essa dinâmica penalizava os habitantes do meio rural, pois restringia seu espaço de habitação e os forçava a migrar para as cidades, onde não tinham acesso ao mesmo nível de assistência social que seus pares urbanos (Li, 2017).

Além disso, o programa buscava incentivar a concessão ou locação dos direitos de uso da terra para atender às legítimas demandas urbanas por expansão, ao mesmo tempo que preservava os direitos dos residentes rurais. Assim, as pessoas puderam arrendar suas terras temporariamente para fins comerciais sem abandonar as vilas ou perder direitos sociais. Em alguns casos, os proprietários rurais arrendaram suas terras ou as transformaram em resorts, restaurantes e outros empreendimentos, continuando a viver em suas casas na vila (Li, 2017).



Tradicional casa de chá na zona rural de Chengdu

Uma pesquisa feita na cidade de Fuhong, em Chengdu, elenca alguns outros exemplos de como a transição comercial realizada por esse programa se configurou. Essa cidade, localizada no distrito de Qingbaijiang, no município de Chengdu, promoveu uma integração inovadora entre os pomares e as hospedagens para turismo, de modo a alcançar uma fusão orgânica entre os setores primário e terciário. Especificamente, foi promovida a transferência dos direitos dos residentes do município ao uso da terra, de cerca de 18 mil acres, introduzindo-se mais de 30 projetos de agricultura moderna, áreas para trailers, centros de equitação e fazendas. Para isso, foi investido um total de 2 bilhões de yuans, produzindo-se um efeito significativo na modernização e transformação da indústria local (Zhou; Liu; Kang, 2022).

Além da problemática relacionada à eficiência comercial do uso da terra, o programa lidou com questões ligadas à moradia rural. Afinal, como mencionado anteriormente, a dispersão das residências rurais dificultava o trabalho do serviço público, por conta da amplitude da área a ser atendida. Então, a princípio o programa organizou os direitos de terra, de uma forma que incentivou, por via de subsídios, a construção de imóveis onde havia acúmulo de pessoas. Dado isso, a estrutura social construída pelo governo centrou-se nesses focos de concentração populacional, evitando cumprir esse papel em localidades com dispersão de residências (Li, 2017; Peng, 2018). Ademais, o programa passou a permitir que os residentes rurais que quisessem ir para o meio urbano pudessem fazê-lo abdicando do direito de uso da terra e obtendo os mesmos benefícios sociais dos cidadãos urbanos. Cabe notar que anteriormente o residente rural não tinha esse benefício.

Durante as primeiras décadas dos anos 2000, o governo de Chengdu adotou medidas sistemáticas para a construção de infraestrutura. Em relação à infraestrutura de transporte, o governo promoveu a construção de uma rede viária em múltiplos níveis, incluindo a criação de vias rápidas para áreas turísticas, a melhoria da rede de estradas rurais e a resolução de problemas tais como o bloqueio de estradas e os estrangulamentos em rotas inter-regionais.

Além disso, com a reforma do transporte ferroviário regional e a otimização do transporte rural, vem se concretizando, de forma gradual, a integração do transporte urbano com o rural (Wang; Kong; Xu, 2021). O governo também coordenou a melhoria das redes de abastecimento e esgoto e das instalações de proteção contra enchentes. Dessa forma, o governo aprimorou a capacidade de fornecimento de energia. Essas iniciativas de construção de infraestrutura refletem o pensamento sistêmico e o planejamento abrangente do governo no avanço da integração urbano-rural, estabelecendo uma base sólida para aprimorar a eficiência da governança rural.

A Curd também implementou uma ação chamada de Terra para uma Nova Casa, em que o proprietário poderia transferir o direito de uso de sua terra por um certo período, obtendo recursos financeiros para adquirir uma nova residência em outro local (Li, 2017, p. 9).

Finalmente, pode-se concluir que, durante a implementação do programa, várias melhorias foram alcançadas; são elas: (i) a criação de ganhos econômicos múltiplos, com o arrendamento de terras, a venda de participação em negócios rurais, a criação de negócios rurais e a combinação de salário com aluguel; (ii) a transferência de conhecimento, uma vez que os residentes rurais, ao arrendar suas terras ou negociar participações, poderiam integrar os negócios e adquirir habilidades comerciais úteis após o término do contrato de locação; (iii) o acesso a benefícios sociais, como plano de saúde, oferecidos pelos empregadores; (iv) a inclusão nos serviços públicos de assistência social urbana, por meio da Curd; (v) o fortalecimento da autoestima dos moradores rurais, ao serem integrados a um plano de desenvolvimento que atendia a suas demandas históricas; (vi) a redução de problemas como a periferação e a criminalidade, tanto em áreas urbanas quanto rurais; e (vii) o aumento significativo na arrecadação tributária local, impulsionada pelo incentivo aos empreendimentos rurais (Chen; Gao, 2011; Li, 2017; Schneider, 2015).



Restaurante (nongjiale) da zona rural de Chengdu



Farmhouse da zona rural de Chengdu

#### 4. A RELAÇÃO ENTRE A CONTABILIDADE DA FIRMA E A CONTABILIDADE SOCIAL NA CURD

Tendo em vista a análise feita na seção anterior quanto à implementação da Curd em Chengdu, cabe a esta seção identificar as ações do programa que correlacionaram o Estado às instituições de mercado. Especificamente, pretende-se, conforme fica mais claro no quadro 1, demonstrar como o Estado chinês empreendeu projetos guiados pela contabilidade social, mas concatenando os interesses desta com os da contabilidade das firmas.

#### Quadro 1 — Ações coordenadas entre setor público e não público pela Curd em Chengdu — 2007-2019

Ações do programa que correlacionam Estado e instituições de mercado	Natureza da interseção entre a contabilidade das firmas e a contabilidade social
Melhoria do bem-estar rural	
Promoção do acesso a certos auxílios sociais oferecidos pelas corporações privadas aos trabalhadores rurais	O programa promovido pelo Estado fomentou um novo conjunto de instituições de mercado capaz de atender a parte de uma demanda histórica do meio rural, o déficit de assistência social.
Incentivo por via de subsídios à construção de imóveis onde havia acúmulo de pessoas; Terra para uma Nova Casa	As ações combinadas do programa — (i) permissão para a transferência temporária do direito de uso da terra, em troca de recursos financeiros, e (ii) subsídio governamental para a construção de residências rurais em locais com acúmulo populacional — permitiram uma mobilização social por meio de financiamento combinado (público e não público) em prol da melhoria da prestação de serviços públicos.
Aumento da produtividade das áreas rurais	
Transferência de conhecimentos para os residentes rurais	A lógica de incentivo à transferência temporária do direito de uso da terra para as corporações, ou à venda de participações em empresas rurais, fez com que essas instituições de mercado trabalhassem com os residentes rurais. Desse modo, o Estado incentivou a transferência de conhecimentos de trabalho e de negócios advindos de instituições de mercado para os residentes rurais, aumentando assim o potencial produtivo da área rural.
Reforma na gestão das terras rurais	A reforma da gestão das terras rurais, promovida pelo Estado, permitiu que a entrada de instituições de mercado nos setores emergentes das áreas rurais ocorresse por meio de financiamento privado dos novos empreendimentos. Ao mesmo tempo, essa reforma gerou múltiplas fontes de renda para os residentes rurais, reduzindo o <i>gap</i> de renda entre áreas urbanas e rurais.
Construção de infraestrutura	O Estado coordenou a construção de infraestrutura de transporte, saneamento e fornecimento de energia, dentre outras coisas, a fim de melhorar as condições de permanência nas áreas rurais e as vias de acesso entre áreas urbanas e rurais. Portanto, criaram-se condições mais atraentes ao investimento das instituições de mercado.

Fonte: elaboração própria.

Os projetos executados pelo programa expressam um dos elementos centrais do projetamento, ou seja, a capacidade adquirida pelo Estado, que, ao lidar com a contradição entre os interesses da contabilidade das firmas e os da contabilidade social, supera a chamada “ditadura da contabilidade da empresa”, mencionada por Rangel

A primeira constatação a ser feita com base no quadro 1 acima é a de que, mesmo quando as instituições não públicas protagonizaram as ações e investimentos dos projetos ou quando compraram o direito temporário de uso das terras rurais para empreender seus negócios, a lógica que guiava essas ações era concebida pelo Estado. No exemplo da compra do direito ao uso da terra, o Estado tomou medidas como o fim da compra compulsória da terra e definiu a plataforma, ou seja, o meio de negociar a transferência desses direitos de uso, e requisitou o uso comercial das terras rurais. Assim, apesar do protagonismo do setor não público em certas partes do projeto, suas ações foram guiadas para os fins do programa Curd definidos pelo Estado, tais como a permanência dos residentes rurais em suas terras e o aumento da renda rural.

Outro exemplo apresentado no quadro 1, emblemático da interseção entre interesses dos setores público e não público, é a criação de subsídios para a construção de imóveis, combinada com a ação Terra para uma Nova Casa. Nesse caso, a permissão para que os residentes rurais transfiram o direito de uso de suas terras por tempo limitado, em troca de recursos financeiros, combina-se com o incentivo governamental, por via de subsídios, para a construção de imóveis rurais em localidades com maior concentração populacional. Ou seja, o Estado fomenta a mobilização dessas pessoas, que é, em parte, financiada por subsídios e, por outro lado, por meio de investimento privado advindo da transferência dos direitos de uso da terra. Dessa forma, atende-se ao interesse estratégico de concentrar a população rural, evitando o dispêndio excessivo ao construir infraestrutura e fornecer assistência social em áreas onde há dispersão populacional.

Portanto, nota-se que o Estado chinês, especialmente no caso da Curd em Chengdu, promoveu um processo de desenvolvimento guiado pelas necessidades da sociedade como um todo, ou pela contabilidade social, em detrimento dos interesses de mercado, ou da contabilidade das firmas. Isso também implica que o Estado foi capaz de coordenar os interesses das instituições de mercado com os da sociedade, particularmente da população rural de Chengdu. O que, de certa forma, valida a afirmação de Jabbour e Boer (2014) de que, embora sob contornos e limites estabelecidos pelo Estado, é possível a existência de uma forma institucional de mercado funcionando em um sistema socialista.

Cabe também observar a forma relativamente harmônica com que o Estado conduziu esse processo. Em outras palavras, se por um lado o governo compartilhou os investimentos ou custos do projeto com instituições de mercado, por outro ele permitiu que, mesmo sob certas restrições, essas instituições desfrutassem dos benefícios de acesso ao mercado rural de Chengdu. Em última instância, tratou-se de balancear as responsabilidades entre setor público e não público, definindo uma relação custo-benefício eficiente nos projetos, de modo a criar bens, serviços e produtos que pudessem atender às necessidades históricas da população de Chengdu, em particular a rural.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida no texto denota que a contradição abordada pela *nova economia do projetamento* é tratada de forma extremamente eficiente pelo Estado chinês. Percebem-se aqui dois pontos importantes. O primeiro é o de que a NEP se confirma como teoria capaz de analisar o socialismo moderno que surge na China. E o segundo ponto é que, tendo em vista a superação de problemas sociais urgentes em nossas sociedades, tais como a fome e a extrema pobreza, a luz de uma alternativa teórica eficiente é crucial para reacender a chama da esperança, há muito ofuscada pelas ideologias neoliberais propagadas e executadas até os dias de hoje.

Quanto à análise específica do caso de Chengdu, há neste texto elementos suficientes para concluir que os projetos executados pelo programa expressam um dos elementos centrais do projetamento, ou seja, a capacidade adquirida pelo Estado, que, ao lidar com a contradição entre os interesses da contabilidade das firmas e os da contabilidade social, supera a chamada “ditadura da contabilidade da empresa”, mencionada por Rangel, em prol dos interesses da contabilidade social.

\* Pesquisador do Centro de Pesquisa em Estudos Rurais do Departamento de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e doutorando em Economia pela UFU. Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG). *E-mail*: homerosouzaneto@gmail.com

\*\* Analista de políticas públicas do Centro de Estudos dos Brics do Instituto de Desenvolvimento da Universidade de Fudan (China) e pesquisadora do Escritório de Estudos Latino-Americanos do Instituto de Estudos Internacionais da Fudan. Bacharel em Línguas Estrangeiras pela Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau (China) e mestre em Estudos de Tradução pela Universidade de Lisboa (Portugal). Mestre em Estudos Latino-Americanos pelo Centro de América Latina da Universidade de Oxford (Inglaterra). Doutoranda em Filosofia no Brazil Institute, School of Global Affairs, Kings College London (Inglaterra). *E-mail*: yuyun.li@kcl.ac.uk

► Texto recebido em 31 de outubro de 2024; aprovado em 18 de dezembro de 2024.

CHEN, Aimin; GAO, Jie. Urbanization in China and the coordinated development model: the case of Chengdu. **The Social Science Journal**, v. 48, n. 3, p. 500-513, 2011.

CHENGDU STATISTICAL BAREAU. **Chengdu statistical yearbook 2003**. [S.l.]: China Statistics Press, 2003. Disponível em: <<https://cdstats.chengdu.gov.cn/cdstj/c154990/2024-02/20/9244a39efdc4e54b51b70b4010cdf97/files/bed4a21f6a804720b49a8fc41031cfa1.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2024.

JABBOUR, Elias; BOER, Roland. Ignácio Rangel: thinker of scientific socialism, originator of the “projectment economy”. **International Critical Thought**, v. 14, n. 2, p. 303-321, 2024.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; ESPÍNDOLA, Carlos. China and market socialism: a new socioeconomic formation. **International Critical Thought**, v. 11, n. 1, p. 20-36, 2021.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. Boitempo, 2021.

LI, Bingdi. Urban-rural integrated planning: institution and policy. **City Planning Review**, v. 34, n. 12, 2010. Disponível em: <[www.planning.org.cn/files/fff/33.%E5%9F%8E%E4%B9%A1%E7%BB%9F%E7%AD%B9%E8%A7%84%E5%88%92%EF%BC%9A%E5%88%B6%E5%BA%A6%E6%9E%84%E5%B8%BA%E4%B8%8E%E6%94%BF%E7%AD%96%E6%80%9D%E8%80%83\\_%E6%9D%8E%E5%85%B5%E5%B-C%9F.pdf](http://www.planning.org.cn/files/fff/33.%E5%9F%8E%E4%B9%A1%E7%BB%9F%E7%AD%B9%E8%A7%84%E5%88%92%EF%BC%9A%E5%88%B6%E5%BA%A6%E6%9E%84%E5%B8%BA%E4%B8%8E%E6%94%BF%E7%AD%96%E6%80%9D%E8%80%83_%E6%9D%8E%E5%85%B5%E5%B-C%9F.pdf)>. Acesso em: 27 dez. 2024.

LI, Ling-Hin. Balancing rural and urban development: applying Coordinated Urban Rural Development (CURD) strategy to achieve sustainable urbanisation in China. **Sustainability**, v. 9, n. 11, 2017.

LONG, Hualou *et al.* Analysis of rural transformation development in China since the turn of the new millennium. **Applied Geography**, v. 31, n. 3, p. 1094-1105, 2011.

PENG, Yi *et al.* Risks of developing concentrated rural settlement after the Wenchuan earthquake in China. **Sustainability**, v. 10, n. 5, p. 1569, 2018.

RANGEL, Ignácio. Elementos de economia do projetoamento. In: \_\_\_\_\_. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, [1959] 2005. p. 355-446.

SCHNEIDER, Mindi. What, then, is a Chinese peasant?: nongmin discourses and agroindustrialization in contemporary China. **Agriculture and Human Values**, v. 32, p. 331-346, 2015.

SHENG, Zhong. Towards China’s urban-rural integration: issues and options. **International Journal of China Studies**, v. 2, n. 2, p. 345, 2011.

TANG, Daizhong *et al.* Research on urban and rural coordination development and its driving force based on the space-time evolvement taking Guangdong Province as an example. **Land**, v. 9, n. 8, p. 253, 2020.

TOP 10 Chinese cities by economic power. **China Daily**, 21 November, 2022. Disponível em: <[https://global.chinadaily.com.cn/a/202209/21/WS632a4141a310fd2b29e78c41\\_1.html](https://global.chinadaily.com.cn/a/202209/21/WS632a4141a310fd2b29e78c41_1.html)>. Acesso em: 28 out. 2024.

WANG, Dawei; KONG, Cuifang; XU, Qinxian. **National Development and Reform Commission of China: promoting balanced and coordinated cultural and economic development in urban and rural areas**. 2021. Disponível em: <[www.ndrc.gov.cn/xxgk/jd/wsdwhfz/202106/t20210617\\_1283370.html](http://www.ndrc.gov.cn/xxgk/jd/wsdwhfz/202106/t20210617_1283370.html)>. Acesso em: 28 out. 2024.

WANG, Rongyu; TAN, Rong. Rural renewal of China in the context of rural urban integration: governance fit and performance differences. **Sustainability**, v. 10, n. 2, 2018.

XU, Jingyong. Análise da orientação estratégica para o desenvolvimento coordenado urbano-rural. **Tribuna de Estudos**, v. 27, n. 6, p. 1-6, 2011.

YIN, Zhi. **How can Chengdu further advance urban-rural integration: big cities driving big rural areas**. Beijing: Urban Research Institute of Tsinghua University, 2024. Disponível em: <[https://tuclu.tsinghua.edu.cn/info/mtgz\\_rdgz/3785](https://tuclu.tsinghua.edu.cn/info/mtgz_rdgz/3785)>. Acesso em: 31 out. 2024.

ZHAO, Dogming; SNOWY, Autumn. The theoretical basis and enlightenment of the coordinated development of urban and rural areas. **Economic Aspects**, v. 4, 2015.

ZHOU, Yujun; LIU, Jingming; KANG, Xiang. Market-driven rural construction: a case study of Fuhong Town, Chengdu. **Sustainability**, v. 14, n. 10, p. 6014, 2022.

# Estado chinês no século XXI

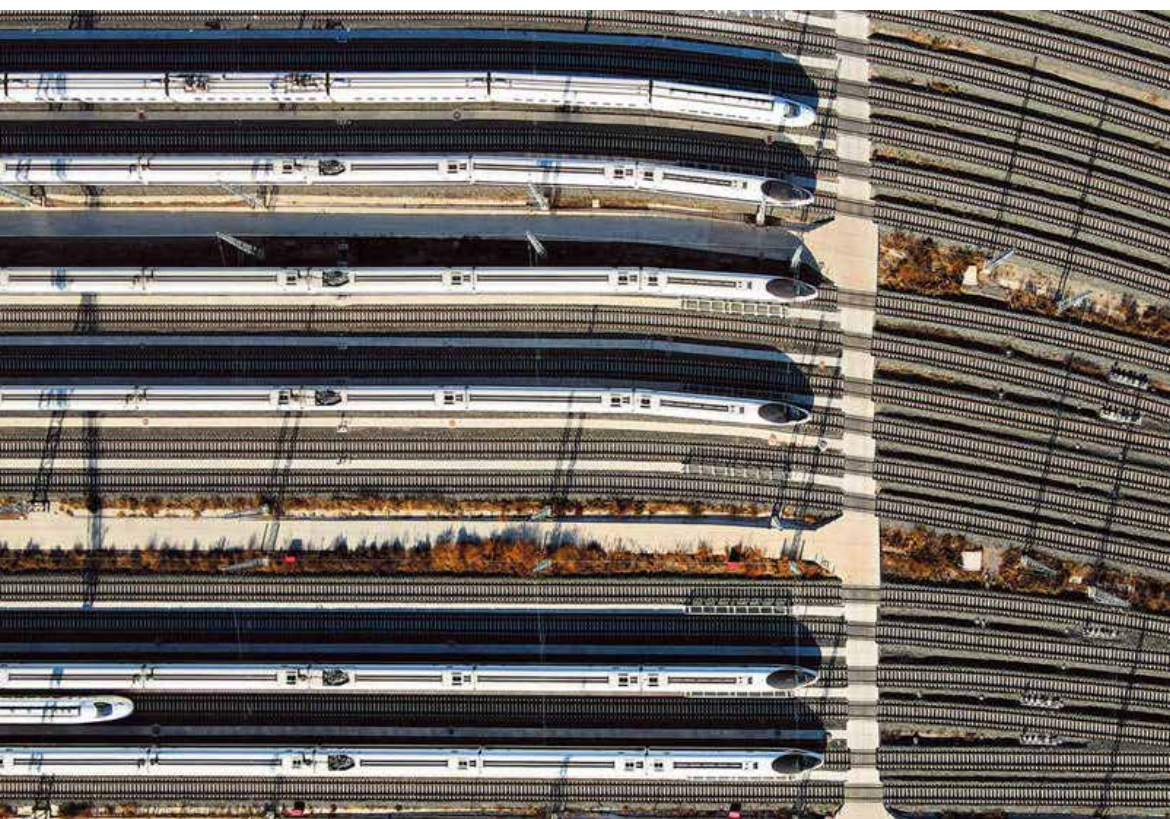
Nova economia do projeto, combate à pobreza e ordenamento do território

The Chinese state in the 21st century

New project economy, poverty alleviation and territorial planning

**kayûã girardi\***

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.171.008>



Diário do Povo

RE Linha ferroviária de Xiong'an é a mais inteligente da China



## RESUMO

Este artigo busca compreender como a teoria da nova economia do projeto (NEP) contribui para o entendimento das inovações institucionais na China focando a relação entre o combate à pobreza e o ordenamento territorial. Desde a abertura econômica, em 1978, a China passou de uma economia agrária para a mais complexa do mundo, com o Estado liderando o processo de industrialização e ordenamento do território. Reformas estruturantes, implementadas de forma gradual e experimental, criaram instituições que impulsionaram o desenvolvimento econômico e social do país. A análise da NEP é utilizada para entender como esse modelo de economia planejada influencia o combate à pobreza, destacando materialidades que comprovam essa hipótese. O estudo adota uma abordagem dialética e utiliza fontes bibliográficas, artigos técnico-científicos e censos econômicos para realizar um levantamento de dados. Após a introdução, o artigo está dividido em duas seções centrais: a primeira analisa como a NEP se manifesta de forma material na China, e a segunda explora a conexão entre o combate à pobreza e o ordenamento territorial chinês. Conclui-se que as mudanças estruturais chinesas, impulsionadas por inovações institucionais, desafiam paradigmas econômicos hegemônicos e reforçam o papel do Estado no desenvolvimento e na organização territorial.

**Palavras-chave:** China. Estado chinês. Nova economia do projeto. Combate à pobreza. Ordenamento territorial.

## ABSTRACT

This article seeks to understand how the new projectment economy (NPE) contributes to the understanding of institutional innovations in China, focusing on the relationship between poverty alleviation and territorial planning. Since the economic process of reform and opening-up in 1978, China has gone from an agrarian economy to the most complex in the world, with the state leading the process of industrialization and land-use planning. Structural reforms, implemented gradually and experimentally, have created new institutions that have boosted the country's economic and social development. The NPE is used to explain how this model of planned economy influences the fight against poverty, highlighting materialities that prove this hypothesis. The study adopts a dialectical approach and uses bibliographical sources, technical-scientific articles and economic censuses to gather data. After the introduction, the article is divided into two main sections: the first analyzes how the NPE manifests itself in a material way in China; the second explores the connection between poverty alleviation and Chinese spatial planning. The conclusion is that China's structural changes, driven by institutional innovations, challenge hegemonic economic paradigms and reinforce the role of the state in development and territorial organization.

**Keywords:** China. Chinese state. New projectment economy. Poverty alleviation. Territorial planning.

## 1. INTRODUÇÃO

Desde a Revolução de 1949, a República Popular da China (RPC) teve cinco líderes políticos. Nesse período ocorreram diversas reformas em todos os setores da sociedade chinesa. Para a compreensão do desenvolvimento chinês, é necessário relembrar a trajetória política desde a Revolução de 1949 até os dias atuais, consolidando o país como o segundo maior produto interno bruto (PIB) e a maior reserva monetária do mundo. O processo se iniciou com Mao Zedong, que, como presidente, incrementou ao longo de quase três décadas (1949-1976) todo o seu arcabouço teórico político marxista-leninista, aplicando-o na materialidade chinesa. Esse período maoista foi marcado pela Revolução Cultural e o Grande Salto para a Frente. Com Deng Xiaoping, a partir de 1976, como vice-presidente do país e se tornando secretário-geral, ocorreu o que ele chama de segunda revolução, executando-se a reforma e abertura da economia para uma chamada economia de mercado socialista (Weins; Ferreira; Feodrippe, 2020).

Em meados de 1989, Jiang Zemin, inicialmente como secretário-geral, e na Presidência da China a partir de 1993, iniciou o processo do chamado socialismo com características chinesas e a aplicação da teoria das três representações<sup>1</sup>. Hu Jintao tornou-se vice-presidente do país em 1998, secretário-geral do Partido Comunista da China (PCCh) em 2002 e presidente em 2003. Foi responsável pela aplicação da chamada *sociedade harmoniosa*, através do desenvolvimento científico, para equilibrar crescimento e meio ambiente. Xi Jinping, como Hu Jintao, foi vice-presidente do governo que o antecedeu. Eleito vice-presidente em 2008, assumiu a Presidência em 2013. Com ele, a China vem passando pelo projeto político nacional intitulado Sonho Chinês, totalmente ligado ao grande projeto de desenvolvimento nacional que estamos presenciando nestas últimas décadas. Esse projeto está totalmente ligado ao crescimento econômico de forma harmoniosa com o meio ambiente, um objetivo que a China busca e que se intitula Civilização Ecológica (Weins; Ferreira; Feodrippe, 2020).

A confiança construída pelo país no cenário político internacional desde o início do século XXI faz com que o Sonho Chinês esteja ligado umbilicalmente à construção da Civilização Ecológica, que acabou se tornando uma ferramenta para a contestação dos modelos ocidentais e mostrando mudanças significativas na questão da identidade do país, totalmente associada a um caminho próprio, com princípios únicos que partem da sua própria realidade (Weins; Ferreira; Feodrippe, 2020).

Desde a abertura econômica, em 1978, o país, que até então era uma economia agrária, tornou-se a economia mais complexa do mundo. O Estado está à frente de todo o processo de industrialização, implementação de serviços e ordenamento do território. Gradativamente e de forma experimental, conduz reformas estruturantes, promovendo a adaptação e criação de instituições. Tendo em vista essas inovações institucionais, perguntamos: como a teoria da nova economia do projetamento (NEP) contribui para o entendimento

---

<sup>1</sup> Jiang Zemin, no 16º Congresso do PCCh, apresenta formalmente a seguinte teoria: “Essa experiência e as experiências históricas obtidas pelo partido desde sua fundação podem ser resumidas da seguinte forma: nosso partido deve sempre representar os requisitos para o desenvolvimento das forças produtivas avançadas da China, a orientação da cultura avançada da China e os interesses fundamentais da maioria esmagadora do povo chinês. Esses são os requisitos inexoráveis para a manutenção e desenvolvimento do socialismo, e a conclusão lógica a que nosso partido chegou através de uma difícil exploração e de uma grande práxis.” (Jiang, 2012, tradução nossa)

desse novos paradigmas? De que forma influencia o combate à pobreza e o ordenamento do território? Para responder a essas questões, procura-se compreender a NEP e a forma com que autores utilizam essa teoria para compreender o paradigma chinês. Especificamente, quais materialidades são apontadas para comprovar essa hipótese? E como o combate à pobreza está ligado ao ordenamento territorial na China?

Justifica-se o tema proposto em razão das mudanças estruturais chinesas que interferem no desenvolvimento econômico e o impulsionam de forma revolucionária, fazendo surgir uma grande interrogação sobre os paradigmas econômicos vigentes e hegemônicos. Com a segunda maior população e o terceiro maior território do mundo, a China conseguiu chegar a um grande nível de organização como sociedade. Com uma abordagem teórica e metodológica dialética, foi feito um levantamento de dados secundários, por meio de fontes bibliográficas, artigos técnico-científicos e censos econômicos. Com base nos dados coletados, busca-se atingir os objetivos referidos acima, com um recorte histórico-geográfico da China do século XXI.

Este artigo está estruturado em introdução, considerações finais e duas seções principais: uma busca compreender a NEP e de que maneira ela se manifesta de forma material na China; a outra procura compreender a relação da nova formação econômico-social (NFES) com o combate à pobreza e o ordenamento territorial chinês.

## 2. A TEORIA DA ECONOMIA DO PROJETAMENTO NO ESTADO CHINÊS

O que seria a chamada *economia do projetamento* para o economista brasileiro Ignácio Rangel? Objetivamente, pode ser considerada uma economia que surgiu a partir de paradigmas e inovações institucionais como a Revolução Russa, o keynesianismo e a economia monetária (Castro, 2014, p. 202). Para Rangel, “projetar consiste, em última análise, em ordenar o emprego de certa quantidade de recursos com vistas a obter outra quantidade de recursos” (Rangel, 1987, p. 25). Sendo que “os recursos consumidos são denominados de custo e os produzidos, benefícios, a missão do projetamento econômico consiste em encontrar a denominação comum para os dois termos da razão benefício/custo sob o ponto de vista econômico” (Rangel, 1987, p. 26).

Nas obras desse intelectual transparecia a relação entre fatos históricos evidenciados na planificação econômica como um grande fato econômico do século XX, absorvendo de forma inovadora a noção de Kant (1724-1804) de que a ciência teria uma dinâmica evolutiva dupla, sendo uma ligada de forma direta à história e a outra, à prática fenomenológica. Para Jabbour *et al.* (2020), as evidências que chegam da China são suficientes para a compreensão do presente século, a conceituação da economia do projetamento sendo um novo modo de produção cujo objetivo é a produção do valor e a regulação do uso a partir da racionalidade do cálculo econômico (Jabbour *et al.*, 2020)

A retomada do crescimento acentuado no pós-pandemia está sendo feita por meio de fortes investimentos em infraestrutura através da Nova Rota da Seda, terrestre e marítima. O desenvolvimento do potencial da Quarta Revolução Industrial nas áreas de inteligência artificial, internet das coisas, tecnologia verde e 5G está sendo redirecionado ao mercado interno para a redução da pobreza, em um grande projeto em que a pandemia foi um elemento de intensificação do processo, partindo da NFES e da capacidade estatal, uma economia de prontidão (Jabbour *et al.*, 2020).



Da esq. para a dir.: Jiang Zemin, então presidente da China, discursando no 16º Congresso do PCCh, 2002; Hu Jintao, eleito presidente em 2003; Xi Jinping, que assumiu a Presidência em 2013

Por esse motivo a China não irá alterar o curso do projeto expansivo planejado para a metade do século XXI. Irá acelerar o projeto dos chamados “Dois centenários”<sup>2</sup> para atingir a meta de longo prazo. O resultado do desenvolvimento chinês nas últimas décadas pode ser visto como uma transição para uma economia centralmente planejada, com grandes restrições a diligências da iniciativa privada e do mercado, mas também um caráter planejado que é mercantil, com um peso quantitativo crescente do setor não estatal. Os grandes bancos de desenvolvimento devem ser vistos como a ponta de um *iceberg* institucional que deve ser analisado (Jabbour; Paula, 2018).

A formação do sistema financeiro está em algo maior e coexistente. As profundas reformas institucionais fizeram com que surgisse um setor privado dinâmico, concomitante a um processo de maior centralização de capital estatal. Esses dois pontos e suas dinâmicas são fundamentais para compreender o processo de *catching-up* e os projetos nacionais. Para isso, resgata-se a teoria do economista brasileiro Ignácio Rangel (1914-1994), que sustentava a tese de que, a cada ciclo breve da economia, mudanças institucionais são necessárias à reorganização das atividades do Estado e da iniciativa privada, como também uma “promoção de transferência intersetorial de recursos” (Jabbour; Paula, 2018, p. 7).

Os resultados disso são a superação da crise e a abertura de um novo período de desenvolvimento, sendo essa *a priori* uma dialética que não se esgotou. A teoria rangeliana refere-se de forma frequente a uma dinâmica entre ambos os setores da economia, acompanhando o processo de desenvolvimento do Brasil, estudado pelo intelectual. Esses “ciclos

<sup>2</sup> Tradução própria. Em chinês, 两个一百年 é um slogan que se refere aos dois aniversários de cem anos (do partido e da revolução), representando um conjunto evidente de metas políticas e econômicas avançadas comandado pelo líder Xi Jinping no 18º Congresso Nacional do PCCh, em 2012. Seria a fundação básica para alcançar o chamado Sonho Chinês. Em 2021 a meta da construção de uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos foi alcançada, com a erradicação da extrema pobreza. Já para 2049 o objetivo é a construção de um país socialista moderno, próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso (Cintra; Pinto, 2017).

breves” não podem ser dados como existentes nos tipos de ciclo chineses, mas essa abordagem pode ser determinante para enxergar um nexo elucidativo entre os novos ciclos institucionais chineses, que ampliam o “raio de ação do setor privado, *mutatis mutandis*”, a partir da mudança qualitativa nas determinações do Estado na economia (Jabbour; Paula, 2018, p. 8).

Essa dialética apontada pelo autor aqui no Brasil tem sido recorrente no processo de desenvolvimento chinês. É notável que, ao longo das reformas econômicas chinesas (a partir da década de 1970), ocorrem alterações institucionais, dando margem a uma reorganização completa das atividades entre os dois setores antagônicos da economia e fazendo com que se abram campos internos de acumulação (Jabbour; Paula, 2018).

O estremecimento entre instituições de forma alguma foi algo natural e ligado às forças mercantis desreguladas. As relações entre setor privado e estatal passaram por grandes transformações, que se iniciaram nas reformas econômicas. O Estado guiou o processo de acumulação de capital, como também modificou flexivelmente, com pragmatismo, os limites das instituições, de acordo com as necessidades da realidade. Com isso, a China promoveu a concentração do próprio setor produtivo em indústrias-chave, combinando uma produtividade alta com grandes retornos em escala (Jabbour; Paula, 2018).

Ou seja, engenhrou-se um Estado com capacidade de gerenciamento de políticas de socialização de investimentos que se tornou uma fábrica de fabricantes, com um grande avanço do setor privado até mesmo em ativos estatais. A transformação da planificação econômica central em uma com maior protagonismo mercantil influenciou a reforma do sistema de preços a partir do sistema dual<sup>3</sup>, em um lento processo de liberalização concluído em 1992 (Jabbour; Paula, 2018).

Essa reestruturação política regional ocorreu durante uma grande reforma fiscal, tornando-se as províncias mais autônomas em relação ao governo central e formando uma base de diversas empresas de cantão e povoado (ECPs), encarregadas da formação da base de oferta de bens de consumo para o mercado interno e as exportações, como também da absorção de mão de obra oriunda da agricultura. O consumo familiar possibilitou um grande ciclo de crescimento, refletindo também no aumento de renda e produtividade agrícola. A expansão do mercado e do setor privado correspondeu a uma reorganização progressiva de atividades do Estado e das relações do setor privado com o próprio Estado (Jabbour; Gabriele, 2020).

<sup>3</sup> Sistema em que o governo chinês conduziu o processo de abertura econômica, garantindo-lhe gradualidade e segurança, sendo um modelo híbrido transitório de produção capitalista e socialismo com características chinesas.

O setor privado chinês segue direção contrária à do capitalismo ocidental, ou seja, é totalmente ancilar e dependente de encomendas das decisões de investimento estatais



Com o lançamento do renminbi digital (e-RMB), em 2020, o governo chinês aumentou consideravelmente seu poder de monitoramento dos fluxos monetários

Um exemplo disso é a coordenação regulatória estatal sobre as exportações industriais das ECPs e ZEEs (zonas econômicas especiais) e as importações de máquinas e ferramentas necessárias através do sistema *dual cambial*. Outra mudança de que o Estado esteve à frente foi a expansão da base monetária na década de 1980, criando condições para a substituição do sistema financeiro de orçamento governamental por outro, centrado no crédito estatal não privado (Jabbour; Gabriele, 2020)<sup>4</sup>.

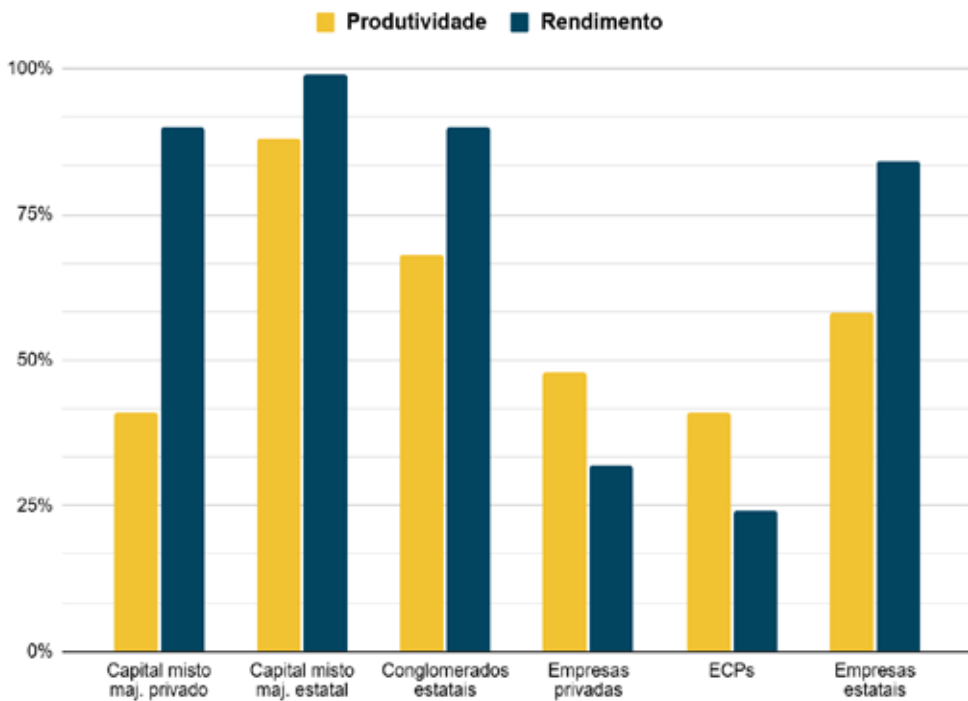
Todo esse processo acelerou-se na década de 1990 para se tornar a base do restabelecimento do Estado no comando sobre a economia, funcionando de forma efetiva para o avanço da urbanização e o atendimento das grandes necessidades de infraestrutura. Um sistema hegemonicamente estatal, com diferentes graus de funcionalidade do desenvolvimento socioeconômico que se entrelaçam: com impacto fundamental sobre as condições complexas de financiamento da economia, que afeta diretamente o nível de gastos e as variáveis da economia fundamentais, como produto e emprego, e com papel importante no sistema financeiro, pensando-se a economia continentalmente, exposta ao aparecimento de pontos de asfixia, o que torna a transferência intersetorial de recursos imprescindível para o combate aos desequilíbrios sociais e regionais presentes em diferentes setores da economia do país (Jabbour; Paula, 2018).

Os grandes bancos estatais, nacionais e regionais formaram-se ao longo de diferentes períodos. Com diversos controles de capital, atendendo a exigências variadas de inúmeros setores. Enxerga-se o sistema financeiro chinês como um conjunto complexo de instituições estatais que induzem o desenvolvimento, tornando-se um dos pilares da estratégia nacional segundo a qual o Estado é fluido para preencher possíveis lacunas geradas em diferentes ciclos da economia (Jabbour; Paula, 2018).

<sup>4</sup> Reproduzindo a síntese de Alexander Gerschenkron (1904-1978).

O papel dessas instituições é o de agente direto de uma poupança compelida pela instituição gestora, com mecanismos superiores para a administração da socialização do investimento. Esse processo acelerou-se com a crise asiática de 1997 e com a implementação de marcos institucionais que se completou com a formação da Supervision and Administration Commission of the State Council (Sasac — Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais do Conselho de Estado da China), em 2002. Destacam-se o surgimento e desenvolvimento de um grande setor privado, na década de 1980, e de um capital estatal centralizado, no final da década de 1990, até o início do novo século. Com isso evidencia-se o papel estratégico dos investimentos do capital estatal. Um exemplo seria a comparação da produtividade do trabalho e do rendimento entre empresas estatais e privadas, por trabalhador (Jabbour; Paula, 2018), como vemos no gráfico a seguir.

**Gráfico 1 — Produtividade do trabalho e rendimento entre empresas, por tipo e composição de capital — China, 2007**



**Fonte:** elaboração do autor, com base em NBSC (2022).

**Nota:** conglomerados estatais são grandes grupos diversificados que atuam em múltiplos setores (energia, telecomunicações, tecnologia) e têm presença global, enquanto empresas estatais em geral são mais especializadas, focadas em setores específicos (petróleo, transporte) e com menor exposição internacional. Ambos os grupos são estratégicos para a economia chinesa, mas os conglomerados destacam-se por sua complexidade estrutural, influência política e capacidade de promover interesses nacionais e expansão global.

A resposta da China à crise de 2008 comprovou a capacidade de ordenamento do país. Notou-se uma amálgama entre a questão financeira pública e a aptidão de executar um pacote de estímulos financeiros através de 149 conglomerados estatais e empresariais. O Estado tem o controle dos investimentos e sua socialização, e isso foi possível a partir da criação da Sasac,

## A adaptação da teoria de Ignácio Rangel à realidade chinesa tem de ser vista como uma experimentação, pois o fenômeno está em constante metamorfose, e a nova teoria, sujeita a adaptações, como um átomo em laboratório que é bombardeado com diversas partículas para transformá-lo em um novo elemento químico

que nasceu com o objetivo de representar o Estado com suas ações nas 149 companhias. Houve uma coordenação entre investimentos e sistema estatal de intermediação financeira, garantindo-se a preponderância da atuação estatal (Jabbour; Rodrigues, 2021).

O país conseguiu atravessar todas as grandes crises — internas ou externas —, marcadas pela hegemonia dos princípios neoliberais na economia, através da estruturação de instituições que consolidam opções estratégicas em busca da superação dos desafios causados pelo processo de desenvolvimento. O Estado socialista chinês é definido como “imensos conglomerados empresariais estatais e um bem capilarizado sistema público de financiamento de longo prazo”, sendo que ele não prescinde “de controles sobre o fluxo de capitais que capacitaram o Estado a isolar a política monetária dos fluxos de capitais externos, aumentando a margem de manobra para adoção de políticas econômicas autônomas em relação às condições financeiras internacionais” (Jabbour; Paula, 2018, p. 18).

Existe uma reorganização contínua das atribuições dos setores econômicos antagônicos, sem retirar do Estado a função de núcleo duro do sistema produtivo e das finanças domésticas. Também há os processos fundamentais de acumulação, através da fixação das taxas de juros e câmbio, e um isolamento da política monetária das condições específicas da economia internacional, utilizando o controle sobre o fluxo de capitais e iniciando-se com duas variáveis fundamentais para a socialização do investimento chinês, as exportações e a taxa de câmbio, sendo que as exportações chinesas cresceram quatro vezes mais que a média mundial, enquanto o desempenho da taxa de câmbio reflete os ciclos de mudanças institucionais por que a economia doméstica chinesa vem passando desde o início das reformas, na década de 1970. A desvalorização do yuan ocorre desde 1981, passando por ajustes fiscais internos na década seguinte, até que em 2006 foi implementado um regime cambial semifixo, sendo a moeda doméstica depreciada de forma controlada (Jabbour; Dantas, 2017).

A nova economia do projetamento nasce com uma distinção das economias capitalistas, nas quais o fator principal é a produção com caráter privado, oferecendo uma caixa de ferramentas para a superação da chamada incerteza keynesiana. Essa possibilidade de superação está principalmente na questão da decisão de investimento, capaz de orientar e firmar o funcionamento de toda a economia, que não está em mãos privadas, mas sim



do Estado, através das empresas e bancos públicos. O setor privado chinês segue direção contrária à do capitalismo ocidental, ou seja, é totalmente ancilar e dependente de encomendas das decisões de investimento estatais. Isso serve como um parâmetro histórico da forma pela qual a incerteza keynesiana é tratada através do respaldo da NEP, sendo que essa característica da teoria econômica contém um grande acúmulo empírico, começando pela análise de grandes pacotes fiscais que são executados desde a década de 1990 (Jabbour; Gabriele, 2021).

Por isso, é muito visível que o país está vivendo uma enorme transição interna na dinâmica de acumulação, demandando um maior consumo em detrimento do investimento. Soma-se a isso uma realidade econômica internacional abstrusa, resultando em um grande conjunto de contradições sociais, regionais e ambientais cada vez mais latentes. O processo de internacionalização da moeda chinesa combina-se com uma liberalização financeira maior, e o surgimento de novos modelos de ação e planejamento estatal prepara o país para o combate aos desafios internos e também do ciclo econômico. Todas as medidas de liberalização historicamente vêm seguidas de uma forte atuação estatal, vigilante e com um olhar sistemático geral (Jabbour; Dantas; Vadell, 2022).

A economia do projetamento é uma antítese à financeirização, sendo totalmente voltada para o setor produtivo (com forte repressão financeira) e buscando a fronteira tecnológica, com capacidade de construção de bens públicos gigantescos. É uma versão permanente da engenharia social estabelecida pelo New Deal rooseveltiano (Mathias *et al.*, 2021), baseada na alta capacidade estatal, sendo o principal núcleo os grandes conglomerados empresariais estatais (GCEEs), responsáveis por uma “geração de efeitos de encadeamento [entendidos] a todo o conjunto da economia nacional chinesa” (Jabbour; Rodrigues, 2021, p. 7).

Um acontecimento recente não pode deixar de ser citado, pois está ligado diretamente com a NEP. É a proibição da criptomoeda *bitcoin* (um excelente exemplo da anarquia do mercado) por parte do governo chinês, acompanhada da alternativa lançada pelo Banco Popular da China (BPC), que anunciou no primeiro semestre de 2020 o lançamento do renminbi digital (e-RMB) para teste em metrópoles como Shenzhen, Suzhou e Chengdu e no distrito de Xiong’an. A CBDC (moeda digital do Banco Central), de utilização geral, substituiu a moeda oficial, representando de forma digital a paridade e a plena conversibilidade interna, para ser utilizada em todos os pagamentos de impostos, taxas e serviços. Com isso, o banco tem como objetivo generalizar o uso e a capacidade de monitoramento em tempo real dos fluxos monetários, através da otimização e melhora do funcionamento deles (Jabbour; Kosinski, 2022).

Através desse sistema, o poder de supervisão e manipulação das condições financeiras melhorou significativamente. De forma simplificada, trata-se de uma moeda digital com comando governamental, totalmente subordinada aos objetivos da política monetária, fiscal e de desenvolvimento. Outro ponto é a criação de um sistema internacional de pagamentos alternativo, que dribla o *swift*<sup>5</sup>, facilitando o acesso de estrangeiros à moeda e escapando da hegemonia do dólar. Estabeleceu-se o domínio do governo chinês sobre as tecnologias-base das criptomoedas, certificando a vigilância sobre a ordem social, o controle monetário governamental e a segurança financeira do país (Jabbour; Kosinski, 2022).

<sup>5</sup> A Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication (Swift) é uma rede global que permite transferências bancárias internacionais entre bancos de diferentes países e constitui uma das principais ferramentas de controle financeiro do imperialismo mundial.

É formado um novo compromisso político-social, com o poder político eventualmente passando de um grupo de interesse para outro, mas sempre direcionado a um objetivo geral básico e condutor: legitimidade política, integridade do Estado unitário e crescimento da renda da população. O Estado chinês e, por conseguinte, o PCCh, demonstram que são altamente inovadores e flexíveis quanto às novas realidades que os cercam, com uma habilidade única para a autocorreção e reinvenção

Essas questões acerca do desenvolvimento chinês conseguem explicar as contradições geradas por todas essas reformas e ciclos de inovação institucional. O estímulo a essas mudanças na sociedade chinesa acabou gerando diversas antinomias (até mesmo no sistema econômico político mundial), demonstrando que todos esses ciclos são sintomas de uma NFES. O socialismo de características chinesas é um produtor de novos paradigmas, ao mesmo tempo que quebra outros existentes de forma dialética (Jabbour; Gabriele, 2021).

Desse modo, pode-se concluir que existe materialidade suficiente para sustentar a hipótese de Jabbour e Gabriele (2021): a China estaria experimentando uma NFES que a teoria adaptada pelo autor consegue explicar, chamada de NEP, podendo alimentar diferentes lentes epistêmicas que consigam enxergar as novas fronteiras do sistema socioeconômico chinês (Jabbour; Gabriele, 2021). A adaptação da teoria de Ignácio Rangel à realidade chinesa tem de ser vista como uma experimentação, pois o fenômeno está em constante metamorfose, e a nova teoria, sujeita a adaptações, como um átomo em laboratório que é bombardeado com diversas partículas para transformá-lo em um novo elemento químico. A China do século XXI é um átomo, resultante de uma revolução e transformação socialista, que a partir da década de 1970 passou a ser transformada em um novo elemento, com todas as reformas, investimentos e a planificação econômica que vem ocorrendo nas últimas décadas.

### 3. NOVA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL, COMBATE À POBREZA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O desenvolvimento de um grande setor público da economia chinesa gerou efeitos de encadeamento em toda a organização econômica, o que é uma grande característica da formação da nova classe econômico-social do país. A dominância do setor público na

economia expressa a capacidade de geração de demanda para outros setores da economia, principalmente o privado. Essa seria uma característica da nova formação econômico-social de orientação socialista, ou seja, a dependência do setor privado para com as demandas do setor público da economia. É necessário compreender a estratégia de desenvolvimento e as instituições que contornam e formam a mudança estrutural econômica e, logicamente, o socialismo de mercado (Jabbour; Gabriele, 2021).

Os pontos abordados podem ressignificar o socialismo como projeto desenvolvimentista. Muitos países capitalistas desenvolveram-se graças a um processo que envolve uma aptidão para a quebra do círculo vicioso das leis comparativas<sup>6</sup>, que são interpeladas pelos projetos nacionais com capacidade de margem de manobra (*policy space*), gerando políticas fiscais e monetárias expansionistas e políticas cambiais com objetivo estratégico de emparelhamento (*catching-up*) com os países capitalistas centrais (Jabbour; Gabriele, 2021).

O ponto chave é a criação da Sasac, um gerente (*manager*) da economia socialista de mercado. A investigação do desenvolvimento das diferentes formas de propriedade intrínsecas ao processo chinês é fundamental para diferenciar a NFES chinesa dos outros tipos, capitalistas ou até mesmo socialistas. O socialismo com características chinesas não está acabado, muito pelo contrário, essa experiência ainda é embrionária. Pode-se considerar essa NFES como uma “variante socialista de Estado desenvolvimentista de tipo asiático” (Jabbour, Gabriele, 2021, p. 146).

Podemos exemplificar a capacidade de intervenção estatal no ordenamento do território com o Programa de Desenvolvimento do Grande Oeste (PDGO) e o pacote de estímulos à economia na crise de 2008. A construção das institucionalidades fez com que diferentes dinâmicas de acumulação fossem embutidas nas novas políticas econômicas e industriais, principalmente pelo Estado. Cada ciclo de inovação institucional modificou o papel do Estado e promoveu a elevação quantitativa do mercado ou setor privado (Jabbour; Gabriele, 2021).

Para a implementação de reformas e inovações, não é segredo que um país necessita, como pré-requisito fundamental, de estabilidade política. É o que ocorre na China por intermédio do PCCh, que tem controle absoluto sobre o sistema político. Foi prolongada e radicalizada a tradição milenar do país a partir da criação de uma espécie de sistema político que lembra as antigas dinastias chinesas. Os líderes políticos gerem a economia para a produção de mais riquezas, de forma cada vez mais eficaz, e para a construção de um país moderno. As políticas macroeconômica, comercial, industrial, de ciência e tecnologia e de defesa integram a grande estratégia social e nacional para reconquistar totalmente a posição internacional autônoma e preeminente do país (Cintra; Pinto, 2017).

É formado um novo compromisso político-social, com o poder político eventualmente passando de um grupo de interesse para outro, mas sempre direcionado a um objetivo geral básico e condutor: legitimidade política, integridade do Estado unitário e crescimento da renda da população. O Estado chinês e, por conseguinte, o PCCh, demonstram que são altamente inovadores e flexíveis<sup>7</sup> quanto às novas realidades que os cercam, com uma habilidade única para a autocorreção e reinvenção, através das mudanças de rumo conforme o surgimento de novos desafios. As contradições do chamado regime de

<sup>6</sup> A lei da vantagem comparativa é um conceito econômico de David Ricardo, elaborado em 1817, que explica o comércio internacional entre países.

<sup>7</sup> Um excelente exemplo disso foi a adaptação das políticas socioeconômicas ao cenário da pandemia.



Xi Jinping visita famílias de agricultores na vila de Shibadong, no condado de Huayuan, em novembro de 2013. Na ocasião, ele fez declarações sobre os projetos chineses para superação da pobreza, especialmente nas áreas rurais

crescimento fizeram eclodir um novo período de transição interna, e a economia chinesa é uma das mais dinâmicas do mundo (Cintra; Pinto, 2017).

Um exemplo disso são alguns números surpreendentes, como por exemplo a redução de 99 milhões para 16,6 milhões, entre 2012 e 2018, de cidadãos afetados pela pobreza rural. Desde 1978, mais de 800 milhões de chineses foram retirados da pobreza, representando mais de 70% do total global no período. Outro número interessante é o aumento da expectativa de vida, de 35 anos para 77 anos, entre 1949 e 2018. Um relatório sobre bem-estar global produzido pelo Boston Consulting Group (BCG) em 2018 atribuiu à China a taxa de crescimento mais rápida nesse quesito entre os 152 países avaliados, subindo 25 lugares na última década e demonstrando que o país desenvolve sua economia não só através do crescimento econômico, mas também da redistribuição de renda para toda a população (Cambuhy; Siqueira Neto, 2020).

São mais de 10 milhões de novos empregos urbanos por ano, sendo que entre 2005 e 2017 o dragão asiático teve o crescimento salarial mais rápido do mundo. Todas as mudanças concretas no bem-estar material resultaram em um aumento da satisfação popular<sup>8</sup>, principalmente entre a população historicamente empobrecida e marginalizada que vive no interior do país (Cambuhy; Siqueira Neto, 2020).

Para a redução das desigualdades sociais e regionais — leia-se contradições do desenvolvimento —, está se desenvolvendo um novo contrato social, que chamam de Estado de

<sup>8</sup> "[A]valiando a satisfação geral acerca da atuação do Governo Central, demonstrou-se que, em 2003, 86,1% dos entrevistados encontravam-se satisfeitos, já em 2016 chega-se a 93,1% destes. No nível provincial passou-se de 75% em 2003, para 81,7%, em 2016; no nível de condado os números passam de 52%, para 73,9% que relataram satisfação, e no nível municipal foram de 43,6%, em 2003, para 70,2%, em 2016." (Cambuhy; Siqueira Neto, 2020, p. 277)

bem-estar social (Ebes) com características chinesas<sup>9</sup>, implementando a maior cobertura de sistema único de saúde pública e previdência do mundo, provendo bens públicos de caráter universal e desenvolvendo uma urbanização e industrialização de menor impacto ambiental. Ao mesmo tempo, amplia-se a renda e o consumo da população, sendo esses os pilares estratégicos de planejamento visando transformar e reformar o regime de crescimento. É um processo de transição gerador de atritos conforme os interesses e repercussões políticas na estrutura do governo (Cintra; Pinto, 2017).

A abordagem chinesa para a erradicação da pobreza extrema assenta em duas bases: a economia como base de transformação estrutural através do crescimento da produtividade agrícola, da industrialização, do gerenciamento da urbanização e migração rural e urbana e das obras de infraestrutura. Já a segunda base são as políticas públicas direcionadas com base na localização geográfica, na família e na proteção social. Políticas públicas foram criadas para enfrentar a pobreza na década de 1980 através do Comitê Central do PCCh e do Conselho de Estado, que emitiram documentos que visavam ao desenvolvimento das áreas pobres, com foco na geração de emprego no campo através da agricultura e pecuária com maior valor agregado. Em 1986, o Conselho de Estado executou o Programa de Redução da Pobreza Direcionado Geograficamente, que identificou 331 condados prioritários; com isso, a população empobrecida caiu de 125 para 80 milhões em 1992 (Maia, 2023). Para facilitar o entendimento, podemos dividir em três períodos as políticas públicas aplicadas por diferentes líderes do PCCh (quadro 1).

### Quadro 1 — Políticas públicas aplicadas por diferentes líderes chineses — 1993-2027

Jiang Zemin (1993-2003)	Hu Jintao (2003-2013)	Xi Jinping (2013-2027)
Institucionalizou políticas para intensificar a criação de redes de seguridade social, incluindo o Seguro Médico Básico e o Programa de Sete Anos, para reduzir a pobreza em larga escala, retirando 80 milhões de pessoas da vulnerabilidade.	Políticas de proteção social avançaram, com destaque para o Novo Sistema Médico Cooperativo, que em 2013 cobria 99% da população rural. As áreas rurais, foco das políticas, receberam atenção com programas voltados à educação, saúde, moradia e assistência básica.	Implementou um sistema de registro e uso de <i>big data</i> para mapear e combater a pobreza em nível familiar. Xi implementou uma campanha para erradicação da pobreza extrema, e em 2020 alcançou a meta.

Fonte: elaboração própria, com base em Maia (2023).

Reforma rural, industrialização progressiva e urbanização controlada foram os principais pilares do combate à pobreza. A criação das ZEEs e o PDGO impulsionam a infraestrutura, gerando empregos e integrando regiões mais pobres à economia nacional. Fortes investimentos em educação, saúde e conectividade através de políticas públicas reduziram significativamente a pobreza em áreas rurais e remotas. O fortalecimento de programas sociais e a formalização de

<sup>9</sup> O termo utilizado pelo autor não diz respeito ao Ebes ocidental (capitalista), mas sim a um Ebes chinês, de orientação socialista.

*A forma-planejamento, representada pela coordenação territorial, e as formas-projeto, como a rede de trens de alta velocidade e a Nova Área de Xiong'an, demonstram a capacidade do Estado chinês de intervir no ordenamento do território, instaurando um padrão de urbanização novo*

leis para a regulação do trabalho impulsionaram o desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades. O programa de Xi Jinping de erradicação da pobreza se iniciou no 18º Congresso Nacional do PCCh, já o 13º Plano Quinquenal concentrou-se em desenvolvimento da industrial local, realocação de famílias residentes em áreas inóspitas, grandes obras de infraestrutura, incentivo ao comércio eletrônico, conservação ecológica, capacitação profissional e financiamentos acessíveis para combater a pobreza, com foco em áreas rurais (Sampaio, 2023).

O programa de alívio à pobreza da China foi estruturado em seis áreas principais: definição de objetivos, organização de programas, identificação precisa dos pobres, acompanhamento em campo, consideração das realidades locais e uso eficiente de capital. Havia quatro questionamentos norteadores para guiar o processo: Quem deve ser retirado da pobreza? Quem realiza o trabalho? Quais medidas são necessárias? Como avaliar o progresso? A pobreza intergeracional foi abordada através da educação e saúde, com um sistema de identificação domiciliar contabilizando 89,62 milhões de pessoas em situação de pobreza. A articulação entre governo e sociedade civil, incluindo a participação do setor privado e militar, resultou em investimentos significativos e na criação de empregos. O desenvolvimento industrial, a compensação ecológica, a melhoria educacional e a remoção de famílias de áreas de risco geraram resultados notáveis: a renda per capita dos pobres rurais aumentou em média 11,6% entre 2013 e 2020. A linha da pobreza foi ajustada para 2.300 yuans por ano em 2011, superando o padrão internacional (Sampaio, 2023).

O ordenamento do território foi alterado com a mudança demográfica que provocou inicialmente más condições nas áreas rurais devido aos empregos urbanos, houve desapropriação maciça de terras e impostos excessivos e até mesmo arbitrários aplicados pelos governos locais à agricultura e a residências rurais, sendo essa fonte da receita fiscal, com uma proliferação de expropriações alimentada pelo mercado imobiliário e pelas necessidades fiscais dos governos locais (Nogueira; Guimarães; Braga; 2019).

Outro ponto a ser abordado para a compreensão do ordenamento territorial chinês é o sistema *Hukou*. O sistema, apesar de estar passando por um processo de relaxamento das regras, ainda é um elemento fundamental da planificação e transição populacional de áreas rurais para áreas urbanas. O direito à propriedade (concessão de terras) é uma política social para a planificação, atributo distintivo da NFES que influi diretamente no papel do Estado chinês no ordenamento de território (Jabbour; Gabriele 2021).

Analisando a combinação do processo de urbanização com a produção agrícola, além das porcentagens aráveis, pode-se concluir que o processo de urbanização influencia o processo de mecanização da agricultura. A urbanização elevou a produtividade do trabalho, mesmo que as terras aráveis tenham diminuído aproximadamente 2%, comparando-se 1991 com 2014. Essa transformação da agricultura pela qual a China passa — tecnificação e especialização produtiva — aponta para a transformação da agricultura em indústria. Essas mudanças no modo de produção interno têm como palco a estrutura agrária. Por isso, a ordenação do território pelo Estado está em constante mudança nestas últimas décadas.

Voltando ao surgimento do mercado, nas ações domésticas pode-se considerar um evento significativo que ocorreu na década de 1990 no sistema financeiro chinês (Jabbour, Gabriele 2021). O desenvolvimento desse mercado de ações fez com que surgisse o mercado imobiliário, inexistente na última década do século XX, mas tornando-se comparável ao de ações em 2007. Ambos os mercados são definidos a partir da alta volatilidade e da especulação a curto prazo por diversos investidores. O resultado disso é o desenvolvimento de uma estrutura legal de assistência. Ela opera nas bolsas de Xangai e Shenzhen, que somam aproximadamente 3 mil empresas, sendo que a maioria são GCEEs (Jabbour; Gabriele, 2021).

Ao buscarmos aprofundar a compreensão sobre o setor imobiliário da China, identificamos alguns pontos chave da transição de modelo. Em 1988, o Estado reformou o sistema de aluguéis e parou com o financiamento direto de habitação no final do século XX. O mercado de empréstimos habitacionais no país cresceu rapidamente nestas últimas duas décadas. A entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2002 foi reflexo do surgimento de credores estrangeiros, com autorização para participação no mercado bancário nacional. O preço das habitações subiu de forma vertiginosa, mas o governo chinês tomou a primeira ação de controle e ajuste. Segundo estatísticas, houve uma duplicação dos valores habitacionais, fazendo com que o setor imobiliário se tornasse um dos setores responsáveis pelo rápido crescimento econômico no país asiático (Zhenzhen, 2018).

Os centros urbanos chineses são divididos em categorias de desenvolvimento econômico, e o governo tomou diversas medidas para ter o controle do mercado imobiliário (quadro 2). Medidas no plano nacional: regulação financeira, proibindo-se empréstimos de agentes imobiliários aos compradores; criação da Comissão Reguladora de Valores Mobiliários (CSRC, na sigla em inglês), proibindo-se o financiamento para promotores imobiliários na licitação de áreas de concentração de terras ou pagamento de empréstimos; regulação financeira, restringindo o financiamento de promotores através da gestão de ativos de empréstimos e corretores; limitação da emissão de títulos para promotores imobiliários, CSRC e Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da República Popular da China (NDRC), endurecendo as condições para o financiamento direto a incorporadoras imobiliárias para emitir títulos em mercados da costa marítima ou localizados em terras distantes da costa. Além disso, a NDRC proibiu os promotores de títulos corporativos de atuarem em projetos de habitação não social (Zhenzhen, 2018).

## Quadro 2 — Critérios de divisão dos centros urbanos chineses em níveis

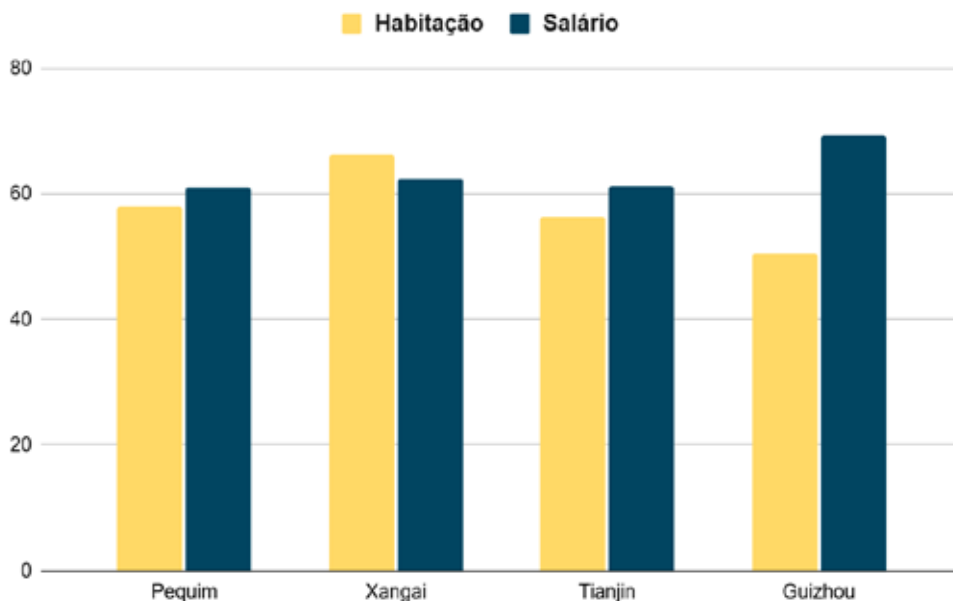
Nível	Critérios
1	Áreas metropolitanas mais desenvolvidas, cidades com grandes demandas habitacionais mas oferta restrita*
2	Cidades grandes, industrializadas e com economia local forte
3	Cidades médias com altos rendimentos
4	Cidades abaixo da média de desenvolvimento econômico e de dimensão territorial

Fonte: elaboração própria, com base em Zhenzhen (2018).

Nota: (\*) Pequim, Xangai, Shenzhen e Guangzhou.

O preço médio de venda das habitações por metro quadrado cresceu menos que o salário médio dos cidadãos, sendo que em todos os níveis os preços da habitação são reajustados conforme o aumento da faixa salarial. Para compreender melhor essa questão, podemos citar as cidades de Pequim, Xangai, Tianjin e Guizhou, comparando o preço médio de suas habitações ao valor médio dos salários (Zhenzhen, 2018), conforme o gráfico 2.

## Gráfico 2 — Variação (%) do preço médio de venda de habitações e da renda salarial média — cidades chinesas selecionadas, 1999-2016



Fonte: elaboração própria, com base em NBSC (2022).



A coordenação do desenvolvimento regional da área Pequim-Tianjin-Hebei (Jing-Jin-Ji), junto com a criação da Nova Área de Xiong'an, pode representar a aplicação avançada dos conceitos de *desenvolvimento regional coordenado e urbanização de novo tipo*. Sendo uma região estratégica com disparidades socioeconômicas, busca-se integrar suas funções por meio da complementaridade entre os centros de Pequim, Tianjin e Hebei. Pequim irá se consolidar como centro político e de inovação, Tianjin, pela pesquisa industrial, e Hebei, como uma zona de

modernização industrial e ambiental. A Nova Área de Xiong'an é projetada para se voltar à inovação, tecnologia, economia verde e qualidade de vida, e, com isso, irá aliviar a sobrecarga urbana de Pequim, transferindo funções e atividades para uma nova centralidade conectada pela rede de trens de alta velocidade e formando um triângulo estratégico com Pequim e Tianjin. Esse projeto é uma comprovação dos objetivos do PCCh de reduzir desigualdades regionais e estabelecer Jing-Jin-Ji como um motor de crescimento e inovação para a China (Boa Nova; Jabbour; Cambuhy, 2023).

Percebe-se que as políticas territoriais do Estado chinês evoluíram com o desenvolvimento econômico, comprovando que a NFES tem forte influência sobre o ordenamento territorial, principalmente após as reformas de 1978. O planejamento urbano-regional transformou-se em motor desse desenvolvimento, articulando o papel do Estado na coordenação dos grandes projetos com uma atuação direta de bancos e empresas públicas (GCEEs), promovendo a integração de mercados. A *forma-planejamento*, representada pela coordenação territorial, e as *formas-projeto*, como a rede de trens de alta velocidade e a Nova Área de Xiong'an, demonstram a capacidade do Estado chinês de intervir no ordenamento do território, instaurando um padrão de urbanização novo, alterando o cálculo econômico do valor de troca para a utilidade social e demonstrando que existe na China a transição de um desenvolvimento orientado pelo mercado para um novo, cada vez mais baseado no planejamento estatal, sugerindo que o socialismo está cada vez mais maduro na nova formação econômico-social chinesa (Boa Nova; Jabbour; Cambuhy, 2023).

Essa transformação da agricultura pela qual a China passa — tecnificação e especialização produtiva — aponta para a transformação da agricultura em indústria. Essas mudanças no modo de produção interno têm como palco a estrutura agrária. Por isso, a ordenação do território pelo Estado está em constante mudança nestas últimas décadas

## 4. CONCLUSÃO

Sintetizando a discussão do presente artigo, podemos afirmar que a teoria da NEP, adaptada do pensamento de Ignácio Rangel, fornece uma nova conceituação para analisar e compreender os paradigmas chineses, indo na contramão das teorias hegemônicas praticadas no mundo, especialmente no que diz respeito a inovações institucionais e econômicas. A NEP se apresenta como uma antítese à financeirização, priorizando o setor produtivo, a regulação estatal e o planejamento estratégico, elementos centrais bem perceptíveis na economia chinesa, assim como o planejamento econômico e controle estatal, os ciclos de inovação institucional e a reorganização de setores, a racionalização do cálculo econômico e a transferência intersetorial de recursos. Oferecendo uma lente poderosa para a interpretação da China contemporânea, esse modelo em transformação constante é o reflexo da capacidade do Estado chinês para adaptar, regular e criar instituições para o enfrentamento de desafios internos e externos, moldando-se pelo projetamento econômico com implicações no desenvolvimento global, principalmente do Sul Global, através da Nova Rota da Seda.

Partindo do pressuposto de que a NEP integra o socialismo de mercado com características chinesas, ela também influencia significativamente o combate à pobreza e o ordenamento do território, através de um conjunto de ações coordenadas pelo Estado, buscando promover o desenvolvimento econômico e social de maneira equilibrada através de pontos centrais que interferem na materialidade chinesa: crescimento econômico e infraestrutura, políticas públicas de combate à pobreza direcionadas, sistema *Hukou*, urbanização de novo tipo, desenvolvimento regional coordenado e reformas no mercado imobiliário e financeiro. É perceptível a intervenção estatal na coordenação estratégica para a promoção de um desenvolvimento territorial planejado, atuando como motor da redução de pobreza e integração de diferentes regiões.

Fica demonstrado que essas materialidades são transformações que não estão limitadas à esfera econômica da China, mas, na verdade, são totalmente ligadas às políticas de um Ebes com características chinesas e à reorganização de todo o espaço geográfico chinês. O ordenamento territorial e as políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico estão diretamente ligados a uma nova economia do projetamento, fenômeno que está longe de facilidades para chegarmos à sua total compreensão.

\* Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), membro do Grupo de Pesquisa Formação Socioespacial: Progresso Técnico e Desenvolvimento Econômico (GEOTDE-UFSC) e do Grupo de Estudos sobre China (Gechina/UnB).

► Texto recebido em 5 de outubro de 2024; aprovado em 21 de janeiro de 2025.

- BOA NOVA, Vitor Vieira Fonseca; JABBOUR, Elias Marco Khalil; CAMBUHY, Melissa Caroline. A nova economia do projeto superior de intervenção do Estado chinês no território. **Geosul**, v. 38, n. 87, p. 69-93, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2177-5230.2023.e91766>>. Acesso em: 4 out. 2023.
- CAMBUHY, Melissa Caroline; SIQUEIRA NETO, José Francisco. Planejamento, inovação e consumo construindo a “sociedade harmoniosa” chinesa. **Geosul**, v. 35, n. 77, p. 271-295, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p270>>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- CASTRO, Marcio Henrique. Elementos de economia do projeto. In: HOLANDA, Felipe Macedo; ALMADA, Jhonatan Uelson Pereira Souza; PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso (Org.). **Ignácio Rangel: decifrador do Brasil**. São Luís: Eudfma, 2014. p. 202-229.
- CINTRA, Marcos Antonio; PINTO, Eduardo Costa. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 37, p. 381-400, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n02a07>>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- JABBOUR, Elias Marco Khalil; DANTAS, Alexis. The political economy of reforms and the present Chinese transition. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 37, n. 4, p. 789-807, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n04a08>>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- \_\_\_\_\_; VADELL, Javier. Da nova economia do projeto à globalização instituída pela China. **Estudos Internacionais**, v. 9, n. 4, p. 90-105, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2021v-9n4p90-105>>. Acesso em: 29 abr. 2023.
- JABBOUR, Elias Marco Khalil et al. A (nova) economia do projeto: o conceito e suas novas determinações na China de hoje. **Geosul**, v. 35, n. 77, p. 17-48, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p17>>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- JABBOUR, Elias Marco Khalil; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- JABBOUR, Elias Marco Khalil; KOSINSKI, Daniel Santos. O renmimbi digital: soberania monetária e tecnologia a serviço da “nova economia do projeto”. **Geosp Espaço e Tempo**, v. 26, n. 1, p. e-188415, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2022.188415>>. Acesso em: 29 abr. 2023.
- JABBOUR, Elias Marco Khalil; PAULA, Luiz Fernando de. A China e a “socialização do investimento”: uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 1, p. 1-23, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198055272217>>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- JABBOUR, Elias Marco Khalil; RODRIGUES, Bernardo Salgado. A “nova economia do projeto” no combate à covid-19 e as capacidades estatais chinesas como força política estratégica. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro. v. 25, n. 2, p. e212525, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198055272525>>. Acesso em: 29 abr. 2023.
- JIANG, Zemin. Report at the 15th National Congress of the Communist Party of China. [September 12, 1997]. **Wellesley College**, [s.d.]. Disponível em: <<http://academics.wellesley.edu/Polisci/wj/308S/Readings/jzm15CCP.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- MAIA, Isis Paris. **Políticas direcionadas ao enfrentamento da extrema pobreza na China: uma análise dos arranjos de implementação**. 2023. 107 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.
- MATHIAS, João Felipe Cury Marinho et al. Green New Deal como estratégia de desenvolvimento pós-pandemia: lições da experiência internacional. **Revista Tempo do Mundo**, n. 26, p. 145-174, 2021.
- NBSC. **China statistical yearbook 2022**. Beijing: National Bureau of Statistics of China, 2022. Disponível em: <[www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2022/indexeh.htm](http://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2022/indexeh.htm)>. Acesso em: 7 nov. 2022.
- NOGUEIRA, Isabela; GUIMARÃES, João Victor; BRAGA, João Pedro. Inequalities and capital accumulation in China. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, p. 449-469, 2019.
- RANGEL, Ignácio Mourão. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Editora Bial, 1987.
- SAMPAIO, Ana Caroline de Sousa. **Sistema teórico chinês, combate à pobreza e prosperidade comum**. 2023. 139 f. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
- WEINS, Niklas Werner; FERREIRA, Leila da Costa; FEODRIPPE, Rita de Cassia Oliveira. O papel da “civilização ecológica” chinesa na nova ordem ambiental internacional: ideias para um mundo pós-covid. **Geosul**, v. 35, n. 77, p. 504-530, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p504>>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- ZHENZHEN, Liu. **Mercado imobiliário chinês: a maior bolha da história?**. 2018. 47 f. Dissertação (Mestrado em Economia) — Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, 2018.

# O sucesso olímpico da China

## Um estudo de caso da nova economia do projetamento

China's Olympic success

A case study of the new projectment economy

**Emanuel Leite Junior\***

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.171.009>

Reprodução: <https://www.sohu.com/>



Cenas da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim, 2008

## RESUMO

Este artigo explora a relação entre o sucesso olímpico da China, a nova economia do projetamento e o socialismo com características chinesas. O argumento central é que a China ter se tornado uma potência olímpica é resultado de políticas esportivas abrangentes conduzidas pelo Estado e implementadas desde a década de 1980, após o regresso do país ao Comitê Olímpico Internacional (COI), fato ocorrido à mesma altura que a reforma e abertura. Essas políticas exemplificam o planejamento estatal, refletindo os mecanismos mais amplos que impulsionam a ascensão econômica e tecnológica da China. Com base em revisão da literatura, o artigo analisa as várias políticas e os diversos planos que promoveram o cultivo de talentos, o investimento em infraestrutura, ciência e tecnologia e as colaborações esportivas internacionais. Esses esforços se alinham com a nova economia do projetamento, no sentido de que o planejamento estatal antecipa as necessidades da sociedade, resolvendo contradições e fornecendo resultados em diversos setores. Nesse contexto, os triunfos olímpicos chineses fornecem elementos para um estudo de caso concreto de como a nova economia do projetamento transcende modelos tradicionais de planejamento econômico para produzir sucesso em domínios como os esportes. O artigo busca contribuir para a discussão teórica da evolução do socialismo na China, demonstrando que a nova economia do projetamento é uma ferramenta conceitual para entender a governança e o sucesso do país, seja econômica, tecnológica ou socialmente.

**Palavras-chave:** China. Nova economia do projetamento. Socialismo. Políticas esportivas. Sucesso olímpico chinês.

## ABSTRACT

This paper approaches the relationship between China's Olympic success, the new projectment economy and socialism with Chinese characteristics. The central point is that China's rise to become an Olympic power is the result of encompassing, state-led sports policies implemented since the 1980s, following its return to the International Olympic Committee (IOC), which occurred at the same time as the reform and opening-up. These policies exemplify the nation's state planning, mirroring the broader mechanisms driving China's economic and technological rise. Drawing on a literature review of China's sports development, the paper analyzes the various policies and plans that fostered talent cultivation, infrastructure, science and technology investments, and international sports collaborations. These efforts align with the new projectment economy, in which state planning anticipates societal needs, resolves contradictions, and delivers results across several sectors. In this context, China's Olympic triumphs provide a concrete case study of how the new projectment economy transcends traditional models of economic planning to produce success beyond economics, such as in field of sports. The paper aims to contribute to the theoretical discussion of socialism's evolution in China, demonstrating that the new projectment economy is an important conceptual tool for understanding the country's governance and success, be it economically, technologically or socially.

**Keywords:** China. New projectment economy. Socialism. Sports policies. Chinese Olympic success.

## 1. INTRODUÇÃO

O esporte de alto rendimento e as competições esportivas internacionais, em particular megaeventos esportivos como os Jogos Olímpicos, transcendem o esporte em si. Giulianotti afirma que os “megaeventos esportivos podem ser considerados uma das mais poderosas manifestações contemporâneas da globalização” (Giulianotti, 2015, tradução nossa). Não à toa, há muito que os papéis econômico, político e social do esporte são foco de grande atenção no domínio da política e da formulação de políticas (Korneeva; Ogurtsov, 2016). Outro aspecto fundamental, consequência dessa transcendência das competições internacionais para além da mera esfera esportiva: o esporte de elite tem sido usado há muito tempo como ferramenta ideológica e como expediente para mostrar os países ao mundo (Gupta, 2009). Nesse sentido, Amara (2012, p. 10) afirma que, ao envolver uma competição que é baseada no Estado-nação, o esporte acabou se tornando o veículo por excelência do sentimento nacional. Assim, os valores das identidades nacionais são misturados com os valores centrais do esporte moderno.

Não por acaso, Orwell descreveu o esporte de alto rendimento internacional e os Jogos Olímpicos como uma “guerra sem tiros” (Orwell, 1945). E não é de admirar que esse conflito travado no campo esportivo tenha se intensificado durante a Guerra Fria, quando as Olimpíadas se transformaram em uma das frentes de batalha político-ideológica, na qual o triunfo esportivo era promovido como demonstração de superioridade do seu modelo de formação econômico-social<sup>1</sup>. Desde os anos 1960, principalmente, tem havido um crescente interesse governamental em buscar o sucesso olímpico, através do desenvolvimento do esporte de elite (Green; Houlihan, 2005). E mesmo após o fim da Guerra Fria, nas últimas décadas, a luta entre nações para ganhar medalhas em grandes competições internacionais cresceu. Isso levou organizações esportivas nacionais e governos em todo o mundo a gastar somas cada vez maiores em esportes de elite. E várias nações mostraram que o financiamento acelerado de esportes de elite pode levar a um aumento do número de medalhas nos Jogos Olímpicos (De Bosscher *et al.*, 2008).

A China, evidentemente, não é uma exceção. Os esportes não ficaram em segundo plano nas estruturas de poder chinesas (Hwang; Chang, 2008). Mao Zedong, mais de 30 anos antes da proclamação da República Popular da China (RPC), em 1949, escreveu um ensaio intitulado “Um estudo da cultura física”, no qual exaltava a educação física como essencial para combater a má condição física da população (Mao, 2004). E, seguindo a tradição marxista de combinar o treinamento da mente com o treinamento do corpo (Riordan, 1976), quando a República Soviética Chinesa foi estabelecida em Ruijing, em novembro de 1931, o governo lançou uma política de esporte e liderança esportiva (Jarvie; Hwang; Brennan, 2008), graças à qual a educação física foi promovida no Exército, nas escolas, nos condados e nas aldeias (Wei; Hong; Zhouxiang, 2010). A RPC identificou o esporte não apenas como forma de manter corpos e mentes sãs, mas também como elemento do processo de modernização da nova China (Leite Junior; Rodrigues, 2024, p. 77).

O sucesso do esporte de elite sempre foi fundamental para o governo da China. Desde que o país retornou ao Comitê Olímpico Internacional (COI), no fim dos anos 1970, à

---

<sup>1</sup> Recordemos que essa frente de batalha esportiva levou, inclusive, ao boicote de duas edições da Olimpíada: o dos Jogos de Moscou em 1980, puxado pelos EUA; e, como resposta, o liderado pela União Soviética a Los Angeles, em 1984.

mesma altura em que iniciava seu processo de reforma e abertura, e voltou aos Jogos Olímpicos, em 1984, a trajetória olímpica chinesa se tornou um caso único de sucesso. Entre sua primeira medalha de ouro, em Los Angeles 1984, até Paris 2024, a China conquistou 325 ouros, tornando-se a terceira colocada no ranking de medalhas de ouro de toda a história, atrás dos EUA e da União Soviética. A China conseguiu não só alcançar as potências esportivas como se consolidou como superpotência olímpica e única concorrente real dos EUA desde o fim da URSS<sup>2</sup> (Leite Junior; Rodrigues, 2024, p. 89).

Para isso, a China implementou diversos projetos voltados à conquista da glória olímpica, mas também para criar e desenvolver um novo setor da economia — a indústria esportiva —, a fim de servir ao necessário processo de acumulação, como se evidencia na nova economia do projetamento (Jabbour *et al.*, 2020): “Estratégia olímpica” (1985) (Hong; Zhouxiang, 2012d); “Planos estratégicos para a glória olímpica (1994-2000, de 1995; 2001-2010, de 2002; e 2011-2020, de 2011)” (Zheng *et al.*, 2018); “Projeto 119” (Zheng; Chen, 2016) e “Estratégia ‘Convidar para entrar e sair’”, além de planos quinquenais para o desenvolvimento do esporte, elaborados pela Comissão de Esportes, Administração-Geral de Esportes e Conselho de Estado da RPC (Zheng *et al.*, 2018).

O objetivo deste trabalho é olhar para o caso da ascensão da China nos esportes olímpicos para entender o socialismo com características chinesas, a centralidade do Estado e sua capacidade de gerar uma cadeia de setores produtivos. Assim sendo, pretendemos demonstrar de que forma o sucesso olímpico chinês nos ajuda a compreender como funciona não apenas o planejamento do Estado, mas também o projetamento como estágio superior do socialismo chinês, por meio de políticas públicas esportivas que ao mesmo tempo visam ao desenvolvimento dos esportes olímpicos e ao crescimento da indústria esportiva. A trajetória da China até chegar ao patamar de superpotência olímpica acompanha a ascensão do país no cenário global, fruto do seu notável desenvolvimento econômico, tecnológico e social. Ou seja, a escalada olímpica chinesa nos permite visualizar, na esfera esportiva, a concretização da nova economia do projetamento como mola propulsora do processo de *catching-up* chinês<sup>3</sup>, refletindo aquilo que De Paula e Jabbour observaram: a China é o exemplo mais flagrante de um país que busca de forma consciente e persistente uma estratégia de desenvolvimento a longo prazo, a fim de superar a sua própria condição periférica (De Paula; Jabbour, 2020). Em suma, o sucesso olímpico chinês é um exemplo de que “o conceito se manifesta no movimento real”, como bem constata Jabbour e Capovilla (2024).

A trajetória olímpica chinesa tem despertado o interesse acadêmico já há algum tempo. Diversos estudos foram publicados ao longo dos últimos anos (Chen; Zheng, 2019; Green; Houlihan, 2005; Hong, 2008; Hong; Zhouxiang, 2012b; Tan; Houlihan, 2012; Wei; Hong; Zhouxiang, 2010; Zheng, 2019; Zheng; Chen, 2016), contudo nenhum observa esse fenômeno sob a perspectiva das políticas públicas do esporte como um caso concreto da nova economia do projetamento. Desse modo, a pertinência deste artigo reside precisamente no seu caráter

<sup>2</sup> A título informativo, das 9 edições dos Jogos Olímpicos de Verão que disputou, entre 1952 e 1988, a União Soviética venceu 6. Em Barcelona 1992, a delegação vencedora foi a da Equipe Unificada, que reuniu 12 das 15 ex-repúblicas soviéticas. De Atlanta 1996 até Paris 2024, só 2 vezes os EUA não ficaram isolados à frente no quadro de medalhas: em Pequim 2008 (China 48 × 36 EUA) e em Paris 2024 (China 40 × 40 EUA) — o que demonstra o quão significativo é o sucesso olímpico chinês.

<sup>3</sup> *Catching-up* aqui pode ser entendido como um processo pelo qual um país em desenvolvimento reduz o seu atraso tecnológico em alguns setores-chave, com aumento significativo de produtividade, taxas de crescimento e renda, o que resulta em redução da sua assimetria perante os países ricos em termos de desenvolvimento econômico, tecnológico e social.



A China enviou pela primeira vez uma delegação olímpica nos Jogos de Verão de 1952, em Helsinque, Finlândia

inovador, ao utilizar como enquadramento teórico a nova economia do projeto e ao refletir sobre como essa teoria nos ajuda a compreender o desenvolvimento chinês, inclusive na esfera esportiva.

## 2. A NOVA ECONOMIA DO PROJETO

O desenvolvimento econômico da República Popular da China é notável. Em 1978, o PIB chinês era de apenas US\$ 149,5 bilhões; em 2023, havia disparado para mais de US\$ 18 trilhões, tornando a China a segunda maior economia do mundo. A nação oriental também se tornou líder em setores-chave, como eletrônicos, telecomunicações e energia renovável. A China agora responde por mais de 30% da produção industrial global e abriga algumas das maiores e mais inovadoras empresas do mundo. O país também se tornou líder global em tecnologia 5G e inteligência artificial, ressaltando suas ambições de impulsionar a próxima onda de inovação global. As realizações da China na erradicação da pobreza são inigualáveis, com as Nações Unidas reconhecendo sua conquista em tirar mais de 800 milhões de pessoas da pobreza extrema. Nas últimas décadas, a China foi responsável por mais de 70% da redução da pobreza global, demonstrando a capacidade do país de não apenas se transformar, mas também servir de modelo para outras nações em desenvolvimento.

O desenvolvimento econômico, tecnológico e social da China causou uma dinâmica disruptiva a partir da sua ascensão no cenário da geopolítica global e o choque no *status quo* hegemônico ocidental que isso provocou no centro do sistema mundial capitalista, em particular na única superpotência global desde o colapso da URSS, os EUA. O abalo provocado pelo contínuo crescimento chinês nas últimas décadas, sustentado pelo socialismo com características chinesas, despertou uma disputa de narrativas na busca pela definição do





Acima, “diplomacia do pingue-pongue”: visita de delegação esportiva dos EUA à China pela primeira vez na história, em 1971. Ao lado, em 1972 Mao Zedong recebe em Pequim o presidente dos EUA, Richard Nixon

modelo econômico chinês, com argumentos que iam desde a interpretação de que a China simplesmente havia abraçado a economia de livre mercado à alegação de que o país seria uma espécie de “capitalismo de Estado”. Não nos alinhamos nem com um nem com outro. Acompanhamos o entendimento de Heilmann (2018), que considera que a dinâmica de desenvolvimento da China exige a utilização de perspectivas analíticas que vão além de tipologias preconcebidas. Gabriele e Schettino (2012), ao analisarem o “socialismo de mercado” na China, haviam apontado para o conceito de *modo moderno de produção*. Jabbour (2019, p. 113) foi além e sugeriu que uma nova formação econômico-social está em andamento, concepção com a qual Gabriele viria a concordar (Gabriele; Jabbour, 2022, p. 325).

Desse modo, acompanhamos a interpretação de que o socialismo com características chinesas é uma formação social complexa (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2021), que reorganizou o planejamento do desenvolvimento em termos de conteúdo, processos e métodos para dar espaço à coordenação do mercado, preservando também o controle geral do Estado (Heilmann, 2018, p. 132), mediante a qual o governo chinês continua a elaborar agendas políticas de longo prazo que visam antecipar, utilizar e moldar as tendências do mercado nacional e global (Heilmann, 2018, p. 131).

Assim, entendemos que foi graças ao processo de *catching-up* que China construiu a própria formação econômico-social a partir de sua realidade concreta, por meio do processo dialético denominado socialismo de mercado, que permitiu ao país, ao adotar elementos da economia de mercado, empreender um impressionante processo de desenvolvimento e acumulação de capital. Alinhamos, dessa forma, nosso ponto de vista com Jabbour *et al.* (2021), que classificam a RPC como uma sociedade liderada por uma força política determinada a fazer a transição para o socialismo (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2021) e em que o planeja-

## A trajetória da China até chegar ao patamar de superpotência olímpica acompanha a ascensão do país no cenário global, fruto do seu notável desenvolvimento econômico, tecnológico e social. Ou seja, a escalada olímpica chinesa nos permite visualizar, na esfera esportiva, a concretização da nova economia do projetamento como mola propulsora do processo de *catching-up* chinês

mento pode ser visto como a ação humana deliberada para a estabilidade que faz sentido sob a forma de uma lógica econômica essencial no socialismo de mercado (Jabbour, 2019, p. 112). Estaríamos, assim, diante de um estágio superior do socialismo com características chinesas, a nova economia do projetamento (Gabriele; Jabbour, 2022, p. 325; Jabbour; Dantas, 2021, p. 290; Jabbour *et al.*, 2021).

Na complexa construção da nova economia do projetamento, diferentes modos de produção coexistem. Algo que podemos encontrar na literatura clássica do marxismo. Primeiro, no *Manifesto comunista*, Marx e Engels estabeleceram as bases da concepção da transição do capitalismo para o comunismo:

O proletariado usará sua supremacia política para arrancar, gradualmente, todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado como classe dominante; e para aumentar o total de forças produtivas o mais rápido possível (Marx; Engels, 1976a, tradução nossa).

Três pontos nessa passagem se destacam. Marx e Engels reconhecem que a transição será “gradual”, mas ao mesmo tempo enfatizam a importância dos altos comandos da economia quando afirmam que “o proletariado usará sua supremacia política [...] para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado”. O terceiro ponto tem a ver com o reconhecimento da coexistência de diferentes modos de produção nesse período de transição. Afinal, além de ser uma mudança em graus, ela impõe a necessidade de “aumentar o total de forças produtivas o mais rápido possível”, o que significa que até o fim do processo haverá mais de uma força produtiva. Em 1875, escrevendo a *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx se refere mais uma vez à transição para o comunismo, observando que a sociedade comunista será inevitavelmente assinalada com as marcas de nascença da velha sociedade (Marx; Engels, 1976b). O importante, portanto, é identificar qual modo de produção é dominante e qual classe

ou força política tem controle sobre fatores objetivamente estratégicos (Jabbour *et al.*, 2021).

Na China, o Estado detém a centralidade do poder político e econômico, em uma “composição político-social nucleada por forças que advogam o sentido socialista — notadamente o bloco histórico formado pelo Partido Comunista da China (PCCh)” (Jabbour; Capovilla, 2024, p. 4). Jabbour e Capovilla acrescentam que é o caminho construtivo do socialismo que permite o surgimento e o desenvolvimento de conceitos como o do projeto, que cria a base para transformar as necessidades fundamentais de desenvolvimento da sociedade em tecnologias que concebem, projetam e implementam projetos estratégicos para o bem coletivo, em vez de servir ao capital ou ao mercado. Na China, sob a liderança do Partido Comunista, abordar as demandas sociais conscientemente se torna uma ferramenta genuína para fomentar a racionalidade social (Jabbour; Capovilla, 2024). A centralidade do poder, ao usar a racionalidade social a serviço do desenvolvimento das forças produtivas visando à transformação da realidade concreta através do projeto, é precisamente o que caracteriza a nova economia do projeto (Jabbour; Capovilla, 2024, p. 5).

Como veremos a seguir, desde o retorno da China ao COI, o país elaborou e implementou diversos projetos para o desenvolvimento dos esportes olímpicos, um projeto ao longo de décadas, que identificou as carências e utilizou todo o empenho nacional — *ju-guo tizhi* (举国体制) — para tornar o país uma potência olímpica.

### 3. O ESPORTE NA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (RPC)

A história está em movimento, com vários elementos em constante interação. Entender a dinâmica dos fatos históricos é considerar que o universal é o ponto de partida e sua natureza é pressuposta na explicação dos particulares. Ou seja, é perceber que a história não acontece por acaso e não é um ato isolado. Portanto, contrariamente à lógica dominante no capitalismo, assim como não se pode separar o produtor do processo total de produção, nem se deve dissociar a divisão do processo de trabalho em partes à custa da humanidade individual do trabalhador, muito menos se for necessário proceder à atomização da sociedade em indivíduos que simplesmente seguem produzindo sem razão (Lukács, 1972), parece-nos inconcebível, por ser insuficiente, analisar o sucesso da trajetória olímpica chinesa a partir dos

Foi através daquele que se tornou o maior exemplo da diplomacia do esporte, a diplomacia do pingue-pongue, que uma delegação estadunidense visitou a China pela primeira vez na história, em 1971, abrindo espaço para que, em 1972, Mao Zedong recebesse em Pequim o então presidente dos EUA, Richard Nixon

anos 1980 em seu particular, dissociado do todo. E como Milton Santos nos ensinou, “o todo só pode ser conhecido pelo conhecimento das partes e as partes só podem ser conhecidas pelo conhecimento do todo”, porém, como alertou o grande geógrafo brasileiro, “essas duas verdades são, porém, parciais”, pois, “para se chegar à verdade total, é preciso reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes, pelo processo de totalização” (Santos, 2006, p. 77). Ou seja, não podemos olhar os projetos de desenvolvimento dos esportes olímpicos e da indústria esportiva na China individualmente, mas sim como parte do universal, integrado à sua totalidade, ao seu contexto social, político, econômico, geopolítico.

Não é por acaso que o esporte na China, em particular para os comunistas, como visto na introdução, nunca tenha estado em segundo plano. Com a proclamação da RPC em 1º de outubro de 1949, o esporte seguiu identificado como instrumento fundamental para a construção da nova China. Do mesmo modo que o plano de modernização socialista iniciado pelos comunistas chineses seguia o modelo soviético, inclusive com a adoção dos planos quinquenais (Heilmann, 2018; Hu, 2013; Shabad, 1955), existiu na primeira década da RPC o processo de “sovietização dos esportes chineses” (Hong; Zhouxiang, 2012c; Zheng *et al.*, 2018). Esse processo abarcava, por exemplo, desde a adoção de um sistema de gestão esportiva centralizado (até o nome *Comissão de Esporte* era de inspiração soviética) ao estabelecimento de relações diplomáticas com países do Leste Europeu, permitindo a cooperação e o intercâmbio em diversos esportes e até mesmo levando a RPC a se envolver com o COI, ao participar dos Jogos Olímpicos de Helsinque, em 1952 (Leite Junior; Rodrigues, 2024, p. 78-81).

Compreender a experiência do socialismo chinês nos permite entender fatos históricos do esporte na RPC, da mesma forma como o esporte reflete o meio político, geopolítico e econômico. A disputa política pelo reconhecimento e legitimidade da RPC como a única China fez com que o país se ausentasse dos Jogos de Melbourne 1956 e rompesse com o COI e mais dez federações internacionais esportivas em 1958 (Leite Junior; Rodrigues, 2024, p. 82). O rompimento das relações sino-soviéticas levou a China se reposicionar no tabuleiro da geopolítica global, aproximando-se do Movimento dos Países Não Alinhados e se oferecendo como alternativa (Qingmin, 2013), o que culminou no surgimento dos Jogos das Novas Forças Emergentes, megaevento esportivo bancado pela China e que desafiava a hegemonia do COI (Leite Junior; Rodrigues, 2024, p. 85). As tensões entre chineses e soviéticos no fim dos anos 1960 fizeram com que as lideranças da RPC procurassem, no início da década de 1970, o estabelecimento de relações com os EUA. E foi através daquele que se tornou o maior exemplo da diplomacia do esporte, a diplomacia do pingue-pongue, que uma delegação estadunidense visitou a China pela primeira vez na história, em 1971, abrindo espaço para que, em 1972, Mao Zedong recebesse em Pequim o então presidente dos EUA, Richard Nixon. Na ocasião, o jornal *Diário do Povo* relatou que a China estava de volta à família internacional. No final da visita de Nixon à China, a declaração conjunta das duas nações, o “Comunicado de Xangai”, anunciou que as relações entre elas seriam baseadas nos “Cinco princípios da coexistência pacífica”, e os Estados Unidos reconheceram formalmente que “existe apenas uma China” (Leite Junior; Rodrigues, 2024, p. 86-88).

A diplomacia do pingue-pongue não serviu apenas para estabelecer as relações China-EUA. Os chineses aproveitaram a oportunidade para se reabrir para o mundo. Em 1973, o país retornou à Federação dos Jogos Asiáticos (AGF). A reunião do Comitê Executivo da AGF em 1973 concluiu que a China deveria ser representada pela Federação Esportiva

de Toda a China e que Taiwan fosse expulso (Qingmin, 2013). A China buscou ainda se reconectar com o Movimento Olímpico e, sem sucesso, apelou para participar dos Jogos de Montreal 1976. Em 1979, o COI adotou resolução determinando que o Comitê Olímpico de Taiwan fosse renomeado Comitê Olímpico de Taipé Chinês e a RPC retornasse ao COI na condição de única representante da China.

#### 4. RETORNO AO COI: INICIA-SE O PROJETO OLÍMPICO

O retorno da China ao COI coincide com a ascensão de Deng Xiaoping à liderança do país, marcando o início do período de reformas econômicas e o aprofundamento de um processo iniciado por Mao, de retorno à comunidade internacional e abertura ao mundo. Nesse ponto, a China estabelece como meta a conquista da modernização nacional e o esforço por alcançar os países capitalistas ocidentais. As políticas do esporte não eram estranhas a Deng, que viveu anos na França, era apaixonado por futebol e antes da Revolução Cultural se encarregara das políticas esportivas. E o esporte desempenhou papel fundamental nesse processo de modernização.

Em 1978, a Comissão do Esporte organizou uma conferência nacional na qual o Conselho de Estado declarou que o desenvolvimento do esporte era uma missão importante porque promovia “o impulso para alcançar e até mesmo ultrapassar outras superpotências esportivas” e, portanto, contribuiria “para estabelecer uma superpotência socialista moderna” (Tan; Green, 2008, tradução nossa). A Comissão do Esporte organizou outras duas conferências. Em fevereiro de 1979, foi decidido que novas políticas esportivas seriam implementadas com o objetivo de realizar as “Quatro modernizações”<sup>4</sup>. Em 1980, uma nova conferência estabeleceu oficialmente uma estratégia para o desenvolvimento do esporte. De acordo com o então ministro do Esporte, Wang Meng, um esporte de elite seria uma forma eficaz de impulsionar a imagem do país no cenário internacional. O governo procurou usar o esporte para aumentar a autoestima, a autoconfiança e a dignidade nacionais (Hong; Zhouxiang, 2012d). Wang também reconheceu as limitações econômicas que o país enfrentava àquela altura. Ele declarou, na Conferência Nacional de Esportes, que forjar uma relação entre o esporte e a economia socialista era crucial para o desenvolvimento de um esporte de elite, que poderia ajudar na distribuição dos recursos limitados de toda a nação para esportes ganhadores de medalhas (Hong, 2008; Hong; Zhouxiang, 2012d; Wei; Hong; Zhouxiang, 2010).

Os primeiros planos delineados para esportes de elite na China foram apresentados em 1980. Um plano de curto prazo estabeleceu a meta de fazer o país alcançar o top 10 dos Jogos de Moscou 1980 e o top 6 dos Jogos de Los Angeles 1984, enquanto o plano de longo prazo estabeleceu a meta ambiciosa de elevar o país ao nível de potência esportiva no final da década de 1980. A China, no entanto, foi uma das 65 delegações que integraram o boicote aos Jogos de Moscou de 1980, liderado pelos EUA. primeira participação chinesa nos Jogos de Verão ocorreu em Los Angeles 1984. Aproveitando o boicote liderado pela URSS e a ausência de potências olímpicas como a República Democrática Alemã e alguns países do Leste Europeu, a China alcançou um honroso quarto lugar, com 15 medalhas de ouro.

<sup>4</sup> As “Quatro modernizações” foram metas apresentadas pela primeira vez por Zhou Enlai em 1963, mas implementadas, por Deng Xiaoping, apenas em dezembro de 1978, no 3º Plenário do 11º Comitê Central do Partido Comunista da China. Consistiam, resumidamente, na busca pela modernização da agricultura, indústria, tecnologia e defesa. Sua implementação é considerada um marco do início das reformas na era Deng.



Montagem



EUA boicotaram os Jogos Olímpicos de Moscou, em 1980, e a União Soviética revidou, boicotando as Olimpíadas de Los Angeles, em 1984

O bom resultado em Los Angeles aumentou a ambição olímpica chinesa. Deng Xiaoping, que desde 1978 se envolveu diretamente com a questão do retorno da China ao COI, ressaltou o enorme impacto e influência do esporte e afirmou: “O sucesso do esporte reflete o poder da economia e da civilização de um país. O esporte atrai e inspira muita gente. Nós precisamos melhorar ainda mais os nossos esportes.” (Xu, 2008, p. 216, tradução nossa) De imediato foram adotadas medidas para atender aos objetivos de conquistar o maior número de medalhas de ouro possível. Por exemplo, dois princípios orientadores se tornaram fundamentais: *quan guo yi pan qi* (全国一盘棋) e *guo nei lian bing, yi zhi dui wai* (国内练兵, 一致对外). O primeiro, em tradução literal, seria “um jogo de xadrez em todo o país”, mas seu significado era mais profundo e implicava que as províncias deveriam se concentrar em esportes nos quais pudessem vencer internacionalmente, e tanto os atletas quanto as províncias deveriam seguir o plano da Comissão de Esportes para ajudar a nação a garantir o ouro no cenário global. Já o segundo, “treinando em casa, unidos contra inimigos estrangeiros”, consistia em adotar postura menos competitiva nos torneios nacionais, pois disputas entre equipes chinesas deveriam servir ao aprimoramento de habilidades, afinal o objetivo principal seria ganhar campeonatos internacionais (Xu, 2008, p. 216-217).

Em 1985, a Sociedade de Investigação Estratégica para o Desenvolvimento da Educação Física e do Esporte produziu o documento “Estratégia olímpica”, que estabeleceu, definitivamente, o esporte de alto rendimento como a prioridade tanto a curto quanto a longo prazo e que apontava a conquista de medalhas de ouro olímpicas como razão de honra e orgulho nacionais. No ano seguinte, a Comissão de Esporte implementou as “Decisões sobre a reforma do sistema esportivo”, enfatizando as diretrizes da “Estratégia olímpica”, das quais destacamos: estabelecer o sistema de treino científico; melhorar o sistema de competições

Uma das formas de cumprir o objetivo do “Projeto 119” foi a “Estratégia ‘Convidar para entrar e sair’”. Basicamente consistia na busca de intercâmbio da China com países mais avançados nas modalidades identificadas. A “saída” significava enviar atletas para o exterior, para aprenderem com os melhores treinadores e mediante as melhores técnicas de aprendizagem, mas também para irem a locais cujos centros de treinamento e metodologias de treino fossem mais avançados, obtendo assim conhecimentos para implementar em casa. Por outro lado, o “convite” passava por atrair para a China os melhores profissionais

esportivas; promover a investigação científica do esporte; reformar os sistemas de esporte e educação física; enfatizar o significado político do esporte; melhorar as premiações das competições; desenvolver políticas flexíveis para as competições esportivas. A “Estratégia olímpica” foi o projeto modelo para os esportes chineses nos anos 1980 e 1990 (Hong, 2008), possibilitando a consolidação e desenvolvimento aprofundado de projetos estratégicos para os esportes de alto rendimento nas três décadas seguintes (Zheng, 2019).

## 5. *JUGUO TIZHI* (举国体制) E OS “PLANOS ESTRATÉGICOS PARA A GLÓRIA OLÍMPICA”

Nos Jogos de Seul 1988, contudo, o rendimento chinês caiu. Com o retorno de potências olímpicas como União Soviética e RDA, além de forças do Leste Europeu, os chineses viram o número de medalhas de ouro diminuir de 15 para 5 e desceram da 4ª para a 11ª colocação. Isso provocou mudanças na estrutura esportiva do país, a começar pelo cargo de diretor-geral da Comissão de Esporte, que foi assumido por Wu Shaozhu. A Comissão de Esporte também reformou o sistema educativo para jovens talentos e, em parceria com o Ministério da Educação, decretou um novo regulamento para a educação física. Na ocasião, o país também percebeu o papel da ciência para o sucesso esportivo, passando a dar-lhe maior importância (Zheng *et al.*, 2018).

Outro grande incentivo foi a ampliação do sistema de apoio ao esporte de alto rendimento, o *juguo tizhi* (举国体制), que direcionou ainda mais todos os recursos disponíveis para os Jogos Olímpicos. *Juguo tizhi* significa que todo o país deve fazer o máximo esforço para apoiar o esporte de alto rendimento: ou seja, que os governos central e locais devem usar o seu poder para canalizar em todo o país os recursos financeiros e humanos adequados para apoiar o desporto de elite, a fim de ganhar a glória olímpica para a nação. O *juguo tizhi* se distingue pelo reconhecimento da ideologia política da China; pela centralização de seu sistema esportivo; e por seu foco na ampliação do nível de sucesso esportivo por meio de um sistema de treinamento especializado e seletivo.

O orçamento para os esportes olímpicos aumentou consideravelmente: o ciclo olímpico para os Jogos de Seul teve um orçamento equivalente a US\$ 552 milhões (US\$ 138 milhões por ano), valor que triplicou para o ciclo de Barcelona 1992: US\$ 1,66 bilhão no total (US\$ 416, 5 milhões por ano) (Xu, 2008). E os resultados em Barcelona 1992 foram animadores. Os chineses voltaram ao top 4, com 16 medalhas de ouro, sendo que dessa vez enfrentando todas as potências olímpicas, incluindo a Equipe Unificada (que reunia 12 das 15 antigas Repúblicas Soviéticas) e a Alemanha reunificada. O presidente chinês Jiang Zemin comentou: “O senso de patriotismo e o espírito de luta dos nossos atletas tiveram enorme influência sobre nosso povo. O sucesso esportivo é o tesouro da nação. Ele encoraja o povo chinês a trabalhar duro para desenvolver o nosso país.” (Hong; Zhouxiang, 2012d)

Como já foi dito, não é possível compreender o desenvolvimento e o sucesso do esporte olímpico chinês se não entendermos todo o processo de transformação apontado para o socialismo pelo qual a China passa sob o comando do PCCh. O ciclo olímpico para Atlanta 1996 é reflexo disso. Após o 14º Congresso do PCCh, em outubro de 1992, adotar oficialmente o sistema de economia de mercado socialista e estabelecer a teoria de Deng Xiaoping sobre o socialismo com características chinesas como teoria orientadora, o esporte também passou por profundas reformas no decorrer da década. Em 1993, Wu Shaozhu defendeu a tese de que o mercado esportivo chinês deveria se abrir ao mundo e que os esportes deveriam se profissionalizar e comercializar. A fim de estabelecer as bases para o crescimento do esporte em uma economia cada vez mais mercantilizada, em 1995 o Conselho de Estado da China aprovou a implementação de três objetivos: o “Plano estratégico para a glória olímpica”, a “Estratégia de desenvolvimento da indústria e comércio do esporte” e o “Programa nacional de aptidão física para todos”.

O “Plano estratégico para a glória olímpica 1994-2000” reforçou o papel fundamental do *juguo tizhi* e a importância do sucesso esportivo para o país. A ambição da China era restabelecer sua imagem e status nacionais e inspirar confiança nacional, tendo como objetivo principal alcançar as potências ocidentais por meio do sucesso olímpico. Isso significava que a “Estratégia olímpica” era uma prioridade nacional e o foco do primeiro “Plano para a glória olímpica” estava em esportes e modalidades individuais. Se antes o objetivo era canalizar os limitados recursos, àquela altura a realidade econômica chinesa já era diferente. Com o desenvolvimento do socialismo chinês, o orçamento estatal para os esportes teve um incremento substancial.

Os resultados vieram. Em Atlanta 1996, a delegação chinesa manteve o 4º lugar obtido em Barcelona, conquistando a mesma quantidade de medalhas de ouro: 16. Já em Sydney 2000, a China saboreou pela primeira vez algo próximo à glória olímpica, conquistando 28 ouros, atrás apenas dos EUA e da Rússia. Na ocasião, o presidente Jiang Zemin afirmou:



“O sucesso dos esportes estadunidenses depende do poder econômico dos EUA; o sucesso dos esportes da Rússia depende dos ricos recursos e da experiência do país em treinamento de atletas de elite; o sucesso dos esportes chineses depende do *juguo tizhi*.” (Wei; Hong; Zhouxiang, 2010, tradução nossa)

No ciclo entre Atlanta e Sydney, a estrutura administrativa do esporte na China passou por grande reestruturação. O modelo soviético, adotado desde os anos 1950, piramidal, centralizado e hierárquico, do governo central aos governos provinciais, destes aos municipais etc., passou a ter um caráter mais multinível e simplificado, adotando aquilo que denominamos “descentralização centralizada” (Leite Junior; Rodrigues, 2024, p. 115) e buscando uma maior eficiência a partir da cooperação multicanais entre os órgãos. Essa mudança acompanhou a reforma do governo central, que reestruturou os ministérios. Em 1998, a Comissão de Esporte passou a se chamar Administração-Geral de Esportes (AGE). Esse órgão também teve sua estrutura alterada, passando de 20 para 9 departamentos.

## 6. PEQUIM 2008 E A GLÓRIA OLÍMPICA

Sediar os Jogos Olímpicos de Verão sempre foi um objetivo importante para a estratégia olímpica chinesa, como bem observam Hong e Zhouxiang, não apenas do ponto de vista esportivo, mas também pela mensagem de força política e econômica, de mostrar ao mundo que o país é capaz de organizar um megaevento esportivo como a Olimpíada (Hong; Zhouxiang, 2012a). Em 1993, a China viu frustrada a tentativa de sediar os Jogos de 2000. Em 2001, porém, o país finalmente venceu a concorrência, e sua capital, Pequim, receberia o maior megaevento esportivo global em 2008.

Esse fato influenciou todo o projeto estatal para a primeira década dos anos 2000. Uma série de projetos foi publicada no intuito de preparar a realização dos Jogos de Pequim e, principalmente, para que a China triunfasse. Em julho de 2002 foi publicado o documento “Maior fortalecimento e progresso do esporte na nova era”, que enfatizava que Pequim 2008 era a prioridade fundamental de todo o país. Baseando-se no plano estratégico anterior, a AGE lançou, em 2002, o “Plano estratégico para a glória olímpica 2001-2010”, este com um objetivo mais audacioso. Sua meta principal era clara: bater os EUA e a Rússia, vencer era tudo o que importava. Afinal, atingir o topo em um megaevento esportivo como os Jogos Olímpicos seria uma forma de mostrar ao mundo o desenvolvimento econômico da China, a sua prosperidade e modernização. Sediar exitosamente esse acontecimento, oferecer estádios e equipamentos esportivos modernos e de alto padrão, apresentar uma cidade organizada e próspera seriam a confirmação de que a nova China havia superado o Século de Humilhações.

Para reforçar o “Plano estratégico para a glória olímpica 2001-2010, outros projetos foram implementados, como o “Plano de ação glória olímpica 2008” (cujo propósito era reiterar a importância de alcançar o topo em Pequim), o “Projeto 119” e a “Estratégia ‘Convidar para entrar e sair’”. O “Projeto 119” tem esse nome porque, quando o governo chinês atribuiu às equipes de alguns esportes e modalidades metas a serem atingidas a fim de maximizar o número de medalhas, o número total de medalhas de ouro nos Jogos de Sydney 2000 era 119. Esses esportes eram: atletismo, natação, remo e canoagem/caiaque e vela.

Uma das formas de cumprir o objetivo do “Projeto 119” foi a “Estratégia ‘Convidar para entrar e sair’”. Basicamente consistia na busca de intercâmbio da China com países



Bancados pela China, os Jogos das Novas Forças Emergentes (Games for the New Emerging Forces — Ganefo) foram criados pela Indonésia nos anos 1960 como contraponto aos Jogos Olímpicos. Na foto acima, a abertura da primeira edição realizada em Jacarta de 10 a 22 de novembro de 1963

mais avançados nas modalidades identificadas. A “saída” significava enviar atletas para o exterior, para aprenderem com os melhores treinadores e mediante as melhores técnicas de aprendizagem, mas também para irem a locais cujos centros de treinamento e metodologias de treino fossem mais avançados, obtendo assim conhecimentos para implementar em casa. Por outro lado, o “convite” passava por atrair para a China os melhores profissionais para trabalharem nos centros de alto rendimento chineses.

Antes de Pequim 2008, entretanto, houve Atenas 2004, ocasião na qual a China conquistou 4 medalhas de ouro a mais do que em 2000, marcando, até então, seu novo recorde, de 32 ouros. Bateu a Rússia e ascendeu ao 2º lugar no quadro de medalhas. Além disso, atletas da China bateram 6 recordes mundiais e 21 recordes olímpicos.

Pequim 2008 foi um grande sucesso, em vários aspectos. Em meio à enorme crise do capitalismo, com recessão econômica nos países do centro do sistema, a China transmitiu ao mundo a imagem de uma nação rejuvenescida, moderna, desenvolvida econômica e socialmente. Hu Jintao aproveitou seu discurso para reforçar a mensagem de ascensão pacífica. Apelando ao espírito olímpico de solidariedade, amizade e paz, Hu ressaltou que, diante da grave crise internacional, o momento demandava, mais do que nunca, “a necessidade de nos entendermos, acomodarmo-nos e cooperarmos uns com os outros”, e finalizou dizendo que o país deveria “promover a construção de um mundo harmonioso, de paz duradora e prosperidade comum” (Giulianotti, 2015).

A China conquistou 51 medalhas de ouro, 15 a mais do que os EUA, e pela primeira vez ocupou o lugar mais alto do quadro de medalhas. O estrondoso sucesso esportivo nos Jogos Olímpicos reiterou esse sentimento de demonstração de capacidade e força da China e, mais, evidenciou o seu novo posicionamento no mundo.

## 7. PÓS-PEQUIM 2008: ALÉM DO OURO

Em 2011, o “Plano estratégico para a glória olímpica 2011-2020” sinalizava que o objetivo passava a ser “aumentar a qualidade e o valor das medalhas de ouro olímpicas”, visando a que o esporte de alto rendimento nacional deixasse de ser “orientado por fatores” para passar a se guiar “pela inovação”. A China consolidou sua posição de potência olímpica em Londres 2012. Com 38 medalhas de ouro, a delegação chinesa superou em 9 ouros a Grã-Bretanha, dona da casa, e ficou na 2ª colocação, atrás apenas dos EUA.

Sob a liderança de Xi Jinping, o foco dos investimentos passou a ser o desenvolvimento da indústria esportiva, com o objetivo de consolidar o país como uma potência esportiva mundial, o que vai além das conquistas em competições internacionais, pois o que se pretende é que a indústria esportiva chinesa seja a maior do mundo até 2035. Para isso, manteve-se a busca pela realização de megaeventos esportivos, como os Jogos Olímpicos de Inverno Pequim 2022 (que fizeram da capital chinesa a primeira cidade do mundo a receber tanto a edição olímpica de verão quanto a de inverno) e os Jogos Asiáticos Hangzhou 2022, ao mesmo tempo que se buscou estimular a prática esportiva como forma de promoção da saúde e do bem-estar. O foco na promoção do preparo físico e da prática esportiva para todos (o incentivo ao esporte como prática recreativa, e não apenas direcionado à formação de atletas de alto rendimento) se evidenciou em documentos como o “Programa do preparo físico nacional (2016-2020)” e mesmo o “13º Plano quinquenal para o desenvolvimento do esporte na China”.

Entretanto, a queda de rendimento do país nos Jogos Rio 2016 ligou o sinal de alerta. A China caiu para a 3ª colocação, ficando atrás dos EUA e da Grã-Bretanha, com apenas 26 ouros. O Conselho de Estado e a AGE intervieram. Foram feitas reformas estruturais, maior investimento com foco no aumento da quantidade das medalhas de ouro e no reforço das modalidades que rendem muitas medalhas, como atletismo e esportes aquáticos. Identificou-se a necessidade de investir em modalidades dominadas pelas potências ocidentais, como atletismo, natação, canoagem, remo e vela, além de esportes coletivos, como basquete e vôlei. Além disso, houve alteração no quadro de treinadores das equipes, incluindo as de ginástica artística, tiro e badminton, modalidades que apresentaram grande declínio entre Londres 2012 e Rio 2016 (Zheng *et al.*, 2018).

Reforçou-se, ainda, o “Projeto de ação de ciência e tecnologia para a glória olímpica”, visando ao aprimoramento do rendimento atlético. A pesquisa de ciência e tecnologia ainda conta com uma estrutura interministerial, a partir do “Projeto de ação para tecnologia olímpica”, envolvendo o Ministério da Ciência e Tecnologia, a AGE, o Ministério da Educação, a Academia Chinesa de Ciências e até a Comissão de Ciência e Tecnologia e Indústria para a Defesa Nacional. De acordo com o *China statistical yearbook 2023*, publicado pela China Statistics Press, em 2022 havia 3.069 agências administrativas do esporte, 8 universidades e faculdades de esporte, 16 institutos técnicos esportivos, 220 escolas de educação física e esportes, 19 escolas de esportes competitivos, 1.201 escolas esportivas de tempo livre, 33 escolas secundárias de educação física, 60 bases de treinamentos, 509 estádios e ginásios e 46 institutos de pesquisa científica do esporte (China Statistics Press, 2023).

Para Tóquio 2020, por exemplo, recorreu-se à tecnologia dos mísseis. A Corporação de Ciência e Tecnologia Aeroespacial da China (CCTAC), principal prestadora de serviços para o programa espacial chinês, pôs à disposição de atletas da natação produtos de mensu-



Durante os Jogos Olímpicos de Paris 2024, a equipe da China conquistou o segundo lugar no quadro de medalhas, ficando atrás apenas dos Estados Unidos

ração aeroespacial, um sistema de alta tecnologia que lhes permitiu ganhar maior agilidade. A CCTAC também desenvolveu um sistema compacto de orientação de mísseis para reunir dados sobre a postura dos atletas. “Através da análise de dados, os atletas puderam formular programas de treinos científicos e tiveram apoio científico para aperfeiçoar suas performances”, publicou a CCTAC em sua conta na rede social Weibo (Chen, 2021). A natação chinesa conquistou 6 medalhas em Tóquio, mesma quantidade ganha no Rio 2016, porém, enquanto em 2016 apenas 1 foi de ouro, em 2021<sup>5</sup> foram 3. Em Paris-2024, foram 2 ouros, mas a natação conquistou o número recorde de 12 medalhas. Mais do que isso, Pan Zhanle venceu o ouro na principal prova da modalidade, os 100 m nado livre, com direito a quebra dos recordes olímpico e mundial.

Os resultados em Tóquio 2020 e Paris 2024 evidenciam a eficiência dos ajustes feitos no sistema esportivo depois do Rio 2016, reforçando o papel do projetamento no desenvolvimento dos mais diversos setores da sociedade. No Japão, a China ficou a 1 medalha de ouro de empatar com os EUA: 38 × 39. Já na França, a disputa foi ainda mais acirrada, e o time chinês conquistou tantos ouros quanto os estadunidenses (40), ficando em 2º no quadro geral.

O sucesso olímpico chinês, contudo, vai além das medalhas de ouro. Como já foi referenciado, um dos objetivos da “Estratégia olímpica” sempre foi o desenvolvimento da indústria esportiva chinesa. Meta que se intensificou sob a liderança de Xi Jinping, como o documento “Opiniões para a aceleração do desenvolvimento da indústria esportiva e promoção do consumo esportivo” (国务院关于加快发展体育产业促进体育消费的若干意见), publicado pelo Conselho de Estado em 2014, deixa bem evidente (Leite Junior; Rodrigues, 2024, p. 112). Esse processo de destruição criativa planejada<sup>6</sup> permitiu a projeção e o

<sup>5</sup> Os Jogos de Tóquio 2020 foram realizados em 2021 devido à pandemia de covid-19.

<sup>6</sup> Segundo Jabbour et al. (2020), na nova economia do projetamento, a destruição criativa planejada ocorre quando, por um lado, as inovações institucionais garantem compromissos com a continuidade do processo de desenvolvimento, e, por outro, o projeto é acompanhado do potencial de criação de novos setores econômicos de acumulação.

Os triunfos olímpicos da China oferecem uma ilustração concreta e convincente de como o projeto conduzido pelo Estado pode proporcionar sucesso abrangente em todos os setores, reforçando a validade da nova economia do projeto como modelo para entender a China

protagonismo de diversas empresas chinesas tanto nos Jogos de Tóquio 2020 quanto de Paris 2024: Anta (que já é a 3ª maior marca de material esportivo no mundo em lucros e valor de mercado), Li-Ning (5ª maior do mundo), Peak (patrocinadora do Comitê Olímpico Brasileiro). Empresas chinesas também foram responsáveis por fornecer diversos equipamentos esportivos, bem como muitas das inovações tecnológicas vistas em Paris, em especial o uso da inteligência artificial, foram providas por companhias chinesas, como Alibaba Cloud, SenseTime e Baidu.

## 8. CONCLUSÃO

Este artigo abordou a conexão intrincada entre o sucesso olímpico da China e a nova economia do projeto. A ascensão da China como uma potência esportiva global é resultado direto de estratégias lideradas pelo Estado que se alinham com objetivos nacionais mais amplos. As políticas esportivas do país, implementadas desde a década de 1980 após o retorno da China ao COI, foram moldadas por uma visão abrangente, similar à que norteia seu planejamento econômico e tecnológico. Esse sucesso reflete a essência do modelo de governança da China.

A nova economia do projeto, explorada neste artigo, estende-se além do planejamento econômico tradicional para atender às necessidades da sociedade, facilitando o sucesso em vários campos — incluindo esportes. Por meio de planejamento meticuloso, investimento em infraestrutura, cultivo de talentos e uso de ciência e tecnologia, a China sistematicamente estabeleceu as bases para seu domínio em competições esportivas internacionais. Essa trajetória reflete a ascensão econômica mais ampla da nação, para a qual o papel do Estado na gestão de recursos e na orientação do desenvolvimento provou ser essencial.

As conquistas olímpicas da China constituem um convincente exemplo de como a nova economia do projetamento opera em diversos setores, ressaltando sua capacidade de resolver contradições, entre necessidades sociais imediatas e objetivos estratégicos de longo prazo. A atuação do Estado na promoção da colaboração esportiva internacional e de avanços científicos e na garantia da alocação de recursos para o desenvolvimento esportivo exemplifica como esse modelo econômico transcende preocupações puramente econômicas e promove o progresso nacional holístico.

Além disso, esta análise contribui para uma compreensão mais profunda da evolução do socialismo com características chinesas. Ela mostra como o socialismo, sob o modelo de governança da China, é dinâmico e responsivo, aplicando o planejamento central de maneiras que produzem resultados mensuráveis tanto na prosperidade material quanto na realização social. O sucesso olímpico simboliza objetivos nacionais mais amplos, como modernização econômica, liderança global e coesão social. A nova economia do projetamento, portanto, surge não apenas como uma estrutura para planejamento econômico, mas como uma ferramenta conceitual que captura a natureza multifacetada do crescimento e da governança da China.

Em suma, os triunfos olímpicos da China oferecem uma ilustração concreta e convincente de como o projetamento conduzido pelo Estado pode proporcionar sucesso abrangente em todos os setores, reforçando a validade da nova economia do projetamento como modelo para entender a China. Por fim, concluímos que a integração do desenvolvimento esportivo em um planejamento estatal mais amplo demonstra a capacidade do socialismo com características chinesas de se adaptar, inovar e proporcionar sucesso em um cenário global cada vez mais competitivo e interconectado.

\* Investigador associado do International College of Football, Tongji University (China). Doutor em Políticas Públicas pela Universidade de Aveiro (UA), Portugal. Pós-doutor em Estudos Chineses pelo Departamento de Línguas e Cultura (DLC) da UA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1512-0019>

► Texto recebido em 5 de outubro de 2024; aprovado em 14 de outubro de 2024.

- AMARA, Mahfoud. **Sport, politics and society in the Arab world**. London: Palgrave Macmillan, 2012.
- BAIRNER, Alan. **Sport, nationalism and globalization: European and North American perspectives**. Albany: State University of New York Press, 2001.
- CHEN, Shushu; ZHENG, Jinming. China's strategies to host the sports mega events. In: ZHENG, Jinming et al. (Org.). **Sport Policy in China**. Abingdon; New York: Routledge, 2019. p. 130-149.
- CHEN, Stephen. The missile tech firing up China's Olympic swimming rockets. **South China Morning Post**, August 2, 2021. Disponível em: <[www.scmp.com/news/china/science/article/3143403/missile-tech-firing-chinas-olympic-swimming-rockets](http://www.scmp.com/news/china/science/article/3143403/missile-tech-firing-chinas-olympic-swimming-rockets)>. Acesso em: 30 nov. 2024.
- CHINA STATISTICS PRESS. **China statistical yearbook 2023**. [S.l.]: China Statistics Press, 2023. Disponível em: <[www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2023/indexeh.htm](http://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2023/indexeh.htm)>. Acesso em: 14 out. 2024.
- DE BOSSCHER, Veerle et al. **The global sporting arms race: an international comparative study on sports policy factors leading to international sporting success**. Oxford: Meyer & Meyer, 2008.
- DE PAULA, Luiz Fernando; JABBOUR, Elias. The Chinese catching-up: a developmentalist approach. **Journal of Economic Issues**, v. 54, n. 3, p. 855-875, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00213624.2020.1791650>>. Acesso em: 14 out. 2024.
- GABRIELE, Alberto; JABBOUR, Elias. **Socialist economic development in the 21st century: a century after the Bolshevik Revolution**. London; New York: Routledge, 2022.
- GABRIELE, Alberto; SCHETTINO, Francesco. Market socialism as a distinct socioeconomic formation. **New Proposals: Journal of Marxism and Interdisciplinary Inquiry**, v. 5, n. 2, p. 20-50, 2012.
- GIULIANOTTI, Richard. The Beijing 2008 Olympics: examining the interrelations of China, globalization, and soft power. **European Review**, v. 23, n. 2, p. 286-296, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S1062798714000684>>. Acesso em: 14 out. 2024.
- GREEN, Mick; HOULIHAN, Barrie. **Elite sport development: policy learning and political priorities**. London: Routledge, 2005.
- GUPTA, Amit. India and the IPL: cricket's globalized empire. **The Round Table**, v. 98, n. 401, p. 201-211, 2009.
- HEILMANN, Sebastian. **Red Swan: how unorthodox policy making facilitated China's rise**. Hong Kong: The Chinese University Press, 2018.
- HONG, Fan. China. In: HOULIHAN, Barrie; GREEN, Mick (Org.). **Comparative elite sport development: systems, structures and public policy**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2008. p. 26-52.
- \_\_\_\_\_; ZHOUXIANG, Lu. Beijing's two bids for the Olympics: the political games. **International Journal of the History of Sport**, v. 29, n. 1, p. 145-156, 2012a.
- \_\_\_\_\_. China's sports policy and politics in the post-Beijing Olympics era. **International Journal of the History of Sport**, v. 29, n. 1, p. 184-189, 2012b. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09523367.2012.634992>>. Acesso em: 14 out. 2024.
- \_\_\_\_\_. Representing the new China and the sovietisation of Chinese sport (1949-1962). **International Journal of the History of Sport**, v. 29, n. 1, p. 1-29, 2012c.
- \_\_\_\_\_. Sports and politics in the 1980s: the Olympic strategy. **The International Journal of the History of Sport**, v. 29, n. 1, p. 74-97, 2012d.
- HU, Angang. The distinctive transition of China's five-year plans. **Modern China**, v. 39, n. 6, p. 629-639, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0097700413499129>>. Acesso em: 14 out. 2024.
- HWANG, Dong-Jhy; CHANG, Li-Ke. Sport, Maoism and the Beijing Olympics. **China Perspectives**, v. 1, 2008.
- JABBOUR, Elias. **China socialismo e desenvolvimento: sete décadas depois**. 1. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2019.
- \_\_\_\_\_; CAPOVILLA, Cristiano. Pressupostos dialéticos acerca do socialismo e projeto na China de hoje. **Economia e Sociedade**, v. 33, n. 3, 2024. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2024v33n3.281848>>. Acesso em: 14 out. 2024.
- JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Ignacio Rangel na China e a "nova economia do projeto". **Economia e Sociedade**, v. 30, n. 2, p. 287-310, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3533.2021v30n2art01>>. Acesso em: 14 out. 2024.
- \_\_\_\_\_; ESPÍNDOLA, Carlos. China and market socialism: a new socioeconomic formation. **International**

**Critical Thought**, v. 11, n. 1, p. 20-36, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/21598282.2021.1886147>>. Acesso em: 14 out. 2024.

JABBOUR, Elias et al. A (nova) economia do projeto como estágio superior do socialismo chinês. **Revista Desenvolvimento e Civilização**, v. 2, n. 2, 2021.

\_\_\_\_\_. A (nova) economia do projeto: o conceito e suas novas determinações na China de hoje. **Geosul**, v. 35, n. 77, p. 17-48, 2020.

JARVIE, Grant; HWANG, Dong-Jhy; BRENNAN, Mel. **Sport, revolution and the Beijing Olympics**. Oxford: Berg, 2008.

KORNEEVA, Vera A.; OGURTSOV, Evgeny S. The politicization of sports as a soft power public resource. **Indian Journal of Science and Technology**, v. 9, n. 29, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.17485/ijst/2016/v9i29/89854>>. Acesso em: 14 out. 2024.

LEITE JUNIOR, Emanuel; RODRIGUES, Carlos. **China, football and development: socialism and soft power**. 1. ed. Abingdon; New York: Routledge, 2024.

LUKÁCS, Georg. **History and class consciousness: studies in Marxist dialectics**. Cambridge: The MIT Press, 1972.

MAO, Zedong. A study of physical education (April 1917). **Marxists Internet Archive**, 2004. Disponível em: <[www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-6/mswv6\\_01.htm](http://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-6/mswv6_01.htm)>. Acesso em: 26 jul. 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Selected works**. Moscow: Progress Publishers, 1976a. v. 1.

\_\_\_\_\_. **Selected works**. Moscow: Progress Publishers, 1976b. v. 3.

ORWELL, George. The sporting spirit. **Tribune**, December 14, 1945.

QINGMIN, Zhang. Sports diplomacy: the Chinese experience and perspective. **The Hague Journal of Diplomacy**, v. 8, n. 3-4, p. 211-233, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1163/1871191X-12341257>>. Acesso em: 14 out. 2024.

RIORDAN, James. Marx, Lenin and physical culture. **Journal of Sport History**, v. 3, n. 2, p. 152-161, 1976.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SHABAD, Theodore. Communist China's Five Year Plan. **Far Eastern Survey**, v. 24, n. 12, p. 189-191, 1955.

TAN, Tien-chin. The transformation of China's national fitness policy: from a major sports country to a world sports power. **International Journal of the History of Sport**, v. 32, n. 8, p. 1071-1084, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09523367.2015.1036240>>. Acesso em: 14 out. 2024.

\_\_\_\_\_; GREEN, Mick. Analysing China's drive for Olympic success in 2008. **The International Journal of the History of Sport**, v. 25, n. 3, p. 314-338, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09523360701739804>>. Acesso em: 14 out. 2024.

TAN, Tien Chin; HOULIHAN, Barrie. Chinese Olympic sport policy: managing the impact of globalisation. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 48, n. 2, p. 131-152, 2012.

WEI, Fan; HONG, Fan; ZHOUXIANG, Lu. Chinese state sports policy: pre- and post-Beijing 2008. **International Journal of the History of Sport**, v. 27, n. 14-15, p. 2380-2402, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09523367.2010.504583>>. Acesso em: 14 out. 2024.

XU, Guoqi. **Olympic dreams: China and sports, 1895-2008**. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

ZHENG, Jinming. Elite sport development in China: structure and strategy. In: \_\_\_\_\_ et al. (Org.). **Sport Policy in China**. Abingdon; New York: Routledge, 2019. p. 46-78.

ZHENG, Jinming; CHEN, Shushu. Exploring China's success at the Olympic Games: a competitive advantage approach. **European Sport Management Quarterly**, v. 16, n. 2, p. 148-171, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/16184742.2016.1140797>>. Acesso em: 14 out. 2024.

ZHENG, Jinming et al. Sport policy in China (mainland). **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 10, n. 3, p. 469-491, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/19406940.2017.1413585>>. Acesso em: 14 out. 2024.



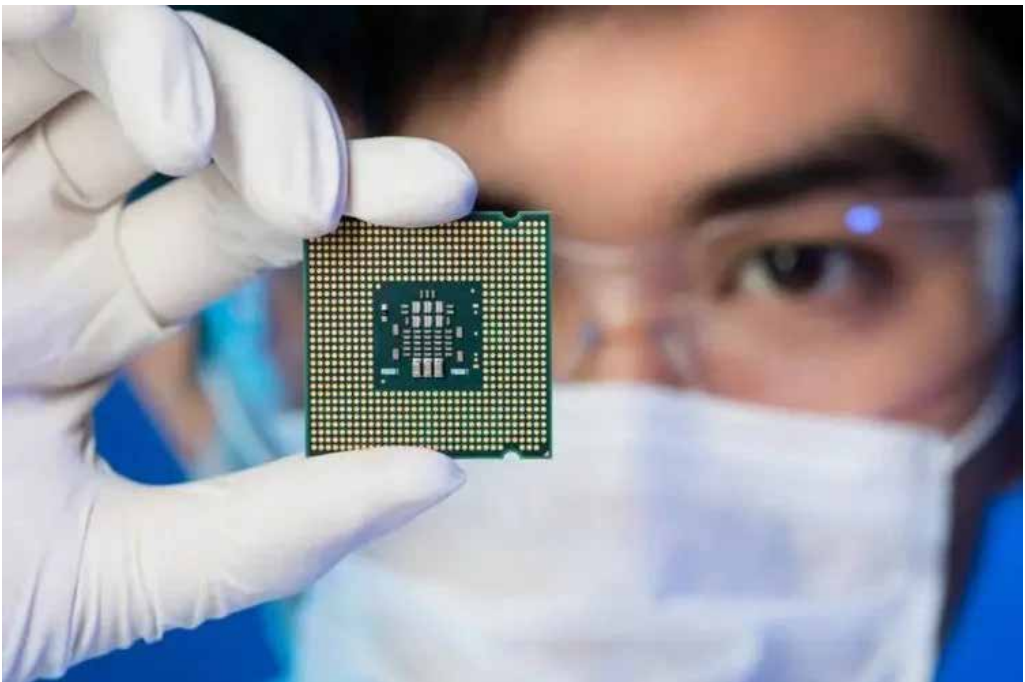
# Empresas estatais, política industrial e inovação endógena no plano Made in China 2025

State-owned enterprises, industrial policy and endogenous innovation in Made in China 2025 plan

João Daniel Villa\*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.171.010>

DragonImages/Thinkstock



A China tem obtido grandes avanços na tecnologia de semicondutores

## RESUMO

Este artigo analisa o papel das empresas estatais da República Popular da China (RPC) na realização do *upgrading* tecnológico do padrão de acumulação chinês a partir do lançamento do plano Made in China 2025 (MIC25), em 2015. O objetivo é compreender como atuaram essas empresas no setor de inovação tecnológica do país desde então. As principais constatações são: 1) embora as empresas privadas sejam responsáveis pela maior parte das patentes da RPC, as empresas estatais, em média, investem mais em pesquisa, geram mais patentes por empresa e produzem mais patentes por montante investido em pesquisa do que as empresas privadas; 2) as empresas estatais atuam indiretamente como financiadoras dos esforços realizados por empresas não estatais através da formação de fundos de orientação governamental para a indústria em setores estratégicos da economia chinesa. Conclui-se que as empresas estatais são instrumentos centrais de política industrial destinada a promover a inovação endógena em setores chave e a realizar o *upgrading* tecnológico da economia da RPC.

**Palavras-chave:** República Popular da China. Empresas estatais. Made in China 2025. Inovação.

## ABSTRACT

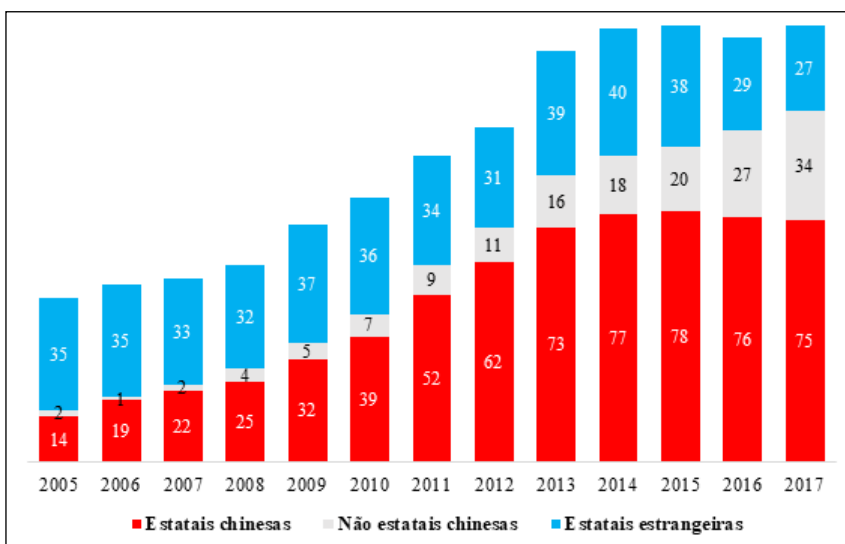
This article analyzes the role of state-owned enterprises from the People's Republic of China (PRC) in carrying out technological upgrading of the Chinese accumulation pattern following the launch of the Made in China 2025 (MIC25) plan in 2015. The article aims to understand how these companies have operated in the country's technological innovation sector since then. The main findings are: 1) although private enterprises are responsible for the majority of patents in the PRC, state-owned enterprises, on average, have higher investments in research, generate more patents per company and produce more patents per amount invested in research than private enterprises; 2) state-owned enterprises act indirectly as financiers of the efforts carried out by non-state-owned enterprises through the formation of government guidance funds for industry in strategic sectors of the Chinese economy. It is concluded that state-owned enterprises are a central instrument of industrial policy aimed at promoting endogenous innovation in key sectors and at carrying out the technological upgrading of the PRC economy.

**Keywords:** People's Republic of China. State-owned enterprises. Made in China 2025. Innovation.

## 1. INTRODUÇÃO

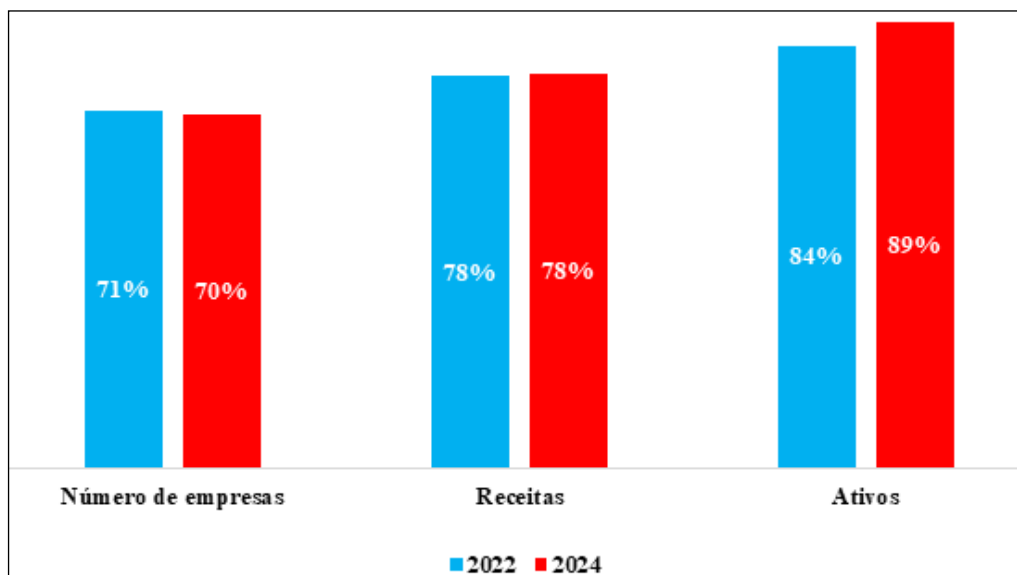
Existe ampla literatura a respeito da atuação estatal para a consecução de política industrial e para realizar mudanças econômicas estruturais, as empresas estatais sendo um instrumento essencial nessa atuação (Lo, 2020; Lo; Wu, 2014). A economia chinesa, por sua vez, é particularmente apoiada em suas empresas estatais, mesmo após mais de 40 anos de reformas de mercado; essas empresas foram e serão determinantes no sucesso econômico da República Popular da China (RPC) (Lin, 2020; Lo, 2020). É consenso na literatura que as empresas estatais são centrais na economia política chinesa, embora exista divergência a respeito da natureza e das implicações dessa centralidade (Naughton, 2021). O fato é que as empresas estatais chinesas, após passarem por um período de reformas de corporativização a partir de meados dos anos 1990 conhecido como “Manter as grandes, deixar as pequenas” (*zhuā dà, fàng xiǎo* [抓大放小]), foram organizadas em grandes grupos empresariais estatais gerenciados conforme padrões modernos de governança corporativa, e têm sido atuantes em ramos estratégicos da economia chinesa (Jabbour; Gabriele, 2021; Nogueira, 2018; 2021). Durante essas reformas, ocorreu um processo maciço de fusões, aquisições e privatizações de ativos públicos que culminou numa retração quantitativa do setor estatal na economia chinesa. As empresas estatais passaram a ser geridas pela State-owned Assets Supervision and Administration Commission (Sasac), agência do governo central criada em 2003 com o objetivo de administrar os ativos estratégicos do Estado a fim de preservá-los contra privatizações indiscriminadas e fortalecê-los. Apesar da redução quantitativa, a reorganização das estatais sob a Sasac foi capaz de realizar um salto qualitativo do setor estatal ao formar um núcleo de grandes empresas estatais “campeãs nacionais” capazes de se projetar internacionalmente (Jabbour; Gabriele, 2021; Lin; Milhaupt, 2013). Tanto é assim que as empresas estatais chinesas passaram a ganhar espaço na economia mundial a partir do início do século XXI e hoje figuram como dominantes no ranking da *Fortune Global 500*, que mede as maiores empresas do mundo por suas receitas (gráficos 1 e 2).

**Gráfico 1 — Número de empresas estatais e não estatais chinesas e de estatais estrangeiras no ranking da Fortune Global 500 — 2005-2017**



Fonte: Lin (2020); Rogers; Wang (2024).

## Gráfico 2 — Participação das estatais chinesas no total de empresas, de receitas e de ativos do ranking da Fortune Global 500 — 2022-2024

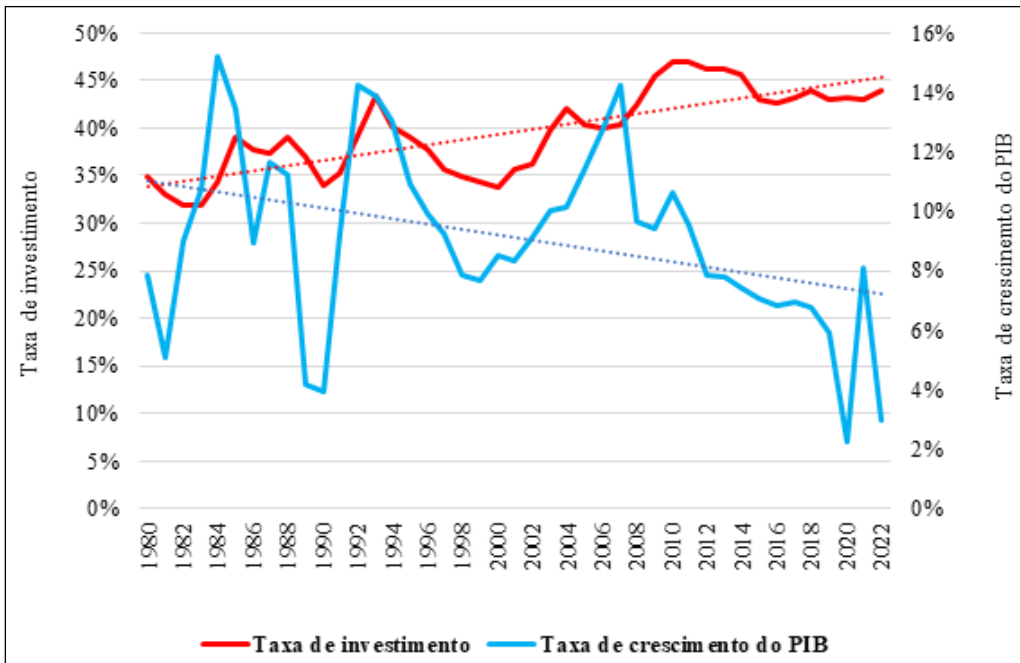


Fonte: Qin (2022); Rogers; Wang (2024).

Por outro lado, apesar do êxito da RPC no *catching-up* tecnológico e no avanço em fronteiras tecnológicas em áreas importantes de infraestrutura como os trens de alta velocidade, a RPC ainda permanece dependente de tecnologia estrangeira em outros segmentos intensivos em conhecimento. Isso porque a estratégia de aprendizado tecnológico baseado na transferência de tecnologia de empresas transnacionais estrangeiras para empresas domésticas por via de *joint ventures* em troca de acesso ao mercado interno, que vinha sendo seguida desde meados dos anos 1990, não bastou para que a RPC tivesse acesso aos elos mais nobres das cadeias produtivas, embora tenha logrado sucessos importantes no emparelhamento tecnológico, que permitiram uma evidente sofisticação de seu tecido produtivo. Além disso, a maior parte da inovação ainda dependia da importação e do licenciamento de inovações estrangeiras e não provinha de esforços internos em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Assim sendo, no início do século XXI surge no seio do Partido Comunista da China (PCCh) a percepção de que a persistência da dependência estrangeira em setores sensíveis de alta tecnologia poderia manter a RPC numa posição subordinada nas cadeias globais de valor e comprometer a estratégia de longo prazo de reposicionamento da RPC como centro dinâmico e tecnológico (Cao; Suttmeier; Simon, 2006; Hiratuka; Diegues, 2021).

Além disso, o padrão de crescimento baseado fortemente nos investimentos em setores industriais intensivos em capital associados à infraestrutura, que se acentuou como maneira de combater os efeitos da crise global de 2008, tem mostrado retornos sobre investimentos e taxas de crescimento decrescentes (Hiratuka; Diegues, 2021; Qi, 2018). Fang, Yang e Meiyang (2009) entendem que o padrão de crescimento chinês tem se baseado no emprego de fatores de produção e não na melhoria da produtividade deles. A transição demográfica aliada ao aumento real dos salários e à alta capacidade instalada resultante das altas taxas de investimento do PIB apontam para a necessidade da expansão da produtividade multifatorial como sustentação do crescimento.

### Gráfico 3 — Taxa de investimento (% do PIB) e taxa de crescimento do PIB — China, 1980-2022



Fonte: IMF (2024); Medeiros (2013, p. 465).

Uma leitura que se pode fazer disso é que a ênfase na pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica endógena presente no 13º e no 14º planos quinquenais (2016-2020 e 2021-2025), no Plano de Médio e Longo Prazo para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (lançado em 2006) e no Made In China 2025 (lançado em 2015) pode ser uma maneira de fortalecer as novas forças produtivas a fim de elevar a produtividade total dos fatores (Braga; Nogueira, 2020; Fang; Yang; Meiyan, 2009), bem como superar gargalos de dependência externa em tecnologias sensíveis para o desenvolvimento econômico (Hiratuka; Diegues, 2021). O domínio sobre a Indústria 4.0<sup>1</sup> pela RPC seria a chave para que as empresas chinesas tenham acesso a uma parcela maior das cadeias globais de valor, mantendo-se numa posição não subordinada na divisão internacional do trabalho. O *upgrading* tecnológico também seria uma forma de manter indústrias importantes em território nacional, tendo em vista a tendência de transferência dessas indústrias para países do Sudeste Asiático em busca de menores custos de produção, principalmente quando se trata de indústrias de baixa e média complexidade. Além disso, os esforços da RPC para alcançar a fronteira tecnológica rumo à Indústria 4.0 mediante inovação endógena partem da perspectiva de que a iniciativa dos países desenvolvidos no mesmo sentido é uma tentativa de reorganizar em favor deles os padrões de competitividade em nível qualitativamente mais alto, o que pode prejudicar

<sup>1</sup> A Primeira Revolução Industrial, ou Indústria 1.0, ocorreu no século XIX e foi caracterizada pelo uso de maquinário a vapor para a mecanização da produção. A Segunda Revolução Industrial, ou Indústria 2.0, iniciou-se na década de 1870 e se definiu pela ampliação da divisão do trabalho representada pela separação entre unidades de produção e montagem, bem como pelo uso da energia elétrica. Já a Indústria 3.0 seguiu-se a partir dos anos 1970 e marcou a transição à era da dominância da informática na automação da produção industrial. A Indústria 4.0, por sua vez, assenta na aplicação de tecnologias da informação e da comunicação para interconectar recursos, informações, bens e serviços e promover desenvolvimento industrial inteligente (Zhang *et al.*, 2016).

a vantagem competitiva construída pela indústria chinesa nas últimas décadas (Diegues; Roselino, 2023).

Do ponto de vista da inovação industrial, o plano que mais captura atenção, na sua intenção aberta de avançar no que ficou conhecido como Indústria 4.0, é o Made in China 2025 (MIC25), lançado em 2015. A principal meta do MIC25 é promover as capacidades e inovações endógenas. Um dos mecanismos para tanto é o acesso ao potencial tecnológico das economias mais avançadas como forma de reduzir a dependência da tecnologia estrangeira. Os dez setores priorizados pelo MIC25 são a tecnologia da informação, a automação, máquinas avançadas, equipamentos aeroespaciais e de aviação, engenharia de equipamentos marítimos, fabricação de embarcações de alta tecnologia, novos materiais, biomedicina, equipamentos médicos de alta performance e equipamentos de agricultura (Jabbour; Moreira, 2023). A RPC deseja saltar da Indústria 3.0 para a Indústria 4.0, e não apenas se equiparar aos líderes EUA, Alemanha, Japão e Coreia do Sul, mas também se tornar líder nesse campo, criando redes inteligentes de robôs industriais em suas cadeias produtivas para automatizar processos inteiros de fabricação. Trata-se da mudança qualitativa profunda de uma indústria de perfil intensivo em trabalho para uma indústria intensiva em capital, que é um dos focos principais do MIC25 (Diegues; Roselino, 2023). Outro propósito fundamental do MIC25 é fazer com que a RPC passe a dominar as partes mais importantes e sofisticadas das cadeias de valor e a P&D de alta complexidade. Ou seja, é um esforço no sentido de superar o quadro de dependência externa para com tecnologias inovadoras sensíveis. Vale lembrar que a Indústria 4.0 pode ser instrumento de aperfeiçoamento de políticas públicas caras ao PCCh, como demonstra a utilização de *big data* no auxílio à erradicação da pobreza extrema a partir de 2014 (Xinhua, 2021, p. 22-23, 88-89). Além de subsídios industriais, a implementação do MIC25 passa por outros instrumentos de política industrial, tais como ressarcimento de seguros, incentivos fiscais e financiamento facilitado por bancos estatais e fundos para a construção de “zonas experimentais” que sirvam como projetos-piloto de *clusters* industriais voltados às tecnologias-alvo (Zenglein; Holzmann, 2019).

Sobre esse pano de fundo, abre-se a seguinte pergunta: diante desse novo momento do desenvolvimento econômico da RPC, que cria a necessidade de realizar o *upgrading* tecnológico do padrão de acumulação chinês, e diante da relevância das empresas estatais chinesas na economia da RPC, qual é o papel desempenhado por essas empresas como agentes de política industrial comprometidos com a implementação do MIC25 e com a superação aos desafios do desenvolvimento econômico? Em outras palavras, qual a relação entre os esforços da RPC no âmbito do MIC25 e suas empresas estatais? Este artigo procurará demonstrar, em suma, que as empresas estatais desempenham papel crítico nessa seara, seja diretamente, ao realizarem elas mesmas P&D de inovações tecnológicas, seja indiretamente, mediante o financiamento de projetos de empresas privadas através do estabelecimento de fundos de orientação governamental da indústria.

## 2. A ATUAÇÃO DIRETA DAS EMPRESAS ESTATAIS NO *UPGRADING* TECNOLÓGICO DA ECONOMIA DA RPC

Uma das formas de atuação das empresas estatais chinesas no sentido de realizar o *upgrading* tecnológico da economia chinesa é a realização de P&D e produção de inovações. Já uma das métricas que se podem utilizar para medir a capacidade de inovação dessas em-

Embora exista uma percepção comum de que as empresas privadas são mais inovadoras do que as empresas estatais, a diferença entre sistemas de propriedade empresarial no campo da capacidade de inovação tem desaparecido nos últimos anos

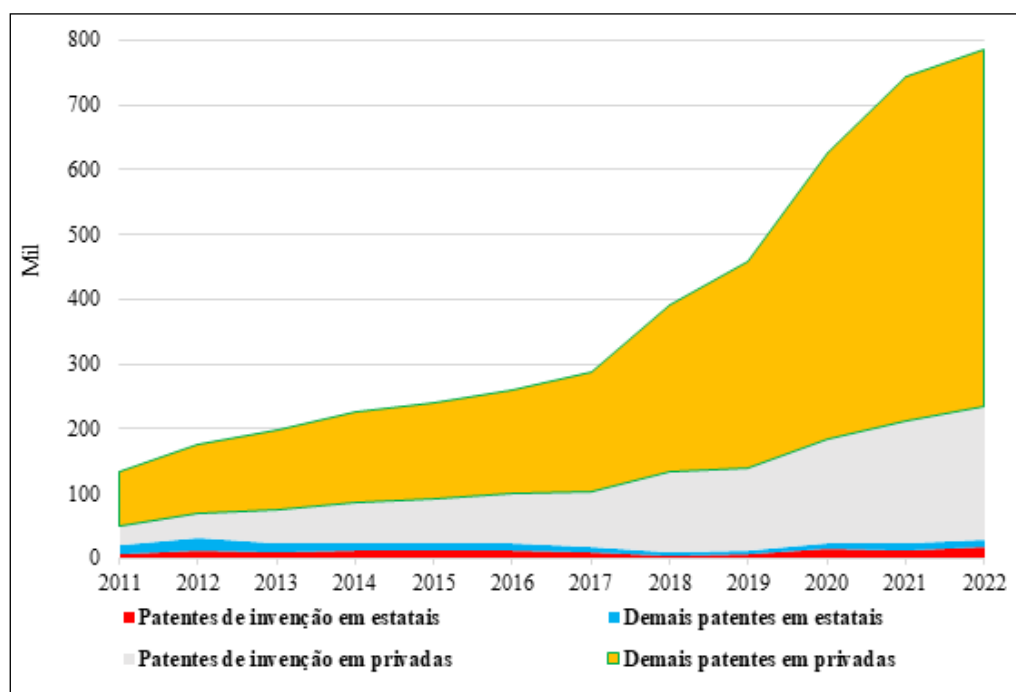
presas é a produção de patentes. No período 1998-2009, o número de patentes concedidas para empresas privadas na RPC cresceu em média 35% por ano, ultrapassando a concessão de patentes para empresas estatais com margem confortável. Essa redução da participação estatal na concessão de patentes se deve em parte ao período de reformas no âmbito das empresas estatais iniciado em 1997 (Wei; Xie; Zhang, 2017), conhecido como “Manter as grandes, deixar as pequenas”, no qual houve uma acentuada redução quantitativa de empresas estatais mediante fusões, aquisições e privatizações de ativos não estratégicos, a fim de criar um setor estatal composto por relativamente poucos porém grandes grupos empresariais, com uma grande quantidade de recursos à sua disposição e gerenciados segundo padrões modernos de governança corporativa que garantissem a proteção e fortalecimento dos ativos públicos estratégicos.

Wei, Xie e Zhang (2017) observam que, segundo dados agregados do setor empresarial estatal e do setor privado, a performance das estatais entre 2005 e 2007 na geração de patentes foi inferior à das empresas privadas. Segundo os autores, nesse período, para cada 10 milhões de yuans investidos em P&D, as empresas estatais geravam 2,2 patentes, enquanto as empresas privadas geravam 6,5 patentes e as empresas estrangeiras geravam 7,5 patentes. Além disso, os setores empresariais privado e estrangeiro na RPC investiam, cada um, mais em P&D do que o setor estatal nesse mesmo período (Wei; Xie; Zhang, 2017). Por sua vez, Fang, He e Li (2020) introduzem uma análise de performance média por empresa, e não apenas dos valores agregados totais do setor estatal e do setor privado. Os autores observam que as empresas estatais passaram a produzir mais patentes por empresa do que as empresas privadas a partir de 2001 (Fang; He; Li, 2020), sendo que a proporção de investimentos em P&D em relação às vendas empresariais por parte das estatais era maior do que a proporção por parte das empresas privadas. Isso indica que as estatais investiram, em média, proporcionalmente mais em P&D, o que abre caminho para a interpretação, em consonância com Wei, Xie e Zhang (2017), de que a produtividade de patentes por montante de recursos investidos

em P&D é menor por parte das estatais e que elas só produzem mais patentes por empresa por investirem significativamente mais.

Analisando dados fornecidos pelo National Bureau of Statistics (NBS), observa-se que, de fato, as empresas privadas são responsáveis pela grande maioria das requisições de patente na economia chinesa. Segundo o NBS (*s.d.*), em 2022 as empresas privadas acima do tamanho designado<sup>2</sup> protocolaram 755.836 requisições de registro de patente, sendo 204.735 delas patentes de invenção, mais intensivas em tecnologia (Wei; Xie; Zhang, 2017). Por sua vez, no mesmo ano, as empresas estatais protocolaram 28.996 patentes, sendo 18.003 delas invenções (gráfico 4).

#### Gráfico 4 — Número de requisições de patentes, de invenção e demais tipos, em empresas estatais e privadas acima do tamanho designado (em mil) — China, 2011-2022



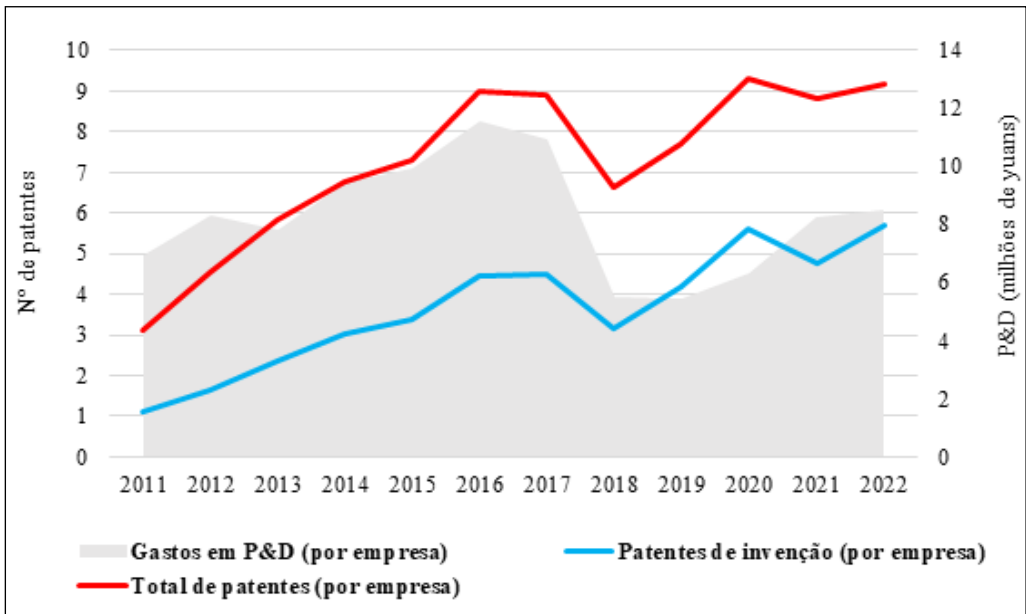
Fonte: Elaboração própria, com base em NBS (*s.d.*).

Contudo, é importante destacar que os valores absolutos podem esconder a dinâmica, uma vez que, na economia da RPC, existe um número de unidades empresariais privadas muito superior ao de empresas estatais. De acordo com o NBS, em 2022 o número de empresas estatais acima do tamanho designado na RPC era de 3.163, enquanto as empresas privadas na mesma condição eram 349.269. Quando é realizado o recorte por unidade empresarial, percebe-se que, de 2011 a 2022, as empresas estatais, em média, investem mais em P&D, protocolam mais patentes do que as empresas privadas.

<sup>2</sup> Segundo definição do NBS (2023), empresas “acima do tamanho designado” (*enterprises above designated size*) são empresas com receita anual acima de 20 milhões de yuans. Trata-se de um recorte que busca considerar apenas as empresas mais relevantes (em matéria de tamanho) na amostra e, por essa razão, apresenta um número de empresas inferior ao número total de empresas na economia chinesa.

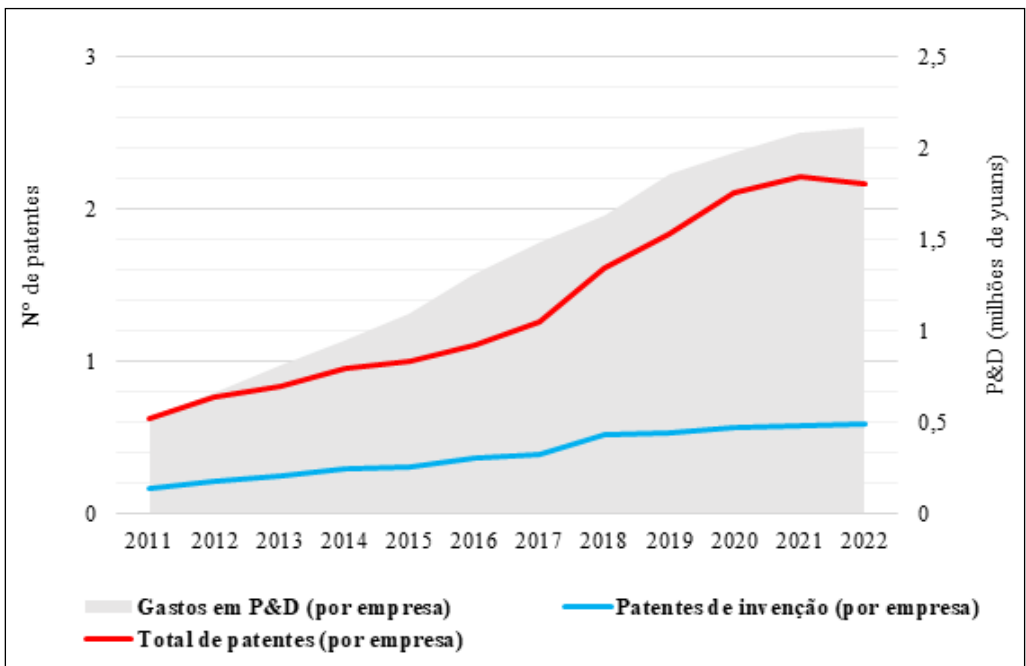


**Gráfico 5 — Média, em empresas estatais, de gastos em P&D e de número de patentes, de invenção e total — China, 2011-2022**



Fonte: Elaboração própria, com base em NBS (s.d.).

**Gráfico 6 — Média, em empresas privadas, de gastos em P&D e de número de patentes, de invenção e total — China, 2011-2022**

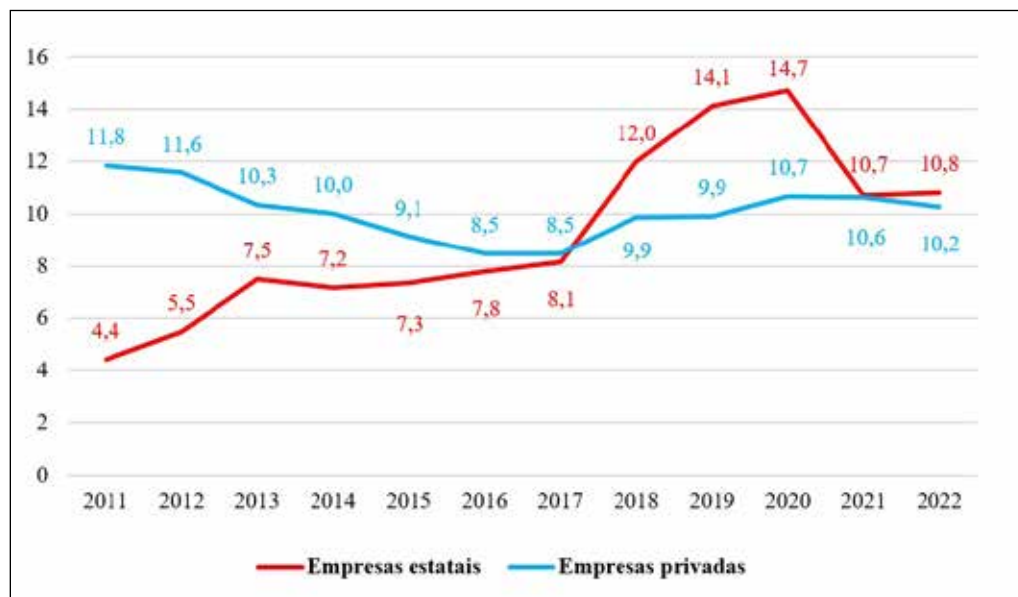


Fonte: Elaboração própria, com base em NBS (s.d.).

Cumprе ressaltar que, pela métrica de investimentos em P&D e patentes aplicadas por empresa, é possível que os valores resultantes sejam menores do que a média entre as empresas

que realmente realizam investimentos em P&D e produzem patentes, uma vez que parte das empresas compreendidas no recorte “acima do tamanho designado” pode não realizar esses investimentos e não produzir patentes. Assim, os investimentos em P&D e a produção de patentes podem ter sido “diluídos” em um número maior de empresas do que o número de empresas que realmente atendem a esses quesitos, o que pode ocultar a realidade específica das maiores empresas estatais e privadas realmente engajadas em inovação tecnológica. Em outras palavras, é razoável supor que grandes empresas como Alibaba, Tencent, BYD e Xiaomi invistam e produzam patentes em números muito mais elevados do que a média, mas esta é pressionada para baixo por abranger uma grande quantidade de empresas de diferentes tamanhos, setores e realidades. Para abordar essa limitação, calculou-se a produtividade de patentes a partir do total de gastos empresariais em P&D e do total de patentes geradas, divididos entre tipos de propriedade empresarial. Excluindo a métrica “número de empresas” e calculando quantas patentes são geradas por montante investido, restringiu-se a análise à métrica dos recursos realmente despendidos em P&D, a fim de eliminar aquelas possíveis distorções. Assim, observa-se que, se em 2011 as empresas estatais geravam, em média, 4 patentes por 10 milhões de yuans gastos em P&D, em 2022 elas passaram a gerar 11 patentes com os mesmos recursos, enquanto as empresas privadas oscilaram de 12 patentes por 10 milhões de yuans em 2011 para 10 em 2022.

### Gráfico 7 — Número de patentes geradas por empresas estatais e privadas a cada 10 milhões de yuans investidos em P&D — China, 2011-2022



Fonte: Elaboração própria, com base em NBS (s.d.).

A partir desses dados, constata-se que as empresas estatais têm elevado a sua produtividade de patentes por montante investido, ultrapassando a produtividade das empresas privadas nesse aspecto a partir de 2018, o que confirma o argumento central dos dois gráficos anteriores e mostra que houve uma inversão do quadro observado por Wei, Xie e Zhang (2017) quanto aos anos 2005-2007, a saber, o que constatava que a produtividade de patentes das empresas estatais por investimento era menor do que a das empresas privadas.



Engenheiro testa as redes do Alibaba Cloud Data Center, em Zhangbei, na cidade de Zhangjiakou, província de Hebei, norte da China

Em suma, pode-se chegar, a partir dos dados acima, a algumas conclusões parciais: 1) no agregado da economia, as empresas privadas são responsáveis pela grande maioria das requisições de patente na RPC, em comparação com as empresas estatais; 2) quando é feito o recorte para descobrir os gastos em P&D por empresa, bem como a geração de patentes por empresa, observa-se que as empresas estatais, em média, investem valores maiores em pesquisa e geram um número maior de patentes; 3) as trajetórias dos gastos em P&D e da produção de patentes são similares, indicando uma correlação entre a dinâmica de investimentos e o resultado em geração de patentes; 4) a trajetória da produção de patentes de invenção das empresas estatais é similar à de patentes de outros tipos menos intensivos em tecnologia, embora aquelas sejam menos numerosas que estas; 5) a partir de 2017, houve uma redução dos investimentos em P&D e da produção de patentes pelas empresas estatais, sucedida por uma retomada da produção de patentes num ritmo mais acelerado do que o da retomada dos gastos em P&D, o que indica que as empresas estatais podem estar aproveitando melhor os recursos investidos em pesquisa e gerando mais patentes com menos gastos; 6) para as empresas privadas, por outro lado, essa trajetória é mais linear, e o aumento da geração de patentes corresponde a um aumento proporcional nos investimentos em P&D; 7) o número de patentes geradas pelas estatais a cada 10 milhões de yuans investidos tem crescido no intervalo observado, inclusive ultrapassando o referente às empresas privadas, o que confirma a tendência, observada no item 5, de aumento da produtividade das estatais na geração de patentes a partir de 2017.

Ademais, importa trazer a reflexão de Qi e Kotz (2020) de que o debate acerca do papel das empresas estatais da RPC na promoção da inovação tecnológica se baseia em boa parte na análise das patentes produzidas, métrica que, por si só, pode provocar distorções na interpretação do impacto dessas empresas no desenvolvimento econômico e, portanto,

não deve ser o único *proxy* utilizado nessa análise. Isso porque, devido à heterogeneidade da natureza das patentes, inovações tecnológicas de grande impacto para o desenvolvimento econômico requerem investimentos vultosos em P&D, mas podem gerar um número relativamente pequeno de patentes, enquanto um grande número de patentes pode não significar, necessariamente, desenvolvimento econômico. Os autores citam exemplos de inovações tecnológicas gestadas no âmbito das empresas estatais que provocaram aumento na produtividade de alimentos, redução nos custos de transporte e garantia de provimento de energia e destacam que, em matéria de desenvolvimento técnico de impacto para o desenvolvimento econômico, essas empresas são predominantes (Qi; Kotz, 2020).

Por fim, empresas estatais também podem, elas mesmas, ser líderes no setor de tecnologias emergentes da Indústria 4.0, especializando-se em *data centers*, computação em nuvem e produção de supercomputadores. Mitsunami (2024) cita empresas estatais baseadas em Shandong que produzem servidores e *hardware* usados pelas maiores empresas privadas na área de TI, que focam a coleta de *big data* e o uso de sistemas de nuvem. Além disso, as estatais podem prestar serviços governamentais na análise de dados relacionados à tributação, sistema público de saúde e segurança pública. Embora exista uma percepção comum de que as empresas privadas são mais inovadoras do que as empresas estatais, a diferença entre sistemas de propriedade empresarial no campo da capacidade de inovação tem desaparecido nos últimos anos (Mitsunami, 2024).

### 3. O PAPEL INDIRETO DAS EMPRESAS ESTATAIS NA PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA 4.0

As estratégias de tecnologia das empresas chinesas, contudo, diferem conforme suas estruturas de propriedade e ramo de atuação.

Por um lado, as empresas não estatais focadas em tecnologia procuram sua consolidação como inovadoras na fronteira tecnológica, e atuam em áreas de tecnologia disruptiva, difusa e ainda sem padrões estabelecidos (Diegues; Roselino, 2023). Assim sendo, o plano de desenvolver a Indústria 4.0 com ênfase em IA, *big data*, manufatura inteligente, veículos inteligentes, digitalização de pagamentos, novas energias, internet das coisas, reconhecimento facial e outras tecnologias emergentes é um esforço realizado de maneira direta principalmente por empresas privadas, indiretamente financiadas por fundos compostos por capital estatal no qual participam as empresas estatais (Naughton, 2021). Essas empresas buscam não só o *catching-up* como também a liderança mundial em suas respectivas áreas. Nesse sentido, a posição da RPC já é relativamente avançada não só em setores de infraestrutura, como ferrovias de alta velocidade e transmissão de alta voltagem, como também em tecnologias da informação emergentes. Ou seja, em relação a essas tecnologias, os maiores esforços de desenvolvimento são empreendidos por empresas privadas em busca de oportunidades de negócios e lucratividade, dado o alto grau de incentivos concedidos pelo Estado chinês (Zenglein; Holzmann, 2019).

Por outro lado, onde o padrão tecnológico já é consolidado, os esforços das empresas estatais são focados em inovações tecnológicas, produtivas e organizacionais de natureza incremental e processual (Diegues; Roselino, 2023; Naughton, 2021), desempenhando papel decisivo em áreas chave do projeto do MIC2025, como telecomunicações, aviação, construção de embarcações e trens de alta velocidade (em 2019, as estatais detinham 83% das receitas desses setores), bem como eletrônicos, equipamentos de manufatura e indústria automo-

## A contribuição das empresas estatais ao progresso das tecnologias disruptivas da Indústria 4.0 consiste em complementar os esforços das empresas não estatais mediante a realização de inovações institucionais que permitam às empresas estatais operar como empresas de investimento de capital público no seio das empresas não estatais

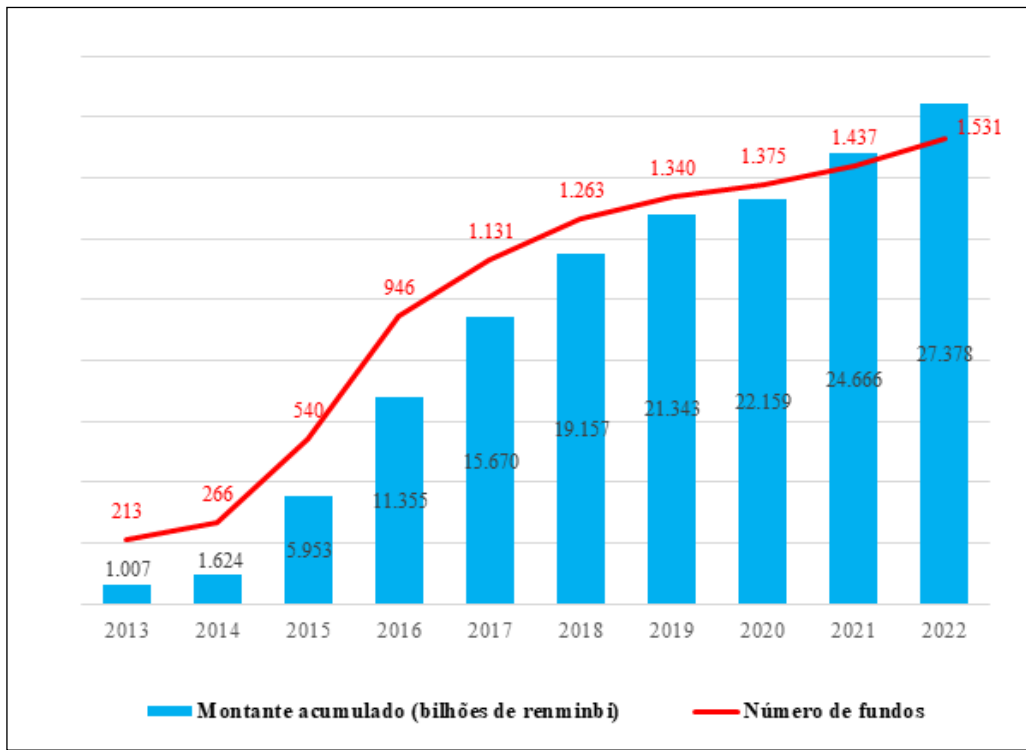
tiva (no mesmo ano, as estatais detinham 45% das receitas nesses setores) (Jabbour; Moreira, 2023; Zenglein; Holzmann, 2019). A contribuição das empresas estatais ao progresso das tecnologias disruptivas da Indústria 4.0 consiste em complementar os esforços das empresas não estatais mediante a realização de inovações institucionais que permitam às empresas estatais operar como empresas de investimento de capital público no seio das empresas não estatais. O objetivo das estatais nessas áreas, portanto, é financiar indiretamente os esforços das empresas não estatais mais promissoras no desenvolvimento de tecnologias disruptivas (Diegues; Roselino, 2023). Segundo Naughton (2021), desde 2013 um novo ciclo de reorganização das empresas estatais tem enfatizado a delegação de maior autoridade e autonomia às empresas estatais como *holdings* industriais encarregadas de realizar investimentos em outras empresas que realizem projetos alinhados à política industrial estatal, inclusive com a conversão de algumas estatais em “companhias de investimentos e operações de capital estatal”. Assim, os conglomerados empresariais estatais têm realizado não apenas funções produtivas industriais, como também funções financeiras na execução dos planos de desenvolvimento. Na atuação financeira dessas empresas, elas ficam frequentemente responsáveis pelo estabelecimento de fundos de orientação governamental da indústria (Naughton, 2021). Fundos de orientação governamental são entidades público-privadas, predominantemente geradas por empresas estatais, bancos públicos e agências governamentais (Luong; Arnold; Murphy, 2021), que estabelecem o propósito do fundo (focos setoriais) e a estratégia de investimento (como direcionamento apenas para *startups* ou empresas que ainda não fizeram *initial public offering* — oferta pública inicial —, por exemplo). “Esses fundos são uma ferramenta usada sistematicamente para canalizar recursos de capital público e privado para apoiar as empresas escolhidas como campeãs nacionais em setores estratégicos na aceleração da inovação endógena” e, portanto, contribuir para atingir os objetivos de política industrial do governo (OECD, 2024, tradução nossa). Trata-se de um canal de financiamento alternativo aos tradicionais canais de apoio direto governamental, criando um instrumento financeiro híbrido, tanto orientado pelo governo quanto composto por elementos de mercado.

Os fundos de orientação industrial se concentram, principalmente, em projetos relacionados ao MIC2 em sete setores estratégicos priorizados pelo plano: indústria da infor-

## Os conglomerados empresariais estatais têm realizado não apenas funções produtivas industriais, como também funções financeiras na execução dos planos de desenvolvimento. Na atuação financeira dessas empresas, elas ficam frequentemente responsáveis pelo estabelecimento de fundos de orientação governamental da indústria

mação emergente, novas energias, proteção ambiental, indústria biológica, veículos de energias novas, novos materiais e equipamentos de fabricação de alta complexidade (Gong, Li; Shen, 2020). Esses fundos complementam os empréstimos bancários de longo prazo realizados por bancos estatais (Liu, 2024). Além do impulso para os fundos de orientação governamental terem atingido a maturidade em 2014, no final de 2016 foi emitido o documento “Medidas para a administração interina dos fundos de investimento industriais financiados pelo governo”, destinado a garantir que os investimentos realizados com esses fundos em vários setores industriais fossem alinhados com as políticas macroeconômicas, industriais e regionais do governo central e que fossem utilizados de maneira eficiente, o que qualificava os fundos de orientação governamental como elementos cruciais na implementação da política industrial orientada à inovação (Kajitani; Chen; Mitsunami, 2024). Em 2014, foi criado o China Integrated Circuit Industry Investment Fund, conhecido como Big Fund ou National IC Fund em razão de, naquele ano, ter contado com US\$ 23 bilhões. Posteriormente, foram estabelecidos fundos municipais e provinciais, como o National Advanced Manufacturing Investment Fund (2016), o National Emerging Industry Investment Fund (2016), o Central SOE Structural Adjustment Fund (2017), o National Manufacturing Transformation Upgrade Fund (2019) e o Strategic Emerging Industry Fund (2023). O propósito desses fundos era financiar o desenvolvimento de semicondutores, e, após a expedição do MIC25, diversos outros fundos voltados à política industrial foram estabelecidos (OECD, 2024). Esses fundos decolaram a partir de 2014, num esforço governamental definido por Naughton (2021) como provavelmente “o maior comprometimento governamental de recursos para um objetivo de política industrial na história” (Naughton, 2021, p. 82, tradução nossa). Observa-se (gráfico 8) uma franca aceleração do ritmo de criação de fundos e do volume de seus recursos após a criação do Big Fund em 2014 e do MIC25 em 2015 (OECD, 2024).

## Gráfico 8 — Fundos de orientação governamental (quantidade e escala cumulativa) — China, 2013-2022



Fonte: Liu (2024).

Contudo, embora a ideia inicial fosse trazer recursos privados de investidores orientados à lucratividade para encorajar decisões alinhadas ao mercado, o controle de autoridades governamentais sobre esses fundos ainda prevalece sobre os interesses do capital privado. A orientação estatal dos fundos com vistas aos objetivos de política industrial mesmo em setores já relativamente maduros é a principal diferença entre os fundos chineses e os estabelecidos por outros países em suas respectivas economias (OECD, 2024). Tanto é assim que, na ocasião de fundação do Big Fund pelo Ministério das Finanças em 2014, seis empresas e bancos estatais de diferentes níveis administrativos se juntaram a ele, somando 98% do capital do fundo: 36% pertenciam ao Ministério das Finanças; 22%, ao Banco Chinês de Desenvolvimento; 11%, à China Tobacco; 9%, à Shanghai Guosheng, uma *holding* estatal de investimentos do município de Xangai; 5%, à Wuhan Financial Holdings, braço financeiro do município de Wuhan; 5%, à China Mobile; e 10%, à Beijing E-Town International Investment and Development, uma *holding* estatal da municipalidade de Beijing. Também há fundos como o Structural Adjustment Fund, criado em 2016 e administrado pela Chengtong Corporation, uma empresa estatal central de propriedade da Sasac (OECD, 2024). De acordo com Diegues e Roselino (2023), uma miríade de empresas se beneficia dessa configuração institucional, principalmente as empresas ligadas à economia digital, tais como Baidu, Alibaba, Tencent, iFlytek, SenseTime, Megvii, Huawei, ZTE, DJI, Cambricon, Lenovo, Xiaomi, Vivo, Oppo, SMIC e HiSilicon.

## Ante o pano de fundo do Made in China 2025, as empresas estatais são eleitas como vanguarda ao realizar, elas mesmas, inovações tecnológicas e ao possibilitar, através do estabelecimento de fundos de orientação industrial, que outras formas de propriedade contribuam para a mudança estrutural da economia chinesa. Assim sendo, as estatais ainda agem como garantidoras da soberania tecnológica da China ao realizar esforços de superação de dependência

No caso dos semicondutores, a situação da principal empresa chinesa do setor, Semiconductor Manufacturing International Corporation (SMIC), é paradigmática. Isso porque o domínio chinês sobre tecnologias de nova geração contrasta com um relativo atraso do país em tecnologias fundadoras, ou em infraestrutura tecnológica necessária para a plena realização delas. Enquanto as empresas chinesas têm alto grau de domínio do estado da arte em inteligência artificial, *big data*, 5G, reconhecimento facial e cidades inteligentes, os esforços de política industrial ainda são para fazer a RPC avançar até a fronteira em setores fundamentais para o desenvolvimento da economia digital que lhe servem de infraestrutura, como o de semicondutores, a fim de superar uma persistente dependência de tecnologia estrangeira nessa seara (Zenglein; Holzmann, 2019). Isso porque esse setor tem se sujeitado a controles de exportação de equipamentos de manufatura de circuitos integrados por parte de Estados Unidos e Taiwan para manter a RPC por volta de duas gerações (entre dois e três anos) atrasada na produção desses equipamentos (Majerowicz, 2019; Naughton, 2021). A dependência chinesa de empresas como ASML, TSMC, Qualcomm, Samsung e ARM com respeito à aquisição de semicondutores de fronteira abre uma brecha na qual o potencial de estrangulamento estadunidense sobre a indústria chinesa atinge não só setores de alta tecnologia em que a RPC se esforça para alcançar a fronteira tecnológica, como também setores nos quais a RPC já consegue se posicionar na ponta da indústria, o que pode comprometer a competitividade do ecossistema industrial chinês e as margens de lucro das suas campeãs nacionais (Majerowicz, 2019). Superar essa lacuna, portanto, é fundamental para o desenvolvimento das tecnologias que o PCCh percebe como a porta de entrada para esse novo paradigma tecnoeconômico no qual a RPC pretende ser líder.

Esse esforço no uso dos fundos mencionados ficou evidente após as sanções impostas em 2020 pelo governo Trump à importação chinesa de semicondutores de 7 nanômetros (nm) da taiwanesa TSMC fabricados com tecnologia estadunidense. Nesse contexto, dois





Reportagem da rede de TV CNA explica o Made in China 2025, plano do governo chinês para modernizar sua indústria com vistas a transformar o país de fabricante de mercadorias de baixo custo em produtor de bens de alta tecnologia

fundos de investimento ligados a bancos estatais chineses, o China Integrated Circuit Industry Investment Fund e o Shanghai Integrated Circuit Fund II, investiram, respectivamente, US\$ 1,5 bilhão e US\$ 750 milhões na SMIC, tornando-se sócios majoritários, com 61,5% de participação, enquanto a participação da SMIC Holdings reduziu-se de 50,1% para 38,5% (SMIC, 2020). Em 2022, a SMIC havia adquirido a habilidade de produzir os semicondutores de 7 nm, contribuindo, assim, para que a RPC saltasse duas gerações de semicondutores, contornasse as sanções e fortalecesse sua soberania tecnológica (Diegues; Roselino, 2023; Hawkins, 2023; Hmaidí, 2024; Wu; Leonard, 2022). Enquanto isso, a fronteira tecnológica saltou dos chips de 7 nm para os de 5 nm e 3 nm, fabricados pela TSMC (Al Latief, 2024). Em outubro de 2024, autoridades chinesas anunciaram que a Xiaomi, outra beneficiária dos fundos de orientação industrial, foi capaz de fabricar seus primeiros semicondutores de 3 nm (Che, 2024; Pao, 2024). A atuação direta e indireta das empresas estatais nesse quesito, portanto, combina-se com uma variedade de esforços estatais na promoção não só do *catching-up* tecnológico como também da busca pela liderança na fronteira em tecnologias sensíveis, e o papel das estatais se faz sentir indiretamente mediante o financiamento de projetos de tecnologia disruptiva por parte de empresas não estatais concentradas em tecnologia.

#### 4. CONCLUSÃO

A principal contribuição deste artigo consistiu em demonstrar que, mesmo após mais de quatro décadas de reformas de mercado, as empresas estatais chinesas são instrumento fundamental para a consecução de políticas industriais voltadas ao *upgrading* tecnológico da economia da RPC e à promoção da inovação endógena. Num contexto de necessidade de superação da dependência tecnológica da RPC e de esforço para a obtenção de ganhos de produtividade, as empresas estatais agem em pontos cruciais da economia a fim

de dar ensejo à transição tecnológica chinesa para uma economia baseada em inovação. Se é verdade que o desempenho das estatais em matéria de produção de inovações e aproveitamento dos investimentos realizados era inferior ao desempenho das empresas não estatais até meados da segunda década do século XXI, essa realidade se alterou e, ante o pano de fundo do Made in China 2025, as empresas estatais são eleitas como vanguarda ao realizar, elas mesmas, inovações tecnológicas e ao possibilitar, através do estabelecimento de fundos de orientação industrial, que outras formas de propriedade contribuam para a mudança estrutural da economia chinesa. Assim sendo, as estatais ainda agem como garantidoras da soberania tecnológica da China ao realizar esforços de superação de dependência em setores fundacionais que servem como infraestrutura à Indústria 4.0, como, por exemplo, o setor de semicondutores.

\* Mestre em Economia Política Mundial (EPM) pela Universidade Federal do ABC (UFABC), bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (FDSBC). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2038299350930144>

► Texto recebido em 30 de outubro de 2024; aprovado em 18 de dezembro de 2024.

- AL LATIEF, Mohammad Nuridin et al. Chip diplomacy: chip war Taiwan, People's Republic China and United States and its implications for Indonesia. **Formosa Journal of Applied Sciences**, v. 3, n. 3, p. 1067-1088, 2024.
- BRAGA, João Pedro; NOGUEIRA, Isabela. Mercado de trabalho e salário mínimo na China. **Geosul**, v. 35, n. 77, p. 49-72, 2020.
- CAO, Cong; SUTTMEIER, Richard P.; SIMON, Denis Fred. China's 15-year science and technology plan. **Physics Today**, v. 59, n. 12, p. 38-43, 2006.
- CHE, Panin. Tech war: Chinese official praises Xiaomi's chip design as smartphone giant keeps mum. **South China Morning Post**, October 21, 2024. Disponível em: <[www.scmp.com/tech/big-tech/article/3283264/tech-war-chinese-official-praises-xiaomis-chip-design-smartphone-giant-keeps-mum](http://www.scmp.com/tech/big-tech/article/3283264/tech-war-chinese-official-praises-xiaomis-chip-design-smartphone-giant-keeps-mum)>. Acesso em: 8 jan. 2025.
- CHINA state asset manager plans \$14 billion emerging industry fund, China Business News reports. **Reuters**, September 24, 2023. Disponível em: <[www.reuters.com/markets/asia/china-state-asset-manager-plans-14-bl-n-emerging-industry-fund-report-2023-09-24](http://www.reuters.com/markets/asia/china-state-asset-manager-plans-14-bl-n-emerging-industry-fund-report-2023-09-24)>. Acesso em: 8 jan. 2025.
- DIEGUES, Antonio Carlos; ROSELINO, José Eduardo. Industrial policy, techno-nationalism and Industry 4.0 China-USA technology war. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 43, p. 5-25, 2023.
- FANG, Cai; YANG, Du; MEIYAN, Wang. Crise ou oportunidade: resposta da China à crise financeira global. **Revista Tempo do Mundo**, v. 1, n. 1, p. 97-119, 2009.
- FANG, Jing; HE, Hui; LI, Nan. China's rising IQ (innovation quotient) and growth: firm-level evidence. **Journal of Development Economics**, v. 147, p. 102561, 2020.
- GONG, Yifei; LI, Peiyue; SHEN, Ziqiao. Research on operating efficiency of government industry guidance fund. **Theoretical Economics Letters**, v. 10, n. 1, p. 90-101, 2020.
- HAWKINS, Amy. PRC's war chest: how the fight for semiconductors reveals the outlines of a future conflict. **The Guardian**, May 22, 2023. Disponível em: <[www.theguardian.com/world/2023/may/22/chinas-war-chest-how-the-fight-for-semiconductors-reveals-the-outlines-of-a-future-conflict](http://www.theguardian.com/world/2023/may/22/chinas-war-chest-how-the-fight-for-semiconductors-reveals-the-outlines-of-a-future-conflict)>. Acesso em: 8 jan. 2025.
- HIRATUKA, Celio; DIEGUES, Antonio Carlos. **Inteligência artificial na estratégia de desenvolvimento da China contemporânea**. Campinas: Instituto de Economia-Unicamp, 2021.
- HMAIDI, Antonia. **Huawei is quietly dominating China's semiconductor supply chain**. Oakland: University of California, 2024.
- IMF. **World economic outlook database**. Washington, D.C.: International Monetary Fund, October 2024. Disponível em: <[www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2024/October](http://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2024/October)>. Acesso em: 8 jan. 2025.
- JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- JABBOUR, Elias; MOREIRA, Uallace. From the national system of technological innovation to the "new projectment economy" in China. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 43, n. 3, p. 543-563, 2023.
- KAJITANI, Kai; CHEN, Kuang-hui; MITSUNAMI, Kohei. How do government guidance funds affect the performance of Chinese manufacturing enterprises?. In: KAJITANI, Kai (Ed.). **Innovation promotion policies and institutional reform in China**. Kobe University Monograph Series in Social Science Research. Singapore: Springer Nature Singapore, 2024. p. 99-115.
- LIN, Karen Jingrong et al. State-owned enterprises in China: a review of 40 years of research and practice. **China Journal of Accounting Research**, v. 13, n. 1, p. 31-55, 2020.
- LIN, Li-Wen; MILHAUPT, Curtis J. We are the (national) champions: understanding the mechanisms of State capitalism in China. **Revista Chilena de Derecho**, v. 40, p. 801, 2013.
- LIU, Yajing. Impact of government guidance funds and local financial environments on Chinese industrial enterprises' performance. In: KAJITANI, Kai (Ed.). **Innovation Promotion Policies and Institutional Reform in China**. Singapore: Springer Nature Singapore, 2024. p. 117-133.
- LO, Dic. State-owned enterprises in Chinese economic transformation: institutional functionality and credibility in alternative perspectives. **Journal of Economic Issues**, v. 54, n. 3, p. 813-837, 2020.
- \_\_\_\_\_; WU, Mei. The State and industrial policy in Chinese economic development. In: SALAZAR-XIRINACHS, José M.; NÜBLER, Irmgard; KOZUL-WRIGHT, Richard (Ed.). **Transforming economies: making industrial policy work for growth, jobs and development**. Geneve: International Labour Office, 2014. p. 307-326.
- LUONG, Ngor; ARNOLD, Zachary; MURPHY, Ben. Understanding Chinese government guidance funds. **Center for Security and Emerging Technology**, v. 2, n. 5.3, p. 1, March 2021.

MAJEROWICZ, Esther. **China and the international political economy of information and communication technologies**. Natal: UFRN, 2019. (Discussion Paper n. 2).

MEDEIROS, Carlos A. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Padrões de desenvolvimento econômico**: América Latina, Ásia e Rússia (1950-2008). Brasília: CGEE, 2013. p. 435-489.

MITSUNAMI, Kohei. What patent data reveal: the current state of innovation in China. In: KAJITANI, Kai (Ed.). **Innovation promotion policies and institutional reform in China**. Singapore: Springer Nature Singapore, 2024. p. 37-58.

NAUGHTON, Barry. A perspective on Chinese economics: what have we learned, what did we fail to anticipate?. In: THURSTON, Anne F. **Engaging China**: fifty years of Sino-American relations. New York: Columbia University Press, 2021. p. 174-196.

\_\_\_\_\_. **The rise of China's industrial policy**: 1978 to 2020. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 2021.

NBS. **National data**. Beijing: National Bureau of Statistics of China, [s.d.]. Disponível em: <<https://data.stats.gov.cn/english/easyquery.htm?cn=C01>>. Acesso em: 8 jan. 2025.

\_\_\_\_\_. **The profit of industrial enterprises above designated size from January to November in 2023**. Beijing: National Bureau of Statistics of China, December 28, 2023. Disponível em: <[www.stats.gov.cn/english/PressRelease/202401/t20240102\\_1946172.html](http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/202401/t20240102_1946172.html)>. Acesso em: 18 jan. 2025.

NOGUEIRA, Isabela. Estado e capital em uma China com classes. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, p. e182211, 2018.

\_\_\_\_\_. O Estado na China. **Oikos**, v. 20, n. 1, 2021.

OECD. Quantifying the role of state enterprises in industrial subsidies. **OECD Trade Policy Papers**, Paris, n. 282, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/49f39be1-en>>. Acesso em: 8 jan. 2025.

PAO, Jeff. Xiaomi is said to have designed its own 3nm chip. **Asia Times**, October 23, 2024. Disponível em: <<https://asiatimes.com/2024/10/xiaomi-is-said-to-have-designed-its-own-3nm-chip/>>. Acesso em: 8 jan. 2025.

QI, Hao. The historical peak of the rate of surplus value and the “new normal” of the Chinese economy: a political economy analysis. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, 2018.

\_\_\_\_\_; KOTZ, David M. The impact of state-owned enterprises on China's economic growth. **Review of Radical Political Economics**, v. 52, n. 1, p. 96-114, 2020.

QIN, Mei. Fortune favors the state-owned: three years of Chinese dominance on the Global 500 List. **CSIS**, October 7, 2022. Disponível em: <[www.csis.org/blogs/trustee-china-hand/fortune-favors-state-owned-three-years-chinese-dominance-global-500-list](http://www.csis.org/blogs/trustee-china-hand/fortune-favors-state-owned-three-years-chinese-dominance-global-500-list)>. Acesso em: 8 jan. 2025.

ROGERS, Nic; WANG, Ray. A change in fortune: U.S. firms overtake China's in Fortune Global 500. **CSIS**, October 10, 2024. Disponível em: <[www.csis.org/blogs/trustee-china-hand/change-fortune-us-firms-overtake-chinas-fortune-global-500](http://www.csis.org/blogs/trustee-china-hand/change-fortune-us-firms-overtake-chinas-fortune-global-500)>. Acesso em: 8 jan. 2025.

SMIC. **Discloseable transaction and connected transaction**: proposed capital contribution and deemed disposal of equity interest in SMSC. Shanghai: Semiconductor Manufacturing International Corporation, 15 May 2020. Disponível em: <[www1.hkexnews.hk/listedco/listconews/sehk/2020/0515/2020051502013.pdf](http://www1.hkexnews.hk/listedco/listconews/sehk/2020/0515/2020051502013.pdf)>. Acesso em: 8 jan. 2025.

WEI, Shang-Jin; XIE, Zhuan; ZHANG, Xiaobo. From “made in China” to “innovated in China”: Necessity, prospect, and challenges. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 1, p. 49-70, 2017.

WU, Debby; LEONARD, Jenny. China's top chipmaker achieves breakthrough despite US curbs. **Bloomberg**, July 21, 2022. Disponível em: <[www.bloomberg.com/news/articles/2022-07-21/china-s-top-chipmaker-makes-big-tech-advances-despite-us-curbs](http://www.bloomberg.com/news/articles/2022-07-21/china-s-top-chipmaker-makes-big-tech-advances-despite-us-curbs)>. Acesso em: 8 jan. 2025.

XINHUA. **Chinese poverty alleviation studies**: a political economy perspective. Beijing: New China Research; Xinhua News Agency, February 2021. Disponível em: <[www.xinhuanet.com/english/special/2021jpxbg.pdf](http://www.xinhuanet.com/english/special/2021jpxbg.pdf)>. Acesso em: 21 jan. 2025.

ZENGLEIN, Max J.; HOLZMANN, Anna. Evolving Made in China 2025. **Merics**, v. 8, p. 78, 2019.

ZHANG, Xianhui et al. The transformation and upgrading of the Chinese manufacturing industry: based on “German Industry 4.0”. **Journal of Applied Business and Economics**, v. 18, n. 5, p. 97-105, 2016.

# “O povo vai voltar a comer picanha e fazer churrasquinho”

Discursos, símbolos e identidades no campo político brasileiro

“People will eat rump steak and have barbecue again”

Discourses, symbols and identities in the Brazilian political field

Máximo Augusto Campos Masson\*  
Charle Ferreira Paz\*\*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.171.011>



Depositphotos

## RESUMO

O artigo analisa o discurso de Luiz Inácio Lula da Silva na campanha a presidente de 2022, considerando-o como produção simbólica. São analisadas as palavras *picanha*, *churrasquinho* e *povo* como elementos centrais de uma estratégia discursiva objetivando estabelecer elos de identificação entre Lula e os receptores do discurso e estigmatizar o candidato de extrema direita Jair Bolsonaro. A análise é desenvolvida com base em conceitos de Pierre Bourdieu e Jesus Martin-Barbero, como poder simbólico, *habitus* de classe, posição de classe, campo político, opinião política delegada e reflexiva, mediação entre emissores e receptores, identidade e trajetória. Analisa-se a eficácia do discurso de Lula, as interpretações de seus receptores e as relações entre o simbolismo do discurso e os propósitos políticos do então candidato Lula para a sociedade brasileira, considerando as posições das classes dominadas e da “nova burguesia nacional”.

**Palavras-chave:** Luiz Inácio Lula da Silva. Capital simbólico. Poder simbólico. Discurso político. Eleições presidenciais brasileiras.

## ABSTRACT

The article analyses Luiz Inácio Lula da Silva's discourse in the 2022 presidential campaign, considering it as a symbolic production. The words *picanha* (rump steak), *churrasquinho* (barbecue) and *povo* (people) are analyzed as core elements of a discursive strategy aimed at establishing links of identification between Lula and the receivers of his discourse, as well as promoting the stigmatization of far-right candidate Jair Bolsonaro. The analysis is based on concepts from Pierre Bourdieu and Jesus Martin-Barbero such as symbolic power, class *habitus*, class position, political field, delegated political opinion and reflexive mediations between senders and receivers, identity and trajectory. The effectiveness of Lula's discourse and the interpretations of its receivers are analyzed, as well as the relationship between discourse's symbolism and the political aims of Lula the candidate for Brazilian society, considering the positions of the dominated classes and the “new national bourgeoisie”.

**Keywords:** Luiz Inácio Lula da Silva. Symbolic capital. Symbolic power. Political discourse. Brazilian presidential elections.

## 1. INTRODUÇÃO

As eleições presidenciais de 2022 foram marcadas por intensa disputa simbólica entre os principais candidatos, Lula e Bolsonaro, sendo as redes sociais o espaço de maior impacto comunicacional, superando meios de comunicação mais tradicionais.

Ao contrário das redes sociais, nestes últimos a capacidade de retransmissão de mensagens pelos agentes receptores é significativamente menor em virtude da quase total indisponibilidade de recursos tecnológicos próprios.

A eficácia comunicacional das redes sociais se deve em grande parte à integração progressiva e veloz entre os que compartilham as mensagens que circulam. Nelas, a reprodução ampliada e contínua de mensagens se faz em proporção geométrica, e tende a ser alterada a condição dos receptores. Estes podem ser também emissores, não se limitando ao consumo de mensagens de terceiros, assumindo a condição de produtores, intervindo em formulações originais e disseminando-as em círculos sociais de sua escolha. Condição inédita em termos de comunicação não presencial, só realizável por força de maiores possibilidades individuais de manuseio dos meios midiáticos pertinentes às redes, isto é, celulares, e pela ampliação mundial do mercado consumidor desses meios<sup>1</sup>.

Todavia, mesmo com as transformações recentes nos meios de comunicação, produtoras de efeitos expressivos no campo político, mensagens permanecem sendo expressões discursivas. Como tais, são produções simbólicas de agentes sociais posicionados em campos sociais, em interação com os demais agentes neles inseridos<sup>2</sup>. A análise das produções simbólicas deve ter em conta as características da estrutura do campo em que elas são formuladas. Estruturas estruturantes da elaboração e disseminação dessas produções, gerando efeitos sobre os modos empregados pelos que as produzem e difundem e sobre as formas de recepção dos que constituem suas “audiências”, as quais, com o advento das redes sociais, podem ter potenciais novos emissores.

Independentemente de mudanças tecnológicas, os receptores não são agentes passivos, e sim ativos intérpretes de toda produção simbólica. Como Martin-Barbero (2006) salientou, as interpretações se fazem em processos contínuos de recodificação e ressignificação mediados por dispositivos culturais pertinentes aos receptores. Martin-Barbero, ao sublinhar as mediações presentes nos processos comunicacionais — influência dos “estudos culturais”<sup>3</sup> —, se aproxima de análises de Bourdieu, as quais também atentam para a não passividade dos agentes sociais, ressaltando que interpretações são práticas sociais concretizáveis graças a dispositivos dos *habitus* de classe que os agentes sociais portam, incorporados pelos processos de socialização. As interpretações podem produzir, com subsequentes efeitos políticos, identificações ou, inversamente, distanciamentos e reações negativas entre emissores e receptores.

<sup>1</sup> Apesar do custo elevado, o ingresso de novos modelos no mercado é acompanhado de intensa oferta de crédito a potenciais consumidores, mesmo em sociedades de grande desigualdade de renda como a brasileira, favorecendo a recomercialização de produtos antigos e proporcionando a disseminação do uso de *smartphones* ou *androids* em número muito superior ao de *tablets* ou computadores pessoais.

<sup>2</sup> As menções a campo social, bem como a *habitus* de classe e tipos de capital, se referem a conceitos de Pierre Bourdieu.

<sup>3</sup> Os “estudos culturais” integram o cenário das ciências sociais em momento contemporâneo à difusão das obras que tornaram Bourdieu internacionalmente reconhecido, as relativas aos sistemas de ensino e, logo depois, *A Distinção* (Bourdieu, 2007), para muitos seu trabalho fundamental.

Nesse sentido, os discursos presentes no campo político devem ser analisados considerando-se propriedades dos agentes sociais que o integram, como as suas posições no espaço social e as relações entre eles, mesmo quando não explícitas.

A análise de um discurso pronunciado em uma situação pública deve atentar para o fato de que o agente que o pronuncia se encontra na condição de produtor e disseminador de mensagens que, direcionadas necessariamente a audiências específicas<sup>4</sup>, são sempre a expressão de uma opinião política referente a certo aspecto da sociedade. Igualmente, é preciso considerar que, mesmo de modo metafórico, o discurso também se direciona a agentes em posição antagonista no campo político. Da mesma maneira, é necessário apreender as características dos agentes que se encontram na condição de receptores. Tanto dos que de forma imediata recebem o discurso, constituindo-se nos seus primeiros intérpretes e avaliadores, quanto dos que dele tomam conhecimento posteriormente.

Além das expectativas dos emissores em relação a audiências específicas, por força das propriedades dos agentes que as integram, como no caso dos partidos de esquerda, que, salvo exceções, buscam privilegiar as classes dominadas como seu público, a importância de atentar para características dos receptores se deve ao fato de as audiências de um dirigente partidário, na condição de candidato, excetuando-se as claques profissionais, tenderem a estabelecer com este uma relação não racionalmente objetivada, mas emocional, de pronto apoio ou rejeição imediata. Tal aspecto reafirma a dimensão a ser dada na análise à condição existencial dos receptores, às suas posições de classe, sem se desconsiderarem outros aspectos, como sexo, etnia e crenças religiosas. Aspectos importantes, mas não tão fundamentais quanto a posição de classe, visto que os dispositivos internalizados pelos processos de socialização constituem *habitus* de classe, e não primordialmente de sexo ou etnia.

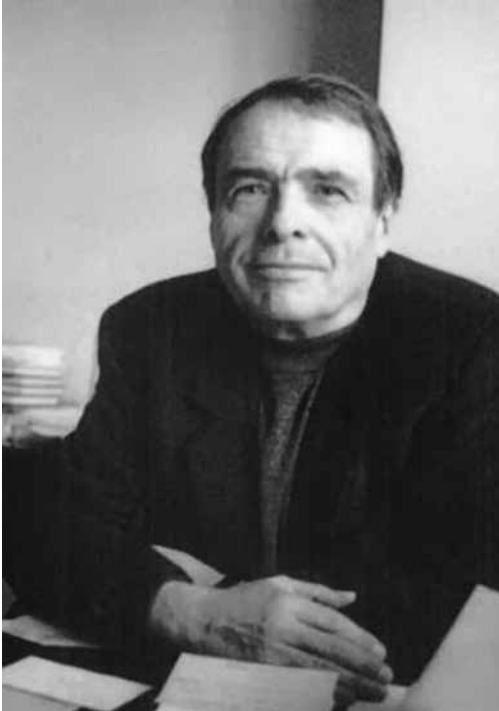
Os agentes sociais, segundo sua posição de classe — internamente a esta, as diferenças pertinentes às posses de capital econômico e de capital cultural legítimo<sup>5</sup> — tendem a se distribuir de modo diametralmente oposto nos campos sociais. No campo político, isso pode significar fortes antagonismos de interesse, manifestos em opiniões políticas de sentido igualmente antagonista. Discursos do campo político não só afirmam proposições de uma agenda de interesses, que se legitima pela posição de força ocupada pelo agente no interior do campo. São armas de denegação de interesses e atos classificados como antagonistas, deslegitimando-os como intrinsecamente prejudiciais aos agentes que se pretende representar. Mas as confrontações no campo político não ocorrem somente através de embates diretos e presenciais, como é comum, além de nos confrontos coletivos de violência física, nos debates midiáticos em que líderes políticos (candidatos ou não) direcionam afirmações contra adversários mais diretos.

As confrontações podem ocorrer sem menção direta a adversários, resultado de ações nem sempre produzidas de forma totalmente racionalizada ou por meio de produtos elaborados de *marketing* político. Porém, mesmo de forma oblíqua, tendem a proporcionar efeitos de identificação (ou, inadvertidamente, de rejeição) em segmentos sociais compostos

<sup>4</sup> Mesmo que o pronunciamento se faça em uma situação que permite a impressão de ter sido destinado a audiência heterogênea e, portanto, indiferenciada, como a de uma entrevista televisiva ou radiofônica, a mensagem sempre objetiva atingir privilegiadamente, por força da ênfase dada a alguma expressão ou pela própria escolha dela, um público em particular, de um ou alguns determinados segmentos sociais.

<sup>5</sup> Os conceitos de capital econômico e capital cultural, em seus diferentes tipos, são discutidos detalhadamente por Bourdieu em diversas de suas obras, e mais enfaticamente no curso oferecido no Collège de France em 1983-1984. Veja-se Bourdieu (2023).





Pierre Bourdieu (1930-2002), sociólogo francês (esq.), e Jesús Martín-Barbero (1937-2021), semiólogo e antropólogo colombiano

por potenciais bases de apoio ou, em processos eleitorais, possíveis eleitores. No último caso, estes, conforme os atributos de um candidato, podem reconhecê-lo, se não como igual, ao menos como próximo, conhecedor de suas aspirações e possível concretizador delas.

Frases proferidas em campanha podem, graças sobretudo às redes sociais, ganhar inusitadas audiências, gerando interpretações não controláveis por candidatos ou partidos apoiadores. Repercussões positivas de falas ou gestos podem se transformar em inesperados símbolos ou slogans e “palavras de ordem”. De igual modo, por vezes alheio à vontade de candidatos e quadros partidários, podem se constituir em instrumentos educativos, não em sentido “escolástico”, mas no de “educação política”, de meio de produção e disseminação de opinião política, propiciadores de afirmação de interesses de segmentos sociais ou, ao menos, de desejos pouco críveis de realização, geralmente em função da posição de classe desses segmentos.

Em face dessas observações, frases de um discurso concernente ao campo político podem ser objeto de estudo de áreas de conhecimento como Ciências Sociais, Comunicação e mesmo Educação, dados os efeitos a que estão relacionadas, sobretudo em momentos de acirramento da luta política, com possibilidade de maior instabilidade e crise institucionais como as vivenciadas no Brasil dos últimos dez anos, marcados pelo espectro do extremismo conservador e de matiz fascista.

Assim sendo, procuramos analisar frases de um dos discursos de Lula que mais ganhou destaque no curso da campanha eleitoral de 2022: “O povo vai voltar a comer picanha e fazer churrasquinho”, pronunciada em setembro do mesmo ano e, em formato semelhante, em entrevista a telejornal de grande audiência do país.

Devemos atentar para o fato de o emissor manifestar — ou não — propriedade que assume fundamental importância, não só, mas em especial, no campo político, para a configuração eficaz de vínculos entre ele e sua audiência: a espontaneidade do seu falar

## 2. EMISSORES E RECEPTORES: IDENTIFICAÇÕES, DISTANCIAMENTOS E ANTAGONISMOS

Para a compreensão do poder simbólico do discurso pronunciado, consideramos centrais três aspectos das frases de Lula: o aspecto linguístico, o contexto em que foram pronunciadas e as possibilidades de identificação entre emissor e receptores.

No tocante ao aspecto linguístico, as características discursivas das frases nos permitem apreender, sob enfoque prioritariamente sociológico, relações que se estabelecem entre as palavras nelas presentes e os dizeres e os contextos próprios às classes subalternas. Para tal empregamos análises de Bourdieu sobre a construção da opinião política, acrescidas de considerações de Martin-Barbero acerca das mediações nas relações entre emissores e receptores no processo de comunicação e o apontado por Foucault quanto às relações entre imaginação e linguagem, em especial o papel da primeira na formulação da segunda. Conforme suas palavras: “A imaginação [é] aquela que permite comparar, autoriza a linguagem.” (Foucault, 1992, p. 221) A imaginação se manifesta obrigatoriamente pela linguagem, cuja análise não pode ser empreendida separada do exame das estruturas constituintes do espaço social, dos diversos campos sociais e dos modos como neles os agentes se relacionam entre si.

Seguindo-se a perspectiva de Bourdieu, “as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes envolvidos nessas relações” (Bourdieu, 1989, p. 11). Assim, o poder simbólico de uma palavra não se concentra na palavra em si. Sua força ilocucionária, ainda segundo Bourdieu (2008), resulta da posição no espaço estruturado em que é inscrita, pronunciada. É a estrutura desse espaço e as relações que o constituem que lhe propiciam poder simultâneo de representação e identificação; poder simbólico próprio a estratégias discursivas que atuam sobre o imaginário dos agentes sociais, dando sentido aos significantes, mesmo quando os emissores não agem de forma planejada, objetivamente racionalizada. Nesse caso, devemos atentar para o fato de o emissor manifestar — ou não — propriedade que assume fundamental importância, não só, mas em especial, no campo político, para a configuração eficaz de vínculos entre ele e sua audiência: a espontaneidade do seu falar<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Uma fala arquitetada para ser espontânea ou a construção de um ato interessado apresentado como desinteressado, por mais que racionalmente planejadas, terminam prejudicadas pelos efeitos incontroláveis para o agente executor, provocados pelo *habitus* de classe de que é detentor e que o distingue dos agentes socialmente subalternos, com os quais procura artificialmente compartilhar modos de ser.

A linguagem espontânea, segundo Foucault (1992), vai além da figura da palavra e não prescinde do jogo da imaginação, isto é, da conformação de semelhanças entre as imagens produzidas pelo emissor e as interpretações dos receptores. A espontaneidade na fala do dirigente político não raro é classificada pelo senso comum dos socialmente subalternos como sinal de sua “autenticidade”, aspecto que assume dimensão singular quando se trata de quadros de partidos políticos de esquerda.

Bourdieu aponta os motivos dessa singularidade ao analisar a produção, difusão e incorporação de opiniões políticas (Bourdieu, 2007). Nas sociedades contemporâneas, a produção de opiniões políticas é cada vez mais resultante da ação de conjuntos, sempre mais numerosos, de especialistas de diversas áreas do campo científico, no qual estão situados ou dele são oriundos. A presença e a intervenção sistemáticas de especialistas dotados de maior posse de capital cultural legítimo implicam duas importantes, porém distintas, situações nos partidos políticos, com efeitos significativos na reprodução de processos de dominação política.

Dado que os “discursos eruditos podem extrair sua eficácia da correspondência oculta entre a estrutura do espaço social no qual são produzidos, e a estrutura do campo das classes sociais no qual os receptores estão situados e em relação ao qual eles interpretam a mensagem” (Bourdieu, 2008, p. 27), conformam-se situações muito diferentes nos partidos políticos em função das características dos segmentos sociais que, em tese, constituiriam suas bases de apoio.

Para os partidos que buscam representar as classes dominantes (em seu conjunto ou apenas frações específicas dessas classes), a proximidade de domínio de capital cultural legítimo entre produtores de opinião política, dirigentes desses partidos e potenciais representados seria bem estreita<sup>7</sup>. Resultado da cada vez mais elevada e prolongada escolarização dos representados, que facilita tanto a compreensão das proposições partidárias como o apoio a elas, exceto, por vezes, em conjunturas de intensa crise política e conflitos de representação do conjunto das classes dominantes<sup>8</sup>.

De modo inverso, os partidos de esquerda se defrontam com situação mais problemática. Como nos partidos conservadores, a formulação das opiniões políticas é igualmente cada vez mais resultante da ação de especialistas. Essas opiniões tendem a ser expostas originalmente em formatos mais eruditos, mesmo quando são expressão de senso comum douto<sup>9</sup>. Entretanto, diferentemente do vivenciado nos partidos conservadores, não há significativa e mais imediata similaridade quanto às posses de capital cultural legítimo e de capital político entre produtores de opinião política, dirigentes e possíveis representados. Existe, não raro, grande probabilidade de a não similaridade propiciar distanciamento ou verdadeiros hiatos entre as opiniões políticas expressas por dirigentes e as percepções presentes no senso comum dos segmentos sociais que os primeiros pretendem representar e conduzir politicamente, mesmo havendo, a princípio, interesses compartilháveis entre uns e outros.

Os potenciais representados pelos partidos de esquerda são constituídos predominantemente por integrantes das classes subalternas e dominadas (operários, camponeses,

<sup>7</sup> Situação atualmente alterada pelo crescimento de partidos de extrema direita, que, como tática de atração de segmentos pouco letrados, não só mas especialmente da pequena burguesia, desqualificam no todo ou em parte o capital cultural legítimo, em especial o de cunho científico.

<sup>8</sup> Um exemplo recente na história brasileira seria a crise do governo Collor, afastado da Presidência, apesar do apoio quase total das classes dominantes nas eleições de 1989, conforme Martuscelli (2012).

<sup>9</sup> Expressão empregada por Bourdieu para designar formulações de aparência científica, mas que são apenas opiniões não objetivadas, com interesses particulares, sob forma “erudita”.

camadas baixas da pequena burguesia e “proletarizados” em geral). Em sua maioria têm menor posse de capital econômico e não dispõem de capital cultural legítimo, por efeito dos processos de escolarização por eles vivenciados, caracterizados por menores percursos escolares e realizados de modo negativamente diferenciado<sup>10</sup>.

Assim, o “problema da comunicação” constitui um dos maiores dilemas enfrentados pelos partidos de esquerda. Dificuldade sempre presente, dado não ser impossível o afastamento de bases de apoio em virtude de incompreensão sobre diretrizes políticas assumidas por chefias partidárias, as quais podem ser interpretadas como contraposição a anteriores consensos sobre princípios políticos<sup>11</sup>.

Essa ameaça latente e constante de ruptura entre quadros e bases avoluma a importância da percepção de espontaneidade (e de “autenticidade”) para a configuração da identificação política e do partilhar de opiniões políticas. Especialmente quando se amplia o espectro de eleitores, diferenciando-se o “novo eleitorado” dos núcleos partidários originais, dotados de maior homogeneidade ideológica, mais se torna crucial a identificação entre quadros de maior expressão — como é exemplo hoje Lula, na esquerda brasileira — e potenciais simpatizantes.

A identificação entre personalidades do campo político e o chamado “eleitorado comum”, composto por não pertencentes a organizações políticas e quase sempre não familiarmente herdeiros de tradições partidárias, tende a não se basear no conhecimento de proposições partidárias ou na concordância com elas. Em geral, a identificação se fundamenta em aspectos emocionais, no reconhecimento de autenticidade ou de fidelidade a determinados princípios moralmente valorizados. Reconhecimento realizado bem mais a partir de “falas de caráter coloquial” sobre assuntos classificados como imediatamente presentes no cotidiano do que da apreciação de argumentações aparentemente mais eruditas — e de maior dificuldade de compreensão — referentes a assuntos “econômicos” ou “políticos”, “distantes” das preocupações pessoais ordinárias. Dessa forma, as “falas coloquiais” possuem poder simbólico significativo, podendo produzir efeitos políticos expressivos. Discursos permeados de expressões comuns, informais, tornam-se meios para avaliação e julgamento, propiciadores de identificação entre quadro partidário e possíveis apoiadores. Avaliações impossíveis de serem plenamente realizáveis sem mediações emocionais, personificantes. Como aponta Bourdieu:

Todos os julgamentos políticos, incluindo aqueles que pretendem ser os mais clarividentes, comportam uma parcela inevitável de *fides implicita* que se deve à própria lógica da escolha política enquanto escolha de *porta-voz* e de *procuradores*, além de escolha de ideias, opiniões, projetos, programas e planos, *encarnados* em “personalidades”, que dependem, em sua realidade e credibilidade, da realidade e credibilidade dessas “personalidades” (Bourdieu, 2007, p. 397, grifos originais).

Elos de fidelidade entre determinados agentes sociais e uma personalidade pública se estabelecem mediante interpretações, permeadas de emoções, dos primeiros sobre ações e discursos da segunda, e de possíveis sinais de sua autenticidade “ética”. O reconhecimento de autenticidade dá à personalidade política autoridade moral, passível de ser ainda mais fortalecida em função de sua trajetória, ela própria uma produção simbólica. Em suma: capital

<sup>10</sup> Há situações distintas relativas a segmentos de maior posse de capital cultural legítimo que se mostram mais favoráveis à esquerda, como apontado por Bourdieu (2007) em *A Distinção*.

<sup>11</sup> Não é, assim, estranha a constância de comentários sobre dificuldades de comunicação do governo Lula com as classes que deveriam compreender as estratégias governamentais como conjuntamente adequadas aos seus interesses e os riscos da perda de apoio popular.



Lula em entrevista a Ratinho, apresentador de TV. Durante o programa, o então candidato na eleição presidencial de 2022 disse a frase que viraria uma marca de sua campanha: “O povo vai voltar a comer picanha e fazer churrasquinho”

simbólico e capital político incorporados, personificados, quase nunca facilmente transferíveis a outros agentes sociais.

Sublinhar elementos emocionais na identificação entre personalidade política e apoiadores não é uso simplista da categoria weberiana de carisma<sup>12</sup>, nada incomum em textos jornalísticos<sup>13</sup>. Segundo Weber, a manifestação plena do líder carismático se encarnaria em agentes com condições de ser

o profeta genuíno, como o caudilho genuíno, como todo genuíno chefe em geral, *anuncia, cria*, impõe novos mandamentos — no sentido original do carisma — pela força da revelação, do oráculo, da inspiração ou *por méritos de sua vontade concreta de organização, reconhecida em virtude de sua origem pela comunidade* de crentes, guerreiros, prosélitos ou outra classe de pessoas (Weber, 1964, p. 195, tradução e grifos nossos)<sup>14</sup>.

Em perspectiva descritiva mais impressionista, a trajetória de Lula o alocaria com perfeição à imagem de “líder carismático”, construída em gradual processo de identificação popular, em que não faltariam traços de messianismo laico próprios a personalidades a que o senso comum atribui poder mágico e fabuloso de realizar, por efeito de seu poder individual, mudanças profundas na realidade social.

<sup>12</sup> Segundo Weber, por *carisma* entenda-se a qualidade “de uma personalidade, por cuja virtude se considera em posição de poderes sobrenaturais ou sobre-humanos — ou pelo menos especificamente extraordinários e não acessíveis a qualquer outro” (Weber, 1964, p. 193, tradução nossa). No original: “de una personalidad, por cuya virtud se considera en posición de fuerzas sobrenaturales o sobrehumanas — o por lo menos especificamente extraordinarias y no asequibles a cualquier otro”.

<sup>13</sup> Apenas como exemplos, mencionamos Azedo (2023) e Victor (2024).

<sup>14</sup> “El profeta genuino, como el caudillo genuino, como todo genuino jefe en general, anuncia, crea, exige nuevos mandamentos — en el sentido original del carisma — por la fuerza de la revelación, del oráculo, de la inspiración o en méritos de su voluntad concreta de organización, reconocida en virtud de su origen por la comunidad de creyentes, guerreros, prosélitos, u otra clase de personas.”

## O “problema da comunicação” constitui um dos maiores dilemas enfrentados pelos partidos de esquerda. Dificuldade sempre presente, dado não ser impossível o afastamento de bases de apoio em virtude de incompreensão sobre diretrizes políticas assumidas por chefias partidárias, as quais podem ser interpretadas como contraposição a anteriores consensos sobre princípios políticos

Garoto pobre nordestino, migrou para São Paulo com a mãe e os irmãos. Pouco escolarizado, tornou-se operário metalúrgico qualificado e líder sindical. Deputado constituinte, cinco vezes candidato à Presidência da República e eleito para dois mandatos seguidos, com seus governos obtendo elevados índices de aprovação popular, Lula tem percurso que permite assemelhá-lo a figuras trágicas do panteão popular: “pobre, guerreiro, conquistador, traído e injustiçado”<sup>15</sup>. Mas, ao contrário da morte trágica do herói — a maquinação de sua condenação visava produzir sua “morte política” —, teria “vencido seus inimigos” e retornado à cena política para “conclamar o povo a se unir”, “reconstruir o Brasil” e “reconquistar os direitos que perdera”<sup>16</sup>. As reações favoráveis de segmentos populares ao discurso de Lula poderiam ser tidas por confirmação de propriedades de liderança carismática: a profecia permeada de “irracionalidade” e “revolucionarismo”. Afinal, aventando-se serem essas frases metáforas com laivos insurgentes e revolucionários — ou populistas —, não seria economicamente plausível — racional, segundo a lógica de inspiração weberiana — imaginar todo o “povo” de uma sociedade capitalista periférica a “comer picanha”<sup>17</sup>.

Porém, o esforço descritivo, em especial com alusões a produções do campo científico e sem preocupações em relativizar as primeiras percepções, não equivale à análise científica. Sem discutirmos em detalhes a validade conceitual da categoria weberiana, ela, em nosso entender, não possibilita maior compreensão do processo comunicacional em que se situa o discurso de Lula e as relações entre este e seus receptores, notadamente os que o apreciaram na época positivamente.

<sup>15</sup> O emprego de aspas objetiva caracterizar o aspecto mítico, típico de sagas da literatura de cordel nordestina.

<sup>16</sup> Após sair da prisão e ao longo da campanha eleitoral, Lula afirmaria ser esse seu objetivo maior e motivo para novamente se candidatar a presidente.

<sup>17</sup> Independentemente da variedade de interpretações da noção de populismo, conforme assinalam Mudde e Kaltwasser (2019), as críticas ao “populismo” do discurso oscilaram entre as de teor conservador, que o consideraram demagógico por “prometer o impossível” ou “não enfrentar os reais problemas da nação”, e as de teor progressista, que viram alusões positivas à pecuária, desconsiderando danos ao meio ambiente. Para essas críticas, o discurso teria caráter “irracional”.

A ênfase no poder carismático do emissor, poder simbólico que permitiria interconexão total entre personalidade política e público receptor, eliminando mediações interpretativas deste último, mais do que minimizar, nega a importância analítica de aspectos que temos salientado: as condições objetivas do espaço social, que possibilitam eficácia a um discurso político e as ações interpretativas dos receptores.

A situação em que é pronunciado um discurso político não pode ser analisada sem a observação das condições objetivas que envolvem emissor e receptores. É necessário ter em conta as características estruturais e conjunturais, portanto históricas, do espaço social em que esses agentes realizam um processo de comunicação. Ressaltar a historicidade de todo processo de comunicação é sublinhar que os instrumentos de interpretação das produções simbólicas presentes nos dispositivos dos *habitus* de classe dos receptores são igualmente afetados pelas situações históricas que estes vivenciam. Conforme Bourdieu, em resposta às incompreensões do conceito de *habitus*:

O *habitus* não é o destino que nele alguns leem. Produto da história, é um sistema aberto de disposições constantemente sujeitas a experiências, constantemente afetadas por elas de uma forma que ou bem reforça ou bem modifica suas estruturas. É perdurável, mas não eterno (Bourdieu; Wacquant, 2012, p. 174, tradução nossa, grifos correspondentes aos originais)<sup>18</sup>.

Se deve ser ressaltada a atenção a variações nos modos de interpretação dos receptores, não se pode, todavia, desconsiderar que as propriedades do processo de comunicação alocam e concentram, de forma aparentemente natural, forte poder simbólico ao emissor, dada sua condição privilegiada de imediato agente produtor, bem como ao espaço em que se realiza a emissão. No caso do discurso de Lula, um dos programas de maior audiência do principal canal aberto da televisão brasileira.

As condições objetivas de emissão e difusão de um discurso tendem a produzir efeitos desiguais nos receptores, em especial sobre não possuidores de maior capital cultural legítimo. Afora a tendência deles, decorrente de suas condições objetivas de existência, a privilegiar temáticas de algum modo mais vinculadas ao cotidiano, a ausência de maior capital cultural legítimo ou capital político contribui para que suas interpretações sejam mais afetadas pela autoridade simbólica do meio emissor, favorecendo uma maior incidência de impactos emocionais. Porém, impactos positivos só são relevantes se, além das expressões empregadas e o modo de seu uso<sup>19</sup>, houver prévias proximidades simbólicas com o emissor, as quais, no caso de Lula, apesar da campanha midiática de seus detratores, não puderam ser eliminadas<sup>20</sup>.

A proximidade emocional entre emissor e receptores das classes dominadas pode proporcionar, por parte dos últimos, aparente incorporação de “ideologias” ou “causas po-

**18** “El *habitus* no es el destino que alguna gente lee en él. Producto de la historia, es un sistema abierto de disposiciones constantemente sujeto a experiencias, constantemente afectado por ellas de una manera que o bien refuerza o bien modifica sus estructuras. Es perdurable pero no eterno.”

**19** Em contraponto à apreciação da linguagem “simples” por agentes de menor capital cultural legítimo, Bourdieu (1998) salientaria a importância simbólica e política da imagem de erudição para agentes em condição inversa, referindo-se a observações de Trótski sobre os elogios de emigrados russos letrados que assistiam a uma conferência de Lênin em Paris, quando este se encontrava exilado.

**20** Afora figuras da imprensa, os principais detratores de Lula com atuação mais direta sobre as classes populares possuem imagens que têm sido objeto de questionamentos éticos, como lideranças neopentecostais, criticadas pela preocupação em obter recursos financeiros de seus prosélitos e pelo conservadorismo comportamental não raro visto como hipocrisia.

líticas” pertinentes a proposições partidárias atribuídas ao primeiro, como, por exemplo, “a construção de uma sociedade justa e democrática” ou “a conquista do socialismo”. Contudo, há algo paradoxal à observação ligeira: a adesão política ao emissor pode se restringir a aspectos pontuais de seu discurso, mas passíveis de assumir dimensão singular no processo de identificação com este. A depender de características de seu *habitus* de classe, os receptores podem, a partir da interpretação de expressões de um discurso, em especial as que lhes pareçam mais afeitas às suas necessidades correntes, construir significações próximas aos seus desejos e às idealizações conjunturais de seus “futuros possíveis”<sup>21</sup>, mesmo quando estes se mostrem distantes do horizonte de suas estratégias de ação imediata. Processos interpretativos singulares podem afirmar vínculos emocionais com o emissor, consagrando-o como “porta-voz” de aspirações e desejos.

Desejos não se configuram sem que haja um concomitante gosto que os reafirme. Incorporado por efeito do *habitus* de classe, o gosto, expressão de não inata capacidade de avaliar e julgar, conforme Bourdieu (2003; 2007), é, antes de tudo, produto de relações sociais<sup>22</sup>. Excetuando-se situações individuais excepcionais, os agentes diferenciam o que lhes parece inatingível, alocado na esfera entre o ilusório e o tangível, sobretudo quando há na memória coletiva menções, mesmo disformes, a tempos em que esses desejos se realizariam. Um desejo ou gosto só é legitimado por um discurso se este estabelecer relações diretas com a realidade dos receptores e sinalizar a viabilidade da concretização do desejo em um futuro com novas características.

Relativizando princípios estéticos kantianos sobre o gosto, Bourdieu, além de ressaltar os elos entre formação de gosto e condições materiais de existência, sublinhou algo aparentemente menor para o entendimento da produção de gosto e opinião: a esfera alimentar, essencial para a reprodução social. Para Bourdieu, produções simbólicas sobre alimentos aludem sempre às relações políticas. A análise do gosto alimentar pode detectar, como em outras práticas sociais, a presença do fenômeno do mimetismo social, produto de ações, até inconscientes, dos dominados por obtenção de distinção. O mimetismo é particularmente presente quando as estruturas fundamentais da ordenação social não são objeto de contestação radical, mesmo havendo aspirações por mudanças na sociedade. Desejos relacionáveis a atos de mimetismo se legitimam, não mais sendo caricaturas do agir dos dominantes, quando nomeados por agentes que, assumindo a condição de porta-voz, validam esses desejos atribuindo-lhes a condição de direitos.

O discurso de Lula, simultaneamente, afirmava sua condição de porta-voz, legitimava desejos dos dominados e produzia efeito de identificação coletiva nestes últimos.

Em aparente paradoxo, diante de fome e pauperismo crescentes, anunciava o consumo de carnes “nobres” — simbolizadas na *picanha* — e situações de festa — o *churrasquinho*. Embora o número de mortes tenha diminuído em 2022, permaneciam as consequências da pandemia de covid-19 e se intensificava a anterior crise econômica, aumentando o desemprego e o empobrecimento, inclusive entre a pequena burguesia. Segundo a FAO, o Brasil,

<sup>21</sup> *Futuro possível* é categoria de Bourdieu referente a expectativas de vida imaginadas pelos agentes sociais.

<sup>22</sup> O fato de ser socialmente produzido não significa que gosto é adequação a uma regra social estabelecida. Mesmo quando classificado como ilegítimo, vinculado à prática tida por ilegítima, o gosto resulta de situações sociais vivenciadas pelo agente, conforme Bourdieu (2009).





“Comer picanha” e “fazer um churrasquinho”: elementos discursivos que evocam o “prazer de viver” após um período marcado pelo retorno da fome e pela negligência sanitária durante a pandemia

desde 2021, reingressara no Mapa da Fome<sup>23</sup>. Conforme o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (Rede Pessan, 2022), 58,7% da população convivia com algum grau de insegurança alimentar.

No entanto, a construção de uma estratégia discursiva com base na relação simbólica entre comer e prazer, cujos elementos centrais eram *picanha*, *churrasquinho* e *povo*, negava contradições entre conjuntura e discurso. Aludindo a desejos e gostos das classes subalternas, as identificava como participantes de um ente político coletivo (“o povo”) que seria detentor de vontades e direitos.

Essa estratégia, agindo sobre a imaginação, ultrapassava referências à vida imediata do “povo”. “Comer picanha” e “fazer um churrasquinho” são produções simbólicas relativas a prazer, a gozos e desfrutes que fariam o “povo” voltar a ter “prazer de viver” após um período de sofrimentos agravados por pandemia e retorno da fome como fenômeno de massa<sup>24</sup>. Apontava “futuro possível”, concretizável a partir de atitude essencial: a crença na viabilidade dele. Implicitamente, Lula assinalava seu maior oponente (Bolsonaro) como inimigo dos desejos dos brasileiros, sobretudo dos mais pobres<sup>25</sup>.

<sup>23</sup> O relatório *The state of food security and nutrition in the world*, da FAO/ONU, informava que 4,1% dos brasileiros sofriam de fome crônica. Um país “entra” no Mapa da Fome quando é crônica a falta de alimentos para mais de 2,5% da população (FAO et al., 2022).

<sup>24</sup> A fome entre os mais pobres é marca das extremas desigualdades sociais presentes na história do país. A saída do Brasil do Mapa da Fome e a elevação do poder de compra das classes subalternas foram situações ocorridas nos governos de Lula, conforme Pochmann (2012), e, portanto, lembranças correlacionáveis a “comer picanha” e “fazer um churrasquinho”.

<sup>25</sup> Os canais de divulgação da campanha de Bolsonaro enfatizaram que o discurso era demagogia e que o retorno da fome seria uma mentira, conforme noticiado pela imprensa brasileira (Soraggi, 2022).

Longe de o afastar, a menção à “picanha”, mediante inversão imagética da realidade possível do país, aproximava Lula das classes dominadas, dado que a palavra reporta a entrecruzadas significações simbólicas dessas classes sobre consumo de carne bovina e modos de seu consumo.

No senso comum dos socialmente dominados, carne bovina é classificada como “comida forte”, que “dá energia e vigor”, elementos necessários ao trabalho, principalmente o de maior esforço físico, predominante no cotidiano das classes subalternas. É sinal de “comer bem” e de ter “saúde”. Para essas classes, não ter “saúde” é sujeitar-se a não ter trabalho e se avizinhar da pobreza e, no limite, da miséria e da fome. Assim, “ter carne no prato” é um indicativo de distância da pobreza<sup>26</sup>.

Nesse sentido, aludir à picanha é aludir a um “futuro possível” mais próximo dos socialmente acima. O integrante das classes subalternas consome carne porque passou a dispor de capital econômico para poder ter um “gosto” que, ao mesmo tempo, lhe dá prazer e distinção social, a si próprio e à sua família.

Como objeto de gosto, além do relacionado a sabor, *picanha* tem conotações simbólicas associadas a modos de preparo, proporcionando dimensão singular à frase “fazer um churrasquinho”. Essa frase, reafirmando a condição de porta-voz de Lula com receptores das classes dominadas, produz importante efeito de identificação política pela inversão simbólica da imagem dos socialmente subalternos e dominados, concretizada no realce dado ao peculiar “jeito popular” de “comer a picanha”. Realce que implicitamente constitui um questionamento da diferenciação desqualificante sofrida pelos detentores de menor capital econômico (e, geralmente, de menor capital cultural legítimo) em função de suas formas peculiares de reproduzir um gosto incorporado mimeticamente e que, a princípio, seria exclusivo das classes dominantes brasileiras.

Nesse sentido, devem ser observadas mudanças nas formas de consumo de carne bovina entre os socialmente dominantes no Brasil.

Desde meados dos anos 1960, as churrasarias passaram a ser em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, espaço de lazer gastronômico cuja frequência vinha a ser símbolo de distinção social. De elemento de gastronomia regional — a do Rio Grande do Sul e dos pampas de países platinos<sup>27</sup> —, o consumo de churrasco passou a ter uma aura consagrada. Não se tratava mais do ato simples de comer carnes grelhadas e sim de apreciar modos de consumo (e preparo) de cortes bovinos classificados como “nobres”<sup>28</sup>, transformando conhecimentos mais restritos a açougueiros e cozinheiros, executores de atividades pouco ou nada “nobres”, em domínio de *chefs gourmets*, que se especializaram no preparo de um alimento de origens agrárias populares. Tornado prato de requinte, dos saberes próprios ao exercício da arte culinária, o churrasco ascendeu à condição de objeto de consumo — e distinção —

<sup>26</sup> No Ocidente, entre as classes dominadas, o consumo regular de carne bovina é visto como sinal de elevação dos padrões de vida. Foi valorizado pelo movimento sindical da Europa Ocidental, que vinculava esse consumo a vitórias dos trabalhadores, em especial nos anos mais imediatos à configuração do *welfare state*.

<sup>27</sup> Antes, fora dessas regiões, as churrasarias eram restaurantes de margem de estrada. Em livros brasileiros de arte culinária de 1930 a 1950, não constava a expressão *churrasco*, somente *bifes em grelha*, como se verifica em Maria (1942).

<sup>28</sup> Classificação que excedia a mais tradicional sobre cortes bovinos no Brasil a partir do século XX, que os dividia em “carnes de primeira”, mais cara, e “de segunda”, de menor preço, tendo por critério a textura (“macia”, “dura”) dos cortes.

O reconhecimento de autenticidade dá à personalidade política autoridade moral, passível de ser ainda mais fortalecida em função de sua trajetória, ela própria uma produção simbólica. Em suma: capital simbólico e capital político incorporados, personificados, quase nunca facilmente transferíveis a outros agentes sociais

de toda a burguesia nacional, deixando de ser hábito singular de uma oligarquia regional e de seus “peões”. Assumia aspecto nobiliárquico em função dos locais especializados em que passava a ser consumido, em ocasiões com características, se não festivas, de conagração.

Prato de fácil realização em seus aspectos mais essenciais (carnes — excetuando o custo destas —, sal e carvão), e adaptável ao gosto popular por carne bovina, o churrasco foi progressivamente incorporado pelas classes subalternas, com similar caráter de conagração social. Não necessariamente — ou quase nunca — consumido em restaurantes, mas em residências<sup>29</sup>. Sem a aura das grandes churrasarias, o churrasco das classes populares se transformou em “churrasquinho”, também pejorativamente denominado de “churrasco da laje”, menção a confraternizações em áreas periféricas pobres das cidades brasileiras, com carnes “baratas” e onde, embora desejada, nem sempre a picanha se faz presente, o que a torna o objeto de desejo mencionado por Lula.

Aludindo a comida e confraternização, união e festa, contrapondo-se a um presente não só de dificuldades, mas de desprezo governamental aos sofrimentos dos mais pobres<sup>30</sup>, o discurso remetia simultaneamente à imagem de um passado melhor e à de um futuro realizável em que a alegria popular poderia ressurgir. Produzia-se um efeito de vinculação entre Lula e os receptores das classes subalternas, proporcionado pelo compartilhamento de *habitus* de classe similar, mais precisamente do *ethos* pertinente a esses *habitus*<sup>31</sup>, possibilitando os mesmos gostos dessas classes. A identificação constituída alimentava a atribuição de autenticidade moral a Lula, favorecida pelas percepções sobre a trajetória política dele, de imagem próxima às encontradas em gestas populares, como acima mencionamos. Estabelecendo-se um círculo de retroalimentação contínua de ambos os sentimentos nos receptores, era igualmente afirmada a condição dos socialmente subalternos de integrantes do “povo”

<sup>29</sup> Tornou-se também comum em bairros mais populares a organização de churrascos na rua reunindo vizinhos e amigos, em fins de semana e feriados.

<sup>30</sup> Foram inúmeras as críticas a Bolsonaro por andar de *jet ski* durante a ocorrência de chuvas que alagavam regiões do Nordeste brasileiro (sobretudo a Bahia) ou por promover churrascos com cortes de carne cujo valor por quilo excedia a um salário mínimo nacional.

<sup>31</sup> A condição do *ethos* como componente do *habitus*, ao lado da *hexis*, é exposta por Bourdieu em *O senso prático* (Bourdieu, 2009) e comentada por Bonnewitz (2003).

e a de Lula como seu porta-voz<sup>32</sup>. Como apontado por Bourdieu sobre as relações entre discursos e capital simbólico e capital político, nessa condição “sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador” (Bourdieu, 2008, p. 89).

A condição de “porta-voz” ou “procurador” dá ao autor do discurso o aspecto descrito por Bourdieu como “performativo”, pelo qual a autoridade simbólica do emissor se faz passível de transmutar-se em política:

A eficácia do discurso performativo que pretende fazer acontecer o que enuncia no próprio ato de enunciar-lo é proporcional à autoridade daquele que o enuncia: a fórmula “eu o autorizo a partir” constitui *eo ipso* uma autorização quando aquele que a pronuncia está autorizado a autorizar, tem autoridade para autorizar (Bourdieu, 2008, p. 111).

O aspecto performático propicia uma propriedade ao discurso: ser assertivo. Assim, não se tratava de expor argumentos sobre motivos pelos quais “o povo” deveria “voltar a comer picanha”, mas de proclamar um desejo como direito, o qual Lula se autorizava a realizar. Ao reconhecer os desejos dos socialmente subalternos como direitos legítimos, ele reforçava percepções sobre o mundo social anunciadas pela nomeação de uma identidade coletiva — “o povo” —, historicamente presente na memória dos subalternos e fundada no compartilhar de sofrimentos comuns, pois, como apontava Bourdieu a respeito da construção de identidades políticas entre as classes dominadas, “nada é mais universal e universalizável do que as dificuldades. Cada um achará certa consolação no fato de descobrir que grande número das dificuldades [...] são universalmente partilhadas” (Bourdieu, 1989, p. 18).

A caracterização política do conjunto das classes dominadas e subalternas sob a forma de uma identidade coletiva é construção simbólica que, ao ser portadora de opiniões políticas, expressa antagonismos presentes nos campos político e intelectual. Quando incorporada, e portanto legitimada por essas classes, constitui instrumento de luta, tornando objeto de disputa o direito simbólico de legitimamente nomeá-las e falar em nome delas.

Ao identificar e nomear os socialmente subalternos como “o povo”, Lula simbolicamente os unificava, empreendendo uma estratégia discursiva de enfrentamento com seu principal oponente, Bolsonaro. Este, seguindo ideário de matiz fascista, sistematicamente desqualificava a institucionalidade política liberal existente e promovia simbolicamente uma divisão entre os socialmente subalternos, que constituem a maioria do eleitorado brasileiro<sup>33</sup>.

Tendo por objetivo o apoio de segmentos da pequena burguesia e dos trabalhadores proletarizados, porém menos empobrecidos, todos quase sempre detentores de pouco capital cultural legítimo e menos capazes de produzir uma opinião pública não delegada e reflexi-

**32** Não sendo mais objetivamente um operário, por força de sua transformação em um agente integralmente pertencente ao campo político, passando a possuir as propriedades objetivas e subjetivas para neste permanecer, Lula, como outras personalidades políticas vinculadas às classes dominadas como a operária, pode ser considerado um exemplo do que Bourdieu em seus últimos trabalhos veio a denominar de *habitus* de classe clivado (Bourdieu, 2005), algo que pode ser comparado a uma inversão da situação de inadaptação a profundas modificações na realidade vivida por agentes sociais, os quais passariam a vivenciar estados de *hysteresis*, conforme Bourdieu (2005) e Bourdieu e Sayad (2017).

**33** As aproximações de candidato conservador de baixo capital cultural legítimo com socialmente subalternos tendem a ser efeito do compartilhar de atitudes consideradas mais vulgares e preconceituosas e sempre caracteristicamente violentas, como a afetação machista.

A ausência de maior capital cultural legítimo ou capital político contribui para que interpretações sejam mais afetadas pela autoridade simbólica do meio emissor, favorecendo uma maior incidência de impactos emocionais

va, Bolsonaro os caracterizava como “pessoas de bem”<sup>34</sup>, distinguindo-os dos “de cima”, genericamente classificados como “corruptos e ladrões”, entre os quais estariam os quadros partidários da esquerda, e dos “preguiçosos, vagabundos e marginais”. Estes últimos, embora pobres, não seriam “trabalhadores” e deveriam ser objeto de repressão policial. Estabelecia, portanto, uma divisão simbólica, de cunho maniqueísta, entre “honestos” e “bandidos”; os primeiros, com “direitos naturais”, e os segundos, “sem direitos”.

Ao ter como estratégia política incorporar a figura de “mito”, caricato autoelogio de inspiração claramente fascista, Bolsonaro reafirmava divisões sociais, naturalizando o que seriam relações entre “élites”, nas quais

estaria obviamente situado, e “massas”, por sua vez divididas entre seus seguidores, as “pessoas de bem”, e os opositores, classificados como “ladrões”, “depravados”, “comunistas”. Um processo de contínua reafirmação de inclusão e exclusão, pautado em simbologia moral<sup>35</sup>.

Em oposição ao constante exercício de divisão simbólica de Bolsonaro, reafirmado pelo elogio da violência e do ódio aos opositores, o discurso de Lula, sob o simbolismo de proposta de união nacional, propunha uma identidade coletiva, em que se afirmavam direitos para todos, cujos desejos ganhavam legitimidade em um futuro possível de ser construído pela união, independentemente de posições de classe social, e não pela divisão dos brasileiros.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa análise do discurso de Lula buscou compreender como, em sua condição de produção simbólica, este veio a favorecer a construção de significados, provocando efeitos positivos para sua campanha no campo político. Seguimos as proposições analíticas de Bourdieu, nas quais o poder simbólico subjacente aos processos de comunicação, não raro imperceptível em sua plenitude e só exercido com a cumplicidade, consciente ou não, dos que lhe estão sujeitos, dá a estes a capacidade de orientação das suas práticas e percepções da

<sup>34</sup> Segmentos das classes subalternas, seja por efeito de algum grau de posse de capital econômico ou de percurso escolar maior, tendem a se julgar de alguma forma mais próximos das frações burguesas e manifestam mimetismo político de caráter fortemente conservador e, de modo não incomum, fascistoide.

<sup>35</sup> Por limitações de espaço, não discutimos as relações simbólicas, presentes nessa divisão maniqueísta, entre o fascismo e o fundamentalismo de caráter religioso, fatores que favoreceram a penetração do bolsonarismo entre “evangélicos” e “carismáticos”.

## Palavras integrantes de capital cultural recentemente herdado pelas classes dominadas ganharam poder quase mágico de encarnação e de vislumbre da emergência de “futuros possíveis” para os integrantes dessas classes

realidade, instituindo consenso a respeito de significações do mundo social mediante conformismo lógico<sup>36</sup>. Por consequência, o poder simbólico, presente em diferentes dimensões dos vários campos sociais, é força interveniente na realidade social, de modo que esta não se constitui apartada de representações simbólicas que dão sentido ao mundo.

Nessa perspectiva, atentamos para determinadas palavras que, não por seu conteúdo *stricto sensu* e sim pela forma assertiva do seu emprego, eram elementos de estratégia discursiva com objetivo de mobilizar agentes sociais específicos (as classes sociais dominadas), embora formalmente, dada a situação em que foram pronunciadas, não fossem dirigidas a uma audiência determinada. Palavras integrantes de capital cultural recentemente herdado pelas classes dominadas ganharam poder quase mágico de encarnação e de vislumbre da emergência de “futuros possíveis” para os integrantes dessas classes, independentemente de como eles seriam concretizáveis.

O discurso propiciava um espectro de verdade, agregando elos de crença e confiança entre receptores e emissor. Os primeiros, assumindo como sua uma opinião que, em primeiro momento, era uma opinião delegada, não produzida por um processo reflexivo sistemático, mas por uma identificação emocional em que se estabelecia uma similaridade imaginária entre o dirigente político e seu público. Assim, a eficácia do discurso de Lula se alicerçava na sua imagem pública, ou seja, a de personalidade com sensível proximidade a desejos e ideias sobre a realidade social de seus potenciais representados, compartilhando interesses semelhantes.

Como todo dirigente político, Lula externa em seus discursos um domínio de competências específicas como as relativas ao entendimento das relações sociais, sobretudo entre as diferentes classes sociais, e às intervenções no campo político. Particularmente nas frases do discurso que foi objeto de nossa análise, há um sentido político dúbio sobre o processo de concretização do que nelas é afirmado, ou seja, sobre a constituição do “futuro possível” anunciado: ser resultante do protagonismo do emissor ou de seus receptores, identificados como “o povo” e constituídos majoritariamente pelas classes dominadas. Essas classes esta-

<sup>36</sup> A constituição de consenso sobre significados relativos ao mundo social, produzidos em grande parte por efeito da identificação entre receptores e emissores de discursos políticos apontada por Bourdieu, especialmente em *A Distinção* (Bourdieu, 2007), nos remete também às considerações de Gramsci sobre a fé dos militantes em seus dirigentes políticos, mesmo quando estes não conseguiam reconstituir os argumentos que os levaram a aderir a um partido político (Gramsci, 1999) ou a lhe ser grandemente simpáticos.

riam impedidas de realizar seus desejos por força de conjunturas econômicas e políticas — por exemplo, aquelas dos primeiros anos da década de 2020, pelas ações dos momentâneos agentes detentores do poder governamental —, e não necessariamente pela estrutura das relações de classe. O realce ao impedimento conjuntural de realização dos desejos do “povo” aproximava o emissor de seus receptores, visto que a perspectiva apontada para a mudança da realidade vivida era a melhora das condições de vida, e não a revolução radical dessas condições, proposta que se encontraria em sentido inverso a tendências conservadoras presentes no imaginário político das classes subalternas brasileiras.

Nesse sentido, pode-se aventar a hipótese de que, mesmo embrionariamente, o terceiro governo Lula, minimizando a importância da organização política popular, pois a fé no dirigente não necessariamente implica a organização dos dirigidos, pretende, mesmo que de forma não objetivamente planejada, estabelecer as bases para uma conformação hegemônica do poder político, de memória social-democrata, e na qual cumpriria papel fundamental a nova burguesia nacional<sup>37</sup>.

Possibilidade factível, porém dependente do posicionamento de frações dessa burguesia, as quais se encontram entre as proposições de empreendimento de desenvolvimento econômico de teor menos dependente e mais socialmente inclusivo e a defesa das históricas formas de acumulação de capital pelo incremento da superexploração da força de trabalho e perpetuação da dependência. O “churrasquinho do povo” encontra-se submetido aos movimentos desse pêndulo político, exceto se forem superadas as difíceis condições de estabelecimento de uma opinião política reflexiva e não delegada pelas classes dominadas.

\* Professor titular de Sociologia da Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordenador do grupo de estudos e pesquisa *Habitus e Práticas*, vinculado ao PPGEduc/UFRRJ Bacharel, licenciado e mestre em Ciências Sociais e doutor em Educação pela UFRJ. Realizou estágio de pós-doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP).

\*\* Professor assistente do Instituto Federal do Piauí. Licenciado em Letras pela Universidade Estadual do Piauí (Uepi) e em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná (Unopar). Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Maranhão (Uema). Doutorando em Educação pela UFRRJ. Integrante do grupo de estudos e pesquisas *Habitus e Práticas*.

► Texto recebido em 31 de outubro de 2024; aprovado em 18 de dezembro de 2024.

**37** Uma análise das relações entre os governos de centro-esquerda e a nova burguesia nacional se encontra em Boito Jr. (2012). Proposições expostas por Lula, em especial após sua eleição e no curso do seu primeiro ano, reafirmam a posição central da nova burguesia nacional, apesar de esta ser tendencialmente refratária a proposições que excederiam ao ideário rigidamente liberal.

AZEDO, Luiz Carlos. Lula precisa de um governo para chamar de nosso. **Correio Braziliense**, 11 maio 2023. Disponível em: <[www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/05/5093708-analise-lula-precisa-de-um-governo-para-chamar-de-nosso.html](http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/05/5093708-analise-lula-precisa-de-um-governo-para-chamar-de-nosso.html)>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BOITO JR., Armando. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: \_\_\_\_\_. GALVÃO, Andréia (Org.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 69-104.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Tradução Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Tradução Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo; Porto Alegre: Edusp; Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. As categorias do juízo professoral. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Tradução Vera S. M. Falsetti. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de autoanálise**. Tradução Sérgio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. **O senso prático**. Tradução Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. Os usos do “povo”. Tradução Cassia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorin. In: \_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 181-187.

\_\_\_\_\_. **Sociologia geral**. Tradução Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2023. v. 3: As formas do capital — Curso no Collège de France (1983-1984).

\_\_\_\_\_. (Coord.). **A miséria do mundo**. 5. ed. Tradução Mateus S. Soares Azevedo et al. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. **El desarraigo**: la violencia del capitalismo en una sociedad rural. Tradução Angel Abad. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2017.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. **Una invitación a la sociología reflexiva**. Tradução Ariel Dillon. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.

FAO et al. **The state of food security and nutrition in the world 2022**: repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Roma: FAO, 2022. Disponível em: <[www.fao.org/documents/card/en?details=cc0639en](http://www.fao.org/documents/card/en?details=cc0639en)>. Acesso em: 14 jan. 2024.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 11 (1962-1933): introdução ao estudo da filosofia. In: \_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

MARIA, Rosa. **A arte de comer bem**. 13. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1942.

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 2. ed. Tradução Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. A transição para o neoliberalismo e a crise do governo Collor. In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia (Org.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 19-68.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **Populismo**: una breve introducción. Tradução María Enguix Tercero. Madrid: Alianza, 2019.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?**: o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**: relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede Penssan, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/#inquerito>>. Acesso em: 14 jan. 2024.

SORAGGI, Bruno. Bolsonaro diz que picanha de Lula é conversa e não existe fome “pra valer” no Brasil. **Folha de S.Paulo**, 26 ago. 2022. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/08/bolsonaro-diz-que-picanha-de-lula-e-conversa-mole-e-nao-tem-file-mignon-pra-todo-mundo.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/08/bolsonaro-diz-que-picanha-de-lula-e-conversa-mole-e-nao-tem-file-mignon-pra-todo-mundo.shtml)>. Acesso em: 2 abr. 2024.

VICTOR, Fabio. Lula perde carisma, e “horror da ditadura” não pode ser esquecido, diz Fábio Konder Comparato. **Folha de S.Paulo**, 30 mar. 2024. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/poder/2024/03/lula-perde-carisma-e-horror-da-ditadura-nao-pode-ser-esquecido-diz-fabio-konder-comparato.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/03/lula-perde-carisma-e-horror-da-ditadura-nao-pode-ser-esquecido-diz-fabio-konder-comparato.shtml)>. Acesso em: 2 abr. 2024.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**. 2. ed. Tradução José Maria Echevarria et al. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1964.



# A natureza do serviço social nos cuidados paliativos

Uma perspectiva crítica e dialética

The nature of social work in palliative care  
A critical and dialectical view

**Andrea Frossard\***

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.171.012>

Yale Center for British Art



O homem moribundo (1853), desenho de John Everett Millais

## RESUMO

Desnudar a concepção do serviço social em uma perspectiva crítica acerca da filosofia universalmente aceita dos cuidados paliativos requer mergulhar em profundidade nesses campos. Assim, objetiva-se compreender a confluência entre a natureza do serviço social e dos cuidados paliativos. O estudo é baseado no diálogo com os autores clássicos e contemporâneos, viabilizado por meio de revisão bibliográfica integrativa qualitativa com uso da análise temática de conteúdo, possibilitando percorrer um trajeto analítico que resultou na reunião de núcleos temáticos significativos. A investigação apropriou-se do conceito de dignidade humana a partir de sua contextualização em cada realidade histórica e social em uma perspectiva dialética. Entende-se que as condições materiais de existência devem estar no centro das atenções dos cuidados mediados na interface entre os campos de assistência social e saúde. Conclui-se que os cuidados paliativos como modelo de intervenção baseiam-se na rehumanização do cuidado e no entendimento da existência humana como um direito a ser preservado. O principal ponto de convergência entre o serviço social e os cuidados paliativos encontra-se registrado na inédita Política Nacional de Cuidados Paliativos, ou seja, no direito a uma vida vivível até o final do ciclo vital.

**Palavras-chave:** Serviço social. Cuidados paliativos. Dor social. Dignidade humana.

## ABSTRACT

Unveiling the conception of social work in a critical perspective regarding the universally accepted philosophy of palliative care requires delving into the nature of these fields. Thus, this article aims to understand the confluence between the nature of social work and palliative care. The study, based on dialogue between classic and contemporary authors, was carried out through a qualitative systematic bibliographic review and the use of thematic content analysis, which made possible to follow an analytical path that resulted in the gathering of significant thematic groups. The investigation encompassed the meaning of human dignity concept, based on its contextualization in each historical and social reality in a dialectical perspective. It is understood that the material conditions of existence must be at the center of mediated care at the interface between the fields of social assistance and health. We conclude that palliative care as an intervention model is based on the rehumanization of care and the understanding of human existence as a right to be preserved. The main point of convergence between social work and palliative care is found in the unprecedented National Palliative Care Plan, which seeks to provide the right to a liveable life until the end of the life cycle.

**Keywords:** Social work. Palliative care. Social pain. Human dignity.

## 1. INTRODUÇÃO

No inspirador trajeto etimológico das palavras *palio* e *paliativo*, que derivam da palavra latina *pallium*, encontra-se o significado de “cobertura”, correspondente ao uso do manto para aquecer e proteger os peregrinos, tornando-se costume nos antigos *hospices* — espaços de acolhimento de pessoas doentes, necessitados e viajantes em busca de abrigo — ceder aos hóspedes um *pallium* no momento em que partissem ou retornassem de suas viagens. É importante observar que a evolução do significado da palavra *paliar* passou de “cobrir ou encobrir os sintomas de uma doença sem curá-la” até a ideia de “aliviar ou reduzir o sofrimento humano”, cuidados que muitas vezes eram prestados por cuidadores em instituições religiosas (ANCP, 2012).

Em 1948, foi criado o primeiro *hospice* formal pela inglesa Dame Cicely Saunders — assistente social, enfermeira e médica —, sendo um marco para os cuidados paliativos em nível mundial a inauguração, em 1967, do St. Christopher’s Hospice, em Londres, viabilizando a prestação de assistência aos pacientes, bem como o fomento ao ensino e pesquisa. Saunders ressignificou o sentido do cuidar tratando de todos os sofrimentos apresentados, ou seja, os do corpo, da mente e do espírito (Saunders, 2000).

Enfatiza-se que, antes da fundação do St. Christopher’s, existiram outros *hospices* destinados aos pacientes fora de possibilidade de cura. Contudo, predominava a indiferença em relação aos protocolos destinados à amenização do sofrimento e promoção da qualidade de vida. Com o decorrer do tempo, deu-se o estabelecimento dos cuidados paliativos como resultado das transformações nas relações sociais e nas representações do processo de morte e do morrer (Menezes, 2008).

Atualmente, os cuidados paliativos no mundo representam uma filosofia em potencial e um sistema organizado, que se contrapõe ao modelo médico tradicional por sua concepção humanista (Capelas, 2019). Assim, os cuidados paliativos constituem uma área de conhecimento cujo modelo de intervenção é baseado na reumanização do processo de cuidar. Eles devem ser prestados por meio de serviços de saúde integrados e centrados na pessoa, com especial atenção às necessidades e preferências específicas dos indivíduos, respeitando os valores e a confidencialidade dos pacientes (Frossard, 2016; WHO, 2020).

Em maio de 2024, com a aprovação da Política Nacional de Cuidados Paliativos (PNCP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), contando com amplo apoio popular registrado na plataforma Brasil Participativo do governo federal e, conseqüentemente, com a garantia de orçamento para sua implementação em todo o território nacional, urge a convergência entre os campos de assistência social e saúde, especialmente entre o Plano Nacional de Cuidados e a PNCP, para a inclusão de todos os cidadãos portadores de doenças graves e incuráveis, desde o diagnóstico até a fase final.

Logo, o cuidado como direito é o elemento que une os campos de assistência social e saúde como estratégia de territorialização e descentralização. A identificação do que se torna essencial para o desenvolvimento de uma prática crítica, resolutiva, conectada com a dinâmica do real e, sobretudo, humanizada e fincada no cuidado como direito, é o que se persegue.

Nesse sentido, o Estado é induzido a adotar políticas públicas inclusivas, compreendidas em um campo de relações contraditórias entre as forças sociais presentes na sociedade e que perpassam o Estado, visando ao enfrentamento da questão social. Busca-se impedir o processo de mercantilização do homem (Fonseca, 2016; Frossard, 2016; Oliveira, 2016).

## Os cuidados paliativos no mundo representam uma filosofia em potencial e um sistema organizado, que se contrapõe ao modelo médico tradicional por sua concepção humanista

Nesse contexto, espera-se que o Estado tome para si a responsabilidade de dirimir as incompreensões a respeito da questão social. A existência expressa os conflitos de classes sociais, na direção da ocupação da agenda governamental por prioridades específicas, que se manifestam concretamente, como referido, por meio de leis, orçamento, recursos humanos e logísticos (Fonseca, 2016; Frossard, 2016). Por conseguinte, traduz essencialmente os conflitos de classes e grupos sociais, mesmo em programas tópicos, como nos cuidados paliativos.

Arremata-se o raciocínio introdutório primeiramente informando que foi realizado um percurso analítico possibilitando a reunião de temas necessários

para o desvelamento de uma ideia central, a noção de *exército de moribundos descartáveis* e suas consequências, o que significa a busca da essência do que está estruturalmente invisível na análise do campo dos cuidados paliativos, como o modelo de acumulação capitalista, as classes sociais e os grupos de interesse.

Associado ao exposto, em um movimento dialético, aborda-se a concepção do serviço social em uma perspectiva crítica acerca da filosofia universalmente aceita a respeito dos cuidados paliativos, apropriando-se do conceito de dignidade humana a partir de sua contextualização em cada realidade histórica e social, objetivando analisar a confluência entre a natureza do serviço social e a dos cuidados paliativos, que está enraizada na visão totalizante do cuidado com o ser humano, objetivando potencializar a capacidade de enfrentamento da doença.

Considerando que o serviço social se baseia na compreensão da realidade concreta de todos os cidadãos envolvidos no processo saúde-doença, possibilitando intervenções direcionadas à garantia de direitos, faz-se necessário o entendimento sobre a realidade como uma totalidade em movimento, cuja apreensão dá-se em uma relação dialética de idas e vindas em uma perspectiva histórica.

Os estudos bibliográfico e documental viabilizam o levantamento da produção de conhecimento disponível no campo de estudo, identificando os arcabouços teóricos produzidos, analisando-os e avaliando sua contribuição para compreender ou explicar a temática em foco.

A revisão da literatura por meio da leitura minuciosa e íntegra dos artigos tem como finalidade selecionar aqueles que atendam aos objetivos da pesquisa com base na revisão bibliográfica integrativa, ou seja, sobre *cuidados*, *cuidados paliativos* e *serviço social*, além de temas transversais pertinentes à temática tratada.

Desse modo, com base no diálogo com os principais autores clássicos e contemporâneos que contribuem para as análises dos campos de serviço social e cuidados paliativos, viabilizado por meio da análise temática de conteúdo envolvendo as fases de coleta de dados,

transcrição literal dos achados, ambientação, acomodação do dado em instrumento de análise e identificação da unidade de contexto, do núcleo de sentido e dos temas (Dias; Mishima, 2023), foram identificados os núcleos temáticos significativos que serão apresentados a seguir.

## 2. DOR SOCIAL NA REALIDADE BRASILEIRA

*Ninguém domina os mortos, exceto se apaga completamente seu rastro.*

Judith Butler, *Sin miedo: formas de resistencia a la violencia de hoy* (tradução nossa)

A análise do serviço social em uma perspectiva crítica acerca da filosofia universalmente aceita sobre os cuidados paliativos inicialmente conduz o pesquisador a mergulhar nas origens dos cuidados paliativos para desvelar a noção de *ejército de moribundos descartáveis*, consequência não somente de renegação do cuidado prescrito pela medicina, mas do próprio desenvolvimento das sociedades capitalistas após a Segunda Guerra Mundial (Knaul *et al.*, 2018).

O exército industrial de reserva de Marx estaria incorporando em suas tropas o exército de moribundos descartáveis como parte de um mesmo fenômeno — como reserva de excluídos provisórios ou definitivos, com a morte?

Na atualidade, mais do que manter trabalhadores como reserva de mercado de trabalho, a acumulação capitalista requer um homem rebaixado à condição de mercadoria descartável como os plásticos que poluem os oceanos. Estamos atravessando um momento planetário crucial para o meio ambiente. Isso inclui os seres humanos que vivem à margem das riquezas e, muitas vezes, do direito a uma vida vivível, levando-se em conta as diferentes experiências de vulnerabilidade e opressão. O vivível deveria ser uma condição universal, mas não é.

Interessante registrar que, na língua portuguesa, o termo *moribundo* refere-se a uma pessoa que se encontra arruinada, agonizando e, conseqüentemente, à beira do desaparecimento. Uma espécie de passagem com sofrimento e dor, culminando com o fechamento do ciclo de vida.

Nessa direção, indaga-se sobre quantos profissionais de saúde deparam-se com o verbo *investir* nas recepções das emergências públicas brasileiras. Provavelmente muitos. Ou seja, entre dois pacientes, um com possibilidade de cura e outro sem essa tendência, é de esperar maior investimento naquele que tem possibilidades de cura — o que expressa o paradigma tradicional da prática médica baseada na cura, secundarizando a palição.

Ora, aqui o verbo *investir* suscita uma necessária mudança de paradigma, como já posta nos marcos legais no país. Para tal, a capacitação profissional deve ser impulsionada, investindo também no chamado “moribundo”, alçando-o a outro patamar, qual seja, o de um ser humano que tem direito a uma vida vivível até o seu ponto final, recorrendo aos termos de Butler (2006).

Essa janela aberta estrategicamente possibilita a reflexão sobre a condição dos moribundos, estabelecendo um diálogo sobre o sofrimento como uma experiência social e política, conforme entendido por Marx e Engels (2007), Fanon (2020), Das (1997; 2003) e Butler (2017), para além da dimensão individual, e intimamente arraigado nas estruturas sociais e políticas. Em contextos distintos e por diferentes abordagens, esses autores, contudo, compartilham a ideia de corpo como lugar de poder, identidade e resistência, e de dor como for-

Estamos atravessando um momento planetário crucial para o meio ambiente. Isso inclui os seres humanos que vivem à margem das riquezas e, muitas vezes, do direito a uma vida vivível, levando-se em conta as diferentes experiências de vulnerabilidade e opressão. O vivível deveria ser uma condição universal, mas não é

ça que pode talhar a identidade, seja por meio da luta de classes, em Marx, das normas de gênero, em Butler, da decolonização e do racismo, em Fanon, ou da violência e do trauma, em Das.

Em tais autores, há um interesse pela capacidade e incapacidade da linguagem de expressar a dor, e em como a dor desafia as formas convencionais de comunicação e compreensão. Em particular, Butler (2017, p. 16) afirma que “a capacidade epistemológica de apreender uma vida é parcialmente dependente de que essa vida seja produzida de acordo com as normas que a caracterizam como parte da vida”. Em outros termos, a vida está sempre contida em um enquadramento que funciona normativamente, mas há espaço para

que seja discutida e repensada. Os quadros ou enquadramentos são meios pelos quais as vidas humanas são vistas e valorizadas ou desvalorizadas. Por sua vez, determinam quais vidas são consideradas dignas de luto e proteção e quais são relegadas ao esquecimento ou à indiferença.

Nessa perspectiva, o conceito de precariedade está associado à vulnerabilidade inerente a todos os seres humanos, devido à sua interdependência social, econômica e biológica. Isso posto, entende-se que essa precarização é distribuída de maneira desigual, uma vez que é agravada por fatores como raça, gênero, classe e localização geopolítica. Além disso, é fato que determinadas populações são sistematicamente mais expostas à violência, marginalização e abandono (Butler, 2006).

A propósito, é interessante estabelecer uma comunicação teórica entre Butler e Mbembe quando abordam a distribuição desigual da vulnerabilidade e da violência, pois a primeira enfatiza a precariedade como uma condição universal, mas diferentemente distribuída, ao passo que o segundo salienta a necropolítica como prática de governar por meio da morte e do sofrimento. Mbembe amplia a teoria foucaultiana de biopolítica a fim de examinar como o poder se manifesta através da capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Assim, o termo necropolítica é usado para explicar os regimes de poder que exercem controle sobre a mortalidade e a vida, em geral por meio da violência extrema e da guerra (Mbembe, 2018).

O autor supracitado argumenta que a necropolítica manifesta-se em várias formas, como guerras civis, estados de exceção, ocupações militares e outras situações em que a soberania é exercida de maneira letal. Ele analisa como distintas populações estão sujeitas à



Dame Cicely Saunders, assistente social, enfermeira e médica inglesa, com paciente no St. Christopher's Hospice, fundado por ela em 1967, em Londres

precariedade extrema e à morte, especialmente em contextos coloniais e pós-coloniais, em que a lógica de exploração e dominação racial perpetua-se (Mbembe, 2018).

Os autores mencionados enfatizam que certas populações são desumanizadas e expostas às formas extremas de violência e abandono. Eles utilizam ferramentas para analisar criticamente as estruturas sociais e políticas que perpetuam a desigualdade e a violência no mundo contemporâneo. As abordagens baseadas nos quadros e nas práticas necropolíticas complementam-se ao desvelar como as vidas são classificadas, tratadas e geridas conforme os regimes de poder, que valorizam algumas vidas em detrimento de outras, ou seja, conduzem a um exame sobre como se percebem e se valorizam as vidas humanas e como as formas de poder governam por meio da violência e da morte (Butler, 2020; Mbembe, 2018).

A partir dessas interpretações sobre a vida humana, torna-se possível a delimitação entre aquelas precariamente sustentadas e as deliberadamente destruídas sob diferentes regimes de poder.

Interessante destacar que o luto funciona segundo um padrão de igualdade expresso pelo reconhecimento dessa condição, ou seja, reconhecimento da igualdade da condição de luto por essas vidas perdidas e da possibilidade de indignação ante a constatação de que essas vidas não deveriam ter sido perdidas, de que os mortos mereciam viver mais e ter igual reconhecimento de suas vidas (Butler, 2020), o que não aconteceu com pelo menos 400 mil pessoas no país durante a pandemia (Pesquisas..., 2021). A pandemia de covid-19 no país foi um divisor de águas no que diz respeito ao sentimento de segurança social. O direito à vida retorna ao centro do debate nacional, e com ele a discussão sobre o papel do Estado como indutor de desenvolvimento, envolvendo uma abordagem holística e integra-

da para enfrentar os desafios contemporâneos rumo à construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Em seu trabalho *Sobre a questão judaica*, de 1843, Marx (2010) faz uma distinção crucial entre emancipação “política” e “humana”, sinalizando, entre outros fatores, que determinados direitos liberais são atingíveis em sociedades capitalistas. Portanto, é preciso lutar para obtê-los e protegê-los. Em diferentes momentos de sua trajetória, Marx sublinhou a importância de salvaguardar e alargar direitos, mesmo sob o modo de produção capitalista e a ordem social que o sustenta. Segundo ele, para a classe trabalhadora é preferível ter uma ordem liberal a uma totalmente antidemocrática e despótica. Entretanto, isso não significa uma defesa de posição reformista, mas a crença em que as lutas por direitos nesses contextos podem impulsionar transformações no futuro (Garret, 2024).

Atualmente, o país é governado por uma frente de esquerda que, após um governo de extrema direita, está cedendo espaço para o ecoar das vozes dos povos originários, quilombolas, LGBTQIAPN+ e negros, pessoas de terreiro, ciganos, mulheres, crianças, idosos, pacientes fora de possibilidade de cura e outros, para definição de políticas públicas autênticas e representativas, mesmo em um cenário de luta acirrada entre projetos societários.

Vale atentar para que, no Brasil, a seguridade social é composta pelos campos da saúde, assistência social e previdência social, sendo o cuidado a base para as respostas a diferentes demandas, por meio da articulação e coordenação de ações entre esses campos.

Em relação ao Sistema Único de Saúde (SUS), enfatiza-se um princípio fundamental, que corresponde à garantia de acesso à saúde a toda a população, sem discriminação, observando, sobretudo, a prevenção do sofrimento. Pode-se compreender que o sofrimento é considerado grave quando não pode ser aliviado sem intervenção médica, e mais ainda quando compromete o funcionamento físico, social ou emocional (Knaul *et al.*, 2018).

A dor, compreendida como essencialmente subjetiva, ainda que provocada por aspectos objetivos, como desemprego, ausência de renda, doença crônica, dificuldade de acesso ao tratamento de saúde apropriado e outros, expressa a questão social, que contribui para agravar o sofrimento. É notório que os portadores de doenças graves ou fora de possibilidade de cura podem ser alvo de estigmas sociais, marginalização e exclusão. Por essa razão, a dor social deve ser reconhecida como um componente importante no contexto dos cuidados paliativos, considerando-se os fatores sociais que influenciam o sofrimento, o qual pode ser tão intenso e impactante como o causado pela dor física (Frossard; Almeida, 2022).

Ressalta-se que, no campo dos cuidados paliativos, a autora Cicely Saunders, por meio da elaboração do conceito de *dor total*, que envolve as dimensões físicas, sociais, psicológicas e espirituais, gerou uma transformação no modo de atuação médica até então vigente ao propor um modelo de cuidado direcionado aos pacientes moribundos, ocupando-se, assim, o espaço vazio em função da rejeição da medicina a esse público e ofertando um cuidado direcionado ao alívio da dor, manutenção da dignidade e melhoria da qualidade de vida (Knaul *et al.*, 2018).

Nessa perspectiva, Saunders, ao valorizar os seus próprios registros sobre os cuidados ofertados, pôde identificar e conceituar as dimensões física, emocional, social e espiritual, destacando os valores que perpassam a vida cotidiana e reforçando a importância de uma abordagem assistencial comprometida com a qualidade do cuidado (Saunders, 1980 *apud* Bittencourt *et al.*, 2023).

Isso posto, está explícito que a compreensão da dor social é estratégica, visando impulsionar o empoderamento dos usuários e suas famílias e proporcionando informações



Mbembe amplia a teoria foucaultiana de biopolítica a fim de examinar como o poder se manifesta através da capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Assim, o termo necropolítica é usado para explicar os regimes de poder que exercem controle sobre a mortalidade e a vida, em geral por meio da violência extrema e da guerra

e apoio para que eles possam tomar decisões conscientes e seguras sobre os seus cuidados e entender os seus direitos. Indubitavelmente, é um caminho para minimizar a dor social, permitindo que as pessoas se sintam no controle de sua vida. Trata-se de uma dor intimamente relacionada a questões como discriminação, desigualdade e condições socioeconômicas.

### 3. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E CUIDADOS PALIATIVOS

Pretende-se aqui proceder a uma análise do desenvolvimento histórico do conceito de dignidade humana a partir da sua contextualização social, histórica e econômica. Sabe-se que, no mundo ocidental, o conceito de dignidade humana é expresso nas constituições contemporâneas após a Segunda Grande Guerra. Ele está presente na Carta das Nações Unidas (1945) e na Declaração Internacional dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU em 1948 (Abbagnano, 2003; Bobbio, 2004; Oliveira, 2016; Sarlet, 2024), bem como em diferentes códigos de ética, como um norte para áreas profissionais como o serviço social.

A dignidade como valor universal está intrinsecamente associada à própria integridade do ser humano, pois todos os seres sociais têm necessidades e faculdades vitais. É entendida como um conjunto de direitos existenciais compartilhados por todos os homens em igual proporção. Portanto, está ligada à concepção de que o direito do paciente se insere entre os demais direitos — à vida, à privacidade, à saúde e à dignidade da pessoa humana — para o fortalecimento dos cidadãos como sujeitos de direitos, base para a igualdade e a singularidade humana (Oliveira, 2016).

Nesse sentido, é relevante considerar que, pela ótica marxista, o direito a uma vida vivível está associado à luta por justiça social e igualdade econômica, no sentido de que todos possam viver dignamente. Para tal, é preciso eliminar a pobreza e a exploração (Marx; Engels, 2007).

Desse modo, a dignidade humana deve ser considerada com base nas condições materiais de existência, situando-se a atenção ao cuidado no centro das ações. Esclarecendo, o ato de cuidar é compreendido como resultado de uma combinação de responsabilidade e ética. Baseia-se no respeito à existência como um direito (Frossard, 2016). No Brasil, esse direito tem sua base legal garantida no artigo 5º da Constituição Federal brasileira, englobando a ideia da continuação da vida e de uma existência digna (Brasil, 1988).

A dignidade humana é base para o serviço social. Esse conceito embasa a formação teórica da atividade, sendo norte do seu código de ética. Enfatiza-se a atuação em defesa dos direitos humanos, sociais, políticos e econômicos. Em verdade, os assistentes sociais brasileiros são estimulados a adotar uma perspectiva crítica sobre a realidade social em que atuam, ou seja, o reconhecimento de dimensões que geram injustiças e discriminações.

Segundo a International Federation of Social Workers (IFSW, 2014) e a International Association of Schools of Social Work (IASSW, 2014), a definição global de serviço social o considera como uma área de intervenção e uma disciplina acadêmica que promove o desenvolvimento e a mudança e a coesão social, o empoderamento e a promoção da pessoa. Os princípios da justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais no serviço social. No contexto brasileiro, ele tem caráter interventivo e se baseia em instrumentos e métodos multidisciplinares das ciências sociais para analisar e propor adequações nas diversas questões sociais.

Essas intervenções são baseadas nos princípios de justiça social, nos direitos humanos, na assistência social, na responsabilidade coletiva e no respeito pela diversidade humana.

A afirmativa anterior oferece uma análise retrospectiva do serviço social como área de atuação compreendida na perspectiva histórico-crítica no contexto do capitalismo monopolista como produto resultante da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, no qual se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica e o Estado toma para si as respostas à questão social (Montaño, 2015).

Assim, sob o olhar do serviço social, congruente com uma postura crítica, compreende-se que a perspectiva paliativista prioriza a qualidade de vida e a dignidade humana, promovendo a atenção integral ao paciente e considerando todas as suas dimensões, incluindo a espiritualidade. Os assistentes sociais e demais integrantes da equipe de paliativistas perseguem o domínio das dimensões físicas, sociais, psicológicas e espirituais, reunindo saberes, habilidades e competências na construção das estratégias de intervenção com base na compreensão da existência humana como direito fundamental do cidadão.

Sabe-se que, mundialmente, os cuidados paliativos são definidos como cuidados holísticos direcionados aos cidadãos de todas as faixas etárias que apresentam sofrimento associado às enfermidades graves ou lesões de qualquer tipo, com especial atenção àqueles próximos ao fim da vida, objetivando melhorar a qualidade de vida dos pacientes, familiares e cuidadores (Radbruch *et al.*, 2020).

Desse modo, evidencia-se que tanto o serviço social quanto os cuidados paliativos estão fundamentados em princípios éticos de justiça social, dignidade humana e respeito pelos direitos individuais. Ambas as áreas perseguem a garantia de acesso igualitário, independentemente da condição socioeconômica, etnia ou gênero, entre outros aspectos, às pessoas que necessitam de cuidados de qualidade. Importa ainda destacar que a dignidade envolve o reconhecimento do direito do paciente a tomar decisões sobre seu tratamento e cuidados, bem como o respeito aos seus valores e preferências. Logo, a dignidade está associada ao valor intrínseco da vida humana, independentemente de suas limitações, diagnósticos ou prognósticos (UPMC Palliative and Supportive Institute, 2014).

Os cuidados paliativos, quando se propõem ao alívio da dor e sintomas, contribuem efetivamente para a preservação da dignidade de cada paciente, assegurando-lhe que possa ter uma vida vivível durante o tempo a ser vivido, de um modo respeitoso e o mais confortável possível.

Marx sublinhou a importância de salvaguardar e alargar direitos, mesmo sob o modo de produção capitalista e a ordem social que o sustenta. Segundo ele, para a classe trabalhadora é preferível ter uma ordem liberal a uma totalmente antidemocrática e despótica. Entretanto, isso não significa uma defesa de posição reformista, mas a crença em que as lutas por direitos nesses contextos podem impulsionar transformações no futuro

O conceito de dignidade é central na Política Nacional de Cuidados Paliativos, inédita no país, a qual garante que todos os pacientes, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham acesso aos cuidados paliativos de qualidade, enfatizando a equidade e a justiça social. Garante uma assistência respeitosa, humana e que valoriza a individualidade, mesmo em situações de fim de vida. Evidencia-se aqui uma convergência entre os princípios do serviço social como área profissional e os princípios dos cuidados paliativos.

#### 4. SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DOS CUIDADOS PALIATIVOS

No Brasil, o assistente social, em seus espaços de intervenção e especialmente na saúde, tem respaldo no Código de Ética do Assistente Social (Brasil, 2010), na lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão, e no documento intitulado “Parâmetros de atuação do assistente social na área da saúde” (Brasil, 2019), que estabelece que o cuidado está associado aos mecanismos de acesso aos direitos sociais e às políticas de proteção social, elementos fundamentais para a emancipação do ser humano.

O projeto ético-político brasileiro, por sua vez, entende que o serviço social sustentado por uma perspectiva crítica compreende a área como resultante de distintos projetos societários cuja expressão tem conexão com as classes hegemônicas que se reproduzem no âmbito do capitalismo monopolista, no contexto em que o assistente social está inserido (Brasil, 2013).

A interseção entre serviço social e cuidados paliativos abrange questões éticas e direitos humanos, considerando os marcadores de diferenças, por ser um campo inclusivo que visa assegurar que todos os cidadãos tenham acesso aos cuidados adequados.

Em linhas gerais, constata-se que a intervenção dos assistentes sociais está em sintonia total com o princípio dos cuidados paliativos que consiste em “dar apoio para os pacientes viverem o mais plenamente possível, até sua morte, ajudando-os, bem como suas

## O conceito de dignidade é central na Política Nacional de Cuidados Paliativos, inédita no país, a qual garante que todos os pacientes, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham acesso aos cuidados paliativos de qualidade, enfatizando a equidade e a justiça social

famílias, a estabelecer os objetivos de seus tratamentos” (Matsumoto, 2012, p. 26). A Política Nacional de Cuidados Paliativos (Brasil, 2024) prevê o envolvimento de profissionais como os do serviço social para identificar e abordar a dor social a fim de mitigá-la por meio de suporte e escuta ativa, reconhecendo a experiência única de cada pessoa. A política aborda a dor social ao delimitar a importância das ações para preservar a inserção e o convívio social do usuário, viabilizando o acesso a todos os recursos necessários para manter o seu tratamento e assegurar-lhe qualidade de vida, com respeito à sua autonomia.

Desse modo, ambiciona melhorar a qualidade de vida dos pacientes e de toda a sua rede de cuidado. Os cuidados paliativos reconhecem a importância do apoio familiar e comunitário no cuidado do paciente. O serviço social pode auxiliar o fortalecimento das redes de apoio disponíveis para pacientes e familiares e a viabilização do acesso a serviços e recursos que promovam a qualidade de vida dos assistidos (Pinheiro, 2022).

Em relação à condição financeira da família e à dinâmica social, a PNCP incentiva a inclusão da família no cuidado, proporcionando recursos e ferramentas para que ela possa apoiar o paciente e estimular o autocuidado dos cuidadores, considerando a sobrecarga de tarefas de cuidados. Não menos importante é a presença ou ausência de redes de apoio, o que pode afetar significativamente como um paciente vivencia sua condição de saúde (Brasil, 2024). Aqui, o serviço social intervém para viabilizar o atendimento às necessidades sociais e econômicas dos pacientes e suas famílias, e os demais membros paliativistas como um todo focam o alívio e a melhoria da qualidade de vida. Logo, integrados, oferecem uma abordagem holística dos cuidados.

É importante destacar que recorrer à abordagem holística não significa abrir mão do núcleo específico e exclusivo de cada profissão. Deve-se valorizar a inovação e o saber oriundo das ciências sociais aplicadas sem perder a lógica de colaboração e compartilhamento de ideias e decisões próprias do trabalho interdisciplinar (Onocko-Campos, 2023). Vale ainda observar a portaria nº 3.681, de 2024, do Ministério da Saúde, que apresenta diretrizes fundamentais para a intervenção do serviço social (Brasil, 2024).

Finalmente, sinaliza-se que o campo dos cuidados paliativos traduz-se em uma assistência integral a toda a população em intenso sofrimento originado de doenças severas, especialmente na fase final da vida. Portanto, o papel do assistente social é vital na criação de estratégias de ação sobre as dimensões sociais do sofrimento visando ao fortalecimento do suporte necessário durante o processo de cuidado.



Os assistentes sociais são garantidores dos direitos dos pacientes no âmbito da rede pública de saúde

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O vozear da vida à margem é um chamamento das sociedades à necessidade de reconhecer a vulnerabilidade causada pela desigualdade social no mundo. É notório que é preciso cuidar do planeta, começando por seus habitantes que vivem à margem das riquezas e, muitas vezes, do direito a uma vida vivível. É necessário o ecoar das vozes dos povos originários, quilombolas, LGBTQIAPN+, negros e negras, pessoas de terreiro, ciganos e ciganas, crianças, idosos e pacientes fora de possibilidade de cura para a definição de políticas públicas autênticas e representativas na perspectiva da governança global. Ao longo do texto, evidenciou-se a importância do Estado como indutor do desenvolvimento além da dimensão econômica, com o intuito de dar respostas às urgentes necessidades do povo brasileiro.

Compreende-se que todas as pessoas necessitam de cuidados ao longo da vida, ainda que, em alguns momentos ou condições específicas, em que a autonomia seja menor e maior a dependência, essas necessidades sejam mais intensas, como aquelas que dependem de cuidados paliativos, por exemplo, na fase de fim de vida. Todos os cidadãos merecem o direito a uma vida vivível, incluindo os moribundos (Brasil, 2024).

Nessa direção, com espírito de união e reconstrução por meio de participação popular incentivada pelo governo federal, a inédita Política Nacional de Cuidados Paliativos “saiu do papel”, com orçamento destinado à sua execução. Abriu-se uma janela estratégica para o estudo sobre a natureza do serviço social e dos cuidados paliativos.

Em vista disso, com base no conceito de dignidade humana, a partir de sua contex-



Cena de hospital de Manaus durante a pandemia de covid-19, em 2020, retrata o sofrimento de famílias abandonadas pela instituição que deveria protegê-las: o Estado

tualização em cada realidade histórica e social numa perspectiva dialética, afirma-se que as condições materiais de existência devem estar no centro das atenções do cuidado mediado na interface entre os campos de assistência social e saúde.

Conclui-se que os cuidados paliativos, como área de atuação médica, são compreendidos como um conjunto de ações que tem por base a reumanização do cuidado e a existência humana como direito a ser preservado. Ambas as premissas embutidas nesse conceito são os principais pontos de convergência entre o serviço social e os cuidados paliativos, a partir de então registrado na PNCP, visando à defesa do direito a uma vida vivível até o final do ciclo da vida.

\* Pós-doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Vinculada ao Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva – Hospital de Câncer IV/Coordenação de Assistência, Rio de Janeiro (RJ).

► Texto recebido em 21 de outubro de 2024; aprovado em 18 de dezembro de 2024.

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ANCP. **Manual de cuidados paliativos da Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP)**. São Paulo: ANCP, 2012.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 5 out. 1988. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- \_\_\_\_\_. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 2019.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na Saúde**. Brasília: CFESS, 2010.
- BRASIL. Conselho Regional de Serviço Social. **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro: Cress, 2013.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Estimativa 2023: incidência de câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: Inca, 2022. Disponível em: <[www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/estimativa-2023.pdf](http://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/estimativa-2023.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Portaria GM/MS nº 3.681, de 7 de maio de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados Paliativos (PNCP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da alteração da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, ed. 98, 22 maio 2024. Seção 1, p. 215. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3681\\_22\\_05\\_2024.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3681_22_05_2024.html)>. Acesso em: 8 ago. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm)>. Acesso em 20 jun.2024
- BITTENCOURT, Nair Caroline *et al.* Patient safety in palliative care at the end of life from the perspective of complex thinking. **Healthcare**, v. 11, n. 14, 2023. Disponível em: <[www.mdpi.com/2227-9032/11/14/2030](http://www.mdpi.com/2227-9032/11/14/2030)>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?**. Tradução Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Sin miedo: formas de resistencia a la violencia de hoy**. Madrid: Taurus, 2020.
- \_\_\_\_\_. **Vida precaria: el poder del duelo y la violencia**. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- CAPELAS, Manuel Luís Vila. **Indicadores de qualidade para os serviços de cuidados paliativos**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2019.
- \_\_\_\_\_. *et al.* Indicadores de qualidade prioritários para os serviços de cuidados paliativos em Portugal. **Cadernos de Saúde**, v. 10, n. 2, p. 11-24, jun. 2018. DOI: <<https://doi.org/10.34632/cadernosdesaude.2018.7245>>. Acesso em 20 fev. 2025.
- DAS, Veena. Language and body: transactions in the construction of pain. In: KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margaret M. (Ed.). **Social suffering**. Berkeley: University of California Press, 1998. p. 67-92.
- \_\_\_\_\_. Trauma and testimony: implications for political community. **Anthropological Theory**, v. 3, n. 3, p. 293-307, 2003.
- DIAS, Ernandes Gonçalves; MISHIMA, Silvana Martins. Análise temática de dados qualitativos: uma proposta prática para efetivação. **Revista Sustinere**, v. 11, n. 1, p. 402-411, jan.-jun. 2023. Disponível em: <[www.e-publicacoes.uerj.br/sustinere/article/view/71828](http://www.e-publicacoes.uerj.br/sustinere/article/view/71828)>. Acesso em: 7 maio 2024.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.
- FONSECA, Francisco. A trama conflituosa das políticas públicas: lógicas e projetos em disputa. **Cadernos Ebape.BR**, v. 14, ed. esp., jul. 2016. Disponível em: <[www.scielo.br/j/cebape/a/sFmhLgDfRcYmpD3hdzXRH-cy/?format=pdf&lang=p](http://www.scielo.br/j/cebape/a/sFmhLgDfRcYmpD3hdzXRH-cy/?format=pdf&lang=p)>. Acesso em: 2 ago. 2024.
- FROSSARD, Andrea. Os cuidados paliativos como política pública: notas introdutórias. **Cadernos Ebape.BR**, v. 14, ed. esp., jul. 2016. Disponível em: <[www.scielo.br/j/cebape/a/rPmtKfgybLTxdJMTj9hZrvs/?format=pdf](http://www.scielo.br/j/cebape/a/rPmtKfgybLTxdJMTj9hZrvs/?format=pdf)>. Acesso em: 2 ago. 2024.
- \_\_\_\_\_.; ALMEIDA, Georgia Frossard de. Sofrimento social: a dor social no campo dos cuidados paliativos. **Revista Científica Acertte**, v. 2, n. 10, p. 1-15, 2022. Disponível em: <<https://acertte.org/acertte/article/view/105/83>>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- GARRET, Paul Michael. Human rights and social work: making the case for human rights plus (HR+). **The Bri-**

**tish Journal of Social Work**, v. 54, n. 5, p. 2107-2123, July 2024. Disponível em: <<https://academic.oup.com/bjsw/advance-article/doi/10.1093/bjsw/bcae022/7619619>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

IASSW. **Global Definition of the Social Work Profession**. [S.l.]: International Association of Schools of Social Work, 2014. Disponível em: <[www.iassw-aiets.org/global-definition-of-social-work-review-of-the-global-definition](http://www.iassw-aiets.org/global-definition-of-social-work-review-of-the-global-definition)>. Acesso em: 20 ago.2024

IFSW. **Global definition of social work**. Rheinfelden: International Federation of Social Workers, 2014. Disponível em: <[www.ifsw.org/what-is-social-work/global-definition-of-social-work](http://www.ifsw.org/what-is-social-work/global-definition-of-social-work)>. Acesso em: 20 ago. 2024.

KNAUL, Felicia Marie *et al.* Alleviating the access abyss in palliative care and pain relief: an imperative of universal health coverage — The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 391, n. 10128, p. 1391-1454, April 7, 2018. DOI: <[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(17\)32513-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(17)32513-8)>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATSUMOTO, Dalva Yukie. Cuidados paliativos: conceito, fundamentos e princípios. In: CARVALHO, Ricardo Tavares de; PARSONS, Henrique Afonseca. **Manual de cuidados paliativos da Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP)**. São Paulo: ANCP, 2012, p 1-23.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**. São Paulo: N1 Edições, 2018.

MENEZES, Rachel Aisengart. **Em busca da boa morte**: antropologia dos cuidados paliativos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/sgprn>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social**: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

OLIVEIRA, Antônio Ítalo Ribeiro. O mínimo existencial e a concretização do princípio da dignidade da pessoa humana. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, n. 4772, 25 jul. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/50902/o-minimo-existencial-e-a-concretizacao-do-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana>>. Acesso em: 21 jul. 2023.

ONOKO- Campos, Rosana. A gestão: espaço de intervenção, análise e especificidades técnicas. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Souza (Org.). **Saúde Paideia**. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 549-560.

ONU. **Declaração e programa de ação de Viena**. Viena: Organização das Nações Unidas, 1993. Disponível em: <[www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao\\_viena.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_viena.pdf)>. Acesso em: 7 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. **Declaração universal dos direitos humanos**. Nova York: Organização das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <[www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por)>. Acesso em: 7 ago. 2024.

\_\_\_\_\_. **Pacto internacional direitos econômicos, sociais e culturais**. Nova York: Organização das Nações Unidas, 1966. Disponível em: <[www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto\\_internacional.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf)>. Acesso em: 7 ago. 2024.

PESQUISAS apontam que 400 mil mortes poderiam ser evitadas. **Agência Senado**, 24 jun. 2021. Disponível em: <[www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-400-mil-mortes-poderiam-ser-evitadas-governistas-questionam](http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-400-mil-mortes-poderiam-ser-evitadas-governistas-questionam)>. Acesso em: 20 fev. 2025.

PINHEIRO, Fátima de Jesus Chibante Camões. **Percurso/momentos**: a prática especializada do assistente social nos cuidados paliativos e as experiências vividas pelos profissionais de Saúde no processo de luto. Dissertação (Mestrado em Cuidados Paliativos) — Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Castelo Branco, Portugal, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ipcb.pt/entities/publication/487b2ba1-3655-410c-b01e-24d9d2b9a417>>. Acesso em: 6 jun. 2024.

RADBRUCH, Lukas *et al.* Redefining palliative care: a new consensus-based definition. **Journal of Pain and Symptom Management**, v. 60, n. 4, p. 754-764, 2020. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32387576>>. Acesso em: 9 set. 2024.

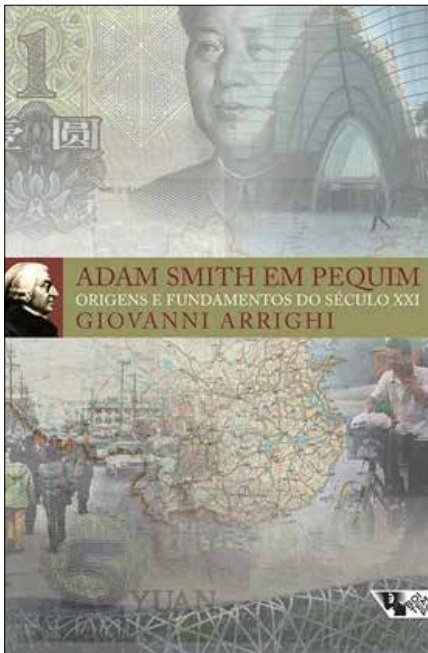
SARLET, Wolfgang Ingo. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição de 1988**. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2024.

SAUNDERS, Cicely. The evolution of palliative care. **Patient Education and Counseling**, v. 41, p. 7-13, 2000.

UPMC Palliative and Supportive Institute. **Palliative care, yesterday and today**. Pittsburgh: UPMC Palliative and Supportive Institute, 2014. Disponível em: <[www.upmc.com/-/media/upmc/services/palliative-and-supportive-institute/resources/documents/psi-history-palliative-care.pdf](http://www.upmc.com/-/media/upmc/services/palliative-and-supportive-institute/resources/documents/psi-history-palliative-care.pdf)>. Acesso em: 9 ago. 2024.

WHO. **Palliative care**. Geneve: World Health Organization, August 5, 2020. Disponível em: <[www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/palliative-care](http://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/palliative-care)>. Acesso em: 9 set. 2024.





ARRIGHI, Giovanni.

**Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI.**

São Paulo: Boitempo, 2010.

428 p.



WEBER, Isabella.

**Como a China escapou da terapia de choque.**

São Paulo: Boitempo, 2023.

475 p.

## Estado, economia e desenvolvimento na China

State, economy and development in China

sérgio R. R. castilho\*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.171.013>

**A**s convergências e temáticas comuns entre a última obra de Giovanni Arrighi e o livro de Isabella Weber acerca das reformas econômicas na China entre 1978 e 1988 — bem como a importância do país no panorama atual — são suficientes para justificar uma apresentação e problematização conjuntas. A ausência de informações e análises equilibradas acerca da China no Brasil atual, num momento em que o país asiático consolida seu papel como a segunda potência econômica mundial, reforça essa justificativa.

Antes de entrarmos nas obras, uma breve informação acerca dos autores ajudará o leitor e a leitora a apreender melhor suas contribuições.

Arrighi é com certeza muito mais conhecido. Italiano, nascido em 1937 e morto em 2009, formado em Economia, teve vasta experiência acadêmica na própria Itália, um curto período de pesquisas na África e, por último, ensinou e pesquisou nos EUA, onde ganhou proeminência. Escreveu uma obra extensa e influente, na qual resistiu à tendência, dominante entre os colegas de sua geração, para as pequenas narrativas e a construção de modelos formais inócuos, que não dialogam com as ciências sociais e a história (Fiori, 2009). Seu livro *O longo século XX* se tornou um dos mais importantes dos últimos 30 anos na perspectiva de uma análise do sistema-mundo. Nele, Arrighi sustenta que, desde quando o capital e o Estado-nação passaram a coexistir, ao final do medievo europeu, o capitalismo teria passado por quatro ciclos sistêmicos de acumulação de capital, cada um deles organizado, estimulado e regulado pela hegemonia de um Estado diferente: sucessivamente, Gênova, Países Baixos, Reino Unido e, finalmente, EUA. Cada um desses ciclos passou por um processo de crescimento e auge — caracterizado pela capacidade de criar riquezas —, seguido por um processo de decadência e queda — caracterizado pela financeirização da vida econômica (Arrighi, 1996). Desde a publicação desse livro, a obra de Arrighi se dedicou a analisar as implicações da decadência dos EUA como potência hegemônica mundial a partir de meados da década de 70 do século passado. *Adam Smith em Pequim*, lançado originalmente em 2007, é um desdobramento dessa dedicação.

Isabella Weber é uma jovem economista alemã, em ascensão no cenário intelectual e acadêmico atual. Ela fez sua graduação na Universidade Livre de Berlim e, posteriormente, estudou na Universidade de Pequim. Obteve um doutorado em Economia pela New School for Social Research (Nova York) e outro em Estudos de Desenvolvimento pela Universidade de Cambridge, na Inglaterra. Seu livro *Como a China escapou da terapia de choque* recebeu, em 2019, os prêmios Joan Robinson, da European Association for Evolutionary Political Economy, e *Warren Samuels for Interdisciplinary Research in History of Economic Thought and Methodology*. Em 2021 escreveu um pequeno artigo para o jornal inglês *The Guardian* que causou furor nos meios acadêmicos. Nele a economista teve a audácia de advogar o controle de preços essenciais na Europa e nos EUA após a pandemia de covid-19 (Weber, 2021), tema amadurecido na pesquisa que deu origem ao livro do qual trataremos.

Os dois autores concordam acerca da importância de uma perspectiva analítica que leve em consideração o longo prazo para se entender a China contemporânea, assim como têm uma compreensão comum acerca de como as relações econômicas são entranhadas na história e na sociedade. Se Weber (2023, p. 41-73) assume essa perspectiva com uma radicalidade tal que a leva a retornar às práticas sistematizadas no *Guanzi* (conjunto de preceitos sobre a vida econômica escrito majoritariamente na forma de diálogos entre o duque Huan, do estado de Qi, e seu conselheiro, Guan Zhong, entre o século VIII a.C. e a primeira metade do século VII a.C.), Arrighi (2010, p. 328-336) não deixa por menos e retorna aos fundamentos de uma economia de mercado que se desenvolveu de forma distinta do capitalismo europeu desde o período Ming (1368-1644), mas que teve seus fundamentos estabelecidos desde pelo menos o período da dinastia Song do Sul (1127-1276).

É mergulhando na longa história chinesa e apreendendo, por um lado, as seculares formas de relação entre os poderes de Estado e as populações, e, por outro, as formas de comércio, a criação de mercado e a evolução dos contatos com o Ocidente no território que veio

Reprodução Youtube



Os economistas  
Giovanni Arrighi (1937-  
2009), italiano,  
e Isabella Weber  
(1987), alemã

a se tornar a China contemporânea, que ambos os autores constroem a substância de seus argumentos. Weber sustenta que a China escapou da terapia de choque proposta pelo Consenso de Washington<sup>1</sup> porque adotou, ao longo de sua história, modos de governança caracterizados pelo processualismo e pela prática de controle de preços, uma prática essencial para a manutenção da estabilidade do poder político, tanto na China imperial quanto na China socialista de Mao e na China socialista de mercado de Xi Jinping. Arrighi argumenta — a partir de uma leitura bastante inovadora de Adam Smith — que o desenvolvimento econômico chinês está ancorado na prática de uma economia de mercado distinta da economia da sociedade capitalista, movimento que também revela a inspiração braudeliana de sua empreitada.

A leitura que Arrighi faz de Adam Smith, especialmente de *A riqueza das nações* (1776) no capítulo 2, serve de ancoragem teórica para a compreensão do desenvolvimento econômico e social da China que o autor tem, o que torna necessário nos determos um pouco naquela interpretação.

Embora bastante surpreendente para o público que se informa exclusivamente através dos meios de comunicação a distância dominantes (seja o jornalismo comercial, sejam as mal denominadas “redes sociais”) ou através das lentes da economia neoclássica e sua ortodoxia em torno da “mão invisível do mercado”, Arrighi não é original nessa leitura, como ele mesmo reconhece, apoiando-se em autores que escreveram sobre Smith a partir do final dos anos 70 do século passado.

De acordo com essa instigante leitura, Smith não sustentava em sua obra uma crença dogmática nos benefícios do governo minimalista e do mercado autorregulado ou a crença no poder curativo das “terapias de choque” defendidas pelo Consenso de Washington. Ao

<sup>1</sup> O Consenso de Washington é um conjunto de medidas econômicas que foi formulado em 1989 nos EUA por FMI, Banco Mundial e Departamento do Tesouro americano. Ele receitava, de forma geral, restrições fiscais sobre o Estado e privatização das empresas. “Terapia de choque” foi como ficou conhecido o receituário prescrito pelo Consenso de Washington. A terapia de choque propugnava uma liberação única e horizontal sobre a estrutura de preços, assim como a privatização dos setores econômicos. Ela foi adotada pela antiga União Soviética e por vários dos seus satélites econômicos quando a experiência socialista foi abandonada.

contrário, supunha a existência de um Estado forte que criaria e reproduziria as condições de existência do mercado, usando este como instrumento eficaz de governo e regulamentando seu funcionamento. Embora fosse favorável à liberalização do comércio, argumentava contra mudanças abruptas, em especial aquelas relativas a setores que empregavam muita mão de obra ou produziam bem essenciais (Arrighi, 2010, p. 57-59).

Encontramos também em Smith uma avaliação crítica e ponderada do lugar da China na civilização mundial. Como mostra o autor, Smith ficou num meio termo entre as condenações de Montesquieu, Diderot e Rousseau (que deram origem à famosa noção de Marx de um “modo de produção asiático”) e a admiração da ala sinófila do Iluminismo europeu — Leibniz, Voltaire e Quesnay (Arrighi, 2010, p. 71). Smith reconheceu que já naquele momento — coincidente com a publicação de *A riqueza das nações* — a China era mais rica e opulenta que a Europa, e que o caminho para essa maturidade econômica era o “curso natural das coisas” ou “progresso natural da opulência”, no qual “a maior parte do capital [...] é, em primeiro lugar, dirigido para a agricultura, depois para a manufatura e por último para o comércio exterior” (Arrighi, 2010, p. 70).

É a partir dessa leitura que Arrighi constrói toda a sua interpretação do lugar da China na civilização mundial. Isso porque ele parte dela para construir o contraste com o modo de desenvolvimento capitalista que caracteriza a Europa, baseado na “acumulação ‘interminável’ de capital e poder” (Arrighi, 2010, p. 81-106). O modo capitalista de desenvolvimento, seguido pela Europa e teorizado por Marx e Schumpeter, tem efeitos disruptivos fortemente negativos, e teria se apoiado num caminho não natural, no qual o comércio exterior colonizou a manufatura e a agricultura. Existiriam, segundo o autor, dois tipos diferentes de desenvolvimento econômico baseado no mercado. Vale a pena a transcrição, dada a centralidade da construção:

Um tipo ocorre dentro de dado arcabouço social; aproveita o potencial oculto de crescimento econômico desse arcabouço, mas não altera de modo fundamental o arcabouço propriamente dito. [...] Aqui as mudanças nascem de processos e ações de natureza não econômica, e não dentro do processo de crescimento econômico. Esse tipo de desenvolvimento corresponde em geral, mas de modo algum exatamente, às noções de crescimento smithiano, revolução industriosa e desenvolvimento não capitalista baseado no mercado [...]. Já o segundo tipo de desenvolvimento econômico baseado no mercado tende a destruir o arcabouço social dentro do qual ocorre e a criar condições (não necessariamente concretizadas) para o surgimento de novos arcabouços sociais com potencial de crescimento diferente. Nesse caso, as mudanças nascidas de processos e ações de natureza não econômica são secundárias ou subordinadas às mudanças nascidas dentro do processo econômico. Esse tipo de desenvolvimento, que chamaremos de schumpeteriano ou marxiano dependendo do contexto, corresponde também em geral, mas de modo algum exatamente, às noções de Revolução Industrial e desenvolvimento capitalista baseado no mercado (Arrighi, 2010, p. 56).

Após assentar suas bases teóricas caracterizando esses dois modos de desenvolvimento na primeira parte do livro (capítulos 1, 2 e 3), o autor faz um percurso histórico que é também geopolítico. Quer dizer, além de tratar das questões próprias ao desenvolvimento chinês, Arrighi está preocupado com as implicações políticas da ascensão econômica chinesa na ordem mundial.

*Adam Smith em Pequim* sinaliza a existência de um desenvolvimento econômico moderno alternativo ao capitalista, que encontramos na China pelo menos desde o século XIV e que daria fundamento e substância à forma específica pela qual vem se construindo o socialismo de mercado desde as reformas de 1978

Na segunda e terceira partes — “Rastreamento da turbulência global” e “A hegemonia desvendada”, respectivamente —, ele segue o percurso dos EUA e da Europa, desde a crise a partir de meados da década de 1970, que sucedeu o boom das décadas de 1950 e 1960, até o lugar do Estado americano na ordem mundial no final do século XX — este último teria passado de uma situação na qual garantia uma “proteção legítima” (quer dizer, justificada em função do “perigo comunista” pós-II Guerra Mundial) para o “golpe da proteção”, quando passou a abrir mão da ONU para agir.

Na quarta parte (“Linhagens da nova era asiática”), o italiano trata tanto das questões geopolíticas derivadas da ascensão chinesa quanto das questões econômicas e sociais derivadas do desenvolvimento chinês e da estrutura de Estados da Ásia Oriental, que se manteve até a primeira metade do século XIX e que agora, no início do século XXI, se reorganiza. O capítulo 10 (“O desafio da ‘ascensão pacífica’”) faz um apanhado sintético das principais teorias que os conservadores estadunidenses apresentam para lidar com a nova situação mundial. Três seriam essas teorias: as da Guerra Fria, da cooptação e do *tertius gardens*<sup>2</sup>.

A teoria da Guerra Fria, evidentemente, aposta numa reedição do conflito dos EUA com a União Soviética. Na versão de Robert Kaplan, um dos mais proeminentes dentre seus propositores, a contenção se daria a partir de um tipo de aliança militar com centro no Pacífico a partir das ilhas do Havaí, espreado-se na forma de raios que chegariam a aliados importantes como o Japão, Coreia do Sul, Tailândia, Singapura, Austrália, Nova Zelândia e Índia. A teoria da cooptação, tal como sustentada por Henry Kissinger, pretende garantir uma acomodação pacífica com a China em ascensão e, embora seja mais realista do ponto de vista histórico, conta com pouca possibilidade de sucesso no eleitorado dos EUA. A teoria do *tertius gardens*, desenvolvida principalmente por James Pinkerton, pretende jogar as potências asiáticas em ascensão umas contra outras, a começar, claro, pela China.

Os capítulos 11 (“Estados, mercados e capitalismo no Oriente e no Ocidente”) e 12 (“Origem e dinâmica da ascensão chinesa”) fazem um longo percurso pela história chinesa, desde o período Song do Sul (1127-1276) até o início do século XX, passando pelo Século da Humilhação (século XIX) e a ascensão americana e japonesa no século XX. Essa parte é um

<sup>2</sup> A expressão tem origem no ditado latino “*Inter duo litigantes, tertius gardens*”, ou seja: Enquanto dois brigam, um terceiro tira proveito.

dos pontos altos do livro, um material muito rico para os pesquisadores acerca da China e do Leste Asiático, abrindo novas fontes de estudo e pesquisa, na medida em que permite um descentramento do Ocidente e a abertura de uma perspectiva mundial. Vejamos, apenas a título de ilustração, como o autor aborda os Estados-nação, um elemento central para todas as ciências sociais ocidentais:

Um dos grandes mitos da ciência social ocidental é o de que os Estados nacionais e sua organização num sistema interestatal são invenções europeias. Na verdade, com exceção de alguns Estados que foram criação de potências coloniais europeias (principalmente Indonésia, Malásia e Filipinas), os países mais importantes da Ásia Oriental — de Japão, Coreia e China a Vietnã, Laos, Tailândia e Camboja — eram Estados nacionais muito antes de todos os seus equivalentes europeus. Mais ainda, diretamente ou através do centro chinês, todos estavam ligados entre si por relações comerciais e diplomáticas e assim eram mantidos pelo entendimento conjunto dos princípios, das normas e das regras que regulamentavam a interação mútua, como num mundo entre outros mundos. A exemplo do que mostraram os estudiosos japoneses especializados na reconstrução do sistema comercial-tributário centrado na China, esse sistema apresentava semelhanças suficientes com o sistema interestatal europeu para que a comparação entre os dois fosse importante em termos analíticos (Arrighi, 2010, p. 321-322).

Retornando à distinção entre os dois tipos de desenvolvimento — o desenvolvimento capitalista industrial e o desenvolvimento não capitalista de mercado —, podemos perceber então que ela é o pano de fundo da sugestiva metáfora que dá título ao livro. *Adam Smith em Pequim* sinaliza a existência de um desenvolvimento econômico moderno alternativo ao capitalista, que encontramos na China pelo menos desde o século XIV e que daria fundamento e substância à forma específica pela qual vem se construindo o socialismo de mercado desde as reformas de 1978. Tal hipótese de forma nenhuma diminui a importância da experiência e da orientação marxista assumida desde 1949 com a revolução comunista, mas a submete a uma perspectiva histórica mais ampla.

Assim é que, quase ao fim de sua análise da ascensão chinesa recente, pós-reformas de Deng Xiaoping, o autor faz duas afirmações significativas na direção de sua hipótese geral. A primeira é que a China de Mao, “em contraste gritante com a União Soviética de Stálin”, teria procurado a modernização não através da destruição, mas da elevação econômica e educacional do campesinato. A segunda é que a modernização chinesa teria se baseado não apenas na internalização da Revolução Industrial ocidental, mas também na retomada de características da Revolução Industrial nativa, de base rural (Arrighi, 2010, p. 379).

Isabella Weber tem uma temática mais restrita do que aquela relativa ao desenvolvimento em geral, mas também opera em profícuo diálogo com a história e as ciências sociais. O objetivo da autora é analisar a luta intelectual entre aqueles economistas reformadores que seguiam a lógica da terapia de choque e aqueles que defendiam o gradualismo experimental da primeira década das reformas iniciadas por Deng Xiaoping (1978-1988) (Weber, 2023, p. 32). Uma enorme vantagem da autora, em virtude do domínio do mandarim, foi o acesso direto a fontes e interlocutores chineses, muitos deles envolvidos nos debates e decisões de então. Ela pôde, assim, mergulhar com densidade na historicidade da sociedade chinesa e nas particularidades das teorias autóctones, mas pondo-as em diálogo com a herança ocidental que carrega em sua formação e, portanto, universalizando-as.



*Dezoito estudiosos*, de um artista da dinastia Song, obra sob custódia do Museu do Palácio Nacional (Taipei, Taiwan)

Essa densidade permitiu a Weber escapar da superficialidade com que aquele debate foi encarado pela opinião pública e mesmo pela opinião acadêmica desinformada no Ocidente, como um debate entre “conservadores” e “reformadores” ao estilo ocidental. Resgatando cuidadosamente aquele debate através de documentos e textos diversos e historicizando-o, Weber pôde demonstrar que o que estava em questão na década de 1980 não era reformar ou não, mas *como reformar*: destruindo o velho sistema ou construindo o novo sistema a partir do velho. Para usar a metáfora que a autora utiliza algumas vezes, “enquanto a terapia de choque propunha derrubar toda a casa e construir uma nova, a reforma chinesa procedia como em um jogo de jenga: foram removidos apenas aqueles blocos que podiam ser rearranjados sem comprometer a estabilidade” (Weber, 2023, p. 31).

Na primeira parte do livro, Weber trata do que ela chama de “modos de criação de mercado e regulação de preços”. Resgata as discussões em torno do *Guanzi* no capítulo 1, a experiência histórica da regulação de

preços nos EUA durante a Segunda Guerra Mundial no capítulo 2 e as políticas do governo Mao que permitiram o controle da inflação e a estabilização dos preços no capítulo 3.

A leitura do *Guanzi* serviu como lente para uma perspectiva que reconhece uma consciência de mercado distinta e de longa data entre as autoridades imperiais chinesas, bem como teorias autóctones de comercialização por intermédio do Estado. O envolvimento com as concepções tradicionais de preços e mercados foi muito importante para a autora, uma vez que permitiu a ela entender que os debates da reforma de mercado na China nos anos 1980 não eram apenas influência ocidental, mas uma disputa complexa entre concepções alternativas de mercados e preços. A China conta com uma longa tradição no estudo das questões econômicas, que na tradição nativa era chamado de “estudo de como tornar o país rico”. A arte de governar era chamada de “estadismo”, mas, segundo nossa autora, pode ser mais bem traduzida por “ordenar o mundo”. Essas tradições sustentariam que a interação entre agentes privados e agentes burocráticos criam conjuntamente o mercado e a economia. Isso seria muito distinto da tradição da moderna economia ocidental que insiste na distinção entre o Estado e o mercado como entidades separadas (Weber, 2023, p. 41-44).

O preço das mercadorias era fixado por um funcionário do governo, chamado de mestre dos preços. Na tradição chinesa, o “correto manejo” dos preços pelo Estado teve posição de destaque. A concepção econômica do *Guanzi* foi desenvolvida para fortalecer o Estado e o Exército, enriquecendo o país através do enriquecimento de seu povo para depois governá-lo. Todos os fenômenos econômicos devem ser entendidos relacionalmente, a partir da distinção de valor entre o “leve” e o “pesado”. *Qing* significa “leve” e, por extensão, “sem importância”, “sem consequência” ou “barato”. *Zhong* significa “pesado” e, por extensão, “importante”, “sério” ou “caro”. Juntos, os dois elementos de composição da palavra geralmente querem dizer “peso”. Vejamos como a autora retrata essa classificação (Weber, 2023, p. 47-48):

As mercadorias pesadas são consideradas essenciais para a produção ou o bem-estar humano, e as mercadorias leves são vistas como não essenciais. Mas qual mercadoria exatamente é definida como pesada ou leve está sujeito a mudanças constantes e reflete as estações do ano, as práticas de produção e a dinâmica do mercado, entre outros fatores. A tarefa da política econômica é pesar e equilibrar, usar o que é considerado pesado para compensar o que é leve. Ou, nas palavras do *Guanzi*, “usar o que é ‘pesado’ para atirar no que é leve, usar o barato para nivelar o caro, essas são as grandes vantagens que podem ser extraídas da doutrina do leve-pesado”.

O princípio geral no *Guanzi* é o ativismo estatal, embora esse ator possa assumir uma enorme quantidade de papéis e funções diversas de acordo com a situação histórica concreta. No caso de algumas mercadorias pesadas essenciais, tais como o ferro e o sal, o Estado deveria ter o protagonismo na sua gestão e comercialização. Sua essência se condensaria na estratégia de sopesar e equilibrar as forças econômicas (Weber, 2023, p. 48; 56).

O capítulo 2 trata da experiência do controle de preços nos EUA durante a Segunda Guerra Mundial. Nele a economista alemã mostrou que, mesmo contrariamente à recomendação dos economistas neoliberais, o governo estadunidense não só manteve o controle sobre preços essenciais durante a guerra mas sobre vários preços também depois dela, até a década de 1970, quando o forte ativismo de nomes como Milton Friedman (1912-2006), Ludwig von Mises (1881-1973) e Friedrich Hayek (1899-1992) consolidou a visão de que qualquer forma de controle direto de preços levaria ao planejamento central e, portanto, ao fim da liberdade.

O capítulo 3 começa com a notável observação histórica de que, em claro contraste com a afirmação dos economistas neoliberais de que o controle de preços levaria ao totalitarismo, duas das mudanças políticas mais fundamentais do século XX — a ascensão do fascismo alemão e a vitória dos comunistas chineses — se tornaram possíveis por conta da perda de controle sobre o sistema de preços e moeda, culminando em hiperinflação. Ficamos sabendo então da enorme importância que os ciclos de estabilidade monetária tiveram para a manutenção da estabilidade dos ciclos dinásticos imperiais. Importantes e diversos estudos chineses sobre o processo que culminou com a Revolução Comunista de 1949 argumentam que a inflação foi uma das principais causas da queda do governo nacionalista e da ascensão do comunismo. Consciente de tal importância, o então principal líder comunista chinês em assuntos econômicos, Chen Yun, destacou em relatório de 1951 que a estabilização do valor do dinheiro fora sua maior conquista (Weber, 2023, p. 113-115).

Esse capítulo tem grande importância também porque nele a autora demonstrou que muitas discussões e práticas de controle de preços, renovadas a partir do final da década de



Os dois modelos de desenvolvimento moderno que conhecemos — o capitalismo industrial e o socialismo — são ocidentais e, portanto, incapazes de compreender o socialismo tal como ele se desenvolve na Ásia Oriental. Weber evidencia não só as particularidades da história econômica chinesa como sugere que nela encontramos um forte pragmatismo, capaz de questionar qualquer modelo econômico acabado

1970 na China, têm a ver com a experiência de controlar a hiperinflação e reconstruir a economia nacional que tinha sido destruída pela invasão estrangeira seguida dos conflitos internos.

A segunda parte (“Debate da reforma de mercado na China”) é a que lida substancialmente com as discussões acerca da reforma de mercado.

No capítulo 4 (“O ponto de partida: controle de preços na economia maoista e a necessidade de reforma”), são abordadas as características do controle de preços na era maoista. Num primeiro momento, o controle de preços e da hiperinflação, aliado à reconstrução dos mercados e da economia, garantiu uma estabilidade impressionante dos preços, bem como uma grande hegemonia do Partido Comunista Chinês sobre a sociedade como um todo. Isso não impediu, entretanto, a Grande Fome, entre 1959 e 1961, resultante tanto das políticas inadequadas por parte do governo quanto dos desastres naturais. Mas não existia uma fórmula específica, muito menos única, para o controle de preços. Eles eram ajustados caso a caso, por observações empíricas, e orientados para a estabilidade geral. A ênfase era nos preços urbanos baixos e estáveis para matérias-primas essenciais e bens de consumo, o que envolvia subsídios e racionamento. Já os preços dos itens não essenciais eram adaptados de forma flexível e muitas vezes mantidos artificialmente altos para manter os fluxos de caixa. Como nota a economista alemã, a economia de Mao dependia muito mais de comandos do que da participação do Estado no mercado, em nítido contraste com o *Guanzi* e as práticas imperiais de regulação de preços (Weber, 2023, p. 140; 155).

O impressionante aqui é exatamente que, apesar das oscilações radicais da política do governo durante a era Mao (o Grande Salto Adiante, 1958-1960, a Revolução Cultural, 1966-1976), a estabilidade dos preços tenha se mantido. Mas isso se deveu, segundo a autora, à manutenção de claros limites ao padrão de vida dos camponeses: o controle da inflação em uma economia agrária pobre, visando ao rápido crescimento econômico e à industrialização, suprimiu as necessidades de consumo daqueles (Weber, 2023, p. 141; 149).

Do capítulo 5 ao 8, Weber acompanha as diversas nuances do debate acerca das reformas econômicas. O debate envolveu uma série de posições e perspectivas intelectuais. Os chineses recorreram não apenas às tradições endógenas, mas também aos conselhos de economistas e especialistas de diversos lugares e filiações, em especial do Leste Europeu, envolvidos nas reformas de seus próprios países no contexto da crise que levaria ao fim do socialismo soviético, integrantes do Banco Mundial, estadunidenses como Milton Friedman e até mesmo latino-americanos — entre esses últimos os “Chicago boys” da ditadura chilena e Delfim Netto, ex-ministro da última ditadura militar brasileira (1964-1985). Estes dois últimos atores foram consultados porque os chineses acreditavam no sucesso da modernização latino-americana do pós-guerra. O crescimento da inflação e o aumento das desigualdades naquela experiência, no entanto, estabeleceram limites claros ao aprendizado.

Um amplo espectro de escolas econômicas e perspectivas ideológicas foi consultado, portanto. O que estava em jogo, afinal, não era pouco. Olhando retrospectivamente, se retomarmos a comparação com a União Soviética, fica claro que os líderes chineses fizeram a aposta correta, enquanto os soviéticos perderam sua capacidade de renovação e embarcaram na promessa da terapia de choque proposta pelo Consenso de Washington. A União Soviética amargou inflação alta e estrangulamento da produção, e a China alcançou o resultado inverso. Vejamos como a autora sintetizou o caminho seguido (Weber, 2023, p. 28):

A China adotou uma abordagem experimentalista, a qual usou as realidades institucionais dadas para construir um novo sistema econômico. O Estado recriou gradualmente os mercados a partir das margens do antigo sistema [...] [A]s reformas na China foram graduais — não apenas em termos de ritmo, mas também de movimento a partir das margens do antigo sistema industrial em direção ao seu núcleo. [...] A manifestação mais proeminente da abordagem da China é o sistema de preços de via de mão dupla, que é o oposto da terapia de choque. Em vez de liberar todos os preços em um grande *big bang*, o Estado continuou a planejar o núcleo industrial da economia e a fixar os preços dos bens essenciais, enquanto os preços dos produtos excedentes e dos bens não essenciais eram sucessivamente liberados. Como resultado, os preços começaram a ser gradualmente determinados pelo mercado. O sistema de via de mão dupla não é simplesmente uma política de preços, mas também um processo de criação e regulação do mercado por meio da participação do Estado.

Ao final, impressiona a capacidade que a liderança chinesa teve de conjugar abordagens teóricas com as questões práticas. O final da década de 1970 e toda a década de 1980 foram momentos atribulados na histórica chinesa. O país tinha acabado de reestabelecer relações diplomáticas com os EUA, e a intensificação de contatos com o Ocidente levou a uma grande movimentação social em torno de mudanças. Mais uma vez, a imprensa ocidental, desconhecendo as razões mais profundas que estavam em jogo, entendeu os movimentos que culminaram no conflito da praça Celestial como movimentos “em prol da liberdade” ao estilo ocidental. Weber demonstra, no entanto, que existiu uma notável sobreposição entre a ascensão dos movimentos de protesto e o crescimento da inflação resultante dos experimentos de liberação de preços. A partir de 1988, Deng Xiaoping insistiu que a reforma dos preços era a questão mais urgente e precisava ser acelerada, afastando a solução gradualista de Zhao Ziyang. Finalmente, em agosto, a decisão de acabar com o sistema de preços de via de mão dupla e liberar os principais preços industriais e dos bens de consumo quebrou a



Pessoas jogando jenga, cujo objetivo é remover blocos de madeira de uma pequena torre sem deixá-la ruir

confiança do povo na estabilidade da economia. Deng optou então por reafirmar o poder do Partido Comunista Chinês, ao mesmo tempo que interrompeu a política de liberação de preços (Weber, 2023, p. 353-354; 360-372).

Uma última questão, muito importante, deve ser abordada. Em pelo menos um momento além da conclusão (Weber, 2023, p. 110-111; 382-383), Weber retoma uma linha de argumentação que encontra nas ortodoxias das perspectivas ideológicas em economia — sejam elas a mão invisível do mercado ou o puro planejamento — modelos fechados à vida prática e suas peculiaridades. Dessa forma, ambas as perspectivas ortodoxas representam toda a economia em um modelo acabado, que deve se comportar como a teoria espera. Seriam, nas palavras da autora, “tipos ideais”. Na vida prática, a economia é mais do que isso, como demonstram a experiência dos EUA de controle de preços durante a Segunda Guerra Mundial e a da reforma de mercado na China depois de 1978. Essa argumentação é muito profícua para lidar com contextos históricos concretos, e deve ser mais bem desenvolvida futuramente.

Os dois livros, lidos conjuntamente, servem como uma excelente introdução à história chinesa, seus dilemas e potencialidades atuais. Arrighi sustenta que a história da China tem de ser levada mais a sério para que possamos travar os debates acerca do que ela é hoje. Os dois modelos de desenvolvimento moderno que conhecemos — o capitalismo industrial e o socialismo — são ocidentais e, portanto, incapazes de compreender o socialismo tal como ele se desenvolve na Ásia Oriental. Weber evidencia não só as particularidades da história econômica chinesa como sugere que nela encontramos um forte pragmatismo, capaz de questionar qualquer modelo econômico acabado.

\* Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor associado IV do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

► Texto recebido em 10 de junho de 2024; aprovado em 25 de julho de 2024.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O longo século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

FIORI, José Luís. Giovanni Arrighi. **Educação Pública**, Rio de Janeiro, 27 out. 2009. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/9/40/giovanni-arrighi>>. Acesso em: 21 maio 2024.

WEBER, Isabella. **Como a China escapou da terapia de choque**. São Paulo: Boitempo, 2023.

\_\_\_\_\_. Could strategic price controls help fight inflation?. **The Guardian**, London, December 29, 2021. Disponível em: <[www.theguardian.com/business/commentisfree/2021/dec/29/inflation-price-controls-time-we-use-it](http://www.theguardian.com/business/commentisfree/2021/dec/29/inflation-price-controls-time-we-use-it)>. Acesso em: 18 maio 2024.

## LIVROS QUE RECOMENDAMOS



### Lênin: uma introdução

João Quartim de Moraes

Editora: Boitempo

Formato: 21 × 14 cm

1ª edição, 2024

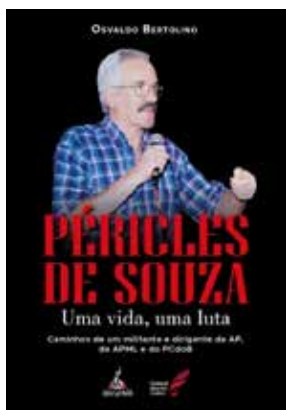
Preço: R\$ 47

144 páginas

Para compreender as lutas revolucionárias do século XX, é importante revisitar a vida de Lênin e se debruçar sobre seus estudos, ideias e práticas. O líder russo enfrentou dilemas que são ainda hoje decisivos, como a articulação entre estratégia e tática, a centralidade do poder, a natureza de classe do Estado e a caracterização do imperialismo.

Nessa biografia, que faz parte da coleção Pontos de Partida, João Quartim de Moraes rememora momentos marcantes da trajetória de Lênin, como sua formação, seus feitos e escritos e as vicissitudes por que passou.

As obras de Lênin, sejam elas sobre temas econômicos, sejam sobre ideias políticas e programáticas, baseiam-se numa elaboração que reúne a teoria marxista, as lições do movimento operário europeu, a experiência de construção do Partido Bolchevique na Rússia e as duas revoluções que dirigiu. As elaborações leninistas, erigidas como armas na disputa pelos rumos estratégicos da revolução, ganham sentido histórico e significado mais claro quando avaliadas à luz desta biografia.



### Péricles de Souza: uma vida, uma luta

Osvaldo Bertolino

Editoras: Anita Garibaldi e Fundação Maurício Grabois

Formato: 23 × 16 cm

1ª edição, 2024

Preço: R\$ 79

440 páginas

Baiano, Péricles de Souza iniciou sua vida política no movimento estudantil, tendo sido um dos fundadores da Ação Popular (AP), no começo da década de 1960.

Ao focar a trajetória de uma geração de jovens que se engajou na luta política nos anos 1960, período de intensas transformações históricas no Brasil e no mundo, o livro contextualiza a vida de Péricles em momentos marcantes da história nacional, como sua resistência ao golpe militar de 1964, sua participação na luta pela redemocratização do país e sua atuação na reorganização do PCdoB e na consolidação do campo progressista no Nordeste.

A biografia também aborda o papel de Péricles na elaboração da Constituição de 1988, no enfrentamento ao neoliberalismo dos governos Collor e FHC e na construção da frente democrática de esquerda no Brasil, incluindo sua atuação nas eleições de Lula e Dilma Rousseff.



## Ler Poulantzas: conceitos elementares de poder político e classes sociais

Danilo Enrico Martuscelli e Leonardo Granato

Editora: Lutas Anticapital

Formato: 21 × 15 cm

1ª edição, 2024

Preço: R\$ 38

100 páginas

O livro retoma alguns dos conceitos fundamentais de Poder político e classes sociais, obra lançada em 1968 na qual o filósofo e sociólogo grego Nicos Poulantzas examina o nível jurídico-político do modo de produção capitalista e o tipo capitalista de Estado, formulando uma crítica sistemática aos postulados economicistas e institucionalistas-elitistas, seja no campo da teoria marxista da época, seja fora dele.

Martuscelli e Granato elucidam conceitos como autonomia relativa da política, bloco no poder, efeito de isolamento, cena política, burocratismo, classe reinante e camadas de classe. “É nesse contexto que Poulantzas se aproxima das teses de Althusser e as desenvolve de forma brilhante na teoria política ao demarcar as diferenças da análise marxista em relação às perspectivas neoinstitucionalistas e às teorias das elites, além de estabelecer um rico debate com os conceitos de Max Weber sobre a burocracia.” (Luiz Eduardo Motta, professor de Ciência Política da UFRJ)

Os autores descrevem ainda o desenvolvimento recente da escola poulantziana de Campinas (SP) e a relação da obra do autor com problemas contemporâneos de teoria e de análise política.



## A construção do idiota: o processo de idiosubjetivação

Rubens Casara

Editora: Da Vinci

Formato: 21 × 14 cm

1ª edição, 2024

Preço: R\$ 74,90

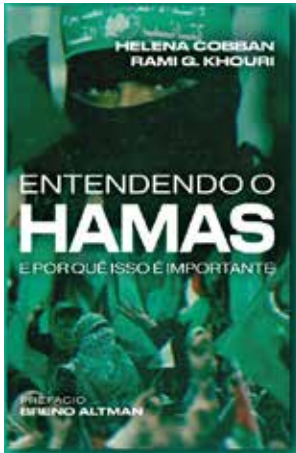
344 páginas

A hegemonia neoliberal intensifica o irracionalismo.

Sob a nova ordem dos negócios, o pensamento reflexivo é demonizado, e a simplificação do ato de pensar, funcional para a reprodução do modo de vida neoliberal, passa a ser obrigatória. Tudo se transforma em oportunidade de negócios para empresários de si mesmos.

Hoje, o capitalismo reorganiza a personalidade do indivíduo, alterando sua relação com o conhecimento, o tempo, a identidade e a cultura. Submetido à manipulação de seus afetos, alimentado pela paranoia, medo e desejo de punição, o indivíduo neoliberal vive a mentira como simulacro de verdade incontestável, ou seja, crê na opressão como sinônimo de liberdade.

Neste livro, Casara demonstra como, mediante uma lógica binária rígida, os afetos mobilizadores da idiosubjetivação neoliberal constituem a base ideológica tanto da paródia democrática quanto do fascismo. O autor examina o presente para encontrar alternativas à lógica neoliberal que leva a humanidade a reproduzir uma vida não apenas estúpida, mas profundamente infeliz.



## Entendendo o Hamas e por que isso é importante

Helena Cobban e Rami G. Khouri

Editora: Autonomia Literária

Formato: 21 × 14 cm

1ª edição, 2025

Preço: R\$ 68 (promoção pré-venda)

300 páginas

Movimento palestino de resistência, o Hamas vem sendo alvo de permanente demonização no Ocidente, que insiste em rotulá-lo como terrorista, sobretudo após a ação que o grupo levou a cabo em Israel em outubro de 2023.

Com prefácio do jornalista Breno Altman, o livro não é uma peça de censura ou de defesa do Hamas, optando por apresentar uma história do movimento de resistência palestina por meio de diálogo com os principais especialistas no assunto. Aborda temas como a transformação do Hamas, antes um grupo de ativistas sociais e religiosos antijudaicos, em uma organização político-militar antissionista de base nacional.

A obra apresenta uma bem-vinda análise sobre um movimento amplamente incompreendido, ainda que essencial para o desfecho do conflito entre Israel e Palestina.



## Desejo pós-capitalista: últimas aulas

Mark Fisher

Editora: Autonomia Literária

Formato: 21 × 14 cm

1ª edição, 2025

Preço: R\$ 68 (promoção pré-venda)

272 páginas

O livro reúne uma série de anotações e transcrições das últimas palestras dadas por Fisher, em 2016, na universidade londrina Goldsmiths. Em suas exposições, o escritor conjuga a história da classe trabalhadora com a dos movimentos contraculturais, na tentativa de encontrar uma rota de fuga do capitalismo.

Fisher investiga as formas de desejo que ainda poderemos reconhecer do passado, do presente e do futuro, pretendendo descobrir o meio pelo qual a infraestrutura libidinal do capitalismo pode ser enfrentada e revertida na direção da construção de uma sociedade comunista.



*Princípios* é uma publicação quadrimestral da Editora e Livraria Anita Ltda.

Registrada no ISSN sob o nº 1415788-8 e no E-ISSN 2675-6609

Open Journal System (OJS):

<https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios>

E-mails: [principios.revista@gmail.com](mailto:principios.revista@gmail.com) (redação)

[principios@revistaprincipios.com.br](mailto:principios@revistaprincipios.com.br) (avaliação)

**Jornalista responsável:** Fábio Palácio

**Gestão do portal Open Journal System:** Nilson Weisheimer e Theófilo Rodrigues

**Preparação e revisão de originais:** Ramiro Torres

**Projeto gráfico:** Vandré Fernandes e Cláudio Gonzalez

**Diagramação:** Laércio D'Angelo Ribeiro e Cláudio Gonzalez

### Fundador

▶ João Amazonas (1912-2002)

### Editores

▶ Júlio Vellozo e Fábio Palácio

### Editores-executivos

▶ Nilson Weisheimer e Theófilo Rodrigues

### Comissão Editorial

▶ Júlio Vellozo, Fábio Palácio, Nilson Weisheimer, Theófilo Rodrigues, Ana Maria Prestes e Cláudio Gonzalez

### Secretário de redação

▶ Ramiro Torres

## Conselho Editorial

Analúcia Danilevicz Pereira (História e RRII/UFRGS); Andréia Galvão (Ciência Política/Unicamp); Antonio Liberac C. Simões Pires (História/UFRB); Armen Mamigonian (Geografia/UFSC); Atilio Boron (Ciência Política e RRII/Universidades de Buenos Aires e Avellaneda); Boaventura de Sousa Santos (Economia e Ciências Sociais/Universidades de Coimbra e Wisconsin-Madison); Carol Proner (Direito/UFRJ); Celso Frederico (Comunicação/USP); Cícero Péricles de Carvalho (Geografia e Economia/Ufal/Unifesp); Crístiano Duarte (Matemática e Física/University of Leeds); Dermeval Saviani (Educação/Unicamp); Elias Jabbour (Economia/Uerj); Enzo Bello (Direito/UFRJ); Fábio Guedes Gomes (Economia/Ufal); Fábio Palácio (Comunicação/UFMA); Frederico Mazzucchelli (Economia e História/Unicamp); Gabriel Becerra Yañez (Ciências Sociais/Universidad Cooperativa de Colombia); Gilberto Bercovicí (Direito/USP); Gilberto Maringoni (RRII/UFABC); Ilka Bichara (Psicologia/UFBA); João Quartim de Moraes (Filosofia/Unicamp); José Carlos Braga (Economia/Unicamp); José Claudinei Lombardi (Educação/Unicamp); José Luís Fiori (Economia/UFRJ); Júlio Vellozo (Direito/Fadisp); Luís Fernandes (RRII e Ciência Política/PUC-RJ/UFRJ); Luiz Eduardo Motta (Ciência Política/UFRJ); Luiz Fernando de Paula (Economia/UFRJ); Luiz Gonzaga Belluzzo (Economia/Unicamp); Madalena Guasco (Filosofia/PUC-SP); Manuel Domingos Neto (História/Casa de Rui Barbosa e UFC); Marcos Dantas (Comunicação/UFRJ); Maria Lygia Quartim de Moraes (Sociologia e Serv. Social/Unicamp e Unifesp); Marly Vianna (História/UFSCar); Mary Garcia Castro (Sociologia/UFBA/UFRJ); Maryse Farhi (Economia/Unicamp); Miguel Bruno (Economia/Ence-IBGE/Uerj); Nereide Saviani (Educação/Unisantos); Nilson Araújo (Unila); Olival Freire Junior (Hist. das Ciências/UFBA); Paris Yeros (Economia e RRII/UFABC); Sergio Schneider (Sociologia e Economia/UFRGS); Sidarta Ribeiro (Neurociências/UFRN); Sílvio Almeida (Administração/FGV); Táci Cordás (Psiquiatria/USP); Volnei Garrafa (Bioética/UnB).

## Conselho Consultivo

Júlio Vellozo, Fábio Palácio, Nilson Weisheimer, Ana Maria Prestes, Cláudio González, Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aloísio Sérgio Barroso, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Augusto César Buonicore (*in memoriam*), Bernardo Joffily, Dilermando Toni, Edvar Bonotto (*in memoriam*), Fernando Garcia de Faria, Flávio Dino, Haroldo Lima (*in memoriam*), Jô Moraes, José Reinaldo Carvalho, José Carlos Ruy (*in memoriam*), Lécio Morais, Leocir Costa Rosa, Luciana Santos, Manuela D'Ávila, Mariana de Rossi Venturini, Nádia Campeão, Olívia Rangel, Orlando Silva, Osvaldo Bertolino, Pedro de Oliveira, Raul Carrion, Renato Rabelo, Ricardo Abreu de Melo, Rosanita Campos, Rubens Diniz, Sérgio Rubens (*in memoriam*), Walter Sorrentino.

## Corpo de pareceristas

Alexandre Pilati (Literatura/UnB); Allan Kardec Barros (Eng. Elétrica/UFMA); Américo Alves de Lyra Junior (RRII/UFRR); Antônio Guedes Rangel Júnior (Educação e Psicologia/UEPB); Antonio Luiz Caldas Junior (Saúde Coletiva/Unesp); Caio Bugiato (Ciência Política e RRII/UFRRJ); Cássia Damiani (Políticas Públicas e Educação/UFC); Cesar Alessandro Sagrillo Figueiredo (Ciência Política/UFT); Cristiano Capovilla (Filosofia/UFMA); Dalton José Alves (Educação/Unirio); Dalton Macambira (História/UFPI); Daniela Borges Pavani (Astronomia/IF-UFRGS); Diego Pautasso (Geografia/Colégio Militar de P. Alegre); Dimitri Toledo (Administração Pública/Unifal-MG); Edileusa Pena da Silva (Biblioteconomia/UFMT); Edsaura Maria Pereira (Saúde Coletiva/UFG); Eduardo Corrêa (Matemática/Uerj); Edwiges C. Carvalho Corrêa (Direito/PUC-GO); Elisângela Lizardo de Oliveira (PhD Ciências Sociais/Uerj); Ernesto Valença (Teatro/Ufop); Francisco Wellington Duarte (Economia/UFRN); Gianni Fresu (Filosofia/UFU); Haroldo de Mayo Bernardes (Engenharia Civil/Unesp); Hélio de Mattos Alves (Farmácia/UFRJ); Hugo Valadares (Eng. Elétrica e Computação/UTFPR); José Ricardo Moreno Pinho (História/UnB); José Luiz Alves (Economia/UPE); Júlia Lemos Vieira (PhD Ciências Sociais/Uerj); Juliana Alves de Araújo Bottechia (Química e Educação/UnB); Lígia Maria Ávila Chiarelli (PG Arquitetura/UFPel); Luciano Rezende Moreira (Ciências Agrárias/IFDF); Maelda Barros (Geografia/UFPE); Mara Franco de Sá (Ciências Sociais e Educação/UFPI); Marcelo Pereira Fernandes (Economia/UFRRJ); Marcio Florentino Pereira (B.I. Saúde/UFESB); Maria das Graças de Oliveira (Ciência da Informação/IFMG); Maria do Carmo L. C. Leite (Educação/Unisantos); Maria Luiza Nogueira Rangel (Educação, Políticas Públicas e Filosofia/UEG/UCB); Mariana de Moura Souza (RRII e Energia/Unifesp); Máximo Augusto Campos Masson (Sociologia e Educação/UFRJ/UFRRJ); Meire Rose dos Anjos Oliveira (Geografia/UFMT); Neusa Valadares (Direito/PUC-GO); Nilson Weisheimer (Sociologia/UFRB); Olgamir Amancia Ferreira (Educação/UnB); Patrícia Simone Nogueira (Nutrição e Educação/UFMT); Paulo Bretas Vilarinho Junior (Psicologia/Faeterj Duque de Caxias); Pedro Luiz Teixeira de Camargo (Ciências Ambientais/IFMG); Reinaldo de Lima Reis Jr. (Educação/IFG); Renildo Sousa (Economia e RRII/UFBA); Rita Coitinho (Museu Victor Meirelles/Ibram); Robson Câmara (Eape/SEEDF); Romualdo Pessoa Campos Filho (Geografia/Iesa-UFG); Saulo Pinto (Economia/UFMA); Sérgio Mário Lins Galdino (Ciência da Computação/UPE); Sheler Martins de Souza (Ciências Biológicas/IFF); Sílvio Costa (História/PUC-GO); Socorro Rangel (Matemática Aplicada/Unesp S. J. do Rio Preto); Tanara Lauschner (Computação/Ufam); Theófilo Rodrigues (PhD Ciências Sociais/Uerj); Thiago Modenesi (Educação e Políticas e Gestão Pública/UNIFG-PE); Wellington Pinheiro dos Santos (Engenharia Biomédica/UFPE); Wladimir Vinycius de Moraes Camargos (Direito/UFG).



# princípios

Adquira exemplares impressos da revista *Princípios* em combos com duas ou mais edições e com descontos especiais. Todos os números desta nova fase da revista, em formato livro, estão disponíveis para venda.

Confira as opções em: [www.livrariaanita.com.br/revistas/c](http://www.livrariaanita.com.br/revistas/c)



QUALIS  
A3

A revista *Princípios* é um periódico científico quadrimestral de teoria, política e cultura classificado pela Capes como A3 no Qualis Periódicos (2017-2020).



Todas as edições estão disponíveis em PDF no site: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br>

# Coluna Prestes 100 anos



Homenagem de *Princípios* ao centenário da Coluna Prestes